



Os Almatacés saindo do Senado da Câmara.
Desenho de Washt Rodrigues

.....
O RIO DE JANEIRO

NO TEMPO
DOS VICE-REIS
1763 – 1808



Mesa Diretora
Biênio 1999/2000

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Senador Geraldo Melo
1º Vice-Presidente

Senador Ademar Andrade
2º Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima
1º Secretário

Senador Carlos Patrocínio
2º Secretário

Senador Nabor Júnior
3º Secretário

Senador Casildo Maldaner
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Suplicy

Senador Lúdio Coelho

Senador Jonas Pinheiro

Senadora Marluce Pinto

Conselho Editorial

Senador Lúcio Alcântara
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Coleção Brasil 500 Anos

O RIO DE JANEIRO
NO TEMPO
DOS VICE-REIS
1763 – 1808

Luís Edmundo



Brasília – 2000

BRASIL 500 ANOS

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do País.

COLEÇÃO BRASIL 500 ANOS

De Profecia e Inquisição (esgotado) – Padre Antônio Vieira

O Brasil no Pensamento Brasileiro (Volume I) – Djacir Meneses (organizador)

O Brasil no Pensamento Brasileiro (Volume II) – Walter Costa Porto e Carlos Henrique Cardim (organizadores), em preparo

Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros – Rubens Borba de Moraes e William Berrien

Catálogo da Exposição de História do Brasil – Ramiz Galvão (organizador)

Textos Políticos da História do Brasil (9 volumes) – Paulo Bonavides e Roberto Amaral (organizadores)

Galeria dos Brasileiros Ilustres (Volumes I e II) – S. A. Sisson

Comunidade e Sociedade no Brasil – Florestan Fernandes

Biblioteca Histórica Brasileira – Rubem Borba de Moraes

Rio Branco e as Fronteiras do Brasil – A. G. de Araújo Jorge

Ensaio Amazônicos – Euclides da Cunha

Formação Histórica do Acre (Volumes I e II) – Leandro Tocantins

Efemérides Brasileiras – Barão do Rio Branco

Amapá: a Terra onde o Brasil começa, 2ª edição – José Sarney e Pedro Costa

Na Planície Amazônica – Raimundo Moraes

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2000

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970 – Brasília-DF

CEDIT@senado.gov.br.

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

Edmundo, Luís.

O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis – 1763-1808 / Luís Edmundo. –
Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

p. – (Coleção Brasil 500 Anos)

1. Rio de Janeiro (RJ), descrição. 2. Rio de Janeiro (RJ), história. 3. Usos e costumes, Rio de Janeiro (RJ). I. Título. II. Série.

CDD918.1541

Sumário

Nota editorial à 1ª edição
p. 9

Aspectos da cidade e das ruas

I (p. 13), II (p. 23),
III (p. 33), IV (p. 43),
V (p. 53), VI (p. 63),
VII (p. 73), VIII (p. 81),
IX (p.91), X (p. 103)

Os Transportes

p. 113

Festas Populares

p. 123

Alegorias

p. 133

Cavalcadas

p. 143

Touradas

p. 155

Congadas

p. 165

Serração da Velha

p. 175

O Imperador do Divino

p. 185

Moda Masculina

I (p. 195), II (p. 205)

Cabeleiras

p. 213

Moda Feminina

p. 225

Cortesias e obrigações

I (p. 237), II (p. 247), III (p. 257)

Assembléias

I (p. 265), II (p. 273)

Namoro e Casamento

I (p. 283), II (p. 293),
III (p. 305), IV (p. 315)

Cozinha e Mesa

I (p. 325), II (p. 333),
III (p. 341), IV (p. 349), V (p. 359)

Teatro

I (p. 369), II (p. 379), III (p. 389)

Medicina

I (p. 401), II (p.411), III (p. 421)

Justiça

I (p. 433), II (p. 445)

Pelourinho

p. 457

Força

p. 467

Índice Onomástico

p. 475

.....

Nota Editorial à 1ª Edição

O

Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis (1763 a 1808), eis o título do precioso estudo do Sr. Luís Edmundo, com que se engalana o presente volume da nossa Revista.

Este trabalho do distinto patricio, fruto sem dúvida de árduas pesquisas, e enriquecido de uma copiosa documentação iconográfica, haurida nas melhores fontes, é um verdadeiro tesouro para a História do passado da nossa Capital, como foram as Antiquilhas do saudoso Vieira Fazenda.

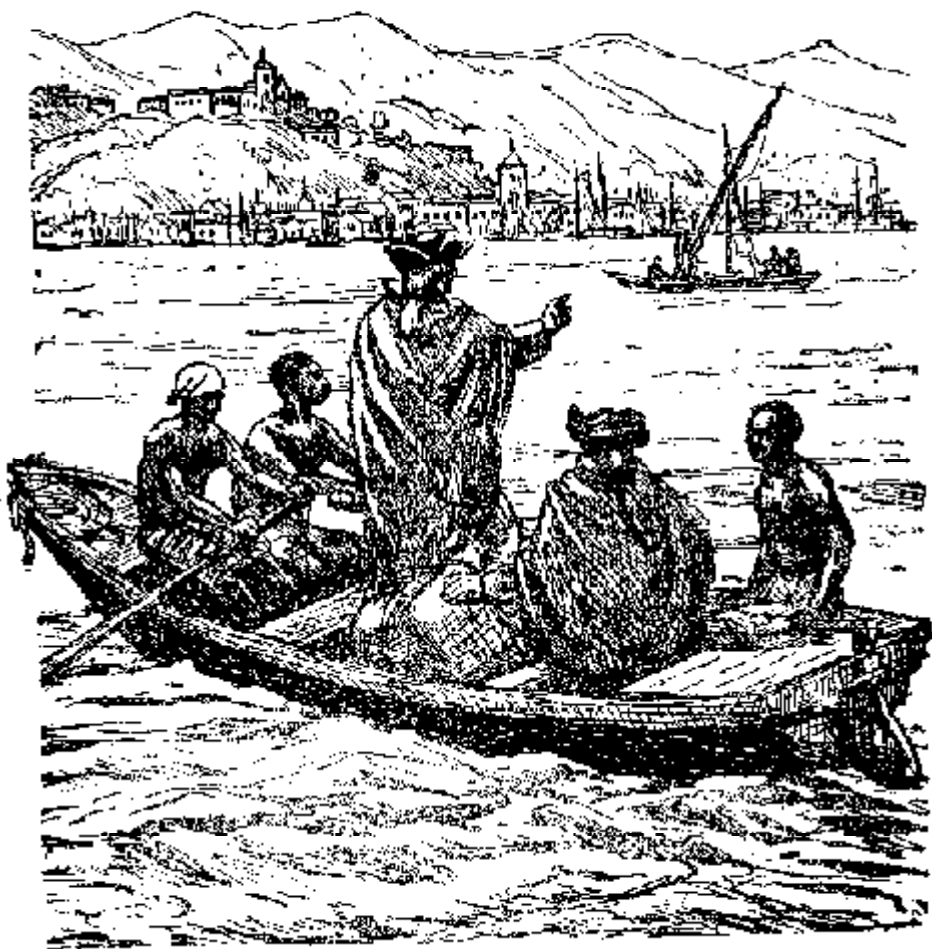
Há nele testemunhos do atraso em que vivia então a nossa bela cidade, a formosíssima Guanabara, cujos encantos naturais não houve, aliás, visitante estrangeiro que deixasse de exaltar com grande entusiasmo; há nele por outro lado, porém, descrições curiosíssimas de uma sociedade que se organizava.

Não nos pejemos diante desses quadros comuns a tantas outras nobres cidades do mundo em via de formação, sem excluir a própria metrópole portuguesa, donde vieram os nossos vice-reis.

Semelhantes quadros servem, por sua vez, para demonstrar quanto o Rio de Janeiro progrediu em pouco mais de um século, desde 1808 com a emigração da Família Real Portuguesa, e depois com a Independência política, que nos abriu de par em par as portas do futuro.

A obra, a muitos respeito notável, do distinto Sr. Luís Edmundo constituirá pois um valioso documento histórico brasileiro, que entra com muita galhardia no quadro dos trabalhos do nosso Instituto, e será decerto lido com o maior interesse por todos os que amam essa gloriosa terra.

Da Direção da Revista.



O Rio de Janeiro no panorama deslumbrante da Guanabara – A cidade vista do mar – Seu contraste no quadro da natureza maravilhosa – Fealdade. Sujidade. Insalubridade – Surtos epidêmicos e maneiras pitorescas de evitá-los – Lisboa e a capital brasileira durante o século XVIII – A obra do homem e a obra de Deus.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – A cidade vista do mar, *Washt Rodrigues* – Ponte de madeira servindo de desembarque na Praia do Carmo, *Washt Rodrigues* – A Rua do Ouvidor no começo do século XIX, *Carlos Chambelland* – Negro escravo vestindo capa de palha, *Carlos Chambelland* – Chafariz do Lagarto, *Carlos Chambelland*.

FORA DO TEXTO – Retrato do Conde da Cunha (Coleção do Instituto Histórico Brasileiro).

.....

Aspectos da cidade e das ruas

I

Como hoje, já era de enlevo e de deslumbramento a impressão que assaltava o estrangeiro ao transpor a barra estreita da Guanabara. O panorama da natureza original e farta, sob a labareda do sol, lambeando o céu, doirando a terra, polindo o mar, empolgava-o, confundia-o, assombrava-o. Mesmo o reinol, afeito aos cenários tocados de luz, na Península, vencido, quedava em êxtase ante o esplendor da plaga americana.

Ainda hoje, não há nada mais lindo sobre a Terra: *Nem a soberba Gênova, como escrevia Arago, com todos os seus palácios de mármore e jardins suspensos; Nápoles risonha, de águas transparentes, com o seu Vesúvio e as suas vilas frescas; Veneza; até o Bósforo encantado, entre os seus minaretes e quiosques oferecendo aos olhos a paisagem tranqüila e luminosa...*

A baía azul reflete o céu turquesa. Estão as montanhas em círculo, enroupadas de verde, insólitas no relevo e na frescura. Vêem-se outras dilatando a perspectiva, fugindo, ascendendo, marcando por tonalidades suavíssimas os longes esfumados da paisagem. O cenário é teatral. Encanta. Enleva. Ofusca. Nesse painel de sonho, olha-se em frente o mar, que mal se enruga ao vento e vê-se a água olivácea e límpida, toda ela como uma lentejola fulgindo ao sol. Quando a água acaba, surge então a linha branca e estreita da praia, e depois, na terra escura, a nódoa espessa do casario esparrramado e triste. É a capital da colônia.

No quadro maravilhoso da natureza, a cidade é um contraste. E uma mancha brutal na paisagem radiosa. A casa é feia. A rua é suja. O conjunto exaspera. Tudo conspira contra o povoado infeliz: o clima, um clima abrasador e ardente, as montanhas, que o cercam e o encantonam e o sufocam, o chão úmido e verde, o azul onde ele se assenta, o desasseio gerado pelo próprio homem, que sorri das lições do bárbaro tamoio...

Em 1808, com a corte doirada de D. Maria I, a Intendência-Geral da Polícia mandando varrer praças e ruas, derrubar casas, na ânsia justa de transformar a *urbs* num domicílio real, Luccok acha-a a mais imunda associação humana vivendo sob a curva dos céus... Fica-se, depois disso, a pensar no que seria, então, o Rio de Janeiro de anos atrás; mesmo o do governo do último Vice-Rei, o Sr. Conde dos Arcos, sem corte e fidalgos de espanto, virgem da casaca bem cortada do Sr. Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho, das maneiras excêntricas do Conde de Anadia, e, sobretudo, da resolutíssima vassoura do Sr. Paulo Fernandes Viana, Intendente da Polícia!

Depoimentos de estrangeiros que nos visitaram, em épocas anteriores, são, na verdade, dolorosamente edificantes.

Sempre será bom ficarmos, entretanto, na documentação oficial dos próprios portugueses, pondo um pouco de parte opiniões que possam ser tidas por exageradas ou suspeitas.

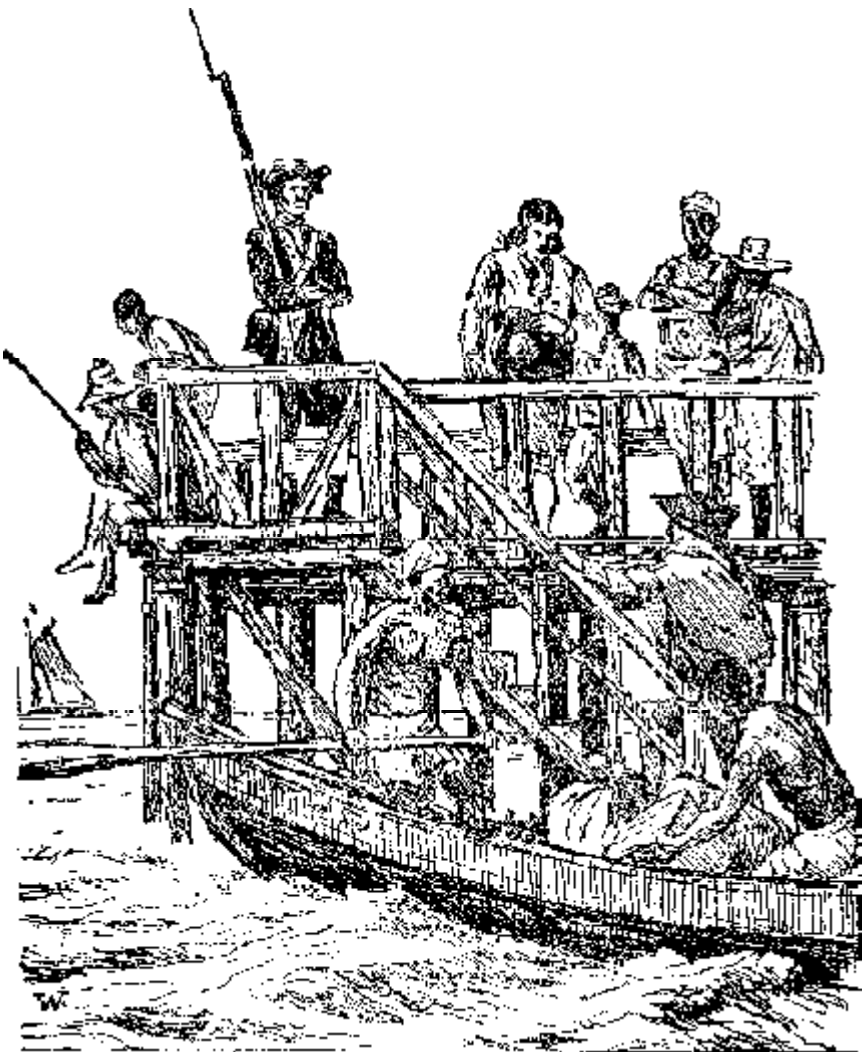
Em 1763, chega e vai morar no casarão que serve de palácio, construído no tempo de Bobadela, o Sr. Conde da Cunha, D. Antônio Álvares da Cunha, senhor de Távoa, Cunha e Oguela, Comendador e Alcaide-Mor de Idanha, Tenente-General dos Reais Exércitos, 1º Vice-Rei do Brasil no Rio de Janeiro.

Não pode morar, porém; S. Ex^a não suporta as emanações pútridas e o mefitismo que o sitiam, vindos de toda parte. Não tem nariz nem estômago para tanto. E só pergunta, muito espantado, como o Sr. de Bobadela pôde governar vivendo, como vivia, dentro de tal chiqueiro e tal cidade.

Trepa, galga a montanha do Castelo, e, entre árvores amigas, escolhe sítio amável, alto, fresco, batido da viração que vem da barra. Aí

quer ficar, olhando a cidade, bem longe, o beque melindroso posto a salvo. E está S. Ex^a a tratar da mudança, quando, do reino, lhe chega cousa melhor que isso – a nova de que deve mudar, não de casa, mas de cidade e país. Rejubila.

O seu sucessor, o Sr. Conde de Azambuja, com uma pituitária mais condescendente, prefere a esterqueira da baixa ao incô-



modo da subida. Fica no casarão, mas quase morre. Vem substituí-lo o sobrinho, D. Luís d'Almeida Portugal, Marquês de Lavradio. Moço corajoso e robusto, premido pelas circunstâncias, mantém-se no palácio. Na correspondência particular para o Reino, porém, queixa-se muito de mazelas e as atribui à terra em que se instala. E com razão. Sofre. Pede, depois, que o arranquem daqui. Só sai, porém, quase no fim de nove anos. Com Luís de Vasconcelos e Sousa é que começam algumas providências para tornar o lugar coisa mais suportável. Faz-se, no entanto, pouco, muito pouco. Aterra-se a Lagoa do Boqueirão, traça-se Passeio Público. Até o Sr. Conde de Resende e D. Fernando Portugal, que lhe sucedem, nada ou quase nada mais se faz. Melhorar o país? Para quê? O Sr. Conde dos Arcos tem um governo rápido. Fugindo aos soldados de Napoleão, chega, depois disso, a Corte portuguesa, de Lisboa. Ano de 1808. A cidade não mudou. É a mesma. O tifo, a varíola e outras doenças malignas tinham, entretanto, aqui definitivamente plantado tenda. Morre-se como não há memória de se morrer tanto, no Brasil. Os relatórios que vão para a Metrópole, porém, falam bem pouco de tais assuntos. Epidemias!

Para sustá-las é praxe, no Brasil, atirar às ruas espessas manadas de bois, varas de porcos, rebanhos de carneiros, esperando-se que a Divindade os fulmine, transferindo para eles a cólera que tanto aos homens prejudica. Fazem-se preces públicas; as igrejas vivem sempre abertas, os altares dia e noite iluminados. Prometem-se à Divindade custódias de ouro, toneladas de cera, somas em dinheiro, novenas, te-deuns, capelas...

Ninguém trata de mandar varrer as ruas, distribuir melhor a água, ter mais asseio com o próprio corpo. A linfa da carioca, portadora das mais tremendas infecções, corre a descoberto. Os animais mortos enchem, entulham a famosa Vala que liga Santo Antônio à Prainha. Cada rua é uma artéria úmida e podre, secando ao sol.

A medicina, cujas relações são ainda as mais cerimoniosas como a higiene, perseguida, vexada pela ignorância dos homens, entra no Brasil, timidamente, com um olho no bispo, outro no vice-rei. Sobre os males que nos afligem, há teorias edificantes. A do morgado de Mateus de S. Paulo, por exemplo, explicando as causas de certa peste: *Eu atribuo esta intemperança aos contínuos relâmpagos que continuamente se vêem cintilar por todos os me-*

ses em que cá costuma ser o inverno, durando estes meteoros até chegarem a forma sobre o hemisfério deste lugar uma terrível trevoada.

O Senado da Câmara, em 1798, ainda põe em dúvida *se as imundícies que se conservam dentro da cidade, são ou não causas de doenças*, tanto que desse assunto faz uma série de quesitos que manda a uma comissão de sumidades médicas. Essas sumidades, ao responder, pintam-nos, sem

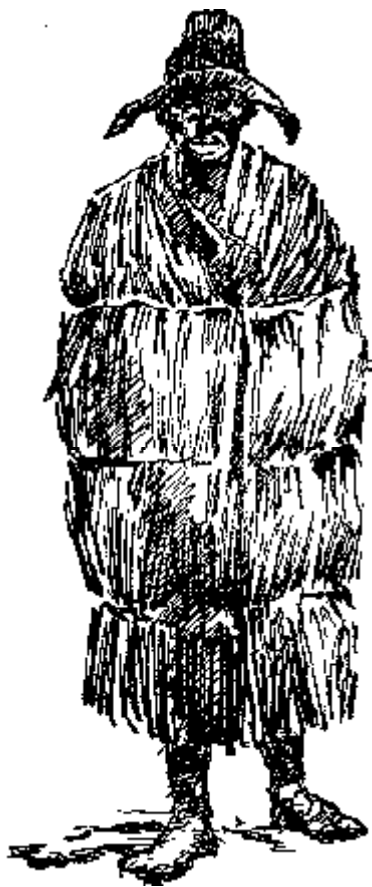




CONDE DA CUNHA
1º VICE-REI DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO
(Coleção do Instituto Histórico Brasileiro)

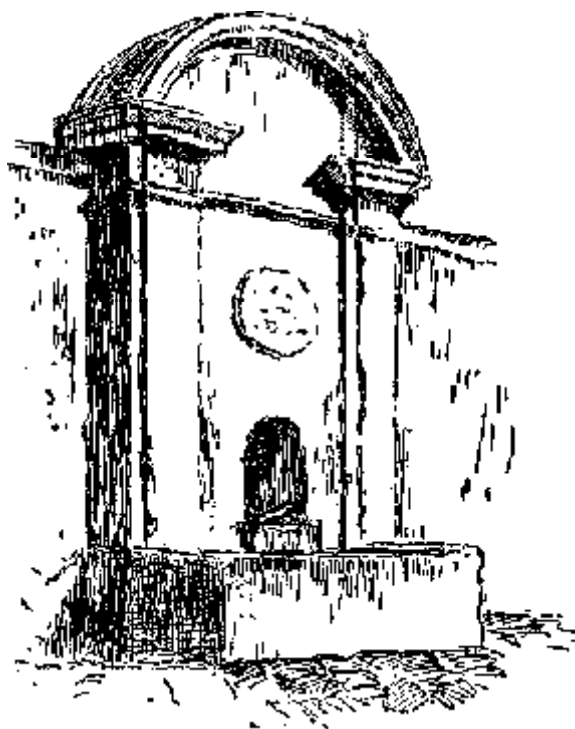
o menor rebuço, a miséria que isto era, por aqui, por tão tristes e tão distanciados tempos. Manuel Joaquim Marreiros fala-nos do *desasseio das praias provenientes dos despejos cujos eflúvios voltam para a cidade envoltos com os ventos e a fazem pestífera, e o que se passa pelas igrejas recheadas de cadáveres, uma indiscreta devoção*. Cita várias ameaças à saúde. Não esquece a Vala, o Cano, a cadeia... Outras causas, porém, graves ainda existem. Os Drs. Bernardino Antônio Gomes, Antônio de Medeiros, bem como o Dr. Manuel Vieira da Silva, conhecedores a fundo dos meandros insalubres do Rio, fazem-nos delas uma lista enorme. Não vale a pena insistir.

Contudo as providências são mínimas. A cidade, na alvorada dos século XIX, é o que era há 200 anos atrás: uma estrumeira. Os próprios índios aqui não se sentem bem. Bom será, entretanto, não aceitarmos, para explicar as razões de tão grande desconforto e desmazelo, a afirmação brutal de Frei Vicente, quando diz que os que viviam na terra a usavam não como senhores mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixar destruída. Não era bem assim. Portugal, por essa época, sofria o mesmo mal que nós sofriamos, com a política desvairada dos seus reis ignorantes e ambiciosos. Esta é que é a verdade. Sofria tanto quanto nós, e com menos razões, que, afinal, não era uma colônia. Sabe-se, por acaso, o que foi a Lisboa do século XVIII e começo do XIX? Que respondam Costigan, Beckfor, Murphy, Twis, Kinsey, o Duque de Chatelet, o autor do *Sketches of Portuguese Life manners and costumes*, isso para não citar outros viajantes estrangeiros, que de perto a sentiram. Lisboa, na verdade, era qualquer coisa muito pouco melhor que o Rio. Muito pouco. E era a capital de um reino glorioso!



Pobre, beato e sujo Rio de Janeiro do tempo dos vice-reis! De que te servia o quadro da natureza amiga e portentosa, a cor do céu, a luz do sol, a beleza do monte e da folhagem, se a obra do homem ofendia a obra linda de Deus?

Ofendia e humilhava...



O Rio de Jar.



O salão de visitas da cidade colonial – Palácio do Governo – As casas do Teles – Negros de todas as castas – Pela hora da tamina – A vida e a alegria da praça – Tipos populares. Filipe da Bodega e Bota-bicas – Movimento de carruagens – Animadas assembléas ao ar livre – Às primeiras sombras da noite.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Negro portador d'água, *Washt Rodrigues* – Arco do Teles, *Washt Rodrigues* – Bota-bicas, *Washt Rodrigues* – Chafariz da Praça do Carmo, *Carlos Chambelland* – Soldado do 1º regimento de infantaria do Rio de Janeiro, *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Retrato do Conde de Azambuja – (Coleção do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas).

.....
Aspectos da cidade e das ruas

II

Numa terra de luz intensa e natureza farta, o salão de visitas da cidade é uma praça despida de árvores e de sombra, vasta, rasa, suja, castigada pela labareda inclemente do sol. E que sol!

Um luaréu ardente que faúlha, espadanando lavas e diante do qual as coisas ganham violentos e nítidos ressaltos, relevos singulares, mostrando por sobre as superfícies destacadas como que uma crosta luminosa, que assalta e fere o olhar.

Chamou-se ao logradouro extenso e plano Várzea de Nossa Senhora do Ó, Lugar do Ferreiro da Polé, antes de ser Praça do Carmo.

À esquerda de quem vem do lado do mar, fica a residência vice-real, sombrio casarão dos tempos de Bobadela, branco, feio, retangular e baixo, riscadinho de portas e janelas. E, no entanto, a mais suntuosa morada da colônia, embora como residência de um governador, a maior autoridade do país, deixe bastante a desejar. Os portugueses foram sempre gente modesta e simples. Até na capital da metrópole o palácio onde reside o monarca, é coisa singela, sem grandes brilhos.

A Corte de Lisboa é sem a menor magnificência. O palácio real é um edifício mesquinho e de um só andar, informa-nos o Duque de Chatelet, que esteve em Lisboa pelo fim do século XVIII.



Por cá as coisas são, por certo, um pouquinho mais mesquinhas.

Interiormente, o pardieiro é ermo e sombrio, cheira a mofo é e quase despido de mobiliário.

Parny, em 1772, pelo menos, no-lo descreve com os seus salões vastos e desertos onde se viam, apenas, algumas cadeiras e umas tantas mesas, todas elas cobertas de panos até o assoalho, tapando-lhes, certamente, por decoro e pudor, as injúrias da idade e a fraqueza do estilo.

Ao fundo da praça está a linha melancólica do Carmo, convento e igreja, massa inexpressiva e velha, de ar desmoronante, com um torreãozinho recortando a placa anilada dos céus. À direita, na linha do casario que avança para a praia, as casas do Teles, altas, apumadas, com os seus balcões verdoengos e os seus telhados íngremes e pardos. Na linha do rés-do-chão, vê-se a porta que dá entrada à bodega do francês Philippe, uma das mais populares figuras da cidade e que a profissão de bodegueiro liga à de intérprete, agente de câmbio e mais negócios. A sua tasca é uma das mais



CONDE DE AZAMBUJA
2º VICE-REI DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO
(Coleção do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas)

populares, sítio onde vão parar os viajantes vindos de Minas e de S. Paulo e onde, por vezes, dormem. Que os que estão em trânsito no porto podem descer, mas não podem dormir em terra. O Arco do Teles abre adiante a face escancarada e suja. É uma passagem curta, onde se amontoam e desaparecem mendigos, rascoas, vadios e soldados.

Para a linha que vai ao mar, depois, está o mercado de peixe, com as suas cabanas de lona ou palha, armadas ao sol, sujas, molambentas, caindo aos pedaços. Vem, então, a praia branca, manchada de calhaus e detritos, que foge para as bandas do Arsenal e onde encalham faluas de vermiático pintadas de vivas cores.

Há no centro da praça um chafariz, obra singela e tosca, posto depois, rente à linha do mar, bastante melhorado.

De Lisboa vieram o modelo e a pedra. A linfa, porém, não pôde vir. É nossa. Vasa o manancial desde cedo, por largas bicas de bronze, sobre barris e potes, a água que o negro escravo apanha e leva. Em torno há sempre um sórdido formigueiro humano, inquieto, rumoroso, que serpenteia e palpita. Aproximemo-nos. São os negros escravos chapinhando nas sobras da água, berrando ameaças, gingando capoeiragens, discutindo, gesticulando; tipos fortes e espadaúdos, reluzentes e nus, tendo apenas pendente da cintura, à guisa de velário, em pregaria escassa, uma tanga. Há-os de todas as raças africanas: gente de Moçambique e da Guiné, da Angola e da Costa da Mina, cafres, quiloas, benguelas, cabindas, monjolos e vatuas. Todos com a mesma pele ebânica e retinta. As almas são, entanto, diferentes.



Na gleba natal, eles, os negros, formaram outrora nações desavindas que lutaram, que sofreram. Por isso aqui não se unem, antes se detestam e se odeiam. Separam-se por castas, orgulhosas, soberbos, e, como os animais, olham-se de esguelhas, rilhando os dentes.

O alarido que se ouve, a bulha que ensurdece, junto ao chariz, diz ódio, prevenção; diz raiva e diz rancor. É o refter de velhas fúrias e aversões, contidas apenas pela chibata do capataz, que zune e estala no ar.

Portugal, sem o pensar, salvou-se, indo buscar o negro, um pouco em toda a parte. O negro, graças às fundas dissenções na terra de origem, entre nós, é maioria e é fraco. Não prepondera. Maquiavel não dá lições ao destino.

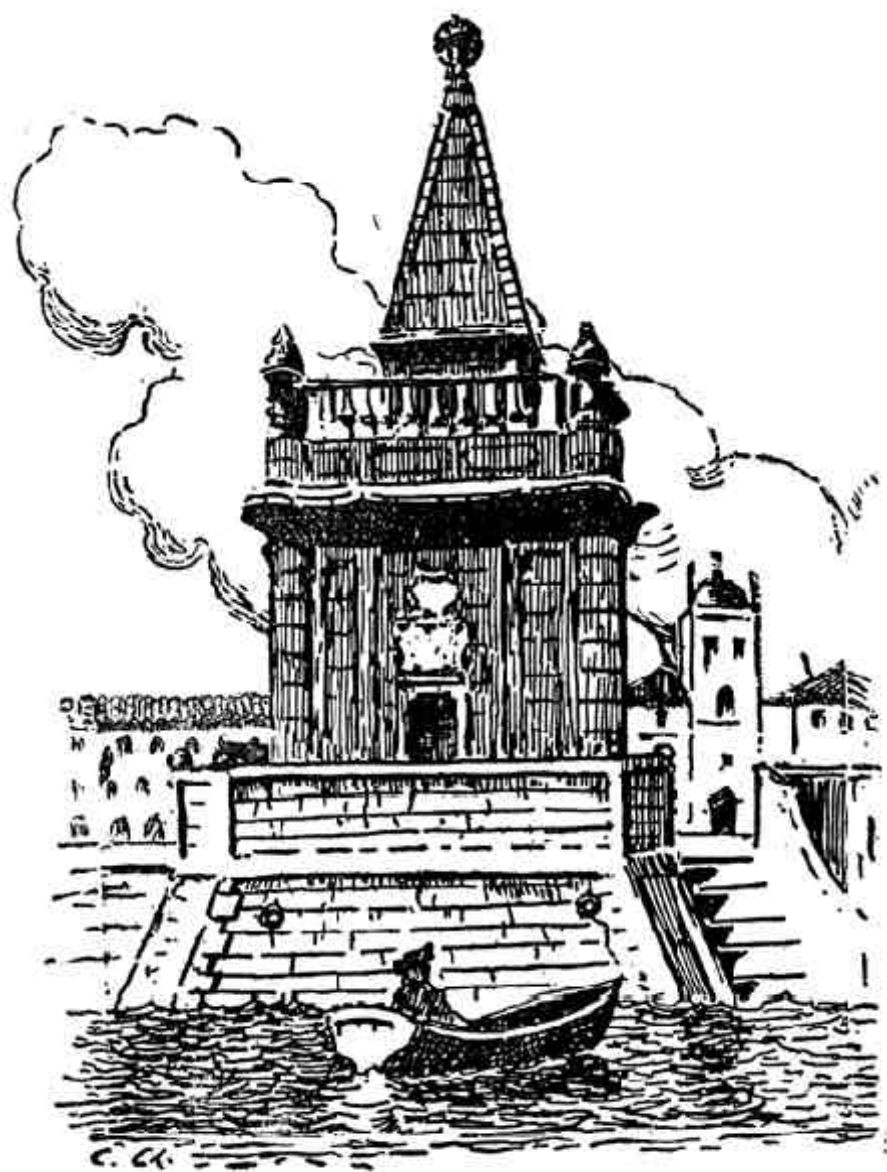
Quando o alarido cresce e o conflito arrebenta, para calmar a turba estrepitosa e insubmissa, o capataz ergue o relho e o estraleja. É um sinal... Submisso, o escravo abafa a ira ou sopita o furor. E ele que se abespinhe ou recalcite! O relho, logo riscando o ar, desce, tinge-lhe de sangue as carnes de azeviche.

Pousados a cabeça sobre rodilhas de pano, os recipientes cheios a transbordar, os portadores de água dividem-se e espalham-se para a direita, caminho de S. Bento, para a esquerda, caminho da Cadeia. Não diminui, no entanto, o formigueiro humano na adustão da soalheira que referve. Chegam uns, saem outros...

É nesse quadrilátero poeirento que ao crepúsculo luminoso da tarde vêm os homens da terra juntar-se.

É a gente mais escolhida da cidade, do melhor ambiente e da melhor situação, que surge bufando de calor, com os seus tricórnios sob o braço, as cabeleiras naturais despenteadas pelo vento que começa a soprar, desafogando-se das trabalheiras do dia árduo; uns, já tratando novas trabalheiras, outros, zelosos, evitando-as; gente que chega para espairecer, para alegrar-se, para refrescar, falando, rindo, discutindo, animosamente, alacrememente, gostosamente.

Por vezes, três, quatro ou cinco conduções: liteiras, serpentinhas, cadeirinhas ou mesmo seges, comprometendo o trânsito, formam um círculo apertado, de modo que cada viajero possa de sua almofada, como-



damente, conversar, como em família. Em certos pontos, graças a essa prática, dificilmente se caminha.

Que não se espere ver, porém, nessas estúrdias assembléias ao ar livre, senhoras, pois que só muito para o fim do século é que elas começam a aparecer nos logradouros públicos, e, isso mesmo, no casulo das suas condições.

Passam ambulantes vendendo o aluá, a pamonha, a canjica e o gergelim; cruzam dragões da guarda do vice-rei com os seus capacetes em forma de unha e viseira de arrebitto; mendigos deformados pela elefantíase, leprosos, negras fregonas, mochilas, gente da ralé, flor da rua. Passa o Bota-bicas, tipo popular, bufão da plebe, inocente sorriso da cidade, benquisto de todos, que lhe atiram saudaes e moedas, reclamando chufas, dichotes e chalaças. Não se faz de rogado Bota-bicas.

*Bota-Bicas está preso,
Deves mandá-lo soltar,
Porque preso Bota-Bicas
Não pode bicas botar.*

Raro S. Ex^a o Sr. Vice-rei honra com a sua presença a praça.

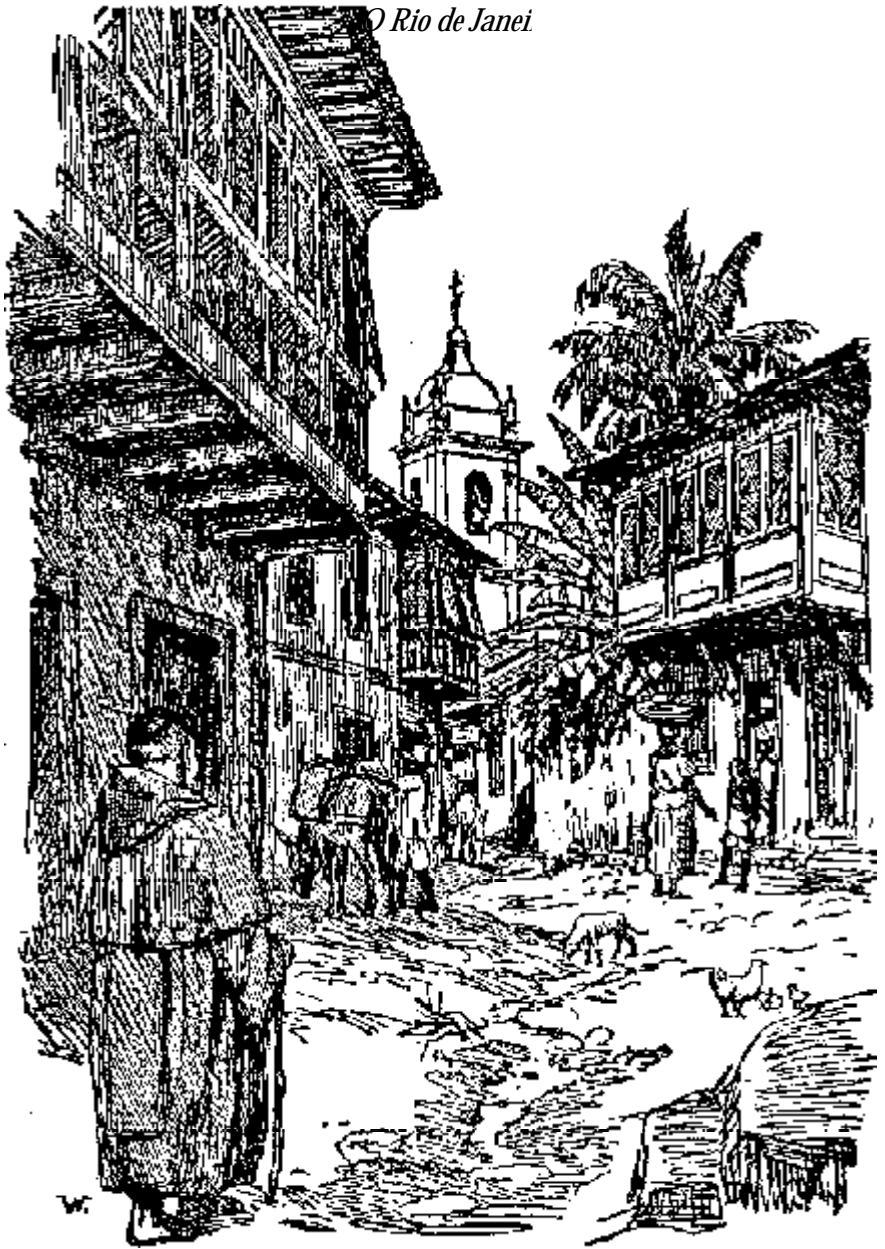
Pela hora em que o céu ganha um tom cinza e o vento sopra mais forte, vindo da barra, para melhor gozar do quadro e da paisagem, Phillippe, o da bodega, arrasta para a frente da porta um banco de jacarandá, desabotoa a véstia de ramagens, bufando, acalorado, e mete o cachimbo de louça na boca que tagarela em uma porção de línguas. Phillippe diverte-se, Philippe sente-se bem nesse ambiente patriarcal e amável, Phillippe, que vem de França, mas que não se sabe se teria visto e apreciado as elegâncias mundanas da risonha Versalhes, com os seus canteiros à Le Notre e os seus personagens à Watteau.

Antes, porém, das badaladas das Ave-Marias, toda essa multidão se aparta e se desmancha. Que a cidade não conta com outra luz, quando anoitece, que não seja a dos nichos iluminados das esquinas. Os portadores de serpentinas e cadeiras metem ao ombro a vara das conduções; nas segas, os sotas estalam, apressando os animais, compridíssimos chicotes; os taboas tomam atitudes elegantes no degrau traseiro das carruagens. Pela boca do Arco do Teles, pelas bandas da praia, pelo cami-

nho da Rua Direita, para os sítios da Cadeia e da Misericórdia, a multidão aos poucos se derrama, e escapa desaparece.

É andar depressa, antes que a noite role do alto e desça apressada e escura para forrar a cidade de sombra de tristeza e de mistério.





Aspectos da rua colonial – A passagem dos negros vindo da Costa d’África pelos logradouros públicos – Cenas degradantes – A Rua Direita. Outras ruas – Providências da natureza – A profilaxia das chuvas, dos ventos e do sol – Frades e padres – Graves acusações feitas a esses sacerdotes – O que estaria reservado ao pobre Cristo se ele por cá aparecesse.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Rua colonial, *Washt Rodrigues*– Trecho do Rio antigo, *Washt Rodrigues*– Frade, *Carlos Chambelland* – Negro crioulo (Rio de Janeiro), inédito de *Rugendas* –, Coleção *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Retrato do Marquês do Lavradio (Coleção do Instituto Histórico Brasileiro).

.....

Aspectos da cidade e das ruas

III

A Rua Colonial, que de maneira tão insólita soube ofender o olfato de Mathison que a viu, cheirou e descreveu, é de terra batida, sem nível, toda em sulcos e crateras, onde as águas adormecem formando poças, viveiros de rãs e de mosquitos.

O desvelo do Senado da Câmara não pode estender-se a todas as ruas da cidade. Fica entre três ou quatro das mais centrais, das mais concorridas, das mais passeadas pelo vice-rei. Triste e abandonada rua! Por vezes, em lugares onde não é intenso o trânsito, vê-se um verdoengo tapete de gramíneas desafiando o paladar dos animais, que nela vivem ou passeiam inteiramente à solta: cabritos, carneiros, porcos, cavalos, galinhas e perus. Ao mesmo tempo rua e pasto. E monturo, também; lugar onde se juntam, quase sempre, no mesmo sonho de decomposição, detritos de toda natureza, animais mortos, a espurcícia das cozinhas, de envolta com as águas pútridas e até dejeções humanas. Não há nisto o menor exagero. Quem duvidar que leia no relatório do Marquês de Lavradio, vice-rei, o mesmo que pensou em criar para os escravos chegados da Costa da África depósitos especiais no Valongo, a descrição das ruas mais centrais comprometidas com a passagem daqueles infelizes, coitados, que desembarcavam completamente nus, cobertos de verminas e moléstias, dando expansão, o que era pior, às mais prementes necessidades fisiológicas.

As famílias reclamavam, porque, além do fétido horrível, que permanecia no ambiente, como rastro de tais levas compostas, por vezes, de centenas de africanos, ninguém podia descerrar uma gelosia, entreabrir uma porta, ou pôr, sequer, o olho pela frincha da grade de pau ou da urupema, sem ver um negro de cócoras. Um escândalo. E um nojo.

Com ou sem negro vindo da Costa da África, porém, a rua, qualquer que ela seja em toda a cidade colonial, cheira mal. Em certos lugares, então, como o beco dos Cachorros, o do Guindaste, Música ou João Homem, só um nariz de todo insensível ao esterquilínio da centúria será capaz de entrar, heroicamente, sem uma contração, sem um só arrepio.

Ao centro da rua suja corre um rego ou valeta, mais ou menos profundo, não raro sem o necessário declive, aberto a olho na terra fria. Serve ao escoamento das águas. Continuam, apesar disso, em torno, as poças e nelas as imundícies flutuantes. O que vale é que as chuvas, sobretudo as do estio, profiláticas e violentas, em cheias mais ou menos notáveis, inundando tudo, acabam por conduzir todas essas abjeções caminho do mar. Natureza mãe! Natureza amiga! O homem suja, o vento varre, a água lava e o sol, depois, enxuga!

Para ir a São Bento enfiemo-nos pela mais vasta, mais bela e mais palpitante artéria da cidade, a Rua Direita, irregular e torta apesar do nome, com a linha frontal do casario que ora ondula, ora avança, ora foge, a princípio muito larga, para morrer, depois, em funil, lá para as bandas do Arsenal de Marinha.

Não há trânsito maior, nem bulha mais intensa em toda a *urbs* esparramada e feia. A rede de vielas estreitas e imundas, vindas da Carioca e Vala, está sempre cuspidando nela a massa colorida da população. São funcionários do governo, nas suas capas de saragoça, vistosas, os feltros chamorros derrubados no pescoço; são soldados da milícia da terra, de calção e véstia cor de canário, com debruns brancos nas casacas cor de anil; são frades em roupetas cor de castanha, amplas, risonhos, corados e gorduchos; são padres seguidos pela escolta das beatas que lhes beijam as mãos, as vestes e até as fivelas dos sapatos; mazombos, dos que têm privilégio de infanções, podendo vestir de seda, usar espadas, eleger os munícipes do Senado da Câmara, com o nome em livros de irmandades na rubrica dos irmãos nobres, negros escravos conduzindo fardos, sacos ou caixas, mamelucos, cabras,



aribocos, mulatos de capote, peões, oficiais mecânicos, operários e outros trabalhadores, o proletariado do tempo que se arregimenta sob a bandeira dos ofícios, com altar, filarmônica, bandeira e santo padroeiro nos templos das paróquias; os infames da raça: o judeu, o mouro, o cristão-novo, o cigano, o mariola, a rameira, o mendigo, o degredado...

É uma mescla de gente mais ou menos escura, uma vez que, sob a ação violenta e causticante do sol, o branco vira mulato, o mulato, preto, sendo que o preto retinta. Um verdadeiro povoado africano. Sofala, Benguela, Moçambique. Diga-se de passagem – para cada branco, dez pretos, três mulatos e três caboclos. O português, como em todo o Brasil, mandando, dirigindo, colonizando, impondo a língua, a religião, os costumes, porém, sempre, em grande, em escandalosa minoria. Se Portugal é um país pequeno e sem gente, com um milhão de habitantes na época do descobrimento, quando no Brasil já havia para mais de dois milhões de índios, só na costa!

Cada homem que passa traz enfiados ao pescoço ou sobre o estômago, bem à mostra, escapulários, bentinhos, cruzes, imagens de santos, por vezes enormes, em medalhas, em quadros com molduras, em vidros, em resplendores de metal: São Bento, São José, Santo Antônio, São Cosme, São João, São Joaquim, Santo Onofre...

De ver os que cruzam lentamente, ramalhando rosários, os lábios batendo em preces, olhos ternos e piedosíssimos no céu. Mostra de fidalguia, essa de se inculcar beato, provas de boa educação; e de sobra de tempo.

Época de grande superstição e quase nenhuma religião. No Brasil, como em Portugal, a Igreja, que vem das fogueiras do Santo Ofí-



cio, degradada pelo fanatismo, corrompida pelo espírito aventureiro de um clero que não é feito de vocações, mantém-se só porque repousa sobre a falta de instrução do povo, aquela mesma massa que, na frase de Tirawley, quando fala de Portugal, metade vive à espera do Messias, outra à espera d'el-Rei D. Sebastião... A Igreja não é mais o manto protetor que abriga o humilde e o consola, a suave palavra de Jesus. É aliada dos ricos e poderosos, ela que entesoura as maiores riquezas da Terra e farta-se de poder. Quantos escravos possuem os frades de São Bento? Mais de mil. Há devotos que legam, quando morrem, peças da Índia, fôlegos vivos, escravos para que, tornados em dinheiro, sirvam depois para custear as obras de templos ou para magnificências na hora do culto. Vende-se o negro. Apura-se o ouro. É negócio. Espera-se por outro testamento.

Nas explorações do comércio, nas especulações das indústrias, em qualquer coisa, enfim, onde haja promessa de ganho ou renda, há sempre metido um padre ou um frade. O bispo Alarcão faz negócios com barras de ouro. Só num dia embarca 16.000 para a Angola. Morre podre de rico. Quem obtém o monopólio dos açougues em Minas? Um padre.

Padres e frades cevam-se de comadres. Vão deixando filhos por onde passam; uns discretamente, outros escandalosamente. Certo Frei José, frade jesuíta, numa solenidade do Carmo, após o sermão, pede ao povo *uma Ave-Maria para a mulher do bispo que está em trabalho de parto...* (Devassa feita pelo padre Cepeda sobre os jesuítas do Brasil, documento existente nos arquivos do Instituto Histórico Brasileiro).

Padres, como o jesuíta Vítor Antônio, tomam da cabeleira do Senhor dos Passos e vão com ela, disfarçados, para a pândega. Onde se encontra o famoso vigário que não quer embarcar para a Trindade? Num prostíbulo, onde o sustentam mulheres de vida airada.

O padre Bento da Silva Cepeda, no seu relatório edificante sobre os componentes da Companhia de Jesus, falando do Colégio de Jesuítas desta cidade, declara: *Insignes ladrões há neste colégio. O padre Miguel Carlos entra furtivamente no cubículo do Reitor e furta-lhe quinhentos mil-réis, o padre Alves rouba, em uma noite, ao prefeito da igreja, etc...*



MARQUÊS DO LAVRADIO
3º VICE-REI DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO
(Coleção do Instituto Histórico Brasileiro)

Os burlões sobram. Luís de Albuquerque, padre procurador dos jesuítas, nunca perdeu, em 24 anos, uma só causa! Sempre que a mesma está mal parada – rouba os autos. A congregação paga-lhe propinas especialíssimas!

E já que se fala em espertezas: no tempo de Bobadela manda-se cercar o Convento do Carmo para prender uns frades. Um deles tem uma idéia: toma do Santíssimo Sacramento e coloca-o na janela, na grade que dá para a rua. A guarda, de acordo com o regimento militar da época, é obrigada a fazer uma continência ao símbolo sagrado e a executar a marcha batida. O comandante ordena: – Honras ao Santíssimo!

Enquanto isso está se passando, as roupetas criminosas estão em fuga sem que um soldado as possa deter...

Nas folgas do negócio esses sacerdotes batizam, casam, absolvem almas cândidas, dão extrema-unção, encaminhando para o seio de Deus criaturas, realmente, piedosíssimas e boas...

*Se fores para o Céu,
bem irás;
Se fores para o Inferno,
Lá ficarás.
Pelo sim ou pelo não
A pataca e a vela
Cá pra mão.*

A minoria, essa, é pura, diga-se a bem da verdade; minoria impotente, entretanto, para sustentar a impetuosa avalanche dos maus. Os estrangeiros que aqui chegam, diante da corrupção dos padres e dos frades, pasmam escandalizados, ofendidos. Todos. O abade de La Caille, insuspeito, diz no tempo de Bobadela, que os sacerdotes *são os primeiros a dar mau exemplo da sem-vergonhice.*

Corruptos, desavergonhados, ignorantes, nem latim sabendo, é o que pouco mais ou menos lê a gente nos livros do tempo, onde há impressões da cidade.

E o que nos conta a correspondência dos bispos para as autoridades eclesiásticas da Metrópole? Leia-se essa correspondência... E os relatórios dos vice-reis? Leiam-se esses relatórios... Pense-se um pouco, depois

disso, no que pode ser a alma triste de um povo trabalhado por essa gente. Rocha Pombo atribui o indiferentismo religioso do brasileiro, a esses frades e a esses padres. Reza-se muito, lá isso é verdade, como nunca mais se rezará no Brasil; jejua-se, vai-se à missa todos os dias, uma, duas, três, quatro vezes, bem como ao confessionário, ao *Te-Deum*, ao *lausperene*, ao mês de Maria; anda-se com o livro de orações todinho enfiado na memória, o rosário sempre a palpitar entre os dedos, de rastros, pelas ruas, cantando litânias na cauda das procissões; mas, se o Cristo surgir de repente, de uma dessas vielas, pregando de novo aquelas santas palavras de paz e de amor que já pregou entre os homens, este mesmo povo, beato e piedosíssimo; esses mesmos fiéis, esses mesmos sacerdotes – não tenham dúvida – vão-no, malham-no, carregam-no para a cadeia do Aljube, indo, depois disso, dizer ao Sr. bispo que prenderam um impostor!



As lojas da cidade – Toldos e tabuletas – Caixeiros e patrões – Curiosas maneiras de comerciar – Palavras do Marquês do Lavradio a propósito dos senhores do comércio – Mais tipos de rua – O viático – Descrição do cortejo pelas ruas da cidade – A casa do moribundo – O capoeira, sua vida, suas aventuras e sua religião.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Loja colonial, *Washt Rodrigues*– O viático, *Washt Rodrigues*– Capoeira, *Washt Rodrigues*– Companhia do viático, *Salvador Ferraz*– Tipo de Negro de Benguela, *Carlos Chambelland*.

FORA DO TEXTO – Retrato de Luís de Vasconcelos e Sousa (Coleção do Instituto Histórico Brasileiro).

.....
Aspectos da cidade e das ruas

IV

N rua movimentada e alegre, coalhada de negros, de padres e de mendigos, estão as lojas dos mercadores da cidade. São casas de vender panos, de vender breu e de vender estopa, estanques onde se merca o tabaco; oficinas de bate-folhas, pilaganeiros, sirgueiros; barbearias, chapelarias, tabernas, farmácias, armazéns de surradores de couro...

Ao sol forte que espande e que caustica, cada uma dessas lojas mostra o seu toldozinho escasso de pano pobre, de riscas descordadas, sob as tabuletas de pau ou de ferro, que publicam o gênero de mercadorias postas à venda. Como lojas são minúsculos lugares, às vezes verdadeiros oratórios; lembram as lojetas do Cairo, de Fez ou de Tetuan. Em muitas o luxo dos soalhos não existe.

Algumas há, porém, que mostram o chão coberto de esteirinhas ou de tapetes, como os há, ainda, sem a menor cobertura sobre a terra fria. À porta, quase sempre estão os caixeiros, à vontade, de calção sem meias, alpercatas ou tamancas. Trazem as camisas encardidas, arrepanhadas pelas mangas, em rodilhas, e na cabeça, prendendo o cabelo que se despenha em cachos, barretinas de várias cores. Ao fundo, os patrões obesos e tranqüilos, de sobrancelhas ramalhudas e a barba por fazer, embarricados atrás dos balcões, sonolentos e felizes, como que a digerir pacatamente os lucros. São todos eles reinóis. Vêm dos campos

do Minho ou vêm das Ilhas, mas não querem saber dos filhos desta terra. Não querem e os enxotam do comércio, que guardam só para eles. Quem tal afirma é o Marquês do Lavradio no seu relatório oficial a D. Luís de Vasconcelos e Sousa quando da passagem da vice-real governança do país e da cidade: *Em lugar de tirar do país utilidades possíveis, o português, com a pressa de enriquecer, não cuida em nenhuma outra cousa que não seja em fazer-se senhor do comércio que aqui há, não admitindo nenhum filho da terra nem de caixeiro – receoso de que um dia deixem eles de ser negociantes.*

A loja passa, portanto, como legado, de pai a filho ou resvala para a mão de outro reinol, nunca para a mão do de cá.

No governo do Conde de Resende são notáveis do comércio que floresce, entre outros, Brás Carneiro Leão, Manuel da Costa Cardoso e José Caetano Alves. É a aristocracia analfabeta do atacado e do varejo. Cada um deles vale o que pesa, quinhentos vezes, mil vezes em ouro. Quando não pesa mais. Comércio do Brasil – negócio da China. Rendimento espantoso, certo; cento por cento, duzentos por cento, quando calha, trezentos! Entretanto, esse comércio extraordinário maior serviço prestaria à Metrópole, se os seus comerciantes tivessem vistas maiores e se tão atrasados não se mostrassem em noções de seu ofício. Esse comentário é ainda do Vice-Rei Marquês do Lavradio. A única casa que para ele se mantém dentro das regras naturais do comércio é a de Francisco de Araújo Pereira. Os outros negociadores são meros comissários, tímidos e medrosos de qualquer empreendimento fora da rotina, e tão ig-



norantes, acrescenta o Marquês, que não mandam mercadorias novas para o Reino por que de lá não são elas reclamadas!

Felizes e prósperos mercadores do Rio de Janeiro de antanho, pedra, cal e barro com que se ergueu o mui honrado comércio desta praça, que de vosso prestígio falem as atas do Senado da Câmara, a correspondência dos governadores, as gavetas dos luminares da Justiça e até os próprios destinos da colônia...

Passam negros agora portadores de um enorme e pesadíssimo tonel amarrado em tramas de corda e pau. Cantam. À frente vai o capataz erguendo, na mão direita, o ruidoso maracá animando os homens do esforço, marcando, com solenidade e importância, o ritmo sincopado da marcha e da toada cheia de melancolia e de tristeza:

Maria, rabula, auê
Calunga auê.

Vão passando.

Vago, longe, cortando o cristal da manhã iluminada e azul, de repente, outro cantar que se escuta, quiçá ainda mais triste e mais monótono, como que vindo das bandas do céu. Há quem pare escutando. Há quem se persigne e espere. Há quem abale em direção à litania misteriosa, com a molecagem das ruas a gritar: Nosso Pai! Nosso Pai! Nosso Pai!



Acompanhando a multidão bulhenta, desencabrestada e feliz, dobramos a Rua de S. Pedro para esperar, no canto da Candelária, o Santo Viático que marcha. Acompanha-o uma multidão enorme e respeitosa em massa de muitos metros. À frente do bando está o andador da irmandade, de opa, e tocha na mão esquerda, noutra a campainha colossal erguida no ar tranqüilo em toques ritmados.

Blem...

Blem...

Blem...

A seguir vem o cruciferário alçando a cruz na feira, seguido de quatro laterneiros com as suas varas de prata, formados a dois de fundo e, logo, o irmão do turíbulo e os irmãos do Santíssimo: um, com a sua toalha branca de linho e renda presa às costas, outro conduzindo a âmbula sagrada com os santos óleos e a hóstia. Vem então o pálio, e, sob o seu panejamento de seda e ouro faiscando ao sol, um sacerdote de sobrepeliz e estola branca. E logo os acólitos e erguendo, um, a caldeirinha de água benta, outro o vaso da extrema-unção; e as músicas e os soldados das milícias da terra, por fim, fechando o préstito.

Cantam os que vão marchando, bem como todos que estão pela rua piedosamente de joelhos e mãos postas, orando por aquela alma que sofre e que vai desencarnar.

Dobra Nosso Pai a Rua da Candelária e vai dobrar, depois, a dos Pescadores.

A casa do moribundo fica próxima à praia. Está em festas. É uma morada de sobrado e de larga porta de rés-do-chão, aberta de par em par. Vê-se o solo festivo juncado de folhas de mangueira e canela e, no alto, surgindo do rompimento da gelosias de grades de pau, lanternas de cores, balouçando à viração que sopra.

Diante da porta do moribundo, ainda mais alto, numa bulha ensurdecadora, os cânticos ressoam, as músicas clangoram e a campainha toca, aos saltos, no ar.

Pelo interior da residência, já a família, de preto, recebe o sacerdote no vestibulo. Estão os parentes, estão os amigos do que agoniza, todos com as suas mais solenes roupas, de ar, porém, nada severo ou espectral. A hora é de suprema felicidade, hora em que o sacerdote de Deus vai garantir à pobre alma, a desprender-se, um lugarzinho no Céu. A não serem os que



D. LUÍS DE VASCONCELOS E SOUSA
4º VICE-REI DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO
(Coleção do Instituto Histórico Brasileiro)

tombam de repente, fulminados pela mão divina, não há cristão que morra sem a palavra piedosa do padre e sem hóstia que lhe serve de passaporte para a viagem, que vai fazer ao outro mundo.

Os médicos que não alarmam as famílias, avisando a gravidade do estado dos seus doentes, a fim de que elas tratem logo de correr às sacristias das igrejas, providenciando para que ao enfermo seja proporcionado tão impressionante espetáculo, são punidos.

Os sensíveis, os nervosos, muitas vezes, ante o aparato de tão angustiosas e lúgubres cerimônias, morrem logo, mesmo sem tempo de ouvir o confessor. Mas não perdem a viagem os sacerdotes, nem os piedosos irmãos da confraria: unge-se o corpo do defunto, roga-se a Deus pela sua alma, consola-se a família, e recebem-se as patacas do serviço.

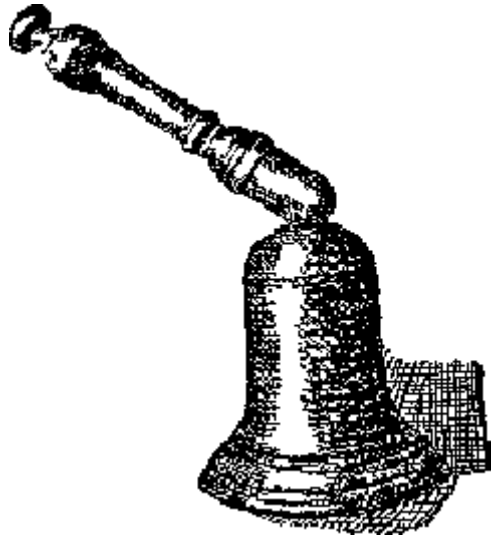
De volta, pelo caminho que vai à Vala, penetremos a Rua dos Ourives, das de maior concorrência da cidade.

À porta do estanco de tabaco está um homem diante de um frade nédio e rubicundo. Mostra um capote vasto de mil dobras, onde a sua figura escanifrada mergulha e desaparece, deixando ver apenas, de fora, além de dois canelos finos de ave pernalta, uma vasta, uma hirsuta cabeleira, onde naufraga em ondas tumultuosas alto feltro espanhol.

Fala forte. Gargalha. Cheira a aguardente e discute. É o capoeira.

Sem ter do negro a compleição atlética ou sequer o ar rijo e sadio do reinol, é, no entanto, um ser que toda gente teme e o próprio quadrilheiro da justiça, por cautela, respeita.

Encarna o espírito da aventura, da malandragem e da fraude; é sereno e arrojado, e na hora da refrega ou da contenda, antes de pensar na choupa ou na navalha, sempre ao manto



cosida, vale-se de sua esplêndida destreza, com ela confundindo e vencendo os mais armados e fortes contendores.

Nessa hora o homem franzino e leve transfigura-se. Atira longe o seu feltro chamorro, seu manto de saragoça e aos saltos, como um símio, como um gato, corre, recua, avança e rodopia, ágil, astuto, cauto e decidido. Nesse manejo inopinado e célere, a criatura é um ser que não se toca, ou não se pega, um fluido, o imponderável. Pensamento. Relâmpago. Surge e desaparece. Mostra-se de novo e logo se tresmalha. Toda a sua força reside nessa destreza elástica que assombra, e diante da qual o tardo europeu vacila e, atônito, o africano se trastroca.

Embora na hora da luta traga ele, entre a dentuça podre, o ferro da hora extrema, é da cabeça, braço, mão, perna ou pé que se vale para abater o êmulo minaz.

Com a cabeça em meio aos pulos em que anda, atira a cabeça-da sobre o ventre daquele com quem luta e o derruba. Com a perna lança a trave, o calço. A mão joga a taponá, e com o pé a rasteira, o pião e ainda o rabo-de-arraia.

Tudo isso numa coreografia de gestos que confunde. Luta com dois, com três, e, até com quatro ou cinco. E os vence a todos. Quando os quadrilheiros chegam com as suas lanças e os seus gritos de justiça, sobre o campo da luta nem traço mais se vê do capoeira feroz que se fez nuvem, fumaça e desapareceu.

Na hora da paz ama a música, a docuça sensual do brejeiro lundu, dança a fofa, a chocaina, e o sarambeque pelos lugares onde haja vinho, joga, fumo e mulatas. Frequenta os *pátios* das tabernas, os antros da maruja para os lados do Arsenal. Usa e abusa da moral da ralé, moral oblíqua, reclamando pelourinho, degredo, e, às vezes, força.

Tem sempre por amigo do peito um falsário, por companheiro de enxerga um matador profissional e por comparsa, na hora da taberna, um ladrão. No fundo, ele é mau porque vive onde há o comércio do vício e do crime. Socialmente, é um cisto, como poderia ser uma flor. Não lhe faltam, ao par dos instintos maus, gestos amáveis e enternecedores. É cavalheiresco para com as mulheres.

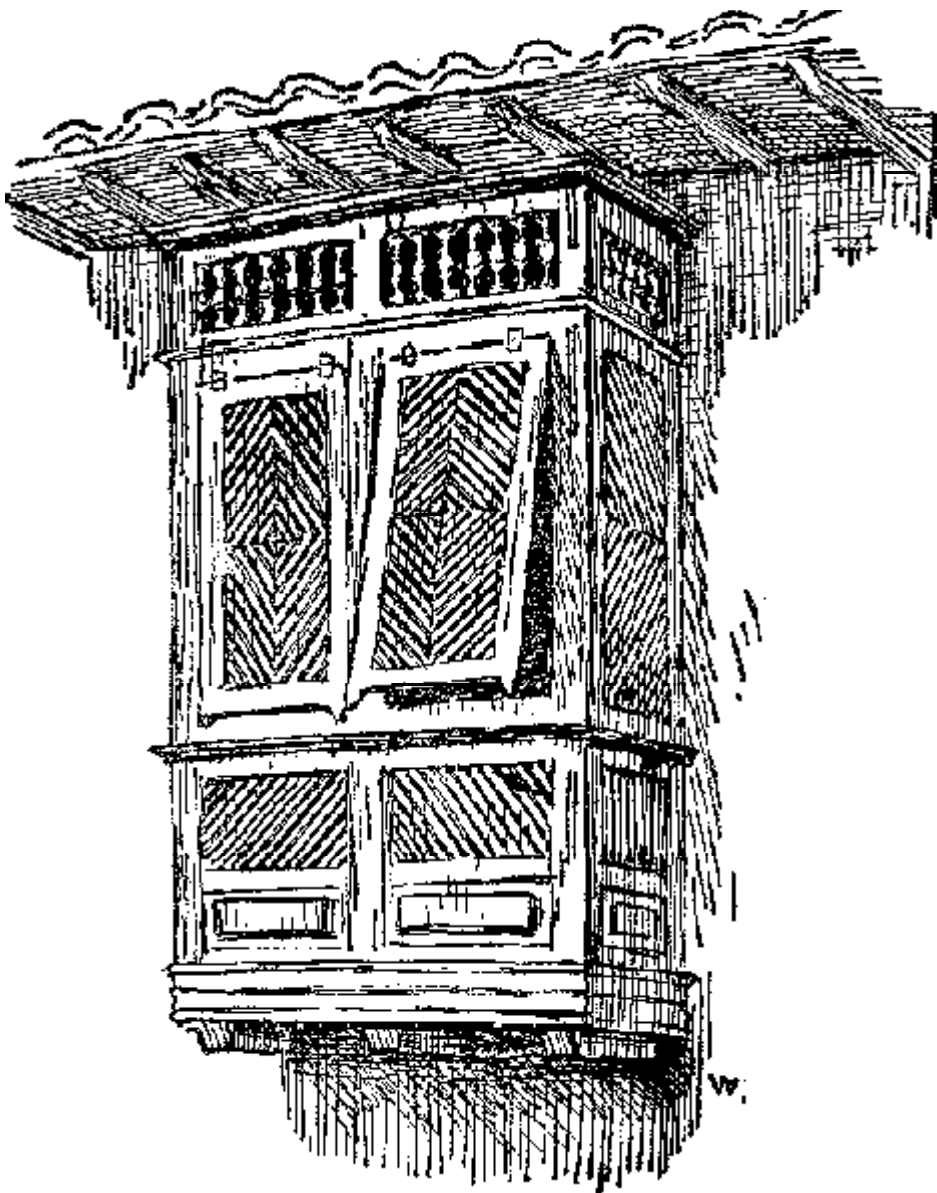
Defende aos fracos. Tem alma de D. Quixote. E com muita religião. Muitíssima. Pode faltar-lhe ao sair de casa o aço vingador, a

ferramenta de matar, até a própria coragem, mas não se esquece do escapulário sobre o peito e traz na boca, sempre, o nome de Maria ou de Jesus.

Por vezes, quando a sombra da madrugada ainda é um grande capuz sobre a cidade, está ele de joelhos compassivo e piedoso, batendo no peito, beijando humildemente o chão, em prece, diante de um nicho iluminado, numa esquina qualquer. Está rezando pela alma do que sumiu do mundo, do que matou.

É de crer que, como sentimento, o capoeira é, realmente, um tipo encantador.





A morada colonial sob o ponto de vista estético e higiênico – Ausência de bons arquitetos em Portugal – As mais belas residências do Rio, no tempo dos Vice-Reis – Razões da demolição do casario colonial mandada fazer por D. João VI – Como se construía uma casa – A mentalidade do homem do risco – Descrição da fachada de uma morada colonial, por Manuel de Macedo – Ausência de numeração nos prédios. Endereços curiosos.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Janelão colonial, *Washt Rodrigues* – Casa da cidade, *Washt Rodrigues* – Rés-do-chão e sobrado, *Carlos Chambelland*. Tipo de casa de arrabalde, *Carlos Chambelland*.

FORA DO TEXTO – Retrato do Conde de Resende (Coleção do Instituto Histórico Brasileiro).

.....

Aspectos da cidade e das ruas

V

A casa, com raras exceções, é sempre a mesma: não tem expressão nem pitoresco. *Sem simetria e sem gosto*, como a classifica Langeastead. Faltou acrescentar: e sem higiene. Em linhas gerais, repete a casa portuguesa da época. O plano é mau, mas, como os operários da terra são piores, a casa fica péssima. Nela mora-se, porém, que o país sobre ser de aguaceiros é de sol forte...

La plus part des soit disant architectes dans ce pays ne sont que des appareilleurs, diz Balbi, falando, logo no começo do século XIX, da arquitetura, o reino de Portugal. Lá e cá. O inexorável *homem do risco!* Graças a ele, com efeito, não há em toda a urbs colonial uma só morada digna. As conhecidas como as mais belas e mais pomposas, a residência do vice-rei, na Praça do Carmo, por exemplo, e a casa de chácara de Elias Lopes, na Quinta da Boavista, dão-nos uma idéia segura do que seriam as outras. No Museu Histórico existe um oval que nos mostra, por miúdo, a primeira; a segunda, com o seu ar esboroante e decrépito, pode ser vista numa estampa da *History of Brazil*, de Henderson publicada em 1821.

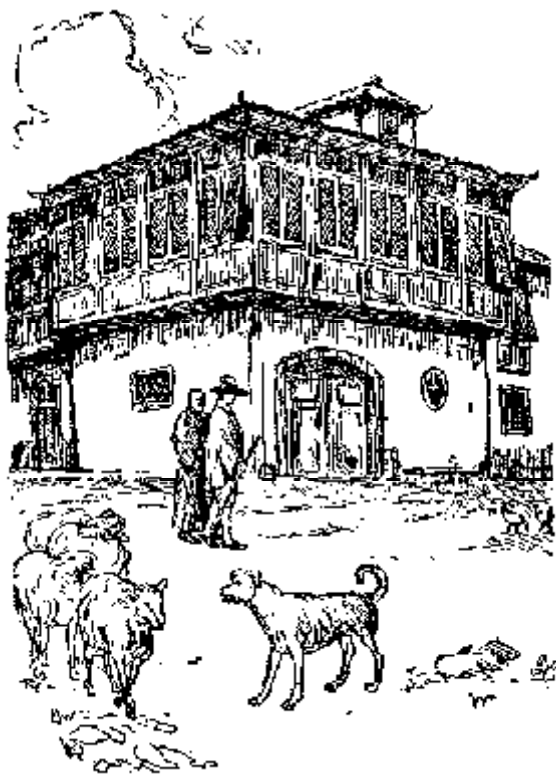
Quando a corte de D. Maria I chega ao Brasil, fugindo às hostes belicosas de Junot, a casa brasileira causa mau efeito ao fidalgo recém-vindo. E ler-lhe a correspondência enviada daqui para a metrópole. E o fidalgo,

seja dito de passagem, não é lá pessoa de grandes exigências. É o fidalgo da Corte de D. João, um príncipe de linha um tanto precária e que, em matéria de bom gosto, antes de pensar, pergunta sempre pela opinião do *guardaroupas* Lobato.

Na Capital do Brasil português salva-se, apenas, a natureza ainda não estragada pela mão do homem que, por isso, merece louvores especialíssimos. O resto envergonha-a e deslustra-a como sede que vai ser de uma corte européia.

O intendente Paulo Fernandes Viana, em 9 de julho de 1808, manda, por isso, baixar o famoso edital, que condena a cubata carioca petrificada pela imaginação do *homem do risco*.

Começa-se a derrubada dos casebres *afrontosos à civilização*. Ruem paredes, abatem-se telhados, despedaçam-se rótulas de pau e de urupema. A obra dignificadora, porém, em dado momento, suspende-se.



Não se pode demolir, assim, uma cidade inteira. Os próprios fidalgos protestam. E com razão. Onde alojar, na verdade, toda a população, acrescida, com cerca de 15.000 homens, que tantos são os fujões de Lisboa?

Suspende-se o trabalho. Apela-se com resignação para o futuro. Põe-se de lado o edital civilizador...

E como é, afinal, essa casa de morada? Ei-la. Temo-la justamente, diante de nós, tristonha e feia, surgindo de terra nua, sem um lajedo a mais traçando-lhe um passeio em frente, que só pelo fim da centúria foi que se começou, por aqui, a pensar em empedramentos de logradouros e calçadas.

A casa que temos diante dos olhos, é de um só andar, repetindo no enfezado feitio, pouco mais ou menos, as que se espalham até pelos distantes caminhos, que vão além da Vala ou bandas da Lapa e do Valongo. É baixa, cumba e mal-aprumada; tem o telhado rugoso e grosseiro, abatendo-se sobre os panos lisos da construção como que achatando-a, acaçapando-a. É, além disso, mal edificada, nova de construção, e já de aspecto desmoronante, farrapona, como uma mendiga – *pedindo esmolas ao bom gosto*. O pé direito, em geral, é quase sempre exíguo. No andar térreo, três metros. Três? Quando calha. Por vezes, nem isso. No andar de cima ainda menos. Em vez de largas e rasgadas janelas na parte térrea, além do largo portão sempre fechado, apenas umas aberturas estreitas, vãos de entrada de luz e de ar, miseráveis fendas mouriscas, óculos com cruzeta de ferro...

A porta que dá entrada para o saguão, ou a porta de rótula que comunica com o corredor ou com a sala, abre as abas sempre, para fora, para a rua. Por isso, manda a prudência que se caminhe um tanto distanciado da linha das fachadas, fazendo guarda ao nariz.

Constroem-se muitas vezes casas com paredes duplas. Muito bem. Num clima escaldante, como o nosso, nada mais indicado. A ignorância do construtor, entretanto, manda encher o oco com terra, de tal sorte provocando o bolor e a umidade. As paredes da morada cobrem-se de limo; os objetos que nela se guardam, de mofo; os ossos dos moradores, de reumatismo. É a mentalidade do arquiteto colonial.

O estrangeiro, que por aqui passa e vê tal obra, espanta-se. Ou sorri. As citações, por vezes, fatigam...



CONDE DE RESENDE
5º VICE-REI DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO
(Coleção do Instituto Histórico Brasileiro)

A fachada quase sempre desaparece por uns tapumes de madeiras em grade, que avulta a mascarar-lhe a fisionomia acañada e reles. Surpreende por estapafúrdia. Pela ausência de imaginação. *São armações pesadas, severas, lúgubres, espessas. Poucas se mostram numa feição discreta ou leve*, evocando os *mucharabiehs* árabes ou os balcões românticos de Florença. A massa que avança, mostrando travejamentos agressivos, em geral, é quase sempre informe, esparramada, sem sombra sequer de graça e do menor pitoresco. E tudo muito bem fechadinho, muito bem tapadinho. Melhor é citar quem viu no começo da passada centúria a monstruosidade e no-la descreve fielmente. Diz Manuel de Macedo: – *Tinham os sobrados engradamentos de madeira de maior ou menor altura, e com gelosias abrindo para a rua: nos mais severos, porém, ou de mais pureza de costumes, as grades de madeira eram completas, estendendo-se além das frentes pelos dois extremos laterais e pela parte superior onde atingiam a altura dos próprios sobrados, que assim tomavam feição de cadeias. Nessas grandes rótulas, ou engradamentos, também se observavam as gelosias, e, rentes com o assoalho, pequenos postigos, pelos quais as senhoras e as escravas, debruçando-se, podiam ver, sem que fossem facilmente vistas, o que se passava nas ruas. As rótulas e as gelosias não eram cadeias confessas, positivas, mas eram, pelo aspecto, e pelo seu destino – grandes gaiolas.*

Isso por fora. E por dentro?

Pelo saguão, que é ao mesmo tempo vestibulo e cocheira, ou pela porta de rótula que cai sobre um corredor ou sala, entra-se. Há o salão de visitas da morada. A planta do domicílio colonial é vária. Como na do português, não existe uma disposição definida. Continua, entretanto, o conflito natural entre o conforto e a higiene. Aposentos sempre com a exígua cubagem de ar, luz deficiente e quase sempre indireta. Alcovas úmidas, tresandando a mofo e exóticos banhos, ambiente desagradável e malsão. Pelo estio evocam as chamas do purgatório; no inverno, as geleiras do pólo.

Por toda a habitação vigas expostas nos tetos e sempre de madeira desgeometrizada, tosca. As tábuas do assoalho muito largas, muito grossas, mal-unidas e presas por pavorosas cabeças de prego. Paredes brancas de cal. Um ou outro ricaço é que se lembra de forrá-las de chitão ou de damasco. O *sangue de boi* é a cor clássica dessas forrações em painéis, que levam cercaduras de madeira pintada, forrações que servem ainda de trin-

cheira e pouso à praga de certos insetos que, segundo opiniões respeitáveis, não cheiram lá muito bem quando amassados...

Se a residência mostra uma sala-de-jantar, esta sala é pequena. Nas plantas de Debret ainda se observa a exigüidade do aposento, que só ganhou apreciável amplitude pelos fins da Regência. Vasto, realmente, na casa colonial, só o salão de receber, embora sempre vazio de visitas e de mobiliário. No centro da construção há uma área, pulmão da morada, em coisa alguma, entretanto, lembrando o pátio andaluz que, mesmo para Portugal, poucas vezes saltou as fronteiras naturais do Guadiana, aqueles formosos átrios andaluzes todos forrados de azulejos e tão indicados para um clima ardente como o nosso. A pobre área colonial, na casa da cidade, é de terra batida e fria, em muitos lugares servindo de depósito onde se encafuam inutilidades ou coisas de pouco préstimo, lugar triste e sombrio, onde as vegetações criptogâmicas são o único ornamento que as ressalta. Se há azulejo na casa, quando aparece, é no vestibulo. Quando aparece, uma vez que o custo da frágil mercadoria, acrescido dos riscos e do preço de transporte torna-a quase inacessível à bolsa de todos. Só no convento e na igreja é que ele, e isso mesmo sem abundância, existe. Decora sacristias e corredores. Nas casas de campo dos muito ricos também uma ou outra vez logra aparecer.

Essa, a morada do Rio setecentista, erguida no âmago da cidade colonial, e onde a pobre besta humana vive o seu destino histórico, mais ou menos feliz e conformada; essa, afinal, a casa de onde, para alojar a nobreza de Portugal, em 1808, atiravam-se avidamente, à rua, os moradores filhos da terra, com as suas famílias, em afrontosas aposentadorias. Conta a História que o ingrato fidalgo pagou, depois, a hospitalidade graciosa, arrancando, na hora de partir para Lisboa, as portas e janelas,



com as quais mandou fazer engradamentos e caixotes para as utilidades que daqui levava. Vingança justa de fidalgo. Agravo maior sofrera ele, sendo obrigado a viver, como viveu, em tão triste e sórdida morada.

De uma maneira singular, faz-se o despejo de cada casa. Há o tigre. O tigre é um recipiente que afeta a forma estética de um vaso grego; ânfora, porém, onde não se guardam perfumes... Tem a altura e a utilidade provisória de um banco.

Deixam-no guardado, não raro, nas senzalas dos negros ou nas próprias alcovas dos senhores, estreitas, sem luz e sem ar. Não esquecer que para vedá-los há uma tampa, e, sobre esta tampa, um pano forte dobrado em quatro, úmido por vezes, por aviso e por cautela...

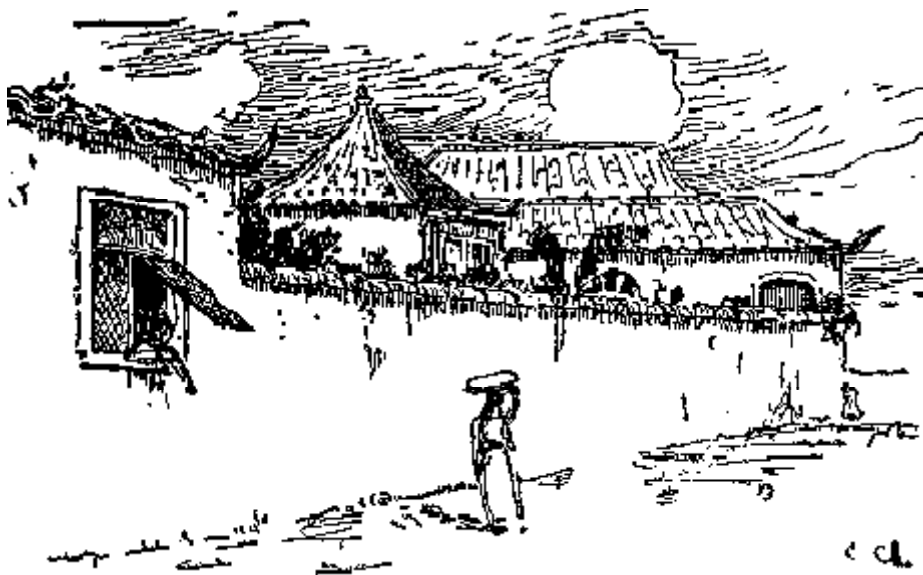
O escravo, logo que o dia tomba, põe o tigre à cabeça e sai, caminho da praia ou das covas mandadas fazer pelo Senado da Câmara, no lugar onde hoje existe o viçoso Parque da Aclamação. Quando uma cova está cheia, põe-se sobre ela uma bandeirola preta. É o sinal. O portador do barril já sabe, desvia-se.

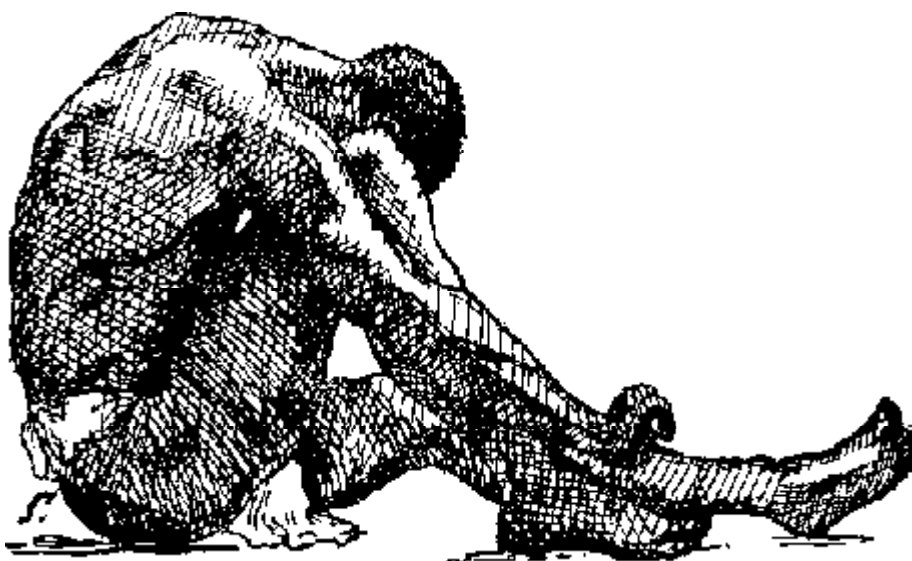
Esses barris são geralmente de madeira. Os tampos inferiores na parte onde se firma a cabeça, com a infiltração constante da umidade, não raro, apodrecem, enfraquecendo a sua natural resistência. Um belo dia – catrapuz – a tábua carcomida desloca-se, parte-se e a extremidade circular do barril vem com um colar sobre o pescoço do negro. Esse desastre, que provoca sempre a alegria e o clamor dos outros negros, é comuníssimo até pelas ruas mais centrais, de maior trânsito, passagem obrigatória desses indesejáveis recipientes, afetando a forma estética de vaso grego; ânfora, porém, onde se não guardam perfumes...

As casas não têm numeração. Conhecem-se pelos nomes do que nelas residem ou pelo comércio que nelas se pratica. As esquinas, em geral, conservam, como as casas, nomes especiais, que servem para orientar o que busque indicação de qualquer morada: há, assim, o canto do João da Guitarra, o canto do Tabaqueiro, o canto do *Manuel da Lagarta*, etc. Informes dão ainda para o que procure uma determinada residência sem conhecê-la os edifícios do governo, as igrejas, os quartéis e as fontes públicas.

Vai-se procurar o solicitador Manuel da Boa Hora à Rua do Piolho pegado com a igreja da Mãe dos Homens. Há uma carta que traz

como endereço de Moraes Santos apenas isto: Defronte do Arsenal. Outra, para Joaquim da Cruz Lobato com esta simples direção – ao campo (o que quer dizer que ele mora depois da linha da Vala, em alguma chácara ou fazenda). O alferes de fuzileiros Silvério Dias tem no quartel este registro de morada: *defronte das bancas do peixe*. O tenente agregado ao Estado-Maior do 1º Regimento, José Gomes de Ataíde, pelo almanaque da cidade no ano de 1794, mora à *Lapa dos Formigões*. E assim por diante.





O Valongo, mercado de escravos – O negro, poderosa ferramenta da colonização – Como o caçavam, na África – O suplício da travessia – A chegada ao Brasil – Espectros em vez de homens – Sofrimento dos escravos – Ignomínias oficiais – A atitude da Igreja – Como os portugueses explicam a página negra da escravidão.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Negro escravo, *Salvador Ferraz* – Folego vivo ou peça da Índia, *Carlos Chambelland*– Viramundo, *Salvador Ferraz*– Máscara de ferro que se colocava nos negros comedores de terra, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Retrato de D. Fernando Portugal (Coleção do Instituto Histórico Brasileiro).

.....

Aspectos da cidade e das ruas

VI



Valongo é uma enseada espremida entre duas elevações cobertas de verdura: o outeiro da Saúde de um lado e de outro lado, o morro do Livramento. No outeiro, que penetra a água tranqüila e azul por um penhasco abrupto, vê-se, entre amendoeiras aprateleiradas e coqueiros flébeis, que balouçam ao vento, a capelinha da Virgem caiada de branco, pequena e triste, dando vida e dulçor à paisagem tranqüila.

É um recanto esquecido da cidade este sítio bucólico escolhido pelo Marquês do Lavradio para que nele se assente o sinistro mercado dos escravos. Estão os armazéns em linha, melancolicamente, beirando a praia, cada um com a sua porta larga e aberta ao sol. Aí, a carne humana, que já passou pelo carimbo da Alfândega, pagando à coroa direitos de entrada, aboleta-se para ser vendida a quem mais der.

O quadro é aflitivo. Mancha a nossa História. Avilta-nos. Para suprir o braço do caboclo orgulhoso, que não se deixa escravizar, vai-se buscar, no viveiro d'África, o africano submisso. O Brasil é uma terra enorme. Portugal, um despovoado país. A colonização tem que ser feita. Caça-se por isso o preto na floresta africana a laço, como se caça o gorila ou o tigre.

Preso, tolhido para qualquer movimento, sob a pressão de cordas ou de algemas, deixam-no uns dias sem comer, para que se lhe quebrem, com a fraqueza física, os últimos resquícios de rebeldia e altivez. Embarcam-no, depois, num exíguo porão sem ar, sem luz. Um sacerdote católico, nessa hora de embarque, vem aspergir água benta por sobre a carga humana.

Faz-se mister que ela chegue, com a ajuda de Deus, inteirinha ao seu destino. Em Luanda, ainda existe certa cadeira de pedra, onde se sentava o próprio bispo...

A travessia do Atlântico é cruel. Os veleiros partem com os porões entulhados de carga humana. Para um vão, onde podem caber cem homens, empurram-se trezentos. O negro chora. O negro sofre. O negro desespera. Vezes, como um louco, avança para os varais de ferro da escotilha. É uma fera. Os olhos congestos saem-lhe das órbitas, a boca baba e espuma de dor. E assim grita, terrível, e esbraveja. Aquele desespero, aquela cólera e aquela ira são a labareda impetuosa da revolta. Ergue-se todo o porão em rebeldia. E centenas de bocas gritam, também, e centenas de ameaças fuzilam através dos vergalhões da grade. Bradam às armas no convés. Chegam aí, então, uns seis ou oito tripulantes da nau, com os seus mosquetões pesados e os assestam pelos vãos abertos da escotilha. E os descarregam, uma, duas, três vezes.

Aumentam no começo, as vozes, os gritos e os lamentos; mas logo depois, como que por encanto, cessa tudo... Tinge-se o porão de sangue. No dia imediato os tubarões do Atlântico têm uma ração mais farta de carne humana. E a viagem, serena, continua.

São setecentos quando embarcam. Desembarcam trezentos... Morre mais da meta-



de no caminho. Desafoga-se um tanto a pilha viva de bordo. Só assim há mais ar e mais luz no porão.

Quem mata menos, porém, é a arma de fogo. Mais, muito mais matam nesses porões infectos e exíguos a deficiência de ar puro, o escorbuto, a disenteria, as febres, a ausência de sadia nutrição e a escassez d'água para beber.

A inteligência do mercador, estreito mercador, afundado na infâmia do negócio, não percebe isso. O negro continua a vir em pilhas. E a ser devorado pela morte.

Chega o escravo ao Brasil. O que se salva sobe o pontavante da Alfândega para receber o imposto fiscal, que é o selo com que a civilização no país tributa o braço que vem trazer à terra o bem-estar e a fartura. É um esqueleto que mal se põe em pé, coberto de chagas e vermina. É a sombra do que foi. Marcha como um sonâmbulo. Cheira mal à distância. Empesta.

Ao negreiro, no entanto, pouco impressiona esse aspecto de miséria e aflição. O homem conhece o seu negócio e sabe que *na engorda, um negro pode aumentar, no prazo de uma semana, obra até de quatro ou cinco libras.*

Do Juízo da Alfândega marcha o infeliz para ceva do bazar, no Valongo. Aí pousa. Aí se afixa. E, desde logo, é a mercadoria que fica à disposição do comprador. Vai ser vendido o pobre, pelo aspecto, pelo que promete como rendimento de trabalho. Do lado de fora está o cartaz: *Negros bons, moços e fortes; os chegados pela última nau, com abastimento.*

Estão eles, coitados, completamente nus, escaveirados, tristes, de cócoras, sobre esteiras ou sobre a terra dura; olhando o capataz, que mostra na mão severa um relho em vara, alto, de onde pendem duas tiras de couro com um anel de ferro em cada ponta.

De quando em quando um serventuário distribui cuias de farinha, bananas, laranjas, frutas do país, grandes potes de água. É o suplício da engorda. A obrigação no momento é comer muito, comer demais, empanurrar-se, aumentar de peso. O negro continua a sofrer. A página é torpe. Não há outra mais torpe em nossa História. Entra, súbito, um comprador.



D. FERNANDO PORTUGAL
6º VICE-REI DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO
(Coleção do Instituto Histórico Brasileiro)

Suspende-se a refeição. O feitor estraleja o chicote. Tangidos a vergalho, formam todos os fôlegos. Mostram-se. Para disfarçar as chagas, a magreza e os defeitos físicos das peças, recorre-se a ardis os mais espaventosos. Os ciganos são especialistas na matéria. Também há compradores exigentes, que não se deixam assim, facilmente, ludibriar. Escolhe-se em geral um negro como se escolhe um cavalo, pela estampa e pela robustez, arregaçando os beiços, para ver a dentuça forte. O preço varia durante o curso do século. É sempre, entretanto, o mais caro de todos os animais, o negro...

*Que é coisa que sempre val
E desdobra o capital,*

como dizia Garcia de Resende. No país mal povoado e novo, a rude máquina de trabalho, ferramenta da colonização, não demora muito no bazar. Mais que cheguem! E eles chegam aos milhares.

No Rio, pelo ano de 1799, para uma população de 43.377 homens, há, apenas 19.578 brancos. Triste minoria! E pelo país inteiro a proporção é, pouco mais ou menos, a mesma. Não fosse o índio em quantidade notável, esmagadora, e seríamos hoje quarenta milhões de negros e mulatos.

Na hora de se fechar a venda do desgraçado, muitas vezes, o filho vai para um lado, vai a mãe para outro.

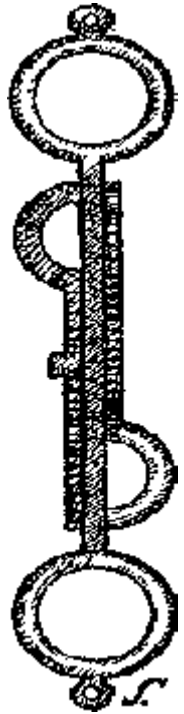
Corre nessa hora triste, para o pobre negro, a loteria do destino. Bom senhor, mau senhor... Que os há ferozes como também os há amáveis.

Fecha-se o negócio.

Desapertam-se os cordéis da bolsa, paga-se a mercadoria. Dela vai tirar-se lucro e proveito.

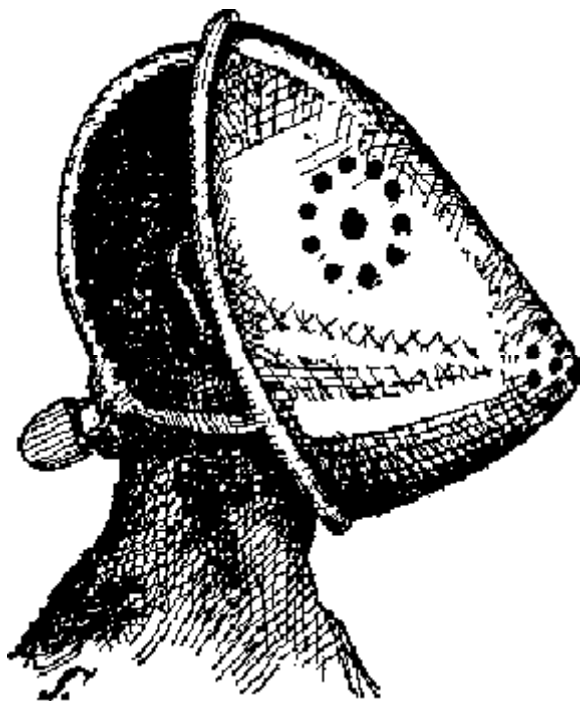
Lá parte o triste, o comprador, vai trabalhar de sol a sol sob a tutela áspera e cruel do feitor. Não lhe dão direito, na hora do serviço, de parar, de cansar, de adoecer.

Quando está aleijado, velho, imprestável, atiram-no ao meio da rua. Vai viver de esmolas, pelas portas das igrejas, por sórdidas alfurjas.



Quando morre, vai apodrecer para as estradas, que a igreja é só para o branco. A Santa Casa só muito tarde é que pensa em fazer um cemitério para escravos. O senhor continua a sua vida tranqüila, empilhando dobrões. Alguns há que as escravas moças e belas transformam em rameiras e as mandam aos mercados de Citera vender os corpos. No fim do dia recolhem a fêria. Negócio, no tempo, altamente rendoso.

Para os falsos na hora do serviço, o mais severo castigo. Formar-se-ia, hoje, um museu só com instrumentos que serviram para atormentar os negros escravos no Brasil. O nosso Museu Histórico possui, no entanto, bastante desses atormentadores e inquisitoriais, entre eles várias espécies de troncos e vira-mundos. A perversidade dos senhores, por vezes, chega ao auge. E o estado intervém. Monta-se um pelourinho especial para o negro: o tronco, em praça pública, com um carrasco chicoteador de pulso forte e incansável.



Quando ele foge à crueldade dos senhores e é preso, restituído ao martírio pelos capitães-do-mato, marcam-no com um ferro em brasa. Por vezes, o carinho esbraseado demora mais um pouco. O ferro chia, destrói a epiderme, penetra no tecido levantando uma tenuíssima fumaça. O desgraçado berra, cai desfalecido. Vai-se ver, é uma queimadura mortal. Bem feito. Não fugisse!

Há um alvará com força de lei, de 1741, que diz assim:

Hei por bem que a todos os negros que forem achados em quilombo, estando voluntariamente, se lhes ponha, com fogo uma marca em uma espádua com a letra F que para este efeito haverá nas câmaras: e se quando se for a executar esta pena for achada já com a mesma marca, se lhes cortará uma orelha, tudo por simples mandado do Juiz de Fora ou ordinário da terra ou do Ouvidor da Comarca sem processo algum e só pela notoriedade do fato logo que do quilombo for trazido, isso antes de entrar para a cadeia.

A Igreja, que tudo manda e tudo pode, fecha os olhos a essas tristíssimas misérias. E esquece os pobrezinhos, ela que foi um manto de consolo e de piedade. Que fazem ao padre Frei José de Bolonha, capuchinho italiano que, horrorizado pela situação do negro no Brasil, ao lado dele se coloca e procura defendê-lo? O arcebispo da Bahia, D. Antônio Correia, com a ajuda de D. Fernando Portugal, mete-o num veleiro e manda-o, às pressas, logo, para o Reino onde dele nunca mais se ouve falar. Que alegam os padres, entre outras coisas, quando pleiteiam a transferência da Catedral da igreja do Rosário para sítio diferente? Alegam *que o contato com os negros está em desacordo com a dignidade da Igreja...* Nos templos recusam sepultar os pretos! Consente-se, no máximo, que eles tenham uma igreja à parte...

Pobre irmão em Jesus!

Por vezes, nesse recanto bucólico do Valongo, tão triste com a sua mercancia humana para vender, quando as noites são altas e estreladas, lembrando os céus fundos e ardentes da África distante, o pobre cativo queda-se a cismar, olhando, em torno, a paisagem, que é como aquela da terra em que nasceu.

E, com lágrimas no olhar e a escorrer-lhe na voz, soturnamente canta.

É de cortar o coração.

Das encostas vizinhas, cercando o bazar tenebroso, há quem venha escutar a toada dolorosa, saída de mil bocas, a litania profunda e melancólica que morre no ar tranqüilo como um canto de dor e de saudade.

Na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, escreve Oliveira Martins, penosamente molhando em fel a sua pena de ouro:

A filantropia moderna tem acusado a nós, portugueses, de inventores deste comércio de nova espécie e, a nosso ver, com fundamento. Era, porém, um crime escravizar o negro e levá-lo à América?

Lamente-se o homem que formulou tal pergunta antes de se lhe dar qualquer resposta.



A sórdida taberna colonial – Tipo do taberneiro – Frequentadores do antro – O “salão de honra” da gentalha – Desafogo da pretalhada feliz. Jogos. Canções. Danças. O lundu – Visita que não se espera – Regimen do suborno e das gorjetas. Uma escola que ficou.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O taberneiro, *Washt Rodrigues* – Dança lundu, *Washt Rodrigues* – Negro tocador de marimba, *Carlos Chambelland*. – Soldado da milícia do Reino em 1800, *Washt Rodrigues*

FORA DO TEXTO – Retrato do Conde dos Arcos (Coleção do Instituto Histórico Brasileiro).

.....

Aspectos da cidade e das ruas

VII

V

om e varato, diz a tabuleta no alto da porta da taberna, em riste. A casa é imunda, acaliçada e baixa. A parede esboroa. O telhado avoluma.

Entra-se por uma porta que é uma fenda exígua numa esquadria torta e carcomida a esfarelar-se toda. Descendo do alto da mesma há um pano em frangalhos que quer lembrar uma cortina. Quem vê o trapo sórdido pensa que a fazenda ali está para impedir a passagem do sol, como um todo qualquer. Pois sim! Pôs-se o bioco, apenas para esconder o negro malandro, a escrava revel, que aí vão bebericar, jogar, cantar, tanger o berimbau, o motungo e a marimba e que não podem, não devem ser vistos pelo curioso que passa.

No Rio colonial a taberna é o sorriso da plebe, o alívio da corja, desaforo, pouso, diversão e vício do ébrio, do bandalho e do vadio. Não raro, também, furta de discórdia, tumulto e desordem; isso, quando Deus quer e os quadrilheiros do vice-rei mal pensam.

Por um edital do Senado da Câmara, com data de 3 de março de 1970, manda-se arrancar à toca dos malandrins e dos velhacos o biombo protetor, esse imundo pano que para mais nada serve, que para encobrir criminosos procedimentos a fim de que entre, com o sol, o olho fiscalizador da polícia d'el-Rei.

Também mandamos que a publicação deste em diante taverna nenhuma tenha debaixo de pretexto algum porta de sua loja fechada ou cerrada, isso a fim de que cessem os públicos escândalos que nessas tavernas têm-se visto praticar.

Ora, o taverneiro que vem ao Brasil (sempre assim veio o taverneiro, graças a Deus) mais para ganhar dinheiro que para atender a frioleiras e parvoíces oficiais, não toma ciência do edital, vira-lhe as costas. Vai ao fundo da arca, separa uns moedões de prata, encartucha-se e espera pacientemente pela hora discreta do suborno...

E a cortina do varejo continua, como sempre, cada vez mais suja e mais esfrangalhada, a voejar ao sol.

Penetremos, porém, a alfurja estercorosa que, como sempre, enoja, estua e regurgita e fede.

Lá está, ao fundo do estabelecimento, o dono da miséria. É o senhor do comércio. Nele se afunda e vive como um batráquio na lama.

É baixo, é forte, é atarracado. Mostra o cabelo revoltado em melenas lendeosas. As sobrancelhas em riço, negras, disformes e unidas.



Veste uma camisa “à húngara”, como a das mulheres, aberta até ao umbigo, mostrando o cipoal da cabeça hirsuta a manchar-lhe a peitarrá forte e a pança lauta. Calções de algodão desenham-lhe as coxas curtas e roliças. Pés felpudos na tamanca tradicional e do ofício.

Trabalha como um burro, sua como um lagar. O labor, porém, incita-o. O suor ilumina-o. O lucro consola-o. A imundície ceva-o. Inveje-se o homem que apodrece feliz.

Vive aos berros, ventripotente e audaz, cuspiendo grosso. Tem-se como coisa de alta importância e valia. Nessa pocilga escura onde o negro traça, o mulato se exhibe e o branco nunca aparece, ele é quem mais berra, é quem mais grita e quem mais pode. Respeitam-no. É o reinol.

Rompe o labrego a freguesia à ombrada, a pés, soltando da boca imunda como uma cloaca os mais pesados dichotes, as mais torpes obscenidades. É do comércio. É do varejo. Faz-se mesmo, dessa usança, uma escola.

Na hora do desentendimento, da disputa e da faca, ele é que é o regulador da justiça, a lei do antro, e que se faz respeitar a cargas de pau ou a tabefe.

A essas fúrias naturais, a esses desafogos de temperamento e de poder, o negro submisso cala-se, submete-se, respeita-o. Só o mulato recalitra: põe a mão na navalha, atira o feltro ao cogote. E, se calha ser o tipo um capoeira, então, o caso assume proporções funestas. À afronta:

– Pé de chumbo! Marinheiro!

O reinol, que é bravo, não se acobarda, antes, para castigar o mestiço, arremete violento e terrível. É quando o conflito aumenta e se generaliza.

Rompamos, porém a massa, lentamente, entre grupos que expectoram ásperos dialetos africanos, cuspinhando o chão de terra batida e úmida, gesticulando, dançando, rindo, cantando, blasfemando.

Passemos pelo filho do taverneiro plantado ao balcão imundo, servindo em vasilhas de estanho de uma canada o álcool de cana, a cachacinha, a boa que passa por mil bocas.

O ar cheira a fumo, a suor, a bodum. A mais generosa das pituitárias rejeita-o, repele-o, sentida. Só o taverneiro sorve-o, gostosamente, com prazer e doçura, o pensamento erótico na negra beijuda que ao fundo

do covil lhe prepara, com untos fortes e pimentas apavorantes, a bacalhoadada pragmática.

Há uma porta de viés que dá para uma área úmida, salão de honra da gentalha, sítio de maior conforto e segurança da taberna.

Atravessamos a porta. Entremos na área suja. É um chão inóspito, abjeto, cercado de paredes brancas de cal, exposto à chuva e exposto ao vento.

Aí, sentados e de cócoras, estão negros vozeirudos e fortes, falando alto, rindo com estridor, gargalhando em desafogo; negras bêbedas que altercam, descompostas, moças, roliças e bem-feitas.

Soam instrumentos africanos, aos quais às vezes se junta o guincho irritante de uma rabeca, ou repenicados de violão ou de viola...

Joga-se o dado, o jogo da mão, a guingueta, o quatro-reis, o revezinho. Há paradas fortes, em que por vezes entra até uma pataca. Upa! Tinem as vasilhas de estanho. Não descansam. A cachacinha escorre... Canta-se a modinha brasileira e a tirana. Dança-se a chocaína, a chula, o sarambeque e o lundu. A música enleva. Agrada. A dança é mole, é flexuosa. Rescende a lascívia. Estão os dançarinos um diante do outro. São contorções abdominais, é um ondular harmonioso de traseiros ou mamas, um roçar impudico de ombros e de ancas. É uma dança de sátiros. Enerva. Sensualiza. Faz mal.

Todos ouvem. Todos riem. Todos se divertem. A pretalhada, feliz, delira, pondo o horizonte largo da vida inteira naquele pedaço escuro de terra úmida entre quatro paredes acalçadas, altas, e por onde se espia o céu.

Quantos dali resvalarão dentro de poucas horas para o tronco, para o vira-mundo, ou para o açoite? Qual deles, porém,





CONDE DOS ARCOS
7º VICE-REI DO BRASIL, NO RIO DE JANEIRO
(Coleção do Instituto Histórico Brasileiro)

pensa em outra coisa que não seja na hora fugaz que os enleva, no minuto ditoso e célere que passa?

Que lhes importa o vergalho e a polé?

Já as músicas, porém, se encontram na evocação das taieiras. A toada interessa. Agrada a todos:

Meu São Benedito

É santo de preto;

Ele bebe garapa,

Ele ronca no peito.

E o estribilho, que irrompe cantado por cem bocas:

Inderé, ré ré

Ai! Jesus de Nazaré!

Súbito, suspende-se o cantar. Cessam de tanger, de repente, o mutungo, a viola, a marimba e o ganzá. É que da lojeta da frente vem um formidável berro que aos homens estarrece:

– *Raios o partam!* Esta-poires!

É a voz do taberneiro.

Quem olha a porta que dá para a rua, vê, arrancando o frangalho da cortina, desenhado na moldura esboroante da esquadria, a figura marcial e tranqüila de um dragão do vice-rei que chega e vem fazer cumprir o edital da Câmara, de tal sorte, povoando que as pequenas gorjetas não deixam, muitas vezes, de valer por profundos desgostos...

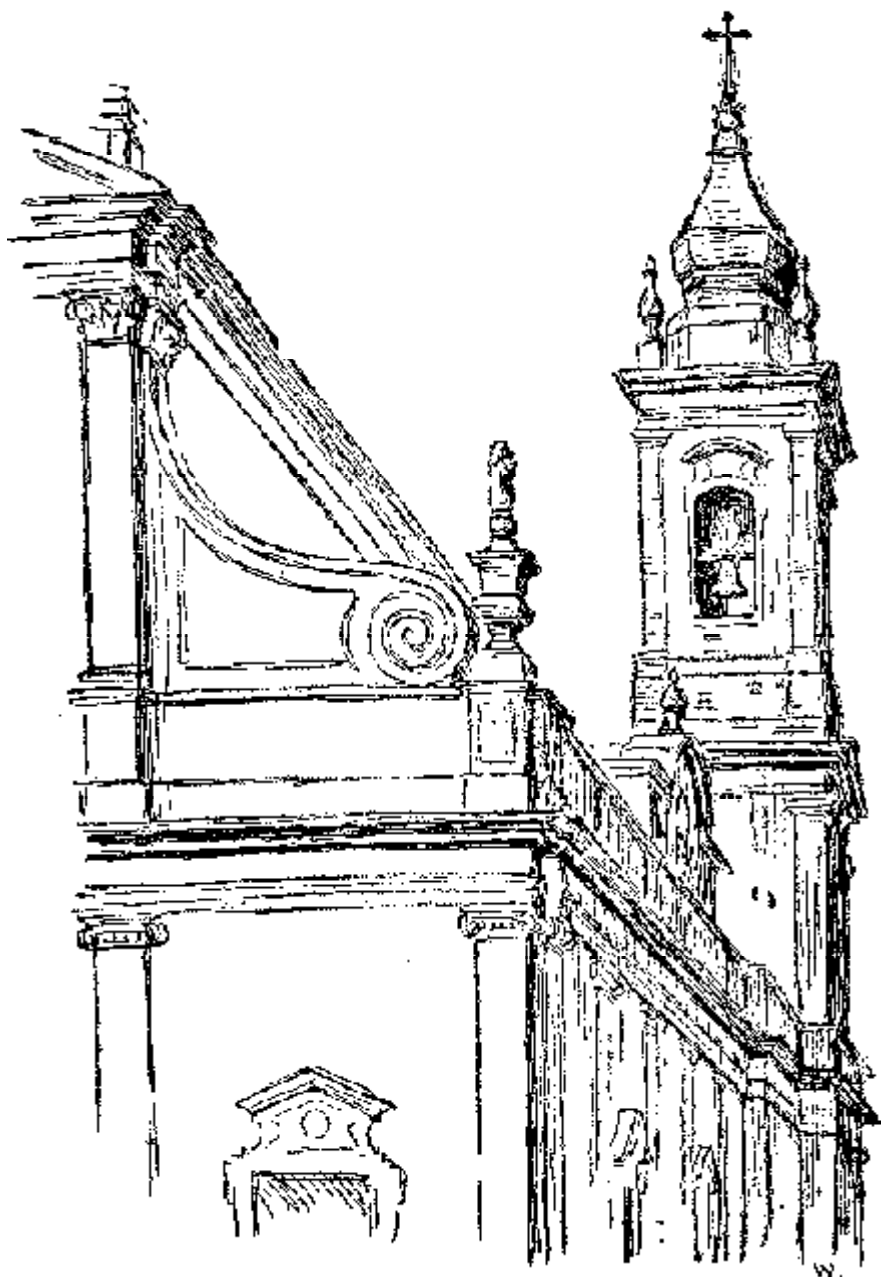
É um salve-se quem puder. É a canalha que abala, e que em desordem corre, invadindo o interior da bodega, quebrando portas, derrubando móveis, pisando os filhos do mercador, a negra, saltando muros, desaparecendo...

No fim, as coisas custam um pouco mais caro, mas arranjam-se.

No Brasil daquele tempo tudo era assim. Tudo se arranjava.

E ainda hoje se arranja...





Velhos templos coloniais – Igrejas, cemitério do cristão – Curiosas maneiras de enterrar – Pobreza estética do barroco – O que se diz da arte da arquitetura em Portugal – A obra do escultor dominando a obra do arquiteto – Pinturas nas igrejas – Mobiliários. Peças de ourivesaria – Freqüentadores do templo – As comodidades cristãs da época – Ardentes atmosferas cheirando a incenso, cera, flores e defunto...

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Igreja da Cruz, *Washt Rodrigues* – Confessionário, *Washt Rodrigues* – Altar, *Henrique Cavaleiro*.

FORA DO TEXTO – Retrato do Bispo Antônio do Desterro (Coleção do Instituto Histórico Brasileiro).

.....

Aspectos da cidade e das ruas

VIII

E

stamos diante da igreja da Cruz, que os homens das milícias da terra piedosamente ergueram sobre as muralhas de um velho e abandonado forte. Olha-se-lhe a fachada sombria, e sente-se nela como que uma fisionomia humana, num ar recolhido e grave de quem sofre, de quem cisma, de quem espera. O ar infeliz e compungido de todos os templos da cidade. E como todos, sempre de portas abertas, os altares iluminados num dispêndio nababesco de luzes e de flores frescas. Quem penetra uma dessas naves resplandecentes e extravagantemente entulhadas de magnólias, de jasmims, manacás e dracenas, sente um cheiro novo, sutil, que é uma combinação exótica em que entram, de mistura com o aroma embriagador das flores tropicais, o odor da cera virgem, o perfume do incenso, o bodum do suor do preto e, até o bafio desagradável de qualquer coisa que apodrece. Sim, de qualquer coisa que apodrece.

No Rio antigo os templos são o cemitério do cristão. Enterra-se nas igrejas pelo solo, pelas paredes, debaixo dos altares, por cima deles, por detrás dos oratórios.

Recheio de tolo é bazófia

Recheio de porco é farófia

Recheio de igreja é defunto

Walch – e isso já no começo do século XIX, conta que, por vezes, na hora de enterrar os mortos, esses, sobrando, muitas vezes não cabiam nas covas, não raro deixando do lado de fora um pé, dois pés, uma perna...

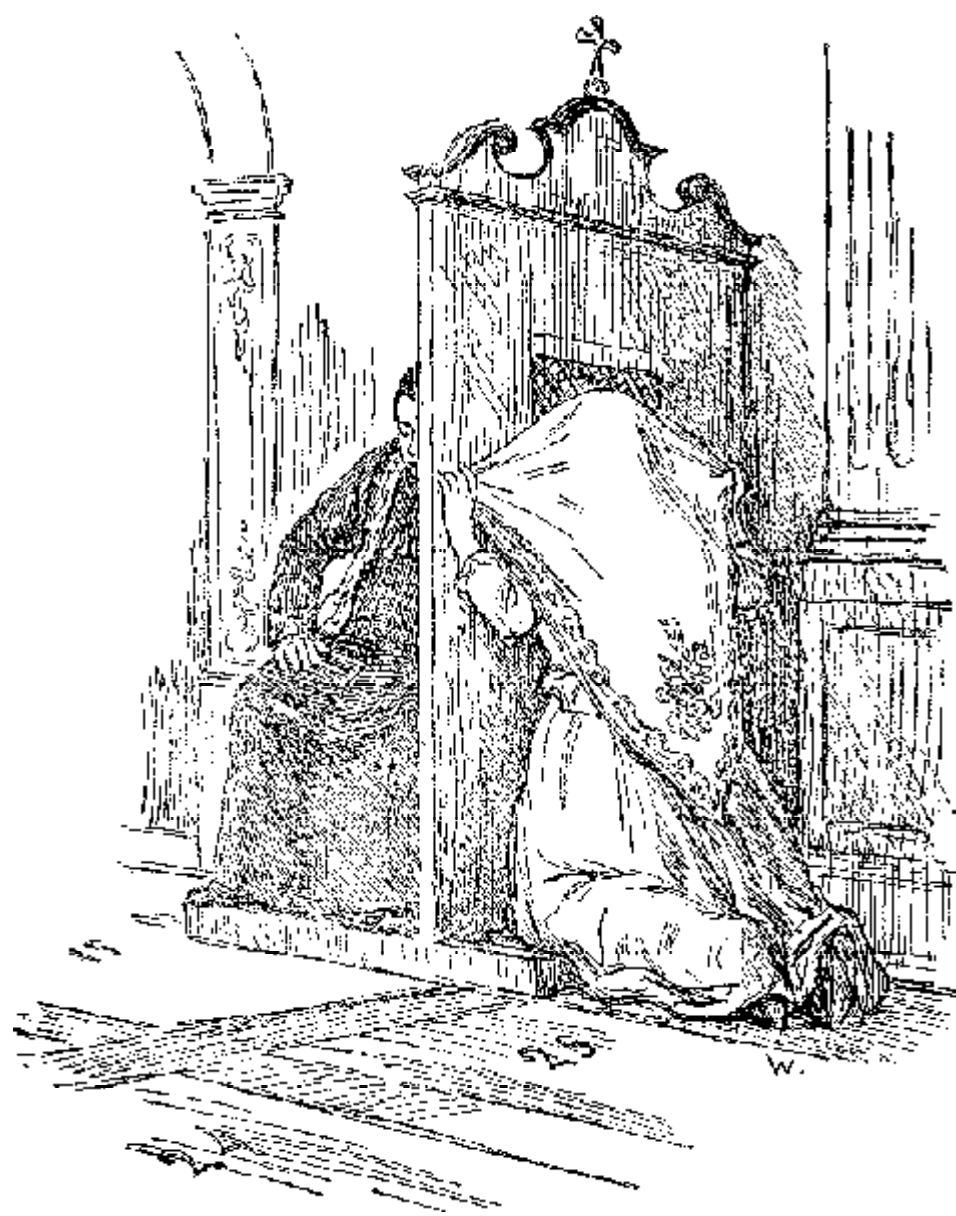
Vinha, então, um homem com um macete e que, a golpes de presteza e de força, obrigava o arbitrário trecho humano a recolher-se à sepultura, amolecido, em pasta chata, pela arma calceteira.

Só não se enterra na igreja o negro, embora crente em Deus, e, em algumas igrejas aristocratas, o mulato. É a piedade cristã do século, no Brasil.

Sempre que morre o escravo, e isso pelo menos até o dia em que a Santa Casa de Misericórdia pensa num cemitério para eles, envolvem-no na própria esteira que lhe serviu de leito durante a vida e atiram-no pelas estradas de pouca freqüência, para que vá servir de pasto aos urubus esfaimados. Profilatás magníficos! Vêm eles de bico em riste, as garras afiadas, em número tão grande e, ao mesmo tempo, tão voraz, que o corpo do pobre negro, às vezes, nem tempo tem de apodrecer completamente. Como nas merendas em dias de festa, na casa do vice-rei, é manjar que não chega para todos... Em nuvens cerradas descem os rapaces sobre o cadáver, cobrindo-o, logo, com um manto inquieto e vasto de penas negras. Bicam, ciscam. E quando partem, cindindo o espaço, alegres e revoltando em bulhenta folia, em vez do negro, o que fica na terra batida e escura é um montão de cartilagens, de cabelos e de ossos. A sobra do festim.

Exteriormente, as igrejas são todas elas simplalhonas e gebas, com os seus telhados rugosos, enormes e as suas torres chambãs, cópias reles de velhos templos portugueses.

Que não é a jóia do manuelino que para cá se manda, senão o desinteressante e vesano barroco vindo da Itália, já um tanto desataviado, empobrecido no reino e que vem corromper-se e aviltar-se, completamente, no Brasil; o arremedo tosco do classicismo greco-romano, expurgado das evocações do paganismo e que aqui nos traz em terceira mão o jesuíta, como coisa muito de ver e de admirar. Que fazer, se na terra não existem ideal, imaginação, sensibilidade artística e artistas? Possui-os por acaso a própria Metrópole? Não os possui. Pobre Portugal, o que então nos coloniza, tão esforçado, tão cheio de boa vontade, mas já tão minado pela deca-



dência, em pleno drama da sua decomposição política, sem valores intelectuais, quase sem instrução e sem artes. As da arquitetura então...

Cest un art très arriéré en Portugal – diz Balbi, falando da que viu no reino, isso logo no começo do século XIX. *A quelques exceptions près on peut dire que tous les edifices élevés le sont avec plus ou moins d'imperfection, sans goût et sans proportions.* Juízo que é confirmado pelo crítico Radzinski, o que mais profundamente estudou a história das artes portuguesas, isso quando nos fala das construções monumentais dos tempos de D. João V e D. José I: *“Nenhum desses monumentos me satifez. Nenhum. Nem exceção faço dos que se chamam Mafra e Ajuda...”*

Radzinsky, porém, não viu as cópias grosseiras que aqui fazíamos das velhas igrejas portuguesas, de cumplicidade com o braço do colono inexperiente e bárbaro, os templos que ainda hoje conservamos e que, apesar das remodelações por que tanto passaram, ainda são essa coisa desataviada e fria que por aí anda, sem nenhum interesse estético.

Como a casa de morada, a igreja nossa não tem expressão, nem originalidade. Não emociona, na sua ressaltada singeleza. Explica o missionário a indigência do aspecto que tanto desagrade à vista, alegando que a simplicidade é divina. E cita a humildade de Jesus. Esquece, porém, que no interior, num delírio de opulência e esplendor, a prata e o ouro rolam do teto ao chão, desabando sobre retábulos, caindo sobre a talha dos altares, lambendo púlpitos, balaustradas, imagens, candelabros, tocheiros, relicários, custódias, pátenas, cálices, salvas, outros objetos de culto, muitos dos quais com incrustações de pedras preciosas...

Foi para ser servido tão opulentamente que o filho de Deus nasceu numa estrebaria?

Merece um pouco da nossa admiração, no entanto, o que por esses interiores se amontoa, embora por vezes de uma maneira algo pletórica. Nada de original, nada que fale ao coração do filho da terra, do rincão que ele habita e onde viveu o verdadeiro avô, que era índio, e do qual nas veias ele ainda guarda mais de dois terços de seu sangue. Nada. Tudo europeu.

A obra escultórica, porém, não se pode negar, é realmente notável e agrada pela sua modelação, pese-lhe embora a ausência de certa graça e leveza. O interior de S. Bento é um exemplo. O da Penitência outro. Não



D. ANTÔNIO DO DESTERRO
BISPO DO RIO DE JANEIRO
(Coleção do Instituto Histórico Brasileiro)

nos agrada pela doçura ou pela louçania, mas esmaga-nos pela opulência, pela majestade. O barroco, neste ponto, é uma reação ao misticismo do gótico. Um eleva. O outro arrasa.

O século não é de espiritualidades. Nem de delicadezas. É o século do Sr. Marquês de Pombal...

Não há pausas, não há desfalecimentos nem intervalos nesse desdobrar tumultuoso e pesado de motivos pomposos traçados em caprichosos relevos e reentrâncias, forrando de cima a baixo as muralhas da nave. A imaginação do artista afetada e congesta, raramente rebenta em garridices lânguidas e imprevistos sutis.

A obra de escultor domina, apaga e esconde a indigência do arquiteto.

As pinturas das naves e sacristias são quase sempre triviais. Por São Bento andou certo frade de Flandres, chamado Ricardo do Pilar, de quem se fala como de um frei Giovanni de Fiesoli, aquele suave colorista que decorou a capela de Orvieto.

Do frade, há um Cristo decorando o arco cruzeiro da sacristia, que interessa à história da pintura no Brasil, pois foi a primeira tela feita no Brasil colonial, se esquecermos as pintadas pelo artista Post, na época da invasão holandesa.

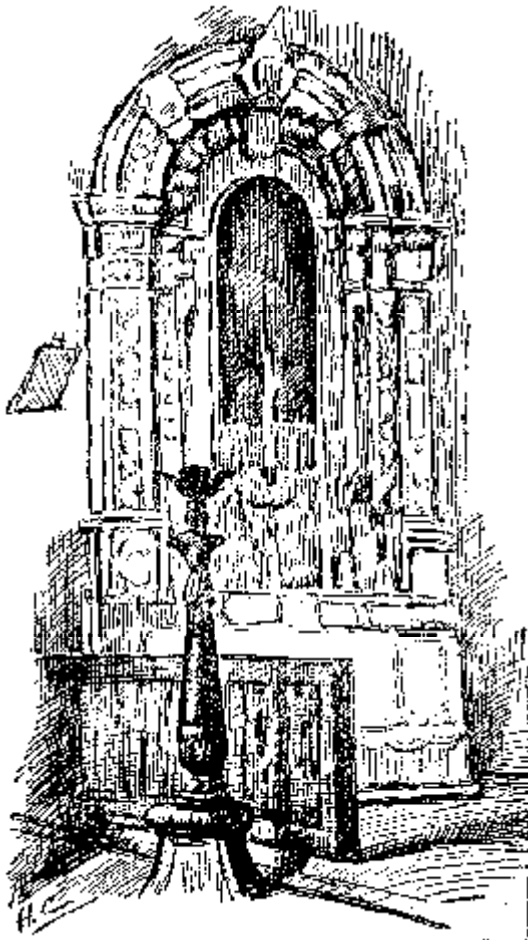
Menos vale artisticamente, porém, a decoração que o arco. José de Oliveira é o nome de um pintor nosso. José de Oliveira nasceu no Brasil. É o primeiro nome de brasileiro surgindo na história da nossa pintura. Há dele várias telas um tanto espalhadas por diversos templos; nenhuma, no entanto, extraordinária. Nomes menores assinam pinturas ainda menores.

Por essas igrejas e conventos dignos de ver, não raro, são certas peças de mobiliário, feitas com as madeiras do país, embora trabalhadas em Lisboa: contadores almofadados com cercaduras de tremidos e torcidos, cômodas com puxadores de bronze, cadeiras de espaldar, em vaca, hirtas e solenes, os couros fixados por grossa pregaria de latão, credences de pés em garra de anafada arquitetura, arcazes, arcas, tamborettes, armários, bancos e banquetas. São em geral assimilações aceitáveis de mobiliário inglês, é o Queen Anna, o Chipendale, de mistura com a linha dos Luízes de França.

No fim do vice-reinado, os grandes artistas da ourivesaria portuguesa respeitam, porém, o renome e a obra de certo mulato, que aqui se chamou Mestre Valentim. Não há, na verdade, quem trabalhe obras finas do culto melhor que ele, em todo o país.

Um belo artista português, embora nascido em Minas. Foi aprender a Lisboa de onde trouxe, além do cinzel, o escopro com que esculpiu os Jacarés do Passeio Público.

Nogueira da Silva proclamava-o o primeiro escultor do Brasil, coisa, aliás, não muito difícil de ser, pelo tempo.



Pode-se ver na sacristia do Carmo uma linda pia que dizem ser obra sua.

O povo entra na igreja ou dela sai sem considerar o que vê, afetando, apenas, mostras de exaltada piedade.

Tempo de muita ignorância, como de muito pouca religião; tempo em que o homem se confessa todos os dias, reza o terço quase de hora em hora e vive a pecar de cinco em cinco minutos...

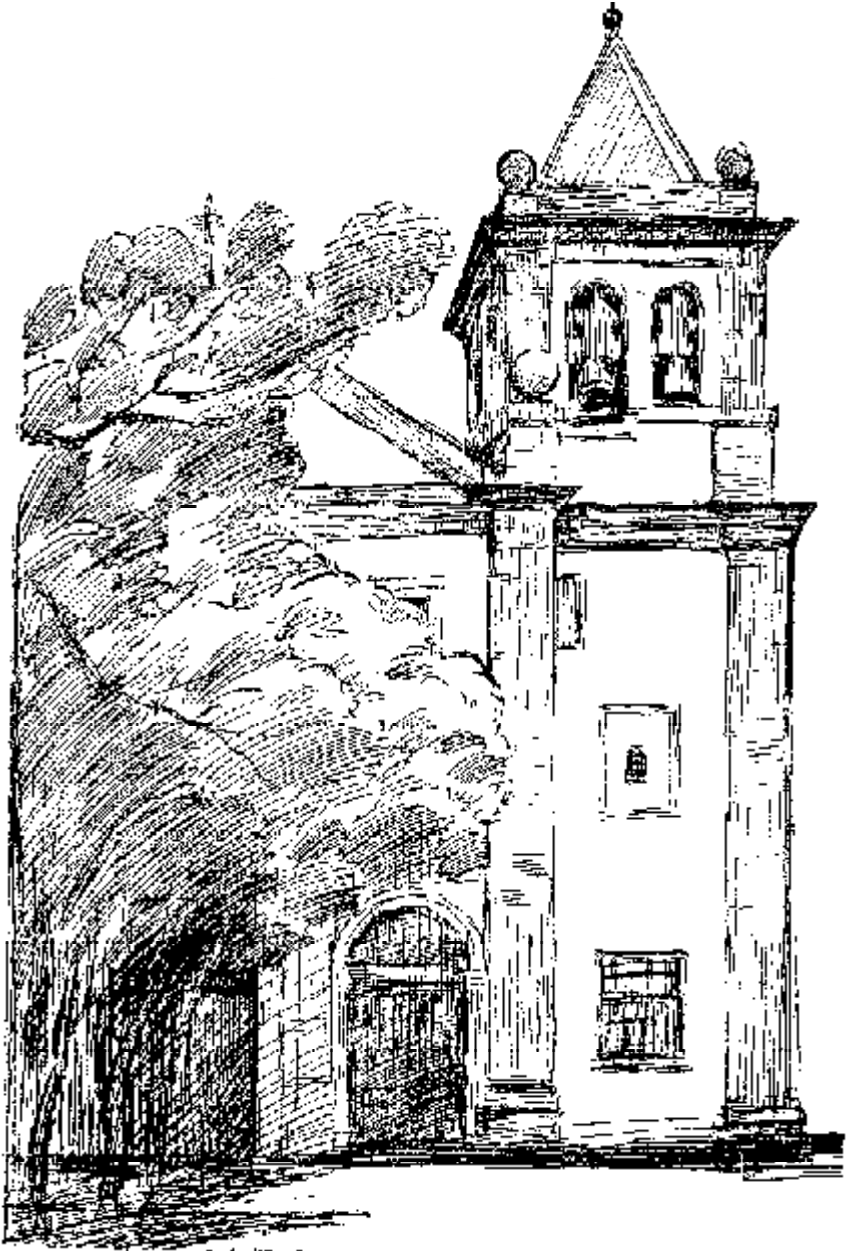
O movimento de entrada e saída nos templos é sempre extraordinário. Não vai ninguém à rua sem penetrar, no mínimo, a nave de uma igreja, para tomar água benta, para fazer sua prece, para afetar uma religião que no fundo, mal professa. As damas de sociedade, quando começam, pelo fim do século, a deixar a clausura da casa colonial, indo às igrejas no bioco das serpentinhas e cadeirinhas, não saltam dos seus veículos, à porta, mas, no interior das naves ou sacristias, levando consigo os seus micos de estimação, os seus tapetes, as suas esteiras ou almofadas com que foram as anfractuosidades dos lajedos, nelas se acomodando. Por ocasião das cerimônias da Semana Santa ou de outras cerimônias mais prolongadas, os escravos trazem em samburás de palha viandas, pão, farinha, doce e outras gulodices.

Come-se regaladamente, limpando, com estudada elegância, os dedos nos lenços molhados em água de Córdoba, entre conversinhas e risotas amáveis, de pé, de cócoras, deitado. Alguns cochilam, outros meditam, muitos pensam em negócios, em amores, em vinganças...

Há ainda quem cabeceie e cochile e mesmo quem durma e so-nhe.

Quando o sol esbrazeia lá fora, a nave, que devia ter a frescura de um pátio e a doçura de uma sombra amiga, sob o fulgor de centenas de tochas que crepitam, arde, sufoca, queima. A atmosfera pesa, impregnada da estranha fragrância de corolas e incenso, olor suave ao qual, entretanto, insolitamente se mistura o cheiro mau que vem das frinchas do solo, das paredes e dos lugares onde repousam, sepultados, os defuntos, muitos deles mal entrados na morte, ainda no prefácio do drama pungente da decomposição. *Deo juvante...*

O Rio de Janeiro



O ruído da cidade colonial – Sino, gazeta de bronze, divulgadora de boas e más notícias –
A concorrência das boticas – Anúncios curiosos – Como se anunciava o nascimento das
crianças – Novidades religiosas e mundanas em badaladas, dobres e repiques – A voz dos
sinos coloniais – A eterna irreverência carioca – Palestra entre badalos.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Canto de igreja, *Henrique Cavaleiro* – Sino na torre, *Henrique Cavaleiro* – Sino em repouso – *Henrique Cavaleiro* – Sino dobrado, *Henrique Cavaleiro*.

FORA DO TEXTO – Retrato do Bispo Castelo Branco (Coleção do Instituto Histórico Brasileiro).

.....
Aspectos da cidade e das ruas

IX

S

e os nossos avós coloniais não suportaram o neurasteunizante ruído da cidade moderna, desconhecendo a buzina do automóvel, o apito da locomotiva ou da fábrica, o piano mecânico, o autofalante e a vitrola, conheceram, pior que isso, – o sino que, durante três longos e impassíveis séculos, sobre os seus ouvidos, como sobre os seus nervos, malharam incansavelmente, desapiadadamente, falando-lhes num verdadeiro delírio de impertinência e constância, ora de Deus, ora dos próprios homens.

O Rio era uma feira bulhenta de badalos. E que badalos! Nem sequer em Lisboa, onde eles, à solta, viviam pelas sineiras quais cabras a dançar, tiveram, como aqui, maior função, maior violência e maior prestígio.

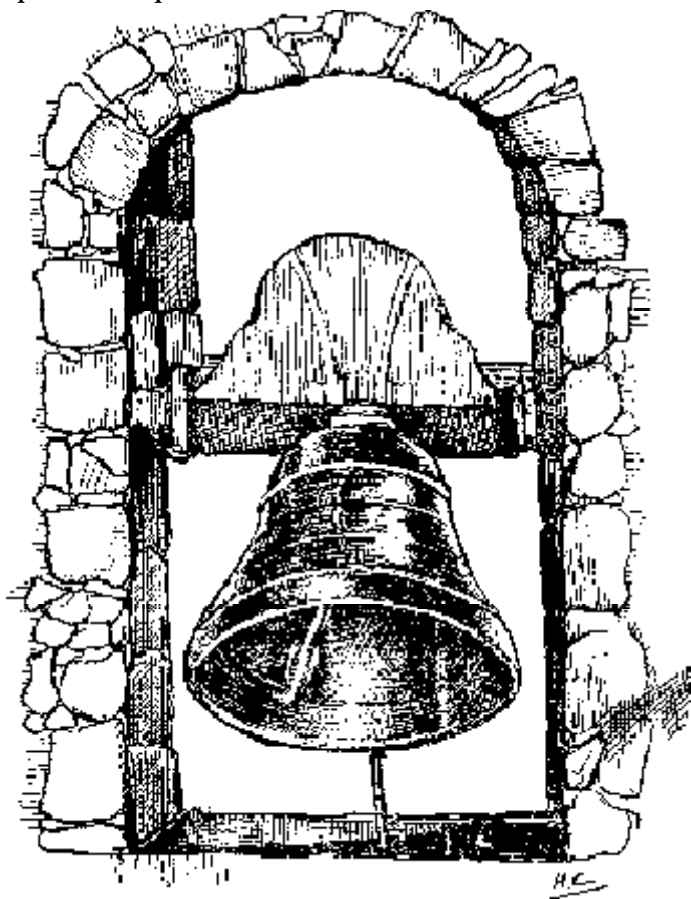
Como bateram eles desde que, junto ao morro Cara de Cão, o primeiro bronze descido das naus portuguesas para fundação da cidade alarmou o tamoio, lançando sobre as florestas da Guanabara a voz de bronze da igreja falando em nome dos céus? Bateram muito; batiam sem prudência e sem descanso, e bateram tanto, que até nem sabe a gente como não ensurdecaram, de vez, todos os ouvidos do tempo!

Foi sempre entre nós o sino uma espécie de gazeta de bronze, gazeta da cidade, órgão oficial e provector da igreja, espalhando, em edições gratuitas lançadas aos quatro ventos, de hora em hora, de minuto em minuto, os mais variados e polpudos informes sobre o que ia aos poucos ocorrendo, até de profano, na *urbs* colonial.

A botica que se considerava também órgão noticioso e importante, quiçá com melhor literatura e comentário mais sutil, não teve a popularidade, a viva expansão divulgadora do sino.

O sino só queria saber do fato.

Existia, além disso, numa concorrência esmagadora, um número muito maior de torres com sinos que de boticas com mexericos, de tal sorte provando que o remédio dos homens, entre nós, menos valia



outrora que o remédio de Deus. O badalo anunciava as horas principais da vida da cidade.

O homem de capuz enfiado, na sua cama colonial, ouvia logo pela madrugada, cedo, o sino que tocava matinas.

Tem...

Tem...

Tem...

Ajoelhava-se. Persignava-se. Passava a mão larga no olho ravelento, lembrando o versinho do tempo:

Afaste as cortinas

E saia da cama

Que tocam matinas..

Ao meio-dia, por uma época em que se jantava antes de uma hora, ouvia o mesmo homem o bronze que cantava:

Meio-dia

Panela no fogo

Barriga vazia...

Pela hora do *angelus*, para que cessasse o serviço dos escravos, para que se preparassem as almotolias de azeite, e se espicaçassem os pavios das velas metidas em altos candelabros, as badaladas da Ave-Maria cortavam o espaço, abemoladas e tristes...

Ave, Maria

Mãe de Deus!

Depois disso os sinos repousavam. As sineiras silenciosas enchiam-se de cambachirras e de rolas. Caía sobre a cidade, com o primeiro clarão das estrelas, um silêncio de morte...

Até esse momento de paz e de alívio, porém, o sino tocava sempre: anunciando a missa, descrevendo-a; anunciando todas as outras cerimônias do culto, ilustrando-as, esmiuçando-as. Publicavam-se *te-deuns*, *lausperenes*, *novenas*, *o mês de Maria*, *a saída do Bispo*, *a chegada do Bispo*, o dia-santo, a missa, tudo em badaladas vigorosas, cantantes....

Há de se concordar que, como secção religiosa, o trabalho da gazeta era completo.

Muito desenvolvido, porém, era a secção mundana, a mais apreciada de todas.

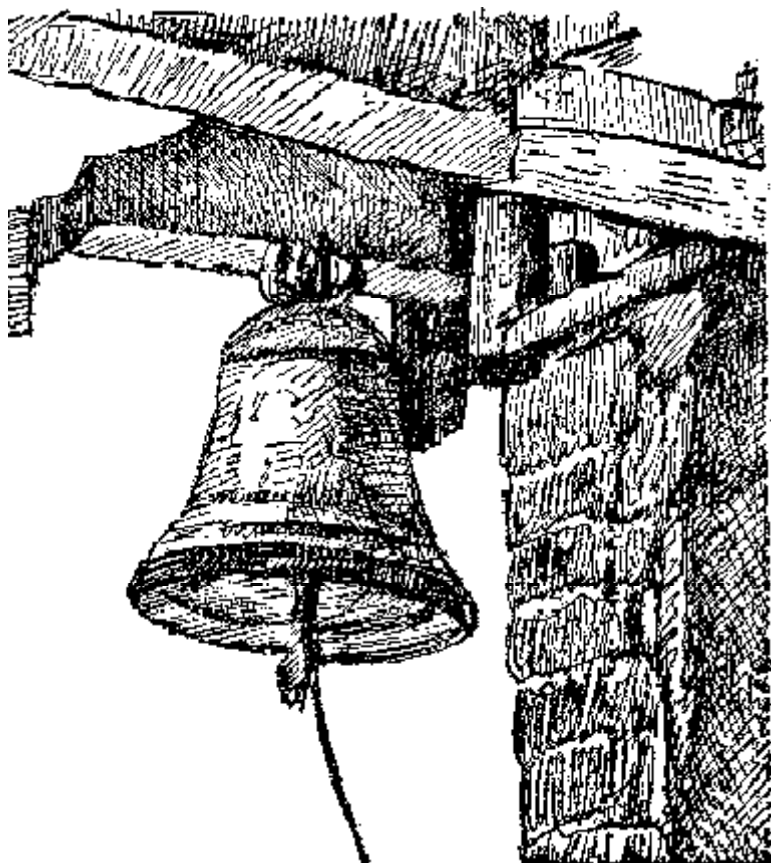
Blão...

Blão...

Blão...

– Estão a tocar *defunto fresco* na Candelária, mana; deve ser o filho do provedor-mor que estava nas últimas.

Ia-se ver. Era o filho do provedor-mor.



Pensava-se noutra cousa. De repente, o sino de São Francisco que soava:

Tem

Tem

Tem

Na casa colonial, sobre uma esteira de palha, D. Sinhá, à frescata, só de saia e camisa, mostrando o pêssego dos seios muito morenos e carnudos, conta as badaladas no ar.

Ouve-se uma voz que vem dos lados da cozinha e que diz assim:

– Ora graças que já é pai o Sr. Intendente-Geral do Ouro! Diziam que era para amanhã ou depois... Olhem a criança aí. E vão ver que é menina...

D. Sinhá continua, então, muito importante, sem responder, contando as badaladas:

– Seis, sete, oito, nove...

– Menino! Nove! Menino!

Para as meninas as badaladas eram sete.

– Deus que lhe dê boa sorte!

O sino também anunciava a boa nova-vinda do Reino, a chegada de maiorais, as festas do vice-rei, os dias de gala...

Por vezes, à noite, ouviam-se toques violentos, em rebate. Já se sabia.

– Fogo! Ponham as luzes à janela!

A ordem era do Senado da Câmara para que os socorros no labirinto das vielas desprovidas de iluminação não se chocassem, prejudicando o serviço.

Os quadrilheiros, homens do balde e os das carroças d'água, à toda, vinham, por sua vez, gritando pelas ruas:

– Luzes! Luzes! Luzes!

E o sino a dançar, nervosamente, na sua saia de bronze, não descansava.



D. JOSÉ JOAQUIM DE MASCARENHAS CASTELO BRANCO
BISPO DO RIO DE JANEIRO
(Coleção do Instituto Histórico Brasileiro)

Bam, tam
Bam, tam, bam!
Bam, tam
Bam, tam, bam!

Não fosse ele, e a cidade, talvez, ardesse toda. Incansável e bulhenta sentinela...

Para vingar, porém, a impertinência, a constância quase nevrálgica do sino, o carioca atribuía-lhe, maldosamente, despautérios.

E' assim que o da Candelária passava por orgulhoso e grulha:

De todos sou
O sino rei,
Nenhum soou
Jamais, nenhum
Como eu, soei.
O sino rei
De todos sou.

O sino de Santa Rita diziam que falava assim, pelas Ave-Marias:

De Santa Rita fui,
De Santa Rita sou.
O Sr. Capitão-mor
Me reformou.
Me reformou.

E quando batia pelas crianças que iam a enterrar:

Feliz anjinho
Que vai pro céu
Feliz anjinho
Que vai pro Céu!

O do convento de Santa Teresa, que era um sino de freiras algo fanhoso na má língua carioca, por vezes punha-se a dizer para o dos capuchinhos, na igreja do Castelo, uns frades muito barbados e muito feios:

Me dá um vintém,
Me dá um vintém,
Me dá um vintém...

Vintém,

Vintém,

Vintém.

O dos Capuchinhos, que não queria passar por sino milionário, respondia invariavelmente:

Capuchinho não tem,

Capuchinho não tem,

Não tem,

Não tem,

Não tem...

Por vezes os dois sinos discutiam ao mesmo tempo, nervosos e terríveis:

– Tem.

– Não tem.

– Tem.

– Não tem.

– Tem...

Os sinos da Candelária, Lampadosa, São Bento e São José tinham vozes, naturalmente, diversas. O mais fino e delicado deles era o de São José, bronze um tanto fraco que, por vezes, se punha a cantar numa voz esganiçada:

O teu nariz tem pílulas,

O teu nariz tem pílulas,

Tem pílulas,

Tem pílulas,

Tem pílulas...

Diante de tão inopinada informação, um pouquinho mais grosso, vinha, por pilhéria, sempre, o sino da Lampadosa;

E eu tiro-las,

E eu tiro-las,

E eu tiro-las,

E eu tiro-las..

O de São Bento perguntava, então, engrossando mais a voz:

Com

Quê?

Com

Quê?

Com

Quê?

Resposta infalível do sino da Candelária, o mais forte de todos, num som baixo, cavo, profundo, quase subterrâneo:

Com meu

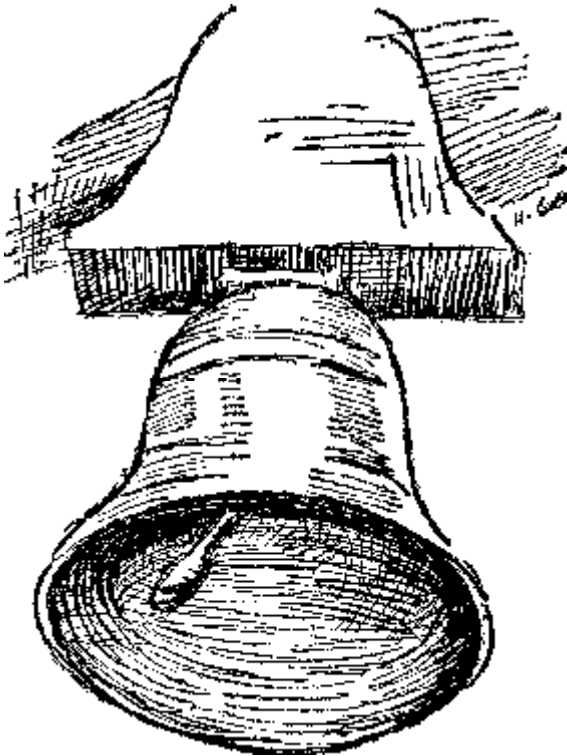
Badalão,

Com meu

Badalão,

Badalão,

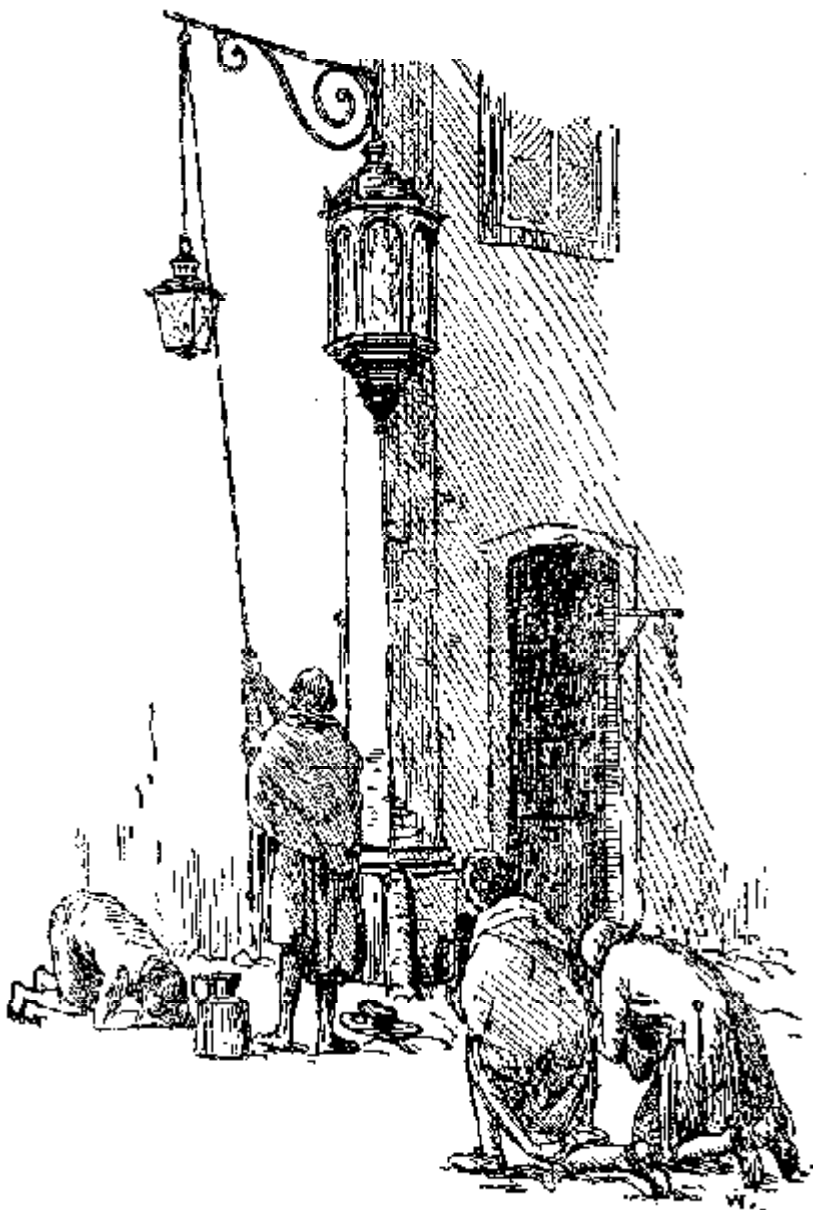
Badalão!...



A facécia fomos encontrá-la nas dobras avelhantadas de um manuscrito. Gostosa facécia!

Sinos, gazeta da cidade, de vossa ação meritória, embora insolente, novas não teve o Marquês de Pombal, aquele homem sem entranhas que não queria que do Brasil ou no Brasil se espalhassem notícias.

Ah! que se ele soubesse da vossa ação e vosso ardor, talvez fôsseis até destruídos, tendo a sorte daquele prelozinho, o primeiro aqui montado por Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, governador da cidade, tão grande e tão nosso amigo...



A praga desoladora dos mendigos – Uma feira de pústulas e de chagas – Pedintes escravos. Pedintes soldados. Pedintes de irmandades – A receita formidável dos últimos – Curiosa história de uma tabaqueira – A iluminação da cidade colonial – Oratórios de esquina. Os principais da *urbs* – A hora do levantamento da lanterna.

ILUSTRAÇÕES

NÓ TEXTO – Nicho de esquina, *Washt Rodrigues* – Mendigo negro, *Carlos Chambelland*. –
O irmão da opa, *Washt Rodrigues* – Cego pedinte tocador de sanfona, *Washt Rodrigues*

FORA DO TEXTO – Convento do Carmo (Coleção Alberto Sousa – Lisboa).

.....
Aspectos da cidade e das ruas

X

P

elos ângulos das ruas onde existem oratórios, ou pelos adros das capelas e igrejas, está a praga miseranda dos mendigos. Quase todos são negros. E velhos. O molambo inútil da escravidão, o trapo das senzalas que o senhor atira fora de portas para apodrecer o mais longe possível da casa risonha e próspera; o estômago de menos na morada, a pobre boca que fica pelas ruas a gemer, a chorar, a pedir, a mão em riste, a voz rouquenha e a alma cansada e triste – Uma esmolinha pelo amor de Deus!

Quase nus, os pobrezinhas têm os membros cobertos de feridas, quando não estão deformados pela elefantíase, pela lepra ou por chagas asquerosas. Num país de fartura, não têm o que comer. Num país de religião, não têm quem os proteja. Semimortos, enterrados na própria miséria, inspirando aos que os vêem ao mesmo tempo nojo e piedade, eles ficam ao sol, à chuva, gemendo, chorando, enxotando as moscas, a cada vulto que passa estendendo a mão trêmula, mão murcha e espectral, feita apenas de peles e de ossos...

Por vezes a tumba da Misericórdia passa e carrega um, dois, três, frios, de olhar vidrado e lábios a sorrir. São os felizes de quem a Morte, mãe e amiga, de quando em quando se compadece.

Nos dias de grande festa, muita vez, para que S. Ex^a o Sr. Vice-Rei não veja todo esse esterquilínio humano, o Senado da Câmara manda correr das ruas, por onde ele tem que passar, o desgraçado mendigo, vezes até a pau e a chibata. Os logradouros que se tapetizam de folhas de canela e mangueira, engalanam-se, mas já sem a triste mancha da miséria humana. Nem mendigos, nem cães. O pacabote de S. Ex^a, dançando nas suas molas da Inglaterra, com um sota-cocheiro vestindo seda e dois criados de tábua, cobertos de galões e placas de ouro, assoma então, com louçania e em gala, no couce os dragões da guarda vice-real, de uniforme garrido e novo, cavalgando alimárias de espavento.

Diz Beckford, nas suas *Memórias*, não conhecer mendigo capaz de poder lutar com o mendigo de Lisboa, já pela força de seus pulmões, já pela riqueza de suas chagas, e isso sem falar na variedade espetaculosa de seus farrapos, atributos esses, todos, ao serviço da mais implacável das perseveranças! O mendigo do Brasil, seja dito a bem da verdade, não tem o brilho teatral do mendigo alfacinha. É um reles figurino de colônia, de pulmão precário e de úlceras normais. Nem farrapos dramáticos ostenta, mostrando quase sempre apenas como roupa, um breve cobre-sexo, trapo vil, pano vão, com que ele julga compor a miseranda e esqualida anatomia malprovida de carnes e de músculos. Depois, por-



que é negro e foi escravo, é ainda resignado e humilde. Chega até a pedir menos com a voz do que com o olhar. Até nisso Lisboa nos supera!

Há pelas ruas da cidade, entanto, quem esmole ainda e com proveito maior que esse farrapo humano, o pedinchão da tropa, por exemplo, soldado das milícias, que pede para fumar, para beber, para ir ao teatro de bonecos ou à enxerga das barregãs, num vezo antigo e degradante, arreganhando à generosidade do transeunte, nos logradouros públicos, os tricórnios do uniforme, insistentes e cínicos. Há o irmão da opa. Pelas ruas centrais, de balandraus vistosos e coloridos, nas mãos ávidas, pires, sacos, sacolas ou bacias de prata, andam rapagões válidos e corados, pedindo uns para a cera do Santíssimo, outros para a missa das almas, para o concerto de igrejas velhas, para a construção de capelas novas... São os irmãos pedintes, os opas, que não alardeiam as rendas que possuem, ganhas no estranho ofício, só para que se lhes não corte a grande pepineira.

Conta, entanto, Victor Gendrin, negociante francês, citado por Taunay, que os conheceu ainda nos tempos de D. João VI, que um deles, certo dia, entra-lhe pela loja adentro e pede para ver uma tabaqueira de preço. Mostra o mercador uma, que é um sonho de artefato. Custa, porém, um pouco caro, quase três vezes mais o dinheiro que da esmola ele já tem no saco de pedir. O homem, no entanto, manda separar o objeto e declara que, dentro em pouco, voltará a fim de pagá-lo e levá-lo. Dito e feito. Dentro de uma hora ei-lo que volta, despejando no balcão do francês o preço da utilidade de que carece, não sem dizer: – E agora vou trabalhar para a minha irmandade. Até então trabalhara para a tabaqueira.

Todos assim. O irmão da opa, se não levava a metade da colheita por iniciativa própria, é que levava, então, dois terços, três quartos, ou mesmo muito mais. Menos era difícil.

Não se entra numa rua, num beco; não se atravessa um largo ou se penetra uma alfurja, sem ter diante dos olhos a goela escancarada de uma sacola ou de uma bacia de prata, e logo a voz pia e choramingas do andador, tentando arrancar-nos com insistência o vintenzinho da devoção. São as varejeiras da piedade. Irrompem de todos os cantos da *urbs*, de todas as portas abertas, isso desde que nasce o dia até às últimas horas do poente. Na ânsia de pejar a receita, fazem mesmo parar cadeirinhas, correm atrás dos coches, enfiam-se pelas lojas de negócio, até pelas rótulas das casas de família.



CONVENTO DO CARMO
FINS DO SÉCULO XVIII
(Coleção Alberto Sousa – Lisboa)

Há modalidades do tipo. Uns trazem a vara de prata do Santíssimo, muita vez suja de lama e sangue após sórdidas disputas por dinheiro por esconsas vielas; outros, portadores de simples bengalas de jacarandá, de cujo tope saem oratoriozinhos de emergência, minúsculos, cheirando a incenso, a flor, com um santo qualquer açulando a piedade do fiel; mais outros, trazendo apenas dentro de uma bandeja, enorme, uma imagem de pau ou uma estampa emoldurada em vidro e o infalível alforje da receita a chocalhar moedas. Não há cristão que recuse a sua esmola, beijando o santinho, ou a vara que o andador conduz. Não há lábio que se recuse a tão anti-higiênico manejo. Não há quem deixe de atender à voz insistente do opa, que a todos cerca pela esquerda, pela direita, pela frente, por detrás:



- Para a cera do Santíssimo!
- Para as obras da capela!
- Para a missa das almas!
- Para as alminhas de Deus!
- Para a festa a Nossa Senhora...

Quando a noite desce e soam as Ave-Marias na torre das igrejas, vão se acendendo as luzes dos oratórios, nas esquinas. Na parte central, ruas há que mostram dois, três nichos. Saem eles dos cunhais das casas, dependurados em largos varões de ferro, todos em madeira, pintados de negro, engalanados de flores de papel e de pano, vistosos, amplos e envidraçados. Na parte superior, rompendo do ângulo da fachada junto à cimalha, avança um cegonho, de onde pende a lanterna de azeite.

Os oratórios de esquina são sempre de iniciativa particular. Em geral, pertencem ao morador do prédio onde repousam embora o azeite seja custeado em rateio pelos moradores mais vizinhos.

Inúmeros os que se espalham principalmente na parte mais próxima ao largo, onde se ergue a morada do Vice-Rei. Na esquina de Rosário e Quitanda, há um em louvor a Nossa Senhora da Abadia; no canto de Ourives com Assembléia está outro erigido a Nossa Senhora do Monte Serrate. O que fica entre Quitanda e Carmo é



o de Nossa Senhora do Bonsucesso. Há mais o de Nossa Senhora das Barroquinhas, no Beco do Cotovelo; Nossa Senhora da Boa Morte, na Travessa D. Manuel; Nossa Senhora da Pureza, na Rua do Hospício; Nossa Senhora de Oliveira, na Rua Direita; Nossa Senhora dos Aflitos, na Rua da Alfândega; o da Fuga para o Egito, na Rua do Piolho; Nossa Senhora do Carmo da Guarda Velha; Nossa Senhora da Batalha, no Calabouço, para não citar mais.

Além desses, por vezes outros encontram-se encravados em muros, oratórios de pedra mais amplos, mais vistosos.

Depois de oito horas, cessa por completo o movimento das ruas. Nelas só fica para vigília da malandragem e do crime, a malta dos capoeiras, dos mariolas e das rascoas.

Tema, portanto, o retardatário que atravessar os cantos das ruelas onde não haja a amiga luz da lâmpada de um nicho, que na sombra há vultos que se rebuçam e espreitam.

Cuidado, que ao romper da manhã, muita vez, as sarjetas aparecem listradas de sangue... E gente estatelada, de borco.

Quando o sino começa a tanger trindades, vem um negro munido de largo recipiente contendo combustível e um molambo.

Antes de dar começo ao trabalho, antes de pejar o ventre da luminária exausta, faz o homem o sinal-da-cruz e uma reverência de mergulho à imagem do santo. Depois é que move a cordinha ensebada a fim de que desça a lanterna. E, enquanto ele a recebe, pousa sob o solo e a abastece de azeite, espicaçando-lhe a torcida, limpando com o molambo o vidro injuriado pela poeira de muitas horas, vão se congregando em torno os fiéis que por aí passam e que, cheios de piedade e de unção, ramalham rosários, batem no peito, rezam em voz alta, não raro tocando a fronte piedosa na terra fria.

O momento é solene e impressiona. Quem vem a cavalo apeia, quem passa de cadeirinha, sege, serpentina ou liteira, faz o mesmo. Suspende-se o trânsito nas ruas. Quem não se curva e não respeita a piedade geral, e displicente segue o seu caminho, arrisca-se. Que a ofensa não é somente feita a Deus, mas aos que nele crêem e a ele oram.

Não é, no entanto, longo esse momento de funda devoção, enquanto do alto céu a sombra aos poucos desce e a alma ascende contrita, enlevada e feliz...

A lanterna suspende-se. Reza-se ainda mais um pouco. Depois o desempoeirar generalizado de joelhos, o reanimar agitado do trânsito, a dispersão da massa e as esquinas que ficam melancólicas, mostrando ao homem a luz que indica do alto, ao mesmo tempo, os caminhos da Terra e os caminhos do Céu.



No quadro da rua colonial cruzam os veículos – O bangüê, a rede, a cadeirinha e a serpentina – Os andas – Desvelos especiais pelos vestuários dos mesmos – Coches – Berlindas – Estufas – Estufins – Paquebotes e seges de arruar – O número de carros que possuíamos pelo fim do século XVIII, nesta cidade.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Serpentina – Cadeirinha – Bangüê – Sege – Coche. Desenhos de *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Convento de Santo Antônio (Coleção Alberto Sousa – Lisboa).

.....

Os Transportes

P

ela rua colonial passa o bangüê, a velha liteira, particular, ou de aluguel, o tejadilho em forma de baú, dançando em dois varões fortes, que repousam sobre o dorso de alimárias de vista, guiada, seguida por dois garbosos lacaios. São velhas conhecidas da terra. Vêm do tempo do Sr. Tomé de Sousa, que nelas muito viajou. É a sisuda avó da cadeirinha, do palanquim, da serpentina. Mostra persevão de tapete para o qual se trepa fazendo estribo das mãos cruzadas do escravo. Vai aos balouços, rangendo, sacolejando, dando ao pobre passageiro, se é um desabitudo a tais instrumentos de suplicio, a impressão do enjôo do mar...

Ao sol, o tejadilho de couro esquentando, arde, crepita, e, quando há chuva, é um abrigo sem defesa, com as suas precárias cortinas de pano ou couro.

Dele vale-se, entanto, o carioca, quando vai fazer longas viagens, confessando-se, sangrando-se antes da partida e, no termo da jornada, repetindo cuidadosamente a piedade e a medicina.

Como o cavalo, o bangüê vara o Brasil de lado a lado, rompendo florestas, desbravando sertões, cortando clareiras e caminhos.

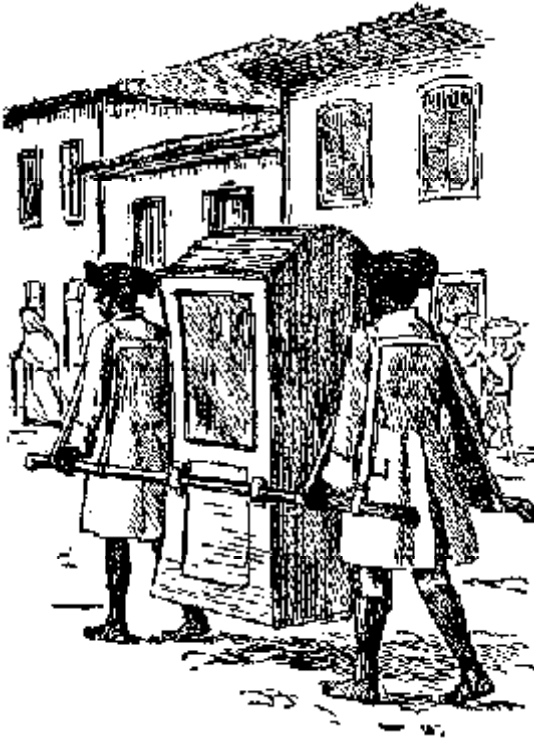
Os moradores de chácara ou fazenda, pelos arredores da cidade, não é de outra forma que vêm ao centro.

Cruzam cadeirinhas de vaca pretas, nas suas cortinas de damasco carmesim, balouçadas ao lombo de negros fortes. Já são menos desconfortáveis, mais elegantes e graciosas. Algumas chegam até a denunciar, na sua linha decorativa, uma certa intenção de arte. Não trazem, entretanto, pinturas a óleo nem exagero na obra de talha e, muito menos, dourados ou prateados; que a Pragmática é severa neste ponto:

Ordeno que se não possa usar nas carruagens, liteiras e cadeiras de mão cousa alguma de prata, de ouro fino, falso, bordados, metal dourado ou prateado.

White, que aqui esteve em 1787, achou as nossas cadeiras de rua *desgraciosas e pesadonas*. Era o bom gosto colonial: *feio, pesado e forte*.

Do saguão da casa rica, onde pousam, ou do corredor de outras, de cujos tetos se dependuram, em roldanas, as cadeirinhas saem já de cortinas cerradas, para que olhos profanos não devessem o relicário e a sua jóia.



Olha-se o aparato do bioco e diz-se, logo:

– Mulher!

E não se erra.

O casulo esconde a graça de formosa borboleta.

Por vezes arrisca ela, afoita, um olho vivo e curioso pela nesga do panejamento entreaberto.

Olha o pano que foge

E que balouça:

Põe o olho pra dentro

Sinhá moça!

A serpentina é uma modalidade da cadeirinha. É o palanquim indiano com cortinas, tendo um leito de rede.

Em geral, no madeiramento em que se dependura, denuncia certa riqueza de traço ornamental, mostra esculturas, embora grosseiramente trabalhadas, e, por vezes, de estapafúrdias concepções: pombas, querubins, flores, frutos, obras de talha, às quais se juntam insensatamente plumas, fitas de pano e até folhagens naturais.

Com o tempo essas serpentinhas acabaram por perder os leitos, que foram substituídos por cadeiras, colocadas sobre estrados, conservando, embora, amplos panejamentos muito mais indicados para o rigor do nosso clima. São bastante cômodas para entrar e para sair e resguardam melhor o passageiro, tanto da labareda do sol como das grandes chuvaradas.

Com a serpentina sobre os ombros, os escravos, para maior comodidade do passageiro, carregam-na um tanto de viés e ao ritmo de gemidos profundos e compassados. É a buzina do tempo, advertindo o transeunte de que alguém apressado quer passar.

Há grande capricho no vestuário dos andas, que são os lacaios carregadores da condução, escolhidos entre os mais belos e mais fortes da casa. Fardas da melhor qualidade, cabeleiras vindas de França, embora – pormenor curioso – indefectivelmente descalços, que o pé africano sempre foi hostil a certos requintes de pano e couro. Nas mãos, porém, não faltam nunca as luvas brancas, em manoplas. O negro, por isso, rejubila, vaidoso e ancho, os dedos suarentos metidos na ardentíssima fornalha.

**Aspectos da cidade
e das ruas**

IX



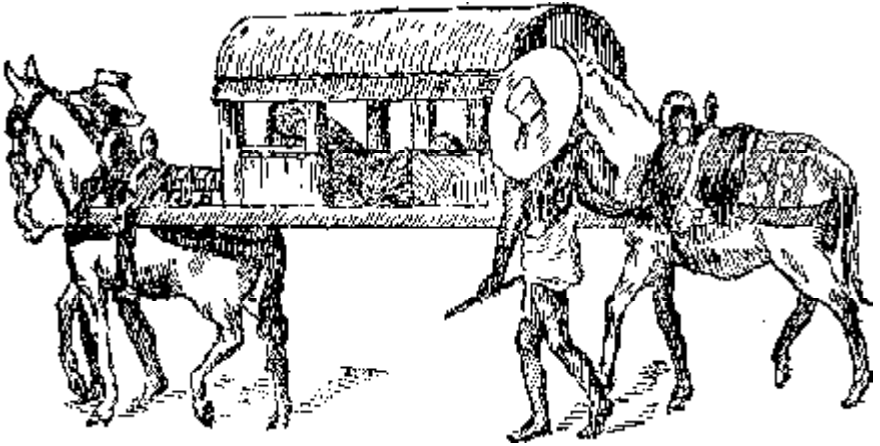
CONVENTO SANTO ANTÔNIO
FINS DO SÉCULO XVIII
(Coleção Alberto Sousa – Lisboa)

A sátira das ruas é que não os poupa:

Negro de luva

É sinal de chuva

Grandes desvelos tinham os senhores por todos esses negros de rua, pelos seus serpentineiros, cadeireiros ou litereiros, definindo o anda, como sempre definiu, pelo aparato de suas vestes, a grandeza, ou a decadência das casas, a que pertencia. Mais depressa o Sr. Chanceler-Mor da Rela-



ção, por exemplo, leva uma meia com um buraco na altura da barriga da perna que, em lugar que não se veja, um negro de sua equipagem mostra uma manchinha qualquer maculando a integridade do fardão.

Por fora muita farofa,

Por dentro mulambo só.

Quando sol de estio abrasa e castiga, vê-se essa coisa insensata: os infelizes portadores de veículos arquejando ao peso das varas duras, que levam sobre os ombros, todos metidos em espessos calções de belbute, casacas pesadíssimas, do mesmo pano, indumentária de vista e peso, ainda por cima recamada de placas de metal. Pobres negros! Cada placa é um sinete de fogo, que o belbute atravessa a queimar-lhe a epiderme. Triste besta humana, lavada de suor, lustrosa como se saísse de um banho de óleo, ao luaréu da terra derretendo-se, diluindo-se, liquidificando-se...

Se inúmeras são as cadeiras de rua, as serpentinas e os bangüês a cruzar, raríssimos são os coches por toda a cidade movimentada e vasta.

Aguirre, que nos visitou na época do vice-reinado declara em seu diário que durante o tempo aqui passado viu apenas cinco ou seis. Nós possuíamos, entanto, uma quantidade bem maior desses veículos. Não os viu Aguirre, porque o coche só saía em dias de festa, de grande festa, à rua. Na correspondência particular do Marquês do Lavradio, há uma carta, datada de 5 de maio de 1771, com a explicação do que se afirma. Falando dos carros desta cidade, diz ele que eram os mesmos utilizados *raramente* por seus donos, a maior parte do tempo ficando metidos *em suas coleiras*. *Se o negócio é importante*, continua o Vice-Rei, *o dono sai a pé – para não estragar a ferragem e a sola do veículo. Com o sol forte, o mesmo acontece para que os couros não se ressequem*. Sordidez, avareza, hábito de desconforto muito vulgar nesta terra por um tempo em que se procura juntar no fundo da meia o cruzado para ir gozar a vida fora. Não é só a baixela de prata, que se aferrolha na arca de jacarandá, enquanto se come com a mão raspando o fundo do prato; o coche também fica esgasalhado na coleira.

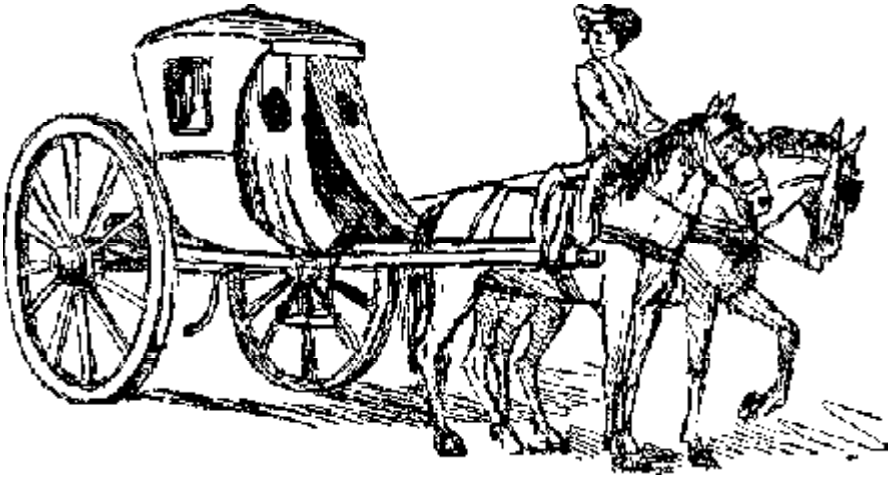
Por isso tão poucos coches viu Aguirre no Rio de Janeiro.

Pelas *Memórias Públicas e Econômicas da Cidade do Rio de Janeiro*, publicadas na época do Marquês do Lavradio, vê-se, ainda, que já possuíamos no tempo, nada menos de seis casas de *alugadores de seges*, e na rubrica “De carros” lê-se mais nove, fora cinco lojas de segeiro.

Naturalmente que os carros que se vêem na cidade colonial pelos dias de posse dos vice-reis, pelos das folganças públicas, ou por ocasião dos casamentos e batizados, não se podem comparar aos lindos veículos de Lisboa, muitos deles verdadeiras obras de arte no gênero, dourados, com pinturas originais de mestres, altas esculturas e isso sem falar nos panos de cristal, nos revestimentos de veludo e brocado, nas cortinas de seda e nos tapetes de preço, vestindo os persevões de estilo.

A caixa do veículo é suspensa por correões enormes e posta sobre um jogo de quatro rodas, duas das quais, as da frente, muito baixas.

Compondo a linha da carruagem nunca menos de dois cavalos atrelados, sendo um de sela, para pouso do sota. Dois criados de tábua vêm



no traseiro, as mãos pousadas nos tejadilhos de couro onde atravessam as umbelas de serviço.

Além do coche que, entre nós, é a *carruagem de estadão*, veículo de grande luxo, há ainda a berlinda, a estufa, o estufim, o paquebote e a sege. A berlinda é um carro pequeno, leve, gracioso, obra de maior luxo e maior ornamentação que o próprio coche. A estufa é um veículo de quatro rodas, mas sem a magnificência da berlinda ou do coche, e onde avulta a obra de couro tauxiada em larga pregaria de metal e vidraçaria, veículo amplo, por vezes podendo carregar até seis pessoas. O estufim e o paquebote são meias-estufas singelas, leves, úteis e modestas.

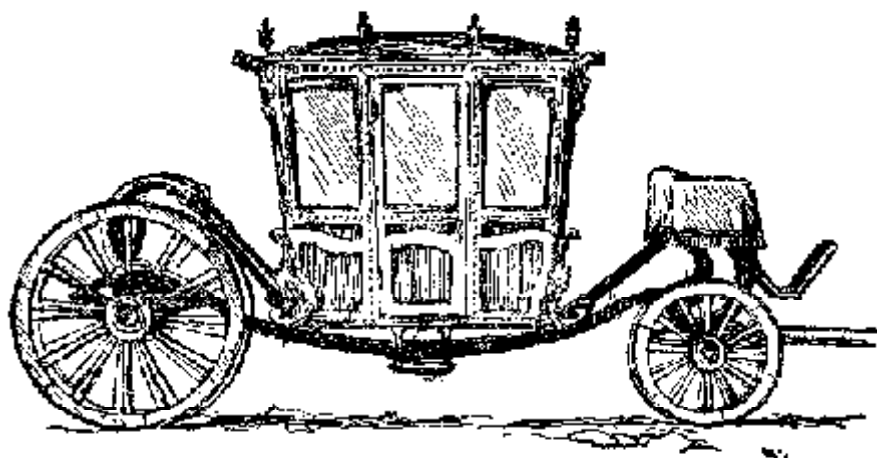
A sege, irmã pobre da berlinda e do coche, é um veículo, em geral, de um só lugar, levíssimo, mostrando duas rodas. A caixa é curta, caixa em *coupé*, mas posta muito ao alto, o tejadilho em forma de baú, mostrando a saída pela frente. Para defender o passageiro das chuvas, há uma cortina rasgada ao centro, de couro, com vidros encaixados. Tiram-na dois ou quatro muars. Leva um sota, que se mostra sempre ao lado esquerdo na parelha. Também leva, por vezes, criados de tábuá. Chamberlain, na sua obra sobre o Rio de Janeiro do começo do século XIX, desenha-nos uma curiosíssima, arrancando em frente o consulado inglês.

As leis de etiqueta, na parte relativa aos que se valem de veículos, resumem-se a muito pouco. No coche, na estufa, no paquebote, ou na berlinda, o melhor lugar, o mais distinto, é o da direita, ao fundo, e, nas liteiras, o lugar que fica atrás.

Aos padres e às mulheres ainda que sejam filhas, devem dar-se, sempre, os melhores lugares do veículo.

As saudações feitas da rua são correspondidas de dentro da condução com um leve inclinar de busto. Quando a janela de vidraças estiver fechada, é necessário abri-la para fazer, então, o gesto de saudar. Nas cadeirinhas ou bangüês com janelas de vidro a menção de querer baixar a mesma vale como resposta ao cumprimento. O passageiro não se cobre jamais dentro do seu veículo, traz o tricórnio sobre os joelhos ou sobre o peito, o forro de seda branca virado para dentro.

Na rua estreita e movimentada, quando não se escuta o gemido ritmado do cadeireiro, do liteireiro ou do serpentineiro, é a voz do homem da boléia ou do sota que berra alto, acompanhado do estalar de longuíssimos chicotes: – Eia! Uia! Oia!





Como eram organizadas as festas populares nos tempos da colônia – Os senhores do Senado da Câmara – Maneira de anunciar ao povo os divertimentos oficiais – Os almotacés e o bando lido, espetaculosamente, pelas praças e ruas da cidade – Preparativos para o grande dia – Descrição de uma praça de curro – Conjuntos musicais.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Entrada para a praça do curro. – Os almotacés saindo do Senado da Câmara.
– A leitura do bando. – Armas da cidade do Rio de Janeiro nos tempos coloniais. Desenhos de *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Mosteiro de S. Bento (Coleção Alberto Sousa – Lisboa).

.....

Festas populares

Para comemorar com brilho e pompa certas datas do calendário real, reuniam-se, de quando em quando, os senhores do Senado da Câmara. E organizavam festas extraordinárias, festas espantosas; que fossem depois falar ao Reino da *humildade satisfeita do leal vassalo da América*, sem contudo, insinuar a solicitude admirável dos seus governadores, pois pensavam eles, muito naturalmente que, em lembrando o primeiro, os últimos não seriam esquecidos.

Esse *fiel vassalo*, nas correspondências oficiais que iam daqui para Lisboa, era sempre uma criatura tocada pela vara da felicidade e que, de feliz, vivia com as mãos postas, a agradecer aos céus, não só os tremendíssimos impostos, os vexames e outros sinais de opressão com que a metrópole o esmagava, mas, ainda, a ventura sem par de possuir, por amos e senhores, os monarcas mais justos e mais paternais postos pelo bom Deus sobre a crosta da Terra...

Como se abusava de ti, alma ingênua e dolorosa de caboclo, figura sofredora e exaurida desse pobre e *fiel vassalo* tão das correspondências da colônia para a Corte! Príncipes bem-aventurados! Não nascia, não se batizava, não casava, um só, sem o espoucar do riso franco e ruidoso destes *povos felizes*, bem como um só não morria sem que a terra toda se umede-

cesse ao rolar das lágrimas sentidas pela imensa e desolada *vassalagem fidelíssima*. Nunca se viu solidariedade assim.

Saíam os almotacés a cavalo, em bando, não raro mascarado, pelas ruas da cidade, a anunciar ao povo os festejos decididos.

Iam ruidosos e chibantes, fazendo dançar as alimárias portentosas e irrequietas, e mostravam, sobre os ilhais suarentos e fogosos, xairéis do melhor veludo, roupas de sela da melhor qualidade, as crinas e os traseiros enfitados.

E logo foguetaria atrás. Foguetes do ar, com os seus bárbaros e neurastenizantes estouros, a bombardar infalível da colônia, que sempre definiu, com indiscrição e bulha, o regozijo desenfreado do reinol!

Era de ver, então, a farândola dos vadios, a corja deleitada e feliz, que corria em roldão, no couce dos cavalicoques do anúncio, formando, atrás, um séquito festivo e turbulento, de tal sorte a colaborar no alarde espalhafatoso dos edis.

Pelas praças ou pelas encruzilhadas das ruas, pelos lugares onde o povo se fizesse mais numeroso ou agitado, retesavam-se rédeas, continham-se ginetes, e do bando, então, um se destacava que lia o edital dos festejos. Aclamações. Rufar estrepitoso de tambores. Soar de clarins. Girândolas de fogos do ar... Recomeçava a cavalgada alvissareira sua corrida tumultuosa, varando ruelas, furando ruas e betesgas, por campos, por atalhos e caminhos. As grades de pau e os furos das urupemas das casas enchiam-se, pejavam-se de olhos maravilhados e satisfeitos, palpitando de ânsia, fuzilando de curiosidade. Por vezes, as próprias janelas ou as portas entrebriam-se em frinchas escandalosas de quase dois dedos. Inaudito! E toda a família, arriscando a reputação, através da frincha, a cocar, em cacho, gozando o tropel das cavalgaduras, o estardalhaço do povilêu esfuziante e desordenado gritando pelas ruas: – Festas! Festas! Festas!

A notícia pegava fogo, alastrava, tomava conta da cidade. Da parte do Arsenal de Marinha à Glória e ao Valonguinho sabia-se logo que um bando vistoso corria, alegre, a anunciar festanças extraordinárias. O comércio exultava. A roda dos negócios começaria a girar gostosamente. Subiria o preço das fazendas de luxo, os sapateiros começariam logo a afirmar que o couro estava *pela hora da morte*. Fariam serão os peruqueiros, os alfaiates, as costu-

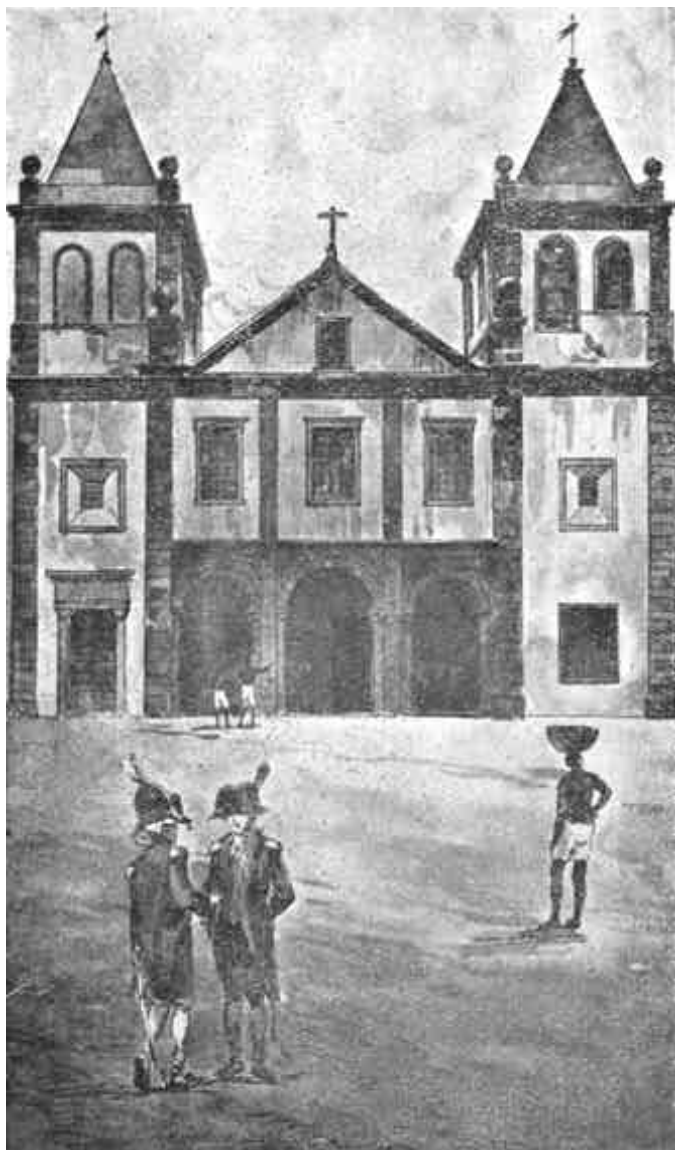


reiras. Transbordariam de encomendas as casas de sege, de passamanaria, de tinturaria... *Sinhá-moça*, enlevada, quase enlouquecia de prazer.

O pássaro de encerro ia sair à rua e com sol! Que o papá não deixaria de levá-la pelo menos às festas dos touros, ou dos cavalos. *Sinhá-moça* talvez mesmo fosse ver à noite as luminárias, ou os *fogos artificiais*. Que sonho!

Quanto aos programas de tais folganças constavam eles, pouco mais ou menos, de embandeiramentos, *Te-Deum*, beija-mão, procissão, touradas, cavahadas, outeiros, ópera, luminárias... Festas para durar seis dias!

Naquela noite mesma, à luz dos candieiros de azeite, os interiores, em vigília até quase madrugada, as penas de pato rangiam deliciosas, riscando orçamentos exorbitantes.



MOSTEIRO DE SÃO BENTO
FINS DO SÉCULO XVIII
(Coleção Alberto Sousa – Lisboa)

Se o movimento se fazia sentir ativo e vivo nas casas, nas lojas e oficinas, transformando o aspecto patriarcal e tranqüilo da cidade, não menos vivo e ativo era o que ia pelos campos indicados para o levantamento de um anfiteatro, onde pudessem ser corridos touros e cavalos, exibidos danças e carros alegóricos. Trabalhavam carapinas vindos de toda parte; pedreiros e pintores de brocha até pela madrugada, à luz de cabeças de alcatrão, que a escravaria carregava. E de um amontoado de lonas, de madeiras que carretas cuspiam sem descanso ao redor da praça, surgia, enfim, a grande peça de arquitetura, que se dispunha a impressionar os basbaques do tempo.

Que demasiado não sofra, porém, a nossa imaginação, pensando no que seriam, sob o ponto de vista estético, esses surtos arquitetônicos desovados à incompetência dos homens do risco da época, os mesmos que mancharam a beleza da nossa paisagem com aquelas gaiolas coloniais sinistras e mal cheirosas que foram, aqui, a infecta e lúgubre morada do nosso pobre avô pelo correr dos séculos XVII e XVIII.



O *fiel vassalo*, porém, sem cultura e ambiente, delirava assim mesmo. Podia lá haver melhor? Não podia, claro. A praça tinha que ser mesmo uma obra-prima. Se assim as faziam em Lisboa! Só não mostrava janelas de vidro, torêuticas e os tapetes que iam buscar el-Rei ao pórtico da entrada. O resto...

Sem varandas de vidraça, alcatifas do Oriente ou da fábrica de Arraiolos, a construção indígena, como a casa do século, como a tela do tempo, como tudo enfim que pela época demandasse alguma inspiração ou um pouco de beleza, era coisa lamentável, mas de qualquer sorte dando sempre a *impressão do melhor*, e servindo.

Estamos diante da massa arquitetônica acaçapada e feia de uma dessas praças de curro, bem em face à boca hiante do arco monumental da entrada. Avança-se um pouco e há logo, ao lado, uma escadaria de madeira coberta de folhas de mangueira, tapete amável da natureza patricia, amaciando e perfumando os passos de quem sobe, e, ao mesmo tempo, apagando as cincadas naturais do carapina. A escada é de poucos degraus e serve de acesso geral aos camarotes e às bancadas. Tem quantos degraus? Ponhamos vinte...



O camarote do Vice-Rei é o mais vasto e confortável. Fica em frente sobre o vão elevado da escadaria, isolado e distinto. Não tem os desperdícios simbólicos do que posteriormente, quase no mesmo lugar, foi construído em honra ao príncipe D. João. Não há, aí, para delícia de pupilas árcades, *musas e troféus* nem a estátua da Justiça ou da Fama, uma de olhos vendados, ou quase isso, e a outra tendo na boca de gesso a trombeta emblemática, anunciando ao *vassalo fiel* a glória imorredoura de Portugal. Nada disso; apenas uma lona forte, de boa qualidade, esticada a capricho, e sobre ela as Reais Quinas em pintura gritante, e mais abaixo – *Viva el-Rei Nosso Senhor!*

A parte mais alta da praça é a representada pelos camarotes.

Descendo, caminho da arena, estão as bancadas. Vem depois a tranqueira, no estilo *feio e forte*, da época, mas capaz de servir à mais furiosa das investidas córneas nos momentos da função de touros. Depois, o campo de ação, a arena que, como quase todas do seu século, tem forma elíptica e é suficientemente vasta. Da sua parte mais larga mede-se uma distância que se pode contar por uns quatrocentos palmos.

Quem lança, do centro da praça, a vista em torno, vê que as construções de madeira estão todas festivamente decoradas; cada camarote é um paliteiro de mastaréis onde se alvorotam bandeiras e galhardetes de todas as cores. Alguns há que são separados para que neles se instalem as filarmônicas cedidas pelas bandeiras de ofício e que entram na praça sob os aplausos de seus associados ou simpáticos, de estandarte ao alto, vistosamente uniformizadas.

Que não se ria o carioca de hoje da evocação que fizemos desses conjuntos musicais, de tal sorte confundindo-os com outras balbuciantes expressões de arte que a colônia tão pouco representavam a sensibilidade da raça brasílica. Lembremo-nos de que, pelo tempo, o Brasil, como exporta hoje café, exportava para Portugal música. Que nossos, rigorosamente nossos, eram o *lundu*, a modinha, e o próprio fado que ainda agora fala à alma portuguesa, como nos ensina Balbi num documento que data de 1821. (*Essais estatistique du Royaume de Portugal et Algarve.*) Na correspondência particular dos vice-reis do Brasil, no Rio de Janeiro, encontramos encômios especialíssimos, não só ao gênero criador dessa mesma música, como à proficiência das orquestras de cá, quase tão boas e tão perfeitas como as de lá.

Das festas populares que o Senado da Câmara organizava, as mais desejadas foram sempre as levadas nos anfiteatros. Como por elas delirava o avô colonial!

Como se praticavam, porém, tais folguedos entre nós, folguedos que o século XVIII particularmente requintou, e que tinham início pelo correr da tarde, depois da revista do *Te-Deum* e do beija-mão do Vice-Rei?

Isso é o que vamos ver.





Chegada do Vice-Rei à praça – Cortesias oficiais – Os rojões da etiqueta – Aspectos da assistência – Saudação do meirinho da cidade – Manobras da cavalaria vice-real – O carro da irrigação – Alegorias – Bailados singulares – Máscaras – Enquanto se espera pelos primeiros números das cavalcadas.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O iniciador do jogo, *Washt Rodrigues* – A bandeira, *Salvador Ferraz* – Soldados da guarda do Vice-Rei. – Moleque apanhando flecha. – *Washt Rodrigues*. Cabeça de negro – *Carlos Chambelland*.

FORA DO TEXTO – Convento de Santa Teresa (Coleção Alberto Sousa – Lisboa.)

.....

Alegorias

São quatro horas da tarde. Olha-se para os caminhos que vão para os lados da Sé, e vê-se, numa poeira dourada ao sol, a sege do Vice-Rei, puxada a seis, o sota viçoso, à frente, importante, sovando as mulas de atrelagem, e, na assomada da capota, compondo a linha da carruagem, a figura risonha e donairosa de dois criados de tábua.

S. Ex^a é pontual. S. Ex^a não se faz esperar.

Ao pórtico da praça já estão os homens do Senado da Câmara, da Relação e da Provedoria, de envolta com representantes da Mitra e outros notáveis da cidade, todos *novos em folha*, estreando casacas cortadas na melhor seda da Fábrica, calçando escarpins afivelados de ouro e prata; sob o braço, a premir, tricórnios magníficos. E muito bem penteadinhos, muito bem escanhoadinhos, mostrando apenas as pinturas e os tafetás um tanto comprometidos pela insolência da tarde, uma tarde que é uma glória para o Brasil, mas que estua demasiado, ofendendo, sobretudo, no seu fulgor tropical, a papada jurídica dos desembargadores, em bolsa de sebo sobre a brancura imaculada dos bofes de renda.

S. Ex^a, o Sr. Vice-Rei, já chegou. S. Ex^a já recebeu a primeira girândola de rojões, já se fartou de cortesias oficiais, já gabou a chibança

da praça, galgando degraus, recebendo sorrisos, retribuindo cumprimentos e ingressando, finalmente, no seu camarim de cortinas de damasco sangue de boi, rubículo, sufocado, a abanar com o tricórnio de seda e caraça vice-real, toda envernizada de suor.

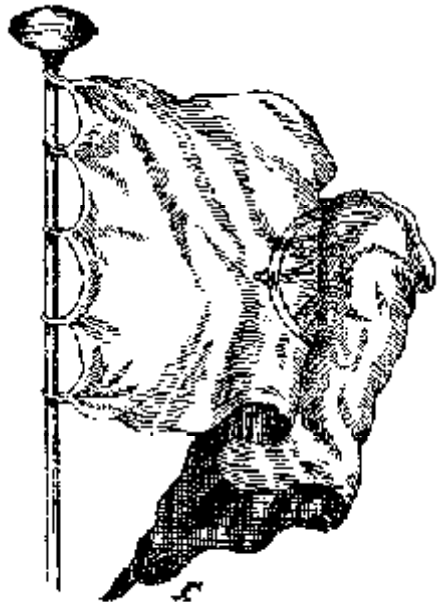
Pelos camarotes e bancadas ouve-se um *ah!*, misto de contentamento e de alívio e um *enfim!* – naturalíssimo. Erguem-se todos, cerimoniosamente, enquanto as músicas ressoam compassadas. Seca-se S. Ex^a ao abrigo da soalheira, numa vasta bretanha de linho arrancada a uma algibeira da casaca, e agradece, sentando-se, deliciado pelo espetáculo realmente interessante que se desdobra a seus olhos.

O anfiteatro está literalmente cheio. Só ele é um espetáculo maravilhoso como nota de cor e movimento. São casacas, véstias, calções, merinaques, mantilhas, tudo policromicamente fundido, vistosamente agitado.

Há gente até pelos vãos destinados às passagens sobrando no fundo dos camarotes; gente que procura ou disputa lugares, num perpassar constante de vultos, de cabeças, de tricórnios, de capas, de mantilhas e de leques.

Ruído. Movimento. Preamar agitado. Vozerio indistinto, apenas interrompido pelo pregão forte dos ambulantes amassados entre o povo e a vender aluá, pamonha, canjica e gergelim.

– Pena não haver, como em Lisboa, comenta-se, o *cego das folhinhas*, vendendo ao povo o mapa das entradas com explicações de tanto proveito, sobretudo para quem quer penetrar a ficção das alegorias e das escaramuças. Onde, porém,





CONVENTO DE SANTA TERESA
COMEÇO DO SÉCULO XIX
(Coleção Alberto Sousa – Lisboa)

imprimir-se esse argumento do espetáculo, uma vez que não existe em toda a cidade uma só tipografia? No tempo do Sr. Conde de Bobadela houve uma, é verdade, mas já foi mandada quebrar por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês, aquele homem singular que conseguiu ao mesmo tempo ser tão grande em Portugal quanto pequeno no Brasil...

Súbito, rebenta de mil bocas, num grito desejado:

– Vai começar! Vai começar!

Observando-se as praxes da Metrópole no que respeita ao cerimonial, rasga-se a tranqueira do fundo, destinada a dar saída aos assuntos da festa, e dela surge a figura simpática e serena de um cavaleiro, que o povo recebe numa ovação enorme.

O homem monta um tordilho árabe de cabeça pequena e cauda empenachada, veste as roupas do tempo de D. Pedro, o Pacífico; balona branca, derrubada sobre o gibão de veludo carmesim, os laçarotes dos calções em rosetas largas, tufadas de espequilha. Traz feltro espanhol, cuscuzeiro emplumado de azul, botas de cordovão brilhando ao sol, curtas, de cano em dobra e acabando em boca de bezerro. A capa de meio corpo negra, farta de pregaria, está solta, a voejar no espaço. Atravessa a galope a arena, levantando uma nuvem de pó, decorativamente, para estacar, depois, diante do camarim de S. Ex^a, a quem saúda. E espera, como ensina a etiqueta do jogo, a ordem para começo do espetáculo.

A ordem não se faz esperar.

O homem gira, então, o animal afogueado, com elegância e propósito, castiga-o, e fazendo-o corcovar como a um potro bravo, abala até chegar de novo ao ponto de tranqueira por onde ingressou, e por onde desemboca, depois, em fileiras de quatro, o esquadrão vice-real, vestindo grande gala, e a galope, ao clangor de clarins a vibrar.

São manobras. Não dura muito, entanto, o exercício marcial. Com mais uma continência, o esquadrão biparte-se, e em ordem, enfia, desaparecendo, pelo vão por onde viera.

Soam as filarmônicas, sinal do primeiro número das alegorias que surge, então, sob aplausos gerais. É um carro de uns seis metros de longo, denunciando a forma de uma montanha, no cimo da qual se vê uma arca de velame em tiras. Há dentro dela a figura bíblica de um ho-

mem barbaceno, de vestes brancas e talares, a empunhar o cajado patriarcal. O barbaceno é Noé. A barca é a do Antigo Testamento. Cercam a Noé vários animais, que se debruçam da muralha da nau deliciando o povo. Vê-se um macaco, um tamanduá, um tapir, uma cabra...

Reboa uma salva unânime de palmas.

Noé sorri do sucesso e agradece os aplausos, cruzando sobre o peito as largas mãos ossudas. Os animais comovidos acompanham-no. Cumprimentam, também; zoologia de homem e pano; mascarada, artifício, entanto, que agrada e que provoca a hilaridade da massa. O macaco abusa do sucesso, põe-se a mostrar ao povo a sua cauda enorme...

Tem o carro, afinal, função de utilidade, tal a de umedecer da praça o solo empoeirado. Os animais agitam-se na arca. O macaco insiste no seu manejo insolente, fazendo jus à cólera e ao cajado de Noé. Põe-se aos berros a cabra, enquanto o tamanduá e o tapir, muito amigos, dançam um bailado infernal. Eis, porém, que o carro começa a funcionar como irrigador. Manobra de Noé e seus bichos a mover com afã a bomba dos repuxos. É um segundo dilúvio. A água jorra sobre a poeira, em jatos. O ar refresca e o carro desliga aguando tudo. O povo aplaude. O macaco insiste...

Mal repontam, no entanto, os primeiros esguichos e já um bando de dançarinos surge na praça, mostrando sobre os ombros máscaras enormíssimas de peixes, trajando uma roupagem de tom prateado e com desenhos que lembram escamas coladas ao corpo. Dançam e o cardume coreográfico vai seguindo o rastro



da arca, de qualquer sorte a lembrar, fora da água, os peixes famosos de Santo Antônio.

O carro é oferta dos oficiais de carpintaria, marcenaria e classes anexas. Agrada. Pode-se dizer que as alegorias da tarde começam bem. Noé agradou em cheio. O macaco também.

Retirado da arena o refrescador simbólico e festivo, entra, vistoso e pimpão, o segundo carro, rompendo a custo a linha da tranqueira. É uma cousa enorme. É belo, não há dúvida, mas espanta pelo tamanho. Lembra ele, na sua túrgida alegoria, uma caravela quatrocentista, mostrando no castelo de popa toda uma tripulação vestida como vestiam os portugueses do mar pela época dos descobrimentos. A indumentária deslumbra.

Se houvesse um mapa impresso de entradas, como em Lisboa, ver-se-ia logo explicado, por exemplo, que o símbolo representa o Triunfo de Portugal nos mares e que o carro é uma oferta dos taberneiros da cidade. Artificio de vista e bulha. Entra atirando bombardas dos seus canhões de papelão pintado, no arvoredo náutico desfraldando, com a bandeira do Reino, gloriosas flâmulas de guerra.



O reinol, orgulhoso, aplaude-o com delírio, principalmente quando a nau, depois de complicadíssima manobra, encalha gloriosamente diante do camarim vice-real, a despejar, com a sua formidável artilharia, a salva protocolar.

O cortejo – bailado que segue o rastilho sem espumas de caravela pimpona – é representado por bailarinos, que figuram várias raças da Terra: asiáticos da Índia portuguesa, africanos do Congo e Moçambique e índios da América. Vêm todos esses *fiéis vassalos* em grupos separados, mas rege-os o mesmo motivo coreográfico e o mesmo drama musical, que descreve a alegria e satisfação das raças conquistadas pelas glórias sem nome da Mãe Pátria. Os peixes do carro Dilúvio, em linha, ao fundo, desencastoam as máscaras para melhor admirar a evolução do navio e das raças. E sorriem deliciados. Mas já recolhe o carro seguido dos seus grotescos dançarinos.

Os clarins soam de novo e uma girândola de foguetes atirada no ar denuncia nova alegoria que o povo logo reconhece como simbolizando o *Reinado de Baco...*

Representa a mesma um monte todo entrelaçado de vinhas, de onde surgem caraças vivas de sátiros empunhando, como o filho de Júpiter e Semele, no alto, taças, que esvaziam. A taça de Baco é de ouro e enorme. Arranjaram para viver a grotesca figura do Deus Olímpico o mazombo mais gordo de todo o vice-reinado. Lembra menos um homem que um espesso paquiderme, a pança felpuda à mostra, grávida já de algumas canadas do bom vinho. Faz bem o seu papel o marau. Para viver a imagem obesa do divino borracho não abusa ele tão-somente das banhas, mas, ainda, do álcool que entorna com frequência à goela rubra e enorme. O seu olho a *meio-pau* é um vinhômetro eloqüente, marcando o apogeu da ebriedade que o faz gritar ao público, acenando com a taça colossal.

Há quem receie que o alucinado a atire sobre a cabeça do Vice-Rei. Que não há fiar em bêbedos. O homem, porém, diante do camarim de honra, respeitoso, comede-se, de tal sorte revelando prudência e centelha divina.

Um grupo de mancebos em *travesti*, como guarda de honra, forma o conjunto do carro, seguindo-o num bailado de ninfas andróginas, as clâmidas soltas ao ar e com elas véus policrônicos que dão cor e alegria ao drama coreográfico que se desenrola.

O povo ovaciona o símbolo que volta, então, roçando a linha da tranqueira geral, e que de passagem vai atirando por esguichos, até então dissimulados aos olhos de todos, jatos de bom vinho tinto, de que não pedem desculpas por manchar casacas, véstia, meias, tricórnios, merinaques e mantilhas. É um escândalo. Todos riem. Todos acham muitíssima graça. A gargalhada explode, muito principalmente na boca dos que não mostram as vestes injuriadas pela chuva de Baco e seus sequazes.

Como se divertiam os nossos avós!

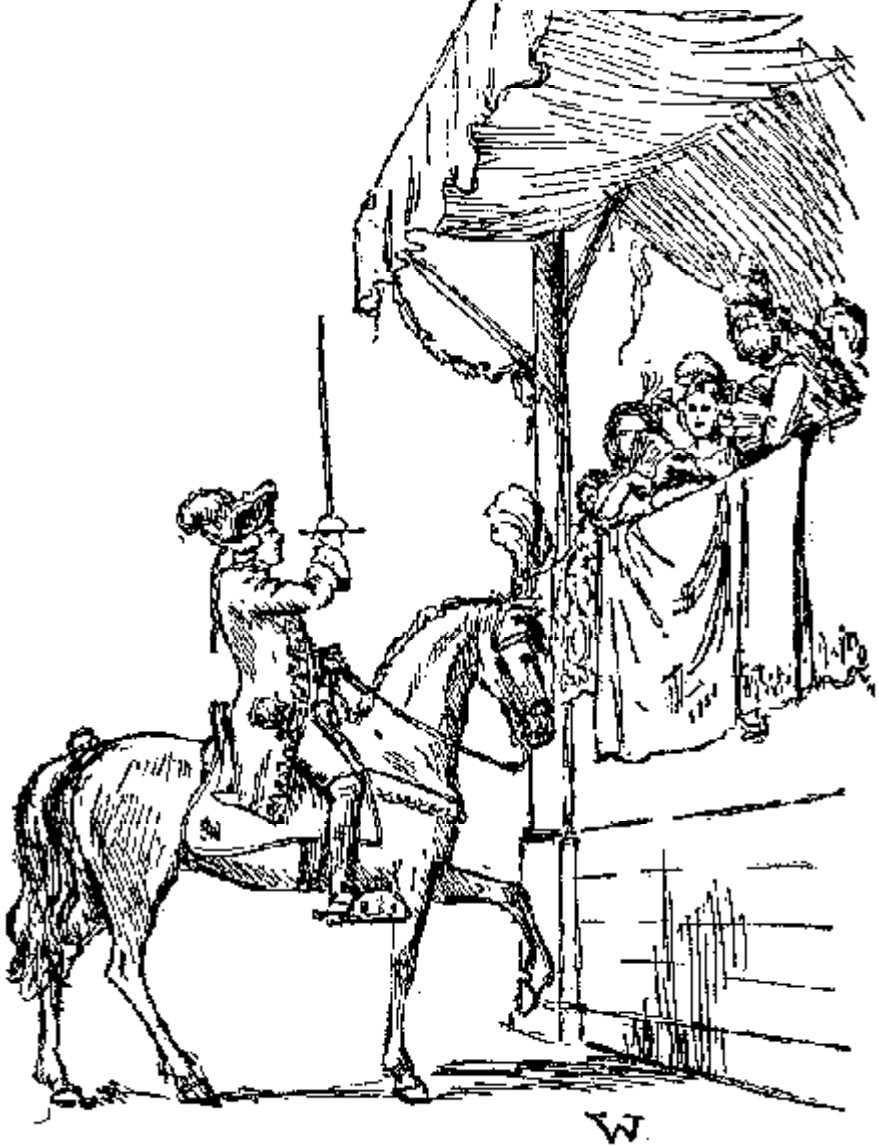
Para terminar esta parte festiva que já dura bastante, vêm ainda três carros de máscaras percorrer a arena, cantando ao som de violas músicas patriciais e estabelecendo com o povo diálogos esfuziantes.

Recolhem-se, porém, dentro em pouco. É o intervalo. Recomeça o vozerio, o movimento, as cores vivas das toaletes a mover-se, a agitar-se. E logo os pregões dominando a *brouhaha* que anda pela praça:

– Aluá, pamonha, canjica, gergelim!...



O Rio de Jane.



Cerimonial de cortesia – A entrada dos pajens e dos cavaleiros – Continências ao Vice-Rei.
Jogo das cabeças, com lanças e pistolas – O estafermo e o seu divertido chicote –
Escaramuças de alcanzias, canas e pombos – Combate entre mouros
e cristãos – As últimas alegorias da praça.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Cortesia por ocasião da entrega do anel, após o jogo das argolinhas. – Jogo das Canas. – O estafermo. – Cortesia com lanças decontoadas. Desenho de *Washt Rodrigues*

FORA DO TEXTO – Igreja do Rosário (Coleção do Alberto Sousa – Lisboa).

Cavallhadas

V

oram clarins. A praça ao sol fulgura. Vão começar as cavallhadas.

Pelo vão da tranqueira aberta sobre a arena, surge um corpo de pajens, o que deve, nas escaramuças que se preparam, servir os cavaleiros. Vêm a pé. Vestem indumentária do seu tempo, sem espadas, porém. Trazem o tricórnio na mão, mostrando as cabeleiras premidas por um laço a *catongan*. Estão a dois de fundo e, assim, marcham até ao centro do terreno onde, estacando, fazem ao Vice-Rei as cortesias do estilo: recuam o pé direito, tocando com o joelho o chão da praça, enquanto que, mantendo a cabeça recurvada, tocam o queixo num dos ângulos do tricórnio, posto em massa sobre o peito. E, logo, evoluindo em uma fila singela, avançam para se dividirem, depois, em dois grupos: um que toma o caminho da direita, outro, o da esquerda. Aos compassos da marcha batida, que ressoa, voltam eles depois e saem pelo vão da tranqueira, para logo surgirem acompanhados das azêmolas, peçadas de guizos e que carregam em vasos surrões de couro, os assuntos que vão servir à prática dos jogos: lanças, postes de argolinhas, cabeças em massa, alcanzias e mil outras utilidades pequeninas.

Fazem os animais, então, antes de ser descarregadas, o circuito da praça, seguidos pelos seus guias que, depois, os aliviam da carga,

colocando-a sobre a arena, de forma a bem-servir, oportunamente, os cavaleiros que não tardam. Só aí é que os mesmos entram, em duas filas de seis, ao todo doze, distinguidos pela cor dos vestuários. Mostram os de uma fila vestimentas verdes, os da outra, cor-de-rosa. Calçam todos



igualmente, porém, luva branca na mão esquerda, e trazem no tricórnio, alevantada, uma grande pluma da mesma cor. Não mostram botas, senão polainas, também brancas, das altas, das de atacar, o excedente da fita e um amplo laço caído sobre a perna. As selas dos que trazem as roupas cor-de-rosa, são vermelhas, e as dos que trazem roupas verdes,

amarelas. Combinando com tais cores estão ainda as rédeas, cabeçadas, rabichos e pontas das guias.

São, porém, uniformes os xairéis, bem como os peitorais e seus enfeites: as ferragens são prateadas, bem assim os copos dos freios e dos estribos. Trazem na mão, os cavaleiros, lanças decontoadas e logo de entrada fazem marchar, a passo, as suas cavalgadas. Não tiram o chapéu. Majestosos e serenos vão eles, assim, ao centro do anfiteatro, olhando, perfilados, o camarim do Vice-Rei, para fazer a continência espetaculosa dos *sete tempos*. Consiste essa continência num destre e elegante manejo executado pela lança, que toma sete posições diferentes, até ser arremessada, afinal, para trás, onde fica com a botana encaçada entre os dedos do jogador que completa o sétimo tempo, fazendo cair o braço, com graça, até descansá-lo sobre a coxa. Três vezes é repetida a cortesia. Acabada a última, deixam os cavaleiros os recontros das lanças de rastro, avançam ainda mais, em direção ao camarim, até a um ponto onde se vê um vulto estranho surgindo do terreno, todo envolto em damasco vermelho e que mais tarde se verá o que é. Isso feito, dividem-se eles em dois grupos, momento em que, levantando os cavalos de galope, terçam as lanças ao meio, pegando-lhes com a mão direita voltada para baixo. O galope é vistoso e, nas passagens que fazem os dois grupos, um junto ao outro, os cavaleiros erguem o braço direito para cima, olhando, cada um, com graça e agrado, o seu competidor.

Segue-se a manobra dos círculos, em rodopio, fazendo os cavaleiros da fileira do centro galopar os seus cavalos na ação da volta ao revés para não voltar a cara aos cavaleiros da fileira que anda por fora. E várias figuras, outras, vão mostrando a destreza dos jogadores e suas alimárias até terminar pela ocupação de pontos opostos na arena, bem separados os grupos pela cor do que vestem.

Há um minuto de descanso: é o momento em que os pajens, portadores de cabeças de papelão pintado, avançam e as vão colocando, espalhadas, sobre o solo. Têm elas um tamanho natural e firmam-se, quando postas no chão, pela base do pescoço. Preparado o recinto para novo jogo, voltam eles a trocar as lanças decontoadas, que trazem, por outras de fina ponta. A sorte é divertida. O cavaleiro sai de arma em riste com o



mister de trazer, nela, tantas cabeças quantas for possível. Atenção! Que as músicas cessaram e o número curioso principia.

Avança o primeiro da fila à esquerda. É um *verde*. Corre, atira a lança, esforça-se, porém, sem nada conseguir. Nem uma cabeça físgou. E é assim que volta desbaratado e triste sob o formidável apupo das bancadas que assobiam... Agora, um outro, um *cor-de-rosa*, que acomete. Bravo! Foi, porém, de raspão... A ponta de aço feriu a primeira cabeça: feriu, mas resvalou. Com as outras dá-se ainda o mesmo e desastreado jogo. Tal qual o seu antecessor, não marca ele um só ponto... E volta descoroçoado. O terceiro, que é um *verde*, porém, traz duas cabeças. A praça inteira exulta, grita, aplaude. O *cor-de-rosa*, a seguir, mais feliz, ainda, enfia quatro! Há delírio no povo. Aplaudese a valer. Os verdes, no entanto, no fim de certo tempo, ganham a partida por três pontos.

Voltam os pajens, portadores de novas cabeças, agora colocadas em plintos altos, de metro e meio de altura.

Substituem-se as lanças por pistolas. O jogo é simples, basta visar e atirar, que a cabeça, logo, se despenhará. E cabeça por terra, ponto marcado. Dá-se começo à escaramuça. Durante vinte minutos as pistolas espoucam. Os aplausos da massa sublinham os pontos feitos.

Os *verdes* ainda ganham desta vez. Evoés, gritos, clamores! Minuto de descanso aos cavaleiros. Sempre que estes descansam e os pajens saem a preparar o âmbito da função, as músicas clangoram. Já elas, porém, vibraram. E emudeceram para dar início a outro número do programa. E número de sucesso!

Dois pajens – um da facção *verde*, outro da contrária – saem, cada qual dos *castelos rivais*, onde se encantonam os cavaleiros, e caminham em direção ao vulto embuçado, que já vimos colocado bem em face ao camarim do Vice-Rei. E o desvendam, arrancando os panos de damasco que o envolvem. Surge à luz do sol, então, o busto esplêndido de um homem de pau, trajado à romana, tendo no braço esquerdo um escudo, e no outro um vastíssimo azorrague. Assenta a figura em *pivot* sobre um robusto pedestal fincado ao solo. O povo logo o reconhece. Rebantam, com os aplausos, gritos das bancadas:



IGREJA DO ROSÁRIO
FINS DO SÉCULO XVIII
(Coleção Alberto Sousa – Lisboa)

– Estafermo! Estafermo!

Já estão prontos em fila os cavaleiros para dar-se princípio à escaramuça. Sai o primeiro jogador levando, em riste, a lança decontoadá. Já deu rédea ao cavalo para que ele corra livremente; já firmou, sob o braço, a arma com que há de ferir o centro do escudo da figura, todo voltado para ele. O povo espera o golpe. Na carreira, a lança fere, em cheio, o broquel. Com o choque rápido o Estafermo, que gira sobre o pino, lança automaticamente no ar o azorrague terrível, que arremete contra cavaleiro e cavalo. Não os atinge, porém. Por isso o povo aplaude. A



habilidade do jogador é fugir, como esse fugiu ao látego, de sorte que nem a montada o receba de leve.

Não são esses, mas, os menos hábeis, aqueles que mais divertem e mais fazem gozar o público, porque basta um ligeiro desvio de lança para que o vergaste venha sobre a montada ou sobre ele, de tal sorte castigando-lhe o descuido ou a imperícia. E tão forte é a vergastada que o homem se encolhe todo sobre a cilha, quase a cair, e o animal, se a recebe, espinoteia e abala em corrida desenfreada, não raro atirando fora do estribo o próprio cavaleiro.

Parece que dos jogos esse é o que mais interessa e mais deleita o público, tanto que, mal ele termina, depois de muito fazer rir, agora com o triunfo dos cor-de-rosa, num torneio de agilidade e destreza, são todos unanimemente a reclamar páreo novo, em *extra*. O programa, porém, está longo demais. O sol já não assistiu as últimas investidas do Estafermo; perdendo, portanto, um espetáculo bem divertido. Os horizontes arroxieiam. Os postes das argolinhas já estão sendo preparados pelos pajens. Correm-se as argolinhas, cumprindo-se o ritual da boa cavalaria, que manda o jogador, quando vence, entregar à dama do seu afeto a prenda arrancada pela lança. Há, ainda, um número de *alcanzias* – formas finíssimas de barro, ocas, do tamanho de uma laranja, dentro das quais se põem geralmente flores, fitas ou papéis recortados de cores várias. O número é feito atabalhoadamente, apressadamente, que não se quer demorar o último número de programa.

Não há tempo, por isso, para correr, como se contava e devia, o *desafio das canas* – canas-de-açúcar que os cavaleiros deviam rebater, cortando-as a espada pelo meio, nem o número dos pombos muito semelhantes ao das *argolinhas*.

A noite já vem perto e é necessário precipitar quanto antes o combate final dos mouros e cristãos. O Estafermo já voltou ao seu rebuço de damasco, e os postes e cacos de *alcanzias* foram varridos da arena. Vêm de novo as azêmolas carregar o que a princípio trouxeram. A praça fica limpa, até de pajens e de cavaleiros. Eis, porém que, de repente, a galope, estes últimos voltam – em dois grupos distintos divididos: primeiro o *partido mouro*, que se vai colocar na parte extrema da praça, dando costas ao camarim do vice-rei; depois o partido cristão. Cada um traz a bandeira

da sua crença, e, nuas, as espadas de combate. Sempre dos mouros partiu a provocação. Por isso um deles avança e, concitando os seus à peleja, declama:

– *Invencíveis guerreiros! Os cristãos vizinhos nos incitam! Juremos pelo Alcorão morrer ou vencer. Por Maomé!*

E para os cristãos: – *Em nome do Profeta, rendei-vos ou tereis que morrer!*

Resposta dos cristãos:

– *Os guerreiros da Cruz não se rendem jamais, que a vitória é sempre do Céu! Aceitamos o desafio, noutros réprobos! Defendei-vos!*

As massas então avançam e a peleja estabelece-se cerrada e vigorosa. Previamente, os mais ágeis e adestrados são sempre escolhidos para o bando cristão, a fim de melhor garantir a vitória do Céu.

O combate dura bastante tempo. O tocado de leve pela arma contrária, trata logo de cair porque se arrisca, se não cair, a levar do adversário, então, uma pranchada a valer.

Vencem, enfim, os cristãos. Senhores na luta, portanto, eilos ao centro da praça, brandindo as armas no ar, ovantes, gritando com fervor!

– Viva a Santa Madre Igreja!

– Viva Nosso Senhor Jesus Cristo!

Uma girândola de rojões sobe, de novo, aos ares. As músicas atacam compassos finais.

Já S. Ex^a o Sr. Vice-Rei, apressado, pôs o pé no estribo dourado do seu coche e abalou, enquanto à saída do pórtico da entrada, há ambulantes que gritam as suas mercancias, negros que *oferecem cabeças de alcatrão* e lanternas para os caminhos. Aglomeraram-se veículos de toda sorte e de todos os feitios: coches, paquebotes, carrinhos de arruar, florões, cadeirinhas e liteiras.

A noite já tombou sobre a praça, já envolveu toda a cidade, já acendeu, na altura, as mais lindas estrelas do céu. Noite alta, noite profunda, noite silenciosa, mas sem lua. O povo caminha, dirigindo-se para os lados da Sé, à frouxa luz conduzida pelos negros, recordando as minúcias

da folgança, satisfeito das delícias da tarde. A cidade, perto, avulta em massa espessa, surgindo da treva, mostrando, embora, de longe em longe, clarões avermelhados que palpitam, que cintilam, luzes que repontam aqui, ali e acolá, vagamente aclarando betesgas, caminhos, alfurjas e travessas por onde se recorta a linha sinuosa do povo que vem da praça e que se recolhe. São as luzes dos candeeiros de azeite nos oratórios das esquinas. Nunca se deitou tão tarde a cidade.

Oito horas da noite.



Origens das touradas na Península – A estranha aventura do comendador de Amourol – Touros em Portugal no século XVIII – Jacques Murphy e a “tourada brasileira” em Lisboa – A vaquejada e a topada no Rio colonial – Touradas nos tempos dos vice-reis conde de Azambuja e marquês de Lavradio.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O laçador – Vaquejada – O toureiro e a sua lança. Desenhos de *Washt Rodrigues* – Cabeça de touro, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Igreja do Carmo (Coleção Alberto de Sousa – Lisboa).

.....

Touradas

Foram os bois bravios de Espanha que ensinaram aos homens da Península a arte de tourear. Quando apareceram, porém, as primeira touradas em Portugal?

No século XV, antes do descobrimento do Brasil, já as encontramos no velho Reino. O famoso comendador de Amourol, primeiro *capitão* que foi das ilhas de Santa Maria e S. Miguel, descobridor da Terra Alta e dos Açores, segundo refere Gaspar Frutuoso, já tomava parte em funções de touros, em Évora, e isso de maneira tão pitoresca que não nos furtamos ao prazer de descrevê-los.

Certa vez, para assistir a uma corrida na presença de el-Rei, à praça de curro foi ele e mais duas sobrinhas. Para chegar ao palanque que lhe fora reservado, dispõe-se o homem a atravessar, sempre em companhia das parentas, a arena apenas preparada para a função, quando ouve, de todas as partes, brados que são sinais de cautela e atenção. Detêm-se. As sobrinhas gritam, por sua vez. O vozerio aumenta. explodem berros de pavor. Repara, aí, Gonçalo Velho que, em direção aos seus calções vermelhos, numa arrancada louca, marcha um touro agigantado e terrível – *gracinha* de el-Rei farçola que, para sorrir um pouco, havia mandado abrir a tranqueira do redondel, soltando a fera. Os gritos, todos, portanto, eram do poviléu por

ver em perigo os calções do *capitam*, que os trazia de um vermelho assaz franco e gritador.

E ia el-Rei gozar o alvoroço de Gonçalo Velho e o das mulheres, vendo-as, quiçá, cambalhotar com gritinhos histéricos numa poça de sangue, quando Gonçalo, que não perde a calma, faz-se de escudo às damas, delas passando à frente, disposto, num gesto, a salvar-se, salvando-as. Saca de um terçado e, quando touro incontido vai acometer os do grupo, num movimento rápido, soberbo, erguendo o braço no ar, tranqüilamente mata-o. Palmas! Delírio, que provocou, depois, recado do rei, honra especialíssima, para que ele fosse, ao palanquim real, beijar-lhe a mão.

Gonçalo Velho, porém, a quem a pilhéria não agrada, arfando, pálido, franze o farto sobrolho, descontente, e, enquanto limpa no couro do animal estatelado, morto, o terçado magnífico, entre lábios murmura, olhando as pobres sobrinhas quase desmaiadas: – Ah, que se pilho o mario-la do gracejo... Assim o sangraria! E ameaçador, traça de novo com o seu terçado um largo gesto no ar.

Claro que nessa tarde de folgança, da tribuna onde estava, não viu, ele, o descobridor da Terra Alta e dos Açores, façanha maior que a sua.

As touradas em Portugal – diga-se em louvor do formoso coração português – nunca se revestiram do perigo, nem da crueldade das touradas espanholas.

E é assim que vamos encontrar, no correr do século XVIII, o poviléu lisboeta delirando diante de touros embolados combatidos



por homens de espada ou lança. No Brasil, porém, nunca se aclimataram tais combates, embora o reinol insistisse em torná-los aqui mais ou menos freqüentes.

Nas coxilhas do Sul, os gaúchos, e nas caatingas do Norte, os vaqueiros, porém, toureavam, sempre, mais por necessidade que por diversão, lançando, derrubando a golpes de agilidade e força a rês indomável que era caçada e trazida ao terreiro.

Naturalmente, tanto as vaquejadas do Norte como as gauchadas do Sul acabaram por aparecer nos curros do Rio de Janeiro ao lado das corridas clássicas de touros. E foi assim que essas folganças regionais, em nada semelhante às da Península, foram até transportadas ao Reino, onde de sobejo as estimavam e aplaudiam. O inglês Jacques Murphy, num livro que publicou sobre Portugal, em 1797, descreve-nos um desses combates singulares. Foi um homem do Norte, natural de Pernambuco, o que ele viu na função de curro em Lisboa, e que com tanto entusiasmo nos descreve, não sem afirmar, como nota explicativa e bem clara, tratar-se de um gênero de tourada *tal qual é ela praticada no Brasil*.

De face brônzea, castigada pelo sol, os cabelos negros e corredios, esse toureador, em quem a gente sente logo o caboclo patricio, na narrativa do inglês, apareceu montado num cavalo árabe, a cabeça descoberta, cingindo um manto rubro de pregarias na forma de *paludamentum* dos antigos romanos, decorativamente rodopiando no ar. Manto de desafio e insolência, vermelho e solto para instigar e ferir a retina da fera.

Mal o cavaleiro acaba de fazer as saudações do estilo, já um touro escolhido entre os mais fortes, e de antemão excitado, sobre ele se precipita em rajada, áspero e terrível. A presteza do cavalo e a maneira avisada com que ele o sabe dirigir, calmamente, salvam-no de ser despedaçado de surpresa. O público ovaciona-o e, em círculo, a capa gira de novo, no ar, ampla e decorativa.

Daí por diante, touro e homem, num manejo de provocações e de negaças constantes, divertem os espectadores aquecidos.

Em dado momento, porém, o cavaleiro, tomando de uma longa corda em rodilha, afasta-se da fera e põe-se a correr em círculo, bem junto do caminho que separa o público da arena. Do centro da praça, a



IGREJA DO CARMO
COMEÇO DO SÉCULO XIX
(Coleção Alberto Sousa – Lisboa)

consultar os rijos músculos de aço, a fera devaneia em torno o olhar raivoso. E espera, adivinhando o golpe, a baba em fio a escorrer-lhe do focinho. E, em ira, escarva o solo. É quando se vê da mão do homem fugir a serpentina da corda, em linha parabólica, e alcançar o arvoredado ciclópico do boi, colhendo-o num apertado nó de laçada bem-feita. Retesando o barão de surpresa, a montada desequilibra-se e cai. Com ela o cavaleiro. O touro, porém, preso e enovelado, tomba por sua vez. Nesse momento, o brasileiro que se ergue do solo, de repente, avança e apunhala-o na cabeça, matando-o. Imagine-se o delírio de toda aquela gente, ardendo de entusiasmo e alegria, gritando *Vítor! Vítor!* de tal sorte a saudar a raça forte e ágil da América, ali impavidamente representada naquele audaz caboclo de Pernambuco.

Não só desses combates, mais conhecidos nas campinas do Sul que nas do Norte, viveram os curros do Rio de Janeiro. Havia, ainda, a vaquejada, nome pelo qual se designavam as lutas do homem e do touro, e que os vaqueiros de campo da região nordestina ainda hoje praticam, mais por necessidade que por desporto.

Vaquejadas, embora raramente, também apareciam como um número extra nos programas de curro no Rio, onde entravam touradas. Número originalíssimo e bem brasileiro, bem nosso.

No Norte e no Nordeste, a rês arisca, por



vezes, tresmalhando da manada, fugindo à vigília do vaqueiro, arranca dos campos e afunda na caatinga. Urge buscá-la. O homem, vestindo uma espécie de armadura de couro, a que muita vez não faltam as manoplas e até a viseira feita pela aba do chapéu cuscuzeiro, de copa em forma de aríete, abala correndo, esporeando a montada, na pegada do ruminante escapulido.

Pela boscaçgem a dentro penetra, em bolo, a rês alarmada, à frente, sentindo a caça que lhe dá o racional no seu cavalo indômito e assanhado. O arvoredado fecha por vezes, denso, em fronde, entreabrindo-se, apenas, aos que vão em correria louca.

Aos estalidos dos galhos e folhagens responde o grito instigador do vaqueiro açodando a alimária. Alarma-se o matagal, o réptil medroso busca abrigo na terra, a ave espavorida cinde os ares, o inseto queda pusilânime...

A rajada furiosa toma vulto. Por onde passe a rês passa o cavaleiro, que a armadura de couro, ao mesmo tempo dura e flexível, tanto o defende do espinho abrupto como da ramaria insólita, esgalhada.

Encostado à anca do animal perseguido, o homem derrubase sobre a ilharga do cavalo, à espera do momento do ataque. Súbito – a luz, a luz em chapa, que fere a retina dos que marcham à sombra da caatinga. Acabou o arvoredado, o galho, o espinho, o embargo. É a clareira. A mão do homem ali firme, na cauda do ruminante fugitivo, faz o gesto. E a saída. A macaeira alça. O animal resvala, baqueia, rola e cambalhota.

O homem ágil já está fora da sela e já meteu entre os chifres da rês uma das patas dianteiras, ou a peia de sola, rápido e avisado. Preso, o ruminante não pode defender-se. É um objeto, é uma cousa, na mão ardilosa e hábil do vaqueiro.

Na arena, pela hora da função tauromáquica aqui no Rio, o manejo era, em linhas gerais o mesmo: apenas, além do vaqueiro, entrava o *instigador*, como o outro, também a cavalo, e que excitava o touro, dele fazendo-se seguir em corrida veloz. Era aí que o caboclo patricio, no rastro, marcava com a *saiada* valente e com o bote seguro sobre a presa caída a agilidade da raça. Era o minuto de triunfo do avô índio! O brasileiro

orgulhoso sorria. No populacho, em delírio, o sentimento da nacionalidade era uma labreda.

E todos gritavam: *Vítor!*

Conheceram ainda os nossos curros o que se chamava *topada*.

A *topada*, que ainda hoje se pratica, embora raramente, em certas regiões do Piauí e de Goiás, nada mais era do que isto: armava-se o vaqueiro de uma vara curta de uns quatro a seis palmos de comprimento, no máximo, e ferrada na ponta. De longe, deixando-se marcar pelo touro, o homem tratava de incitá-lo, esperando, então, o animal que arremetia em fúria. E quedava-se tranqüilo, após senti-lo em disparada para o golpe, o aguilhão em riste, o conto da vara firmado no terreno. A fera vinha. Ao atingir a meta do ataque, o vaqueiro, como homem sem nervos, manobrava então o seu espeque de aço de forma a acertá-lo na parte que fica na cabeça do animal, marcada entre os dois cornos. Ou o touro ali mesmo tombava estatelado e morto ou, cego de dor, recuava, para ser logo, pela agilidade do caboclo, derribado de vez.

Nas funções de curro desta cidade, as *topadas* deviam entusiasmar, particularmente. De todas as sortes, essa que também se chamou o jogo da lança curta era a que mais impressionava pela sua louca temeridade.

Natural que, ao lado da maneira de tourear à patrícia, viessem sempre os touros da tourada clássica, à moda de Lisboa. Estes ou aqueles não foram, entretanto, de natureza a estabelecer no país o gosto pelo esporte, do qual nem mais se fala em nossos dias. No tempo dos vice-reis tais diversões, entretanto, juntamente com as cavalladas, ainda apareciam regularmente nos programas das funçanatas populares.

O Sr. Conde de Azambuja, que era um vice-rei alegre, gostou imenso de touros, e de tal sorte que os não esqueceu por ocasião da chegada do seu sucessor e sobrinho o Marquês de Lavradio a esta cidade, organizando uma tourada que ficou célebre.

Dessa festa inolvidável fala o marquês na sua correspondência particular, em carta dirigida a Bernardino Marques, da Bahia, adiantando-nos que a mesma se realizou no Campo de São Domingos.

Não gostava, porém, de touros o sobrinho *Gravata*, aquele estouvado vice-rei, de quem se dizia que *limpava as ruas e sujava as casas*, que da lembrança do tio e da tourada fala sem sombras de menor ardor. Não gostava de touros. O seu fraco era outro...

Patusco de marquês!





A rua carioca num dia de “Congadas” – O público da folgança – A igreja animando a folia dos pretos – Como se faziam as coroações dos reis congos – Solenidades copiadas às que serviam à coroação dos verdadeiros reis – Fora da igreja. O préstito nas ruas – A alegria do povilêu – O drama coreográfico e os seus intérpretes – Sob as janelas do vice-rei.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O préstito das Congadas – Negro tocador de urucungo – Negro dançador.
Desenhos de *Washt Rodrigues* – Cabeça de negro escravo, *Carlos Chambelland*.

FORA DO TEXTO – Igreja de S. Sebastião do Castelo (Coleção Alberto Sousa – Lisboa).

.....

Congadas

La vem! Lá vem! Lá vem!

Descendo a Rua do Rosário, pela altura da dos Latoeiros, caminho do Terreiro do Paço, a tropilha folgaz dos negros vem cantando, a dançar, ao som de adufos, caxambus, xequerês, marimbas, chocalhos e agagôs, seguida, açulada, aplaudida pelo povilêu gárrulo e jovial que com ela faz mescla e se expande feliz. Nunca se viu na rua tanto negro! São negros de todas as castas e todas as ralés, despejados pelas vielas e alfurjas em redor, atraídos pelo engodo da folia: congos e moçambiques, monjolos e minas, quiloas e benguelas, cabindas e rebolas, de envolta com mulatos de capote, com ciganos e moleques, a turbamulta dos quebra-esquinas, escória das ruas, flor da gentalha e nata dos amigos do banzé. O reboiço cresce, referve, explode, continua... Nos interiores das casas, a famulagem, ouvindo fora o ruídos das músicas, desencabrestada e candente, abandona o trabalho, deserta cozinhas, vara corredores, derribando móveis, batendo portas, saltando janelas, caindo na rua... Não há escravo que atenda amo, que obedeça a senhor nesse minuto de desabafo e embriaguez. É uma loucura! O que ele quer, o negro, é aturdir-se na folia, mergulhar na folgança, integralizar-se no ritmo do samba, fazendo um pião do tronco, e das pernas dois molambos, que se confundem em delírio coreográfico. É um desengonço

macabro, em que a gente sente o negro desanatomizar-se todo, desarticulando braço, cabeça, pé, perna, pescoço e mão. Isso tudo aos guinchos, aos assobios, aos berros, aos aia! oia! eia!

São as congadas!

Para ver o rei congo em charola vêm até os mendigos escravos do Arco do Teles, elefantiacos, mutilados, chagosos, saltando em muletas, às costas de válidos, ou, como répteis, de rastros...

Vamos encontrar nos tempos coloniais a Igreja intervindo e animando essas folias africanas, que aqui se revestiam de caráter cristão.

Igrejas como a do Rosário e da Lampadosa mostram, ainda, nos seus arquivos, notícias de animação e parceria a essas fantochadas pagãs, feitas sob a égide de São Benedito, de São Baltasar e de outros santos de tez carregada.

É que a bandeja das esmolas, pela hora da folgança, dentro ou fora da igreja, era sempre uma bandeja admirável, garantidora não só do custo de toda a cera do santo como ainda do desafogo de muitas aperturas da irmandade.

O senso prático dos homens, como se vê, não é privilégio destes tempos. Já o conheciam os irmãos das confrarias coloniais.

As coroações de reis congos faziam-se nas próprias igrejas.

Coroava-se o negro e disso se lavrava um termo.

Em 1811 coroou-se a Caetano Lopes dos Santos, rei, e a Maria Joaquina, rainha, ambos da nação Cabundá, diz o termo lavrado na Lampadosa, *por estarem eleitos e por terem as respectivas licenças do Sr. intendente da polícia*. O papelucho histórico traz a



assinatura de um íntegro sacerdote, o reverendo padre capelão Tomás Joaquim de Melo.

Para tais solenidades, em tudo copiadas das que serviam à coroação dos verdadeiros reis, enfeitava-se toda a igreja, acendiam-se os altares e até repicavam os sinos. Não esquecer que a bandeja das esmolas, avantajada e funda, para melhor funcionar, era posta à prova das mais violentas esfregações, arejada, brunida, espelhada, posta como nova em folha...

Vejamos, porém, o préstito, que já dobrou a Rua Direita, passando pela igreja da Cruz, caminho do Palácio vice-real.

A um silvo agudo dado pelo capataz, diretor do folgado, com dois dedos à boca, refreia-se enfim o estouvado entusiasmo, açaima-se o regabofe. Há no préstito mais ordem. As músicas vão à frente. Dominando a massa, no alto, em vistosos andores – o rei e a rainha, sob pálios carmezins, as pontas das varas enfeitadas de plumas e laçarotes. Vestem seda, tanto um como outro. Para isso, tirou-se uma licença especialíssima no Senado da Câmara, uma vez que a aplicação das leis suntuárias é rigorosa, quando se trata de gente de cor. Negro e mulato, segundo a pragmática de 1749, na verdade, não podiam sequer usar lãs e algodões de certa categoria. Sedas, então... Nem sedas, nem ornatos de ouro e prata, embora falsos.

Traz o rei negro sobre a encanecida cabeça uma coroa de papelão dourado, que nem por isso deixa de ser trazida com menos dignidade e grandeza. Veste uma casaca de chamalote marrom, véstia amarela, calções e meias cor de telha, trazendo sobre os ombros um manto rubro todo feito de belbute e recamado de estrelas e meias-luas de latão.

Ao sol canicular que esplende e que castiga, sentindo da terra em fogo os bafos e as quenturas, que esbrazeiam e sufocam, el-rei Beizola, dentro do inferno da sua indumentária, desaparecido sob um mundo de sedas e belbutes, todo sarapintado de placas metálicas, é, no entanto, o homem mais feliz e mais refrescado do mundo, pois de emoção nem sofre o forno, em que o meteram. Olhem-lhe os pés enormes, enfiados numa sapatarras de vaca. Debaixo daquele couro que queima, há uma meia de seda que escalda, e debaixo da meia, sobre cada dedo do pé, uma brasa... Sente-as, porém, o negro rei? Pois sim! O que ele sente



IGREJA DE S. SEBASTIÃO DO CASTELO
FINS DO SÉCULO XVIII
(Coleção Alberto Sousa – Lisboa)

nesse minuto histórico é a importância da figura que vai fazendo debaixo da sua coroa de papelão. O que o preocupa e impressiona é a majestade do porte, esquecendo o tronco, em que de tempos a tempos o metem, coitado, olvidando o relho do feitor, e, até, a marca do Senado da Câmara feita a ferro em brasa na espádua esquerda... Não há em toda a Terra monarca mais altivo. Nem negro mais feliz.

Vem, após, a rainha. Também traz coroa, roupas de seda, um merinaque estupendo, armado de barbatanas e, sobre tudo isso, o manto pesadíssimo de belbute. No couce do préstito, então, as figuras menores, e que devem depois viver o poema coreográfico, que será exibido diante das janelas do vice-rei.

No largo, em frente ao palácio, estaca o préstito. Os negros dos andores reais baixam os soberanos. Já o principal, sempre ao som da música, agitando o seu bordão enfitado, marcou o campo das danças, agitado e loquaz:

– Vai começar! Vai começar!

Erguendo-se do trono de improvisado e posto à flor da terra, o rei, ali, resvalando o pernil cinqüentão ataca um bailado curioso, sempre envolto na capa pesadíssima, fazendo chocalhar as estrelas e as luas de metal:

*Sô rei du Congo,
Quero brincá;
Cheguei agora
De Portugá.*

O coro:

*É Sambangalá,
Chegado agora
De Portugá.*

A rainha, que seguiu o rei nas suas diabruras coreográficas, baila também, sacudindo o tundá revoltado, aos rebolos, imitando os movimentos de um parafuso. Mas recuam logo, rei e rainha, indo tomar assento nos respectivos tronos, sob os pálios refulgentes de lantejoulas.

Soam, agora, os ásperos e grotescos instrumentos, em compasso de jongo. Há uma voz que insinua:

Quemguerê oia congo do má
Gira Calunga
Manú que vem lá.

Do idioma africano ainda restam, como se vê, na versalhada tosca das Congadas, alguns vocábulos. Da floresta africana a lembrança, porém, se apaga lentamente. O drama coreográfico já vai perdendo o seu cunho de origem. Evolui. Adapta-se.

O mameto, filho do rei, um molecote de dez anos, como os monarcas todo metido em sedas e com sua capa de belbute, logo que sentam em seus tronos o rei e a rainha, avança e, em círculos, a erguer os bracinhos tenros, põe-se a dançar, cantando em voz de falso:

Mameto do Congo
Quero brincá;
Cheguei agora
de Portugá.

É quando, rompendo a fila dos que formam o cercado humano, marcando o campo onde se desenrola a farsa, surge um caboclo de olho trágico, vestido como um cacique, e que desfere o tacape terrível sobre a cabeça do *mameto*. Enquanto o filho do rei resvala, morto, dança, o mesmo, um bailado fauniano, a agitar o seu capacete de plumas e a sua tanga de penas de arara e anu.

Ouve-se, aí, uma voz que lamenta:

Mala quilombé,
ó quilombé

E vê-se logo o capataz que se dispõe, em pas-



sos cabalísticos, a participar ao rei a notícia da tragédia, a morte do príncipe. É do poema. O rei ouve a nova estranha dançando um bailado trágico. E manda chamar, então, o feiticeiro (*quimboto*), a quem ordena que faça reviver, sem demora, o *mameto*.

Vale descrição especial a figura do bruxo ressuscitador que aparece. É um negro esplêndido de porte, ágil dançarino, trazendo, a tiracolo, uma cobra viva. Nos braços mostra grandes braceletes de miçangas e tem as pernas envoltas em peles de anta e de jaguar. Impressiona. Dança em torno do corpo do *mameto* estatelado, cantando:

*Ê mamaô. Ê mamaô.
ganga rumbá, seisê iacô.
E mamaô. E mamaô.
Zumbi, Zumbi, oia Zumbi,
Oia Mameto mochicongo,
Oia papeto...*

E logo o coro:

– *Quambato, Quambato.*
– *Savotá ó língua.*
– *Quem pode mais?*
– *É o só. É a lua.*
– *Santa Maria.*
– *E S. Benedito.*

Não dá sinais de vida o *mameto*. Grita angustiada do coro. Mas quimboto, tomando-o pelas mãos, ergue-o do solo, lentamente:

*Tatarana, ai ouê
tatarana, tuca, tuca
Tuca ouê.*

Dá-se o mistério da ressurreição. O *mameto* bate as pálpebras e olha em torno, sentindo-se devolvido à vida. E, mais esperto que nunca, põe-se a dançar nervosamente, enquanto todos berram, fazendo soar alto os instrumentos sonoros.

O caboclo, que durante toda a cena ficou plantado diante do corpo da criança inanimada, louco de espanto, vendo-a ressurgir, ergue de novo o tacape, mas, já o feiticeiro, num passo de chula, fulminou-o com o olhar,

que é uma estocada. Cai o caboclo vencido. Triunfo absoluto de *quimboto*.

É quando trazem a mais linda das princesas para com ele casar. Vontade e paga de el-rei Beçoila que assim o recompensa de tão valoroso feito. O *mameto* recolhe ao manto de belbute da rainha enlevada, enquanto que a jovem princesa e o *quimboto* dançam. Está finda a farsa, que acabou em casamento.

Os negros erguem, então, os andores do solo. A capa vermelha de belbute do rei flutua ao vento.

O feiticeiro, que cessou de dançar, segurando a mão da princesa gentil, faz uma cortesia de mergulho, profunda e alambicada, pondo os olhos no céu, e num gesto de quem ensaia um minuete, dá saída ao cordão... E todo o préstito põe-se, de novo, em marcha, fazendo a volta do largo na altura do chafariz. O vice-rei austero goza, da sua janela de sacada, a alegria esfuziante da matulagem folgaz, as músicas, as danças, deslumbrado ainda pelo formigueiro humano, que tem diante dos olhos e que da rampa do mar vai perder-se para o lado oposto da praça, extravasando pelas ruas da Misericórdia, Direita e Arco do Teles.

Cessado o poema coreográfico, no entusiasmo da marcha, todos os instrumentos soam ao mesmo tempo na confusão dos gritos, dos berros, dos assobios, dos aia... dos oia... dos uia...

O préstito, porém, já vai penetrando a Rua da Cadeia. Ainda se vê, longe, o andor da rainha congo balouçado no ar, aos ombros dos pretos fortes, e ainda se ouve, com a música bárbara que vai morrendo pouco a pouco, o estribilho da negrada espalhafatosa e feliz:

*quemguerê, oia congo do má,
Gira Calunga,
Manú que vem lá...*



O Rio de Janeiro.



Origens da “Serração da Velha” – Sua introdução no Brasil – A Igreja, empresária das alegrias do povo – Descrição do préstito – A alegoria do pipote – O serrador – O romance da velha e o julgamento feito pelos foliões – A ceita clássica – Nas moradas e nas ruas – Como acabavam as folganças.

ILUSTRAÇÕES:

NÓ TEXTO – Préstito da “Serração da Velha” – O pipote da serração – A hora do piquenique. Desenhos de *Washt Rodrigues*. Cabeça de negro – Chafariz do largo do Moura, *Carlos Chambelland*.

FORA DO TEXTO – Convento do Bom Jesus (Coleção Alberto Sousa – Lisboa).

Serração da Velha

Não se pode afirmar, exatamente, como e quando vieram parar no Brasil as folias portuguesas da *Serração da Velha*. O que se sabe é que as crônicas coloniais do começo do século XVIII já delas nos falam com entusiasmo, embora sem demasiada freqüência.

Eram festas de rua, festas do povilêu, dos raros sorrisos da cidade infeliz.

Suprindo, muita vez, a ação do estado, vamos encontrar a Igreja do Brasil colonial como uma espécie de empresária das alegrias do povo. Igreja mãe. Igreja amiga. Se não organizava, como o município, folganças de espanto, com almotacés trombeteando em bandos mascarados, pavoneando-se sobre ginetes com arreios de prata, não esquecia de organizar, com certo propósito e constância, motivos deliciosos de recreio e folia, onde o homem se deleitasse sempre com o pensamento em Deus. Quando não dava a sua novenazinha, dava o seu *iedeusinho*, um mês de Maria, uma missa com boa orquestra e *castrati* estupendos, mandados vir diretamente da fábrica, em Roma. E as folias do adro? Que é também preciso contar com elas: o coreto, o império, o fogo de artifício, o leilão de prendas... E as procissões? Quando as tivemos mais pitorescas e divertidas? Procissões como nunca mais puderam ver os nossos olhos, em préstitos intermináveis, com

músicas alegres, com danças, alegorias pagãs e até máscaras. Além disso, a Mitra sempre animou e protegeu os festejos de rua, que de qualquer forma tivessem significação religiosa, com as *Congadas*, os reisados, o *império do Espírito Santo* e *Serração da Velha*.

O vigésimo dia da quaresma, em toda parte do mundo onde se venera a imagem do Cristo católico, sempre foi um dia de folga à penitência do jejum. Féria amável que o epicurista cristão do século XVIII não deixava nunca passar sem grandes sinais de regozijo. Não esquecer que o estômago, no século, era víscera respeitabilíssima. Preparavam-se, portanto, nas moradas de família, para essa quarta-feira da terceira semana de jejum, opíparos repastos, em que figuravam as mais raras e saborosas iguarias, ceias estupendas, variadas em cobertas e fartíssimas em acepipes, sempre regadas dos melhores vinhos; cousa, enfim, capaz de enternecer até o mais abstêmio e céptico dos estômagos. Diante de homenagem tão tocante, a víscera regozijada, como era de esperar, dilatava-se feliz, enchia-se, atulhava-se, entupia...

Ora, enquanto pelos lares a famulagem, desde cedo, pressurosa se distribuía aseando o ambiente das moradas, compondo alfaias e ativando as cozinhas, nas ruas a patulêia influída organizava-se em bando para as folias atordoantes da *Serração da Velha*.



Esses conjuntos pitorescos de foliões sempre variavam na sua apresentação luxuosa, ou modesta, de acordo com as posses dos seus organizadores. *Serrava-se a velha* faustosamente dentro de casacas de chamalote e luvas de manopla, sob pálios de belbute ou de damasco, ao som de filarmônicas de truz, como modestamente se *serrava*, ainda, na indumentária esfarrapada dos pobrezinhos, com dois ou três instrumentos apenas como música, e substituindo andor e pálios por um simples estrado onde se punha solenemente o pipo que figurava o aljube, onde a velha se escondia.

Melhor será, porém, acompanharmos um desses conjuntos de ralé, formados pela gentalha das ruas, massa pitoresca, gritona, irrequieta e revel, mas, por isso mesmo, interessando-nos muito mais.

São quatro horas da tarde. Estamos em pleno Largo do Moura, pletórico de gente e onde os quadrilheiros da Câmara, com as suas lanças, cruzam, impondo aos organizadores do cortejo, que vai sair, moderação e ordem. Não trazem fantasias os festeiros.

O préstito larga ruidosamente ao som das músicas conhecidas e cantadas por todos:

*Serre-se a velha,
Força no serrote,
Serre-se a velha,
Dentro do pipote.*

Seguindo as pegadas dos instrumentistas da filarmônica improvisada, vai um estrado tosco, rasteiro ao chão, e que rola pousado sobre quatro rodas curtas, mas fortes. No estrado está uma pipa em cujo interior – diz o povo – vai oculta uma velha condenada ao suplício do serrote.

*Esta velha tem malícia,
Esta velha vai morrer;
Venha ver serrar a velha,
Minha gente, venha ver...*

O homem do serrote, enquanto o estrado desliza lentamente, puxado à corda por um negro, dança, ora erguendo alto o instrumento de suplício, ora assentando-o no ventre do barril já ferido, e sempre a cantar em falsete:

*Serre-se a velha,
Dentro do pipote...*

Conta-se que a ingenuidade feminina da época era tão grande que velhas havia que se negavam, com insistência, a sair das alcovas, onde se escondiam, isso pela hora da passagem dos préstitos, trêmulas, sucumbidas, medrosas, receando que a farandulagem das ruas as obrigasse a ir também no pipote, em charola, sofrer o cruel suplício da serração.

A matula feliz caminha, penetrando a Rua da Misericórdia, onde mais se avoluma e se expande a cantar. É um berreiro indômito e infernal. Não esquecer, porém, que o reinol, atizado pelas recordações pátrias, nostálgico das *velhas* que serrava na Metrópole, a alma desdobrada,

em festa, é também porção bem grande em meio à malta foliona. Há, além disso, mulatos, ciganos, mendigos, soldados das milícias do reino, dos terços auxiliares, ébrios de alegria, também cantando, também dançando, pulando, requebrando...



Para gozar a festança, bem como nos dias de procissão, entreabrem-se medrosamente, em frinchas de alguns dedos, as portas

de rótula e as janelas de grade de urupema da casa colonial. Vem a família inteira cheirar a novidade, ver a corja que se diverte, ouvir os cânticos que são gritados, berrados em coro:

*Serra, serra, serra a velha,
Puxa a serra, serrador,
Que esta velha deu na neta
Por lhe ouvir falar de amor.*

*Serra, ai serra! serra a velha,
Puxa – ai! – puxa serrador!
Serra a velha – ai, viva a neta,
Que falou falas de amor.
Serra! – a pipa é rija,
Serra! – a velha é má;
Serra! – a neta é bela,
Serra! – e serra já.*

Diante da casa do mestre de campo Bartolomeu José Bahia, perto do beco do Cotovelo, o préstito estaca de repente, e, então, dentre os componentes da farsa, um, há que avança, e que lê a história da sacrificada do pipote. A versalhada é longa e, quiçá, um tanto monótona. É a vida da velha, ali pintada com as cores mais trágicas. Má filha, má mulher, má sogra, má avó, por isso, no pipote em que está, espera a sua sorte. E o poeta então pergunta, perorando, já meio fatigado de voz:

*Que castigo ela merece
Dizei-me, senhores meus?*

Entram as músicas, e logo o coro responde alvorotado e bulhento:

*Serre-se a velha!
Força no serrote!
Serre-se a velha!
Dentro do pipote!*

Sabem os moradores distinguidos pela atenção do préstito que a homenagem dos versos tem que ser paga. Então, de uma das gelosias de grade mais ou menos entreaberta, surge certa mão, que avança, portadora de um prato de doces, que é recebido e cuidadosamente colocado depois sobre o tampo superior do barril. De ver os aplausos, os guinchos, os berros, até daqueles que não se aproveitarão do prato na hora do repasto. E de novo a marcha regular em busca de outras ruas e de outras dádivas capazes de garantir uma ceia gostosa e farta.

Dobra o préstito o beco do Cotovelo, desce a Rua da Cadeia, vai até ao Largo da Carioca, sobe Latoeiros, desce Ouvidor, Direita, até penetrar o Terreiro do Paço, aonde, em geral, vão ter todos os préstitos congêneres.



CONVENTO DO BOM JESUS
FINS DO SÉCULO XVIII
(Coleção Alberto Sousa – Lisboa)

E, sob as janelas da residência vice-real, então, recomeçam os cânticos, agora mais do que nunca galhardamente acompanhados pelo homem do serrote, que já fendeu visivelmente o barril. Chega o momento apetecível do brinquedo. Para ferir o entulho do pipote, grávido de uma matalotagem vasta e succulenta em vez de *velha*, o serrador, com a própria arma, levanta o tampo superior, já posto em dobradiça, e do continente começa ele a desovar, sob aplausos frenéticos da turba, todas as iguarias do banquete.

A colheita dos pratos de brinde foi pequena, e quase todos são de doces. Uns seis, nada mais. O miolo do pipote, entanto, garante o apetite voraz dos festeiros.

Comem, porém, apenas os componentes do préstito, claro. Os outros espiam, mas com isso se contentam. Comem a valer. E bebem melhor. Pantagruel preside ao festim...

Dançam-se, depois disso, em torno do pipote, lindas tiranas e lundus; mas, já não se diz – *serre-se a velha*...

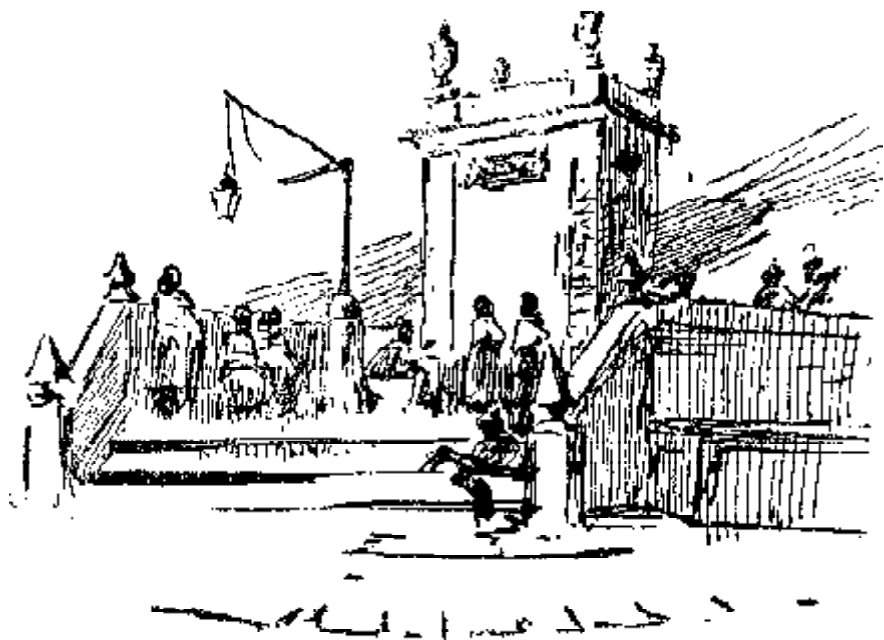
Sobre o estrado, o pipote vazio espera pela função nova, que lhe vão dar na hora de recolher.

E o préstito recolhe. Para dentro do barril já saltou, envolto num vasto camisolão de linho, o mais afeminado dos circunstantes, e que se dispõe a fazer a *velha* do folguedo. Como vai, os cabelos encrespados sobre a testa, é bem uma figura de mulher, embora com a barba por fazer... Veja-se-lhe, agora, a atitude de dor e de tristeza. Sente-se que até na alma a *velha* traz sinais do serrote. Que grande artista, diz-se, olhando o homem que a pantomimar a farsa, ergue, de quando em quando, os braços aos céus para os desabar após, num grande gesto de fraqueza ou desânimo. Que grande artista! Agrada, mas há na farandulagem quem explique melhor as razões do talento do ato. O homem está integralmente bêbado. O que ele mostra, portanto, não é talento, é vinhaça.

A volta do préstito acorda a rua solitária. Entreabrem-se, de novo, as frinchas das portadas. Nota-se que a alegria é maior, a bulha é mais intensa. O homem do pipote cabeceia. Os cantos já são outros. Os quadrilheiros chegam com as suas lanças e ordenam que o préstito cami-

nhe com mais presteza. São sete horas. Anoi-tece. Pelas moradas de família, iluminadas, interiormente, aproveita-se a folga da igreja. Come-se, bebe-se; depois, resvala-se para o oratório e dali para a cama.

E assim foram as *mi-carêmes* do Rio pelo correr do século XVIII.





Festas do Imperador do Divino – No domingo de Páscoa – História pitoresca de um rei congo e de um vice-rei português – Inconveniência de se lidar com crianças – O bando das esmolas – O alferes da bandeira – Cantigas – Festas de adro – Do leilão de prenda aos fogos de artifício.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O préstito dos pedintes – O “imperador” no seu “império” – Fogos de artifício. Desenhos de *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Pia da Sacristia do Carmo.

.....

O Imperador do Divino

M

andava a tradição que no domingo de Páscoa, diante das igrejas onde se organizavam as festas do *Imperador do Divino*, junto a um coreto que se chamou império, se erguesse, com toda a solenidade, grande mastro, mostrando no tope, alvissareira, a pomba simbólica do Espírito Santo.

Essa cerimônia era festivamente realizada depois da eleição do *imperador*, que, embora não coroado ainda, a tudo já assistia, na sua esplêndida indumentária de grande gala, cercado, não só por uma guarda de honra, como ainda por uma corte luzida e numerosa.

Os *monarcas* do Espírito Santo eram, em geral, meninos de dez, onze e doze anos. Não obstante, muitos foram os adultos eleitos para imperar durante as sete semanas de folia, que iam da Páscoa a Pentecostes. Conta-se, por exemplo, no começo do vice-reinado, o caso de certo tanoeiro chamado Cunha, ao qual fizeram os moradores desta cidade *imperador* do Espírito Santo, por sinal que *imperador* atrevidíssimo. Sagra-se o homem após uma missa cantada no primeiro domingo de Pentecostes, aceitando ele as insígnias do poder, e instalam-no sobre um trono magnífico a fim de receber, da submissa vassalagem, as saudações do protocolo. Estão as cousas neste pé, quando, para saudar *Sua Majestade*, surge o vice-rei Conde

da Cunha, que, logo da escada do coreto, lhano e amabilíssimo, numa cortesia das chamadas de mergulho, saúda-o por três vezes.

De tal sorte, porém, se compenetra o tanoeiro da sua alta jerarquia, que tem como resposta ao gesto de gentileza do conde apenas um leve franzir de testa e um muchocho... Absolutamente desconcertado, o conde sorri, não sem algum constrangimento, dizendo para os da sua comitiva esta frase, que a História ainda guarda:

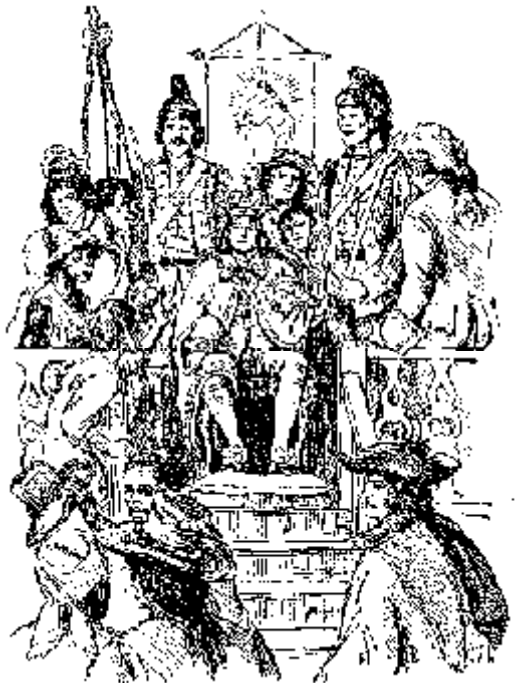
– Ah, que se o tratante não representasse tão ao vivo o seu papel, metia-lhe este bastão pela boca...

E os seus dedos crispados e trêmulos apertavam singularmente a vasta bengala de jacarandá de cabo de marfim e biqueira de prata...

Muitos desses *monarcas* improvisados foram a vergonha e humilhação de várias irmandades, diga-se de passagem.

Vieira Fazenda refere-se, por exemplo, a um deles, certo menino eleito *imperador* do Espírito Santo, e, que, furioso com o embaraço que lhe causavam coroa, cetro, manto, trono e corte, vendo-se privado, ainda por cima, do recreio e dos brincos naturais da sua idade, resolveu vingar-se da confraria que o elegera, e que em trono dourado o retinha em atitude de cerimoniosa e severa etiqueta. E é assim que nasce da cabeça do garoto uma idéia absurda, que ele não tarda a pôr em prática.

Simula, assim posto, certa necessidade inadiável, e, sem dizer água vai, abala, correndo à procura dos fundos discretos da igreja... Resultado – move-



se-lhe, na cauda, imediatamente, cingindo-se ao severo protocolo, toda a áulica e esplendorosa comitiva, composta de provecos e sisudos irmãos.

Volta, momentos após, o *imperador* ao trono, porém, havendo descoberto, no despique, diversão que o alegra, de novo abala a correr, levando, ao encalço, o cortejo majestático que, nesse dia, nada mais fez que correr do coreto para a igreja e da igreja para o coreto...

Terminada a cerimônia da plantação do mastro e a eleição do *imperador*, que eram o anúncio solene de tais festas, saíam todos pelas ruas, a esmolar. À frente ia o *alferes da bandeira* com o estandarte do Divino, seguido de algumas figuras da irmandade, com sacolas, e logo as músicas e o *imperador* no seu espetaculoso uniforme de gala entre dois irmãos de opa vermelha. Em geral, tanto o *alferes* como a legião de pedintes, formando o coro da festança, vestiam indumentárias garridas, os tricórnios ou chapéus de massa festivamente decorados de fitas, flores e plumas.

De porta em porta, corria o bando, a cantar:

*Dai esmolas ao Divino,
Com prazer e alegria,
Pensando que esta bandeira
É da vossa freguesia.*

Quem não tinha a moeda de prata para meter na sacola, vinha com o seu peru, com uma caixa de rebuçados, um metro de fita, o que fosse – mas, que por pouco, não deixava nunca de provar ao santo elevado apreço e maior devoção.

Davam todos, até os pobrezinhos.

*O Divino é muito rico,
Tem brasões e tem riqueza,
Mas quer fazer a sua festa
Com esmolas da pobreza.*

Para garantir o transporte das dádivas em objetos, sempre numerosos e, por vezes, das mais estapafúrdias em qualidade e feitio, fechando o préstito, vinha, sempre, um burro ou uma carroça, sob a guarda e tutela de irmãos levantando círios acesos.

*Dai aquilo que quiserdes,
De alma boa, de alma cega,*



PIA DE MÁRMORE
ATRIBUÍDA A MESTRE VALENTIM
(Sacristia da Igreja do Carmo)

*Ouro mesmo em barra ou pó,
Que o burro tudo carrega!*

O alferes pedinte não esquecia que as ofertas em dinheiro podiam ser substituídas por qualquer cousa que os alimentasse naquela hora de diversão e de quete:

*O Divino Espírito Santo
É um grande folião,
Amigo de muita carne,
Muito vinho e muito pão.
Venha um bom copo de vinho,
Venha um naco de galinha,
Venha um peixe, um ovo, um fruto
Ou uma cuia de farinha*

Qualquer cousa servia para consolo do
*Divino Espírito Santo,
Divino e celestial,
Na terra mansa pombinha,
No céu pessoa real.*

Às portas das rótulas paravam os festeiros e cantavam:
*Ó Senhor dono da casa,
Tome lá esta bandeira,
Faça o favor de entregá-la
A quem tem por companheira.*

Pela frincha da casa colonial, enfiava-se, então, o estandarte de seda, que era respeitosa e anti-higienicamente beijado, lambido por toda a carola família, do dono da casa ao último escravo. Na volta, vinha o estandarte acompanhado de alguns embrulhos ou de algumas moedas. Moedas para a sacola, embrulhos para a cangalha do burro...

*Obrigado, minha gente,
Pelo que vindes de dar.
O Divino Espírito Santo
Muito vos há de aumentar.*

E, dando por finda a missão do bando, depois do eloqüente resultado:

*A bandeira se despede
Com toda a sua folia.
Viva a dona desta casa.
Viva toda a companhia...*

E continuava a marcha bulhenta do bando ao som das músicas alegres:

*Rua abaixo, rua acima,
E rua de canto a canto,
Rua que por ela passa
O Divino Espírito Santo.*

Dias inteiros andavam os pedintes pelo bairro, a sacola na mão e os alforjes do burro escancarados como goelas à generosidade do público.



Que não se calcule, porém, a dinheirama que se levantava aos poucos, nem o número de objetos recebidos, e que eram, depois de levados pela cavalgada, postos no leilão de prendas, sempre pelo melhor dos preços.

No domingo de Pentecostes, isto é, cinqüenta dias depois do domingo de Páscoa, paramentava-se toda a igreja, engalanavam-se todos os altares, acendiam-se as luzes dos grandes dias de festa, e, ao som de músicas e coros, havia missa cantada, e, logo a seguir, a sacra coroação do monarca, feita com todos os preceitos estabelecidos para a coroação dos verdadeiros reis. E era das mãos de um sacerdote que o improvisado *imperador* recebia a coroa de metal ou de papelão, o cetro, o globo e a bênção católica. Só aí, sob o pátio da irmandade, deixava ele, o monarca, a nave da igreja, ingressando o seu *império*, onde ia receber as saudações da vassalagem respeitosa e submissa.

O *império*, em alguns lugares, era de pedra e cal. A maior parte, porém, cifrava-se em modestos coretos de madeira e lona pintada, sobre os quais se estendia um toldo de fazenda vistosa.

Tiveram diversas formas e tamanhos esses *impérios* memoráveis; foram, entretanto, todos eles, suficientemente espaçosos e capazes de receber não só a áulica e numerosa comitiva do provisório *monarca*, como, ainda, os múltiplos presentes, que lhes chegavam a cada hora, arrecadados todos em benefício da igreja.

Junto ao *império*, erguia-se, quase sempre, outro palanque para a música e para o leilão de prendas. Uma girândola anunciava a entrada do *imperador* para o *império*. Os instrumentos soavam e, enquanto o povo, de um lado, saudava o *príncipe*, beijando o pavilhão do Divino, de outro lado as músicas e o leiloeiro cuidavam do que era mais importante: da parte financeira da folgança.

– Quanto dão por esta caixa de segredo em forma de coração? Quem tiver namorada que a compre. Pode não haver nada dentro, mas também pode existir uma jóia de altíssimo valor... Quanto dão pela jóia de altíssimo valor? Dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três...

E batia com o vasto martelo de pau sobre o balaústre do coreto, fechando o negócio.

O leiloeiro foi sempre um homem de chalaça fácil, embora de difícil propósito, não raro escolhido entre atores de farsa nos elencos do teatro local e convidado pelas irmandades para garantir o bom humor e o lucro nos leilões.

Entre a música e as farsolices do pregoeiro, corria a noite tranquilamente até a hora dos fogos de artifício, que a encerravam com dignidade, em números de uma pirotécnica simbólica e divertida.

Como último número dessa fantasiosa luminária, após uma saraivada vistosíssima de rojões, vinha sempre o combate da fortaleza com as fragatas.

Ao meio ficava o forte, tendo uma nau de guerra de cada lado. O número, apesar de velho, interessava sempre. Fazia-se mister que a fortaleza ganhasse e as fragatas perdessem a incruentíssima batalha, que se travava. Rompia o inominável bombardeio entre evoés e palmas.

Em dado momento, as naus, menos por falta de intrepidez que de pólvora, cessavam fogo. Era a derrota confessada.

Dominando o campo da luta, a fortaleza, no delírio da vitória, então, salvava em direção ao povo, que recebia os chamuscos e aplaudia satisfeito.

Era quando, por um dispositivo qualquer, o quadro que representava o forte, caía, deixando ver, em vez de um reduto de guerra, a imagem suavíssima de uma pomba, a do Divino Espírito Santo, de asa queda, de bico aberto, fulgindo entre luzes de várias cores. Todos, aí, se ajoelhavam, rezando, batendo piedosamente com as mãos no peito...

Subiam as últimas girândolas a anunciar aos quatro ventos o final da festança. Repicavam os sinos.

Com aplauso, vivas ao fogueteiro que, ainda quando não prestasse, era saudado como muito bom, e vivas ao Divino Espírito Santo, a multidão, satisfeita, dissolvia-se, espalhava-se e perdia-se, desaparecendo sob o manto da noite escura e silenciosa.



As modas em Portugal e no Brasil durante o século XVIII – Elegâncias francesas e a assimilação que delas se fazia no Reino e na Colônia – O chapéu! – Cabeleiras – Os sapatos – As meias – A roupa branca – O vestuário habitual do carioca no tempo dos vice-reis do Rio de Janeiro.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Moda masculina no começo do vice-reinado do Rio de Janeiro – Elegante de 1963 – A verdadeira indumentária carioca até princípios do século XIX – Cabeleira masculina (1770). Desenhos de *Henrique Cavaleiro*.

FORA DO TEXTO – Pia da Igreja do Carmo (nave).

.....

Moda Masculina

I

Tinha Portugal moda sua quando achou de substituir, no Brasil, as roupagens do nosso avô índio pelos panos da civilização que adotava? Não tinha. Nem nunca teve. Neste particular os nossos irmãos de além-mar viveram sempre de empréstimos.

Já está no velho Rodrigues Lobo:

*Vestimos de tantos modos
Cada hora, que dizer posso
Que não temos traje nosso
Porque o tomamos a todos.*

Nós vamos encontrar, assim, a Metrópole, pela época do vice-reinado do Brasil, no Rio de Janeiro, de olhos postos na corte de Luís XV, a copiar-lhe as elegâncias de vestuário que aqui também, por vezes, logravam chegar, vindas pelas naus de Lisboa.

E como eram essas modas?

Usava-se a redingote de seda, que foi a de todo o século, mas já sem o panejamento exagerado dos tempos do Roi Soleil. Era uma casaca com outra distinção, mais linha; modelava o busto, mostrando abas fugionas que morriam muito acima da curva da perna. Diminuíra, por sua vez, e consideravelmente, a véstia que começa a fechar em cima, mal deixando

passar a gravatinha de renda. Linda véstia, esplêndido colete, todo trabalhado em seda frouxa, ouro, prata e, até, em pedras preciosas!

Os calções de bojo, usados no começo do século, eram substituídos por outros mais justos, que chegaram depois, com o correr dos anos, a modelar completamente, a coxa. Fechavam, então, na frente, por uma portinhola, que se chamou *à bávara*. De tal sorte punham eles em evidência a vigorosa anatomia masculina, que o Papa logo os condenou como *criação do lascivo Diabo*. Pouco valeu, entanto, a condenação da Igreja. A *portinhola à bávara* manteve-se, dando ganho de causa ao impudico Satã.

Todas essas vestimentas eram habitualmente talhadas em panos de coloridos fulgurantes, que iam do verde-gaio ao vermelho-sangue-de-boi.

Nunca o prestígio da cor subiu tão alto como por essa época, que não foi, porém, entre nós, a de extraordinários pintores.

O tricórnio feito em castor, e que pelo começo do século chegara a ter proporções exageradas, diminuíra de modo notável na época pombalina, principalmente quando começou a ser voga usá-lo de seda. Era o chapéu dos homens de prol, que, afetados e importantes, os traziam sob o braço, menos como utilidade que como simples objeto de ornamento e de *chic*. Reação natural à moda anterior, que levava os homens a não retirá-los da cabeça, até nas mesas da maior cerimônia. Em França, aparecia-se, assim, coberto, no conselho do rei. Chamou-se ao



tricórnio, entre nós, *candieiro*, alusão aos castiçais de três luzes, que então havia, *três ventos, Anastácio e tribico*. O homem da plebe, porém, que pouco se inquietava com os caprichos da moda, para defender-se do sol, que era forte, e dos aguaceiros do céu, usava o *feltro* espanhol cuscuzeiro, de copa em forma de ampulheta, ou o *palha* do mesmo feitio, mais leve e mais de acordo com o clima, embora grosseiramente tecido. Usaram-se esses chapéus de palha e feltro, entre nós, até mesmo no Governo dos vice-reis D. Fernando Portugal e Conde dos Arcos, já na aurora do século XIX, quando os primeiros chapéus de castor acartolados começaram então a surgir na cabeça de alguns elegantes despejados das naus portuguesas no Largo do Carmo, e logo gostosamente recebidos e saudados pelo guincho irônico da negraria do chafariz, na hora da tamina, como coisa de rir e de gozar. Convém não esquecer, ainda, um chapéu, muito nosso, e que chegou a ser o chapéu mais popular da cidade até os últimos dias do reinado do Sr. D. João VI, o *timão holandês*, todo armado de papelão, forrado de seda e em forma de meia-lua. Nas estampas do livro de Chamberlain sobre o Rio de Janeiro, muito aparecem tais chapéus.

A cabeleira masculina, sem ter tido a variedade espetaculosa, nem os desvelos que logrou provocar a cabeleira da mulher, mudou, também, caprichosamente, com a moda. Os bordos ora eram altos, ora baixos, e o seu desenho variava. A cabeleira chamada de bolsa, terminando em uma espécie de arremate de tafetá, na parte posterior da cabeça, foi a cabeleira de cerimônia de quase todo esse período vice-real. A cabeleira de trança era só para a intimidade do lar. Para as montarias, o chique era o *carrapito*, ou a trancinha a *chicote*, fina, apertada em arco e com um lacinho na ponta.

Cabeleiras, porém, valem um capítulo especial.

As gravatas eram quase sempre brancas, de renda, ou de linho bordado. Prendiam-se atrás do pescoço, sob a gola da casaca, por fivelas pequenas.

O sapato, pelo meado do século, perdera não só o comprimento exagerado que tinha, como a forma quadrada na extremidade. Arredondara-se a biqueira, e o salto de altíssimo, vindo dos primeiros anos da centúria, descera um pouco. Descera e avançara para o arqueado do pé, dando à parte do calcanhar uma curva graciosa, que ainda hoje se conhece sob a designação de Luís XV.



PIA DE MÁRMORE
IGREJA DO CARMO
(Nave)

A moda das fivelas nos sapatos variou bastante, não só quanto ao tamanho como quanto ao feitio, qualidade do metal e pedrarias empregados. Pelo fim do século, porém, de tal modo cresceram elas que os elegantes tinham que andar de mansinho, a fim de não tropeçar nos próprios pés.

As meias, de vermelhas, passaram a brancas, de tal sorte criando os sapatos da mesma cor.

Meias pretas só as punha quem estava de luto, com a casaca, véstia e calção pretos, os botões rigorosamente da mesma fazenda. Como distintivo de nojo havia mais o hábito de se colocar, no chapéu, uma fita de lemiste larga, com uma laçada que se dependurasse, caindo do lado e de modo bem visível.

As pragmáticas sobre o luxo estabelecidas pelo Reino não eram de natureza a incentivar as elegâncias indígenas.

Leia-se, por exemplo, o que a de 1749 nos diz em seu capítulo 1º:

A nenhuma pessoa de qualquer graduação e sexo que seja, passado o tempo abaixo declarado, será lícito trazer em parte alguma de seus vestidos, ornatos, enfeites, telas, brocados, fitas, galões, galancins, passamanes, franjas, cordões, espequilhas, debruns, borlas, ou qualquer outra sorte de tecido, ou obra em que entrar prata, nem ouro fino, ou falso, nem riço cortado à semelhança de bordado.

Assim também não será lícito trazer coisa alguma sobreposta nos vestidos, seja galão, passamanes,



alamares, faixa, ou bordado de seda, de lã, ou de qualquer matéria, sorte ou nome que seja, excetuando as cruzes das Ordens Militares.

Permito que possam trazer botões, e fivelas de prata ou outros metais, sendo lisos, batidos, ou fundidos, e não de fio de ouro, ou prata, nem dourado ou prateado, nem com esmalte, ou lavores. Proíbo usar nos vestidos enfeites de fitas lavradas, ou galões de seda, nem de rendas, de qualquer matéria, ou qualidade que sejam, ou de outros lavores, que imitem as rendas; como trazê-las na roupa branca nem usar delas em lenços, toalhas, lençóis ou em outras algumas alfaias.

Até a roupa de baixo, a íntima, era cheirada, revista e censurada pelo estatuto oficial:

Poderá usar-se de roupa branca bordada de branco, ou de cores, contanto, porém, que seja bordada nos meus domínios, não de outra manufatura.

Toda pessoa que usar de alguma das coisas proibidas do presente capítulo, perderá a peça em que se achar a transgressão: pela primeira vez será condenada a pagar vinte mil-réis; pela segunda, quarenta mil-réis e três meses de prisão, e pela terceira vez pagará cem mil-réis e será degredado por cinco anos para Angola.

Não era lícito, além disso, trazer ornatos em pedras preciosas ou sequer outros que as imitassem, vidrilhos, cristais, de qualquer forma ou de qualquer cor.

As sedas consideradas de primeira qualidade, que no tempo custavam três



mil-réis o côvado, não podiam ser usadas, bem como meias excedentes do preço de três mil e duzentos réis o par.

A pragmática, porém, não era uma lei tirânica apenas quanto ao vestuário: atingia a toda e qualquer manifestação de luxo capaz de tentar um homem.

O mobiliário que então se fazia com molduras, puxadores e outros enfeites de ouro ou prata, embora falsos, era rigorosamente proibido. Nas carruagens, liteiras, cadeiras, bangüês e serpentinas, nenhum sinal de luxo, sendo até pela lei regulada a ordem de pregarias de metal dos tejadilhos. Proibição expressa de pinturas a óleo, tidas como assunto de exclusiva ostentação. Impedimento aos donos de carruagens de se fazerem acompanhar por mais de dois lacaios...

As pragmáticas regulavam até as dádivas que os noivos faziam às noivas! *Mando que se não possam dar semelhantes dádivas senão uma vez somente, que será no dia das escrituras, nem poderão exceder tais dádivas o valor da quinta parte do dote.*

Se para os escravos brancos, que éramos todos nós, foi ela assim terrível, imagine-se o que não seria para os pobres negros!

Por ser informado dos grandes inconvenientes, que resultam nas conquistas da liberdade de trajarem os negros e os mulatos, filhos de negro, ou mulato, ou de mãe negra, proíbo aos sobreditos, ou sejam de um ou de outro sexo, ainda que se achem forros, nascessem livres, o uso não só de toda a sorte de seda, mas tão bem de tecidos de lã finos de holandas, esguiões, e semelhantes, ou mais finos tecidos de linho, ou de algodão, e muito menos lhes será lícito trazerem sobre si ornato de jóias, nem de ouro, ou prata, por mínimo que seja, etc.

Segundo informes preciosos, porém, que nos são fornecidos por viajantes estrangeiros que aqui estiveram, o traje popular do carioca, pelo tempo, na rua, não passava de um *chapéu espanhol de feltro, cuscuzeiro, de copa e abas largas, sempre derreado sobre os olhos, nos pés alpercatas ou sandálias, sem meias, e o corpo indefectivelmente envolvido num capote*, o que tornava a figura humana quase irreconhecível. Era a indumentária clássica do malfeitor, mostrando o homem misterioso dentro da massa espessa de um pano e de onde saía um olho coberto

pela aba de um chapéu terrível, empinado, ameaçadoramente, sobre a linha do nariz.

Até pelo mais escaldante dos estios era infalível esse mantéu de pregarias, amplo, farto, mas já sem os traseiros em rabo de galo, que as durindanas de anos atrás levantavam, arregaçando a fazenda, transformando o homem numa linha ornitológica, arrogante e humorística.

Essa moda de embuço veio-nos de Portugal. Ruders, que esteve em Lisboa pelos fins do século XVIII, dizia, com efeito, que os portugueses não sabiam andar sem capote, usado até pelos mais miseráveis da cidade.

O Rio dessa época, ao que aqui chegava de outros pontos da Europa, que não fosse a Península, devia, na verdade, impressionar, com o seu aspecto de carnaval e de mistério, pois que ao capote de embuço dos homens se juntava ainda a mantilha de bioco das mulheres.



A espada no vestuário de um elegante do século XVIII – A bengala e o bastão –
O guarda-chuva e a sua evolução até 1804 – As luvas – Perfumes em voga – Sinais de
tafetá – Elegantes cariocas – Por que motivo não chegamos a ser ridículos.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Moda masculina pelo fim do vice-reinado do Rio de Janeiro – Homem de capa e bicórnio – Cabeça de um elegante no começo do século XIX, *Henrique Cavaleiro* – Sapatos, fins do século XVIII, *N.N.*

FORA DO TEXTO – Retábulo (São Bento).

.....

Moda Masculina

II



carioca do século XVIII, sem ser o espadachim das aventuras cavaleirescas da centúria anterior, não podia sair à rua sem levar, sob as dobras do seu capotão de saragoça, zombando dos alvarás *d'el-rei*, com um rosário de vidro ou de marfim, a sua fiel e protetora espada. Ensino que lhe davam três séculos de polícia madrasta e de cega justiça.

Sozinho, à beira da estrada,

A razão é a minha espada.

Pena que por qualquer motivo tanto vivesse ela fora da bainha. Pena que a índole escaldadiça e bronca do natural do país, muita vez a aviltasse, de tal sorte transformando a mais nobre das armas de ataque e de defesa em uma simples ponta de ferro servindo apenas para espetar o próximo. Os alvarás restringiam-lhe o uso, não obstante, todos a usavam, embora dissimuladamente.

Na Metrópole também era assim.

Já dizia Montesquieu que o português era um homenzinho modesto, mas com duas grandes preocupações na vida: *tocar a mais desafinada das guitarras e usar a maior espada que já se arrastou em toda a Europa (Lèttres persanes).*

Essa longuíssima espada de tigela de ferro tão da simpatia da gente lusitana, muito por aqui se viu no Governo de Castro Morais, o Vaca. Por, ela, entanto, não mediu, o governador, a sua valentia que, por curta, além de perdê-lo, perdeu-nos a todos, no dia em que tão covardemente entregou à frente de cerca de 20.000 homens, a cidade aos 3.000 franceses de Duguay Trouin.

A espada do tempo do vice-reinado do Brasil no Rio de Janeiro era uma espada menor, embora maior que os famosos *quitós de nascer*, quase peça de joalharia, e que foram o adereço mavórtico da elegância dos últimos dias do reinado do Sr. D. João V.

O carioca trazia-a, muita vez, desembainhada e nua na mão, sob o manto de pregas que o envolvia. Quando presa ao boldrié vinha do lado esquerdo, segundo a boa norma da cavalaria.

A bengala, e o bastão, foram de certo agrado e uso dos habitantes da cidade e bastante usados ao mesmo tempo que as espadas. A moda variava-lhes o tamanho e o feitio; não obstante, os castões foram sempre belos e custosos. O do bengalão de Luís de Vasconcelos, que está no retrato do Museu Histórico, e que talvez fosse obra de Mestre Valentim, é um primor. No começo do século apareceram os famosos cajados tortos importados à França, infalível atributo da elegância *incroyable*.

O guarda-chuva, que no reinado de D. João V era um objeto pesado e feio, tendo na biqueira um anel de metal por onde se enfiava o dedo, passou, no Governo do Sr. D. José, a ser um objeto assaz cômodo, embora caríssimo.

No Museu Histórico há um oval representando certa festa nos Lázaros, onde muitos deles são vistos. Pouca diferença fazem, no feitio, dos de hoje.



Em 1788, foi moda o chapéu de sol branco. Os verdes fizeram época em 1789, sendo que em 1804 impuseram-se os azuis. Eram de sarja, ou tafetá. Saiba-se mais que, por essa época, já existia o guarda-sol-bengala.

Pouca voga tiveram as luvas, aqui, como em Portugal, por todo o correr do século XVIII. Usadas menos como complemento gentil da toalete, que como objeto de utilidade, pode-se bem dizer que, quando fora das suas funções, eram absolutamente indesejáveis.

De igual para igual, não era polido, na rua, estender-se mão enluvada a alguém. Mesmo para saudar com o seu tricórnio, o homem tinha que descalçar as luvas.

E assim como não abusávamos das luvas, bem pouco dos perfumes abusávamos. Não foram eles, com efeito, muito conhecidos durante todo o século, entre nós.

Em frascos, vendiam-se as essências de bergamota, de âmbar, de amaranto, de flores de laranjeira, de lavanda e do *giroflét* de Florença, as águas chamadas da Rainha da Hungria e Córdoba. Esta última foi a mais querida das *águas de cheiro*, popularizada por quase dois séculos de preferência na Península.

O carioca, porém, para amainar o mau cheiro colonial, que era o mau cheiro da centúria, valia-se ainda de resinas e folhas aromáticas, com as quais perfumava também a sua roupa branca, *particularmente cuidada*, no informe de estrangeiros que nos visitaram, *e muito azulada de tanto anil*.

Grande voga, no século e entre nós, tiveram as pinturas e os sinais para os homens. Pintavam-se todos. Se até os cléricos se pintavam!

Os sinais de tafetá serviam, não só para realçar as pinturas do rosto, dar à fisionomia certa irradiação e movimento, como, ainda, para encobrir acidentes herpéticos que, por acaso, atrevidamente aparecessem na parte mais notável da figura.

Fazia-se da sua colocação uma ciência especial. Dizia-se com desprezo:

*Gente que quer ser "eres"
E não sabe pôr com jeito
Um sinal de tafetá...*

Havia não só a ciência de colá-lo, como a arte de bem dispô-lo.

O sinal colocado junto à extremidade de um olho servia para aumentar-lhe o tamanho, principalmente se o tafetá tivesse o feitio de meia-lua. Numa das extremidades do lábio, servia para encurtá-lo, dando mais graciosidade ao sorriso.

E todos eles, pelo tempo, tiveram um nome: o da testa, por exemplo, chamou-se *majestoso*, o das fontes, próximo às orelhas, *discreto*, o que se colava sobre o pescoço, *tentador*, o da face, *galante*, *beijocador* era o do cantinho da boca; *desatinado* o que se colocasse sob os olhos. Sinal posto no canto do nariz era *louquinho*, passando a *atrevido* sempre que se assentava bem na massa do nariz. Ao dos lábios chamava-se *garrido*, e ao que encobria o defeito – *cobertor*, sendo que havia, ainda, o *folgazão* que tapava a covinha da face, e o *apaixonado* que, ao canto do olho, servia para ressaltar-lhe o feitio.

Os homens mais austeros e sisudos usavam tais sinais, até os graves e circunspectos desembargadores da Justiça, sobre o pergaminho das faces murchas e injuriadas pelo tempo.

Essas as modas que deveria ter encontrado o Sr. Conde da Cunha, primeiro vice-rei do Brasil, nesta cidade, quando chegou para substituir os triúmviros sucessores de Bobadela, no governo da terra.

Tudo nos leva a crer, entretanto, que a elegância que foi, de escaler, a bordo, e, de estandarte ao cais para recebê-lo, ouvindo, depois, no dia da posse, o *Te-Deum* do Rosário, pavoneando-se, ainda, nas tribunas forradas de damasco vermelho erguidas para as tardes da folgança dos touros e cavalhadas, não podia ser lá muito de acordo com o figurino de Luís XV, que era quem, pelo tempo, reinava em França e no mundo das elegâncias, mas, certamente, com o de muitos anos atrás, muito atrás.





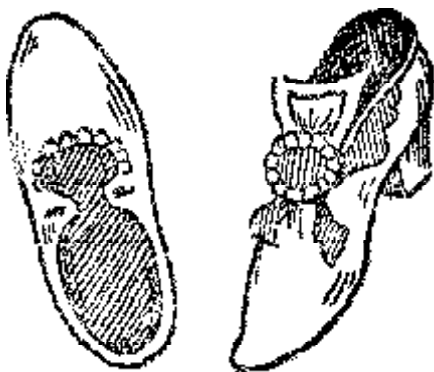
RETÁBULO
IGREJA DO MOSTEIRO DE S. BENTO
(Entrada)

O Rio era um pobre burgo podre e *só habitado de oficiais mecânicos, pescadores, marinheiros, mulatos, pretos boçais e nus e alguns homens de negócio*, como nos diz esse mesmo Conde da Cunha, primeiro vice-rei do Brasil, no Rio de Janeiro, quando dele manda novas e informes à metrópole.

Estamos a ver, daqui, assim posto, por esse dia de regozijo e popular festança, a figura austera do desembargador Castelo Branco, triúmviro, por exemplo, com o seu arcaico calção de presilha e meias escarlates dos tempos da adolescência do Sr. Marquês de Pombal, caraça afogueada surgindo de uma ramalhuda gravata de rendas da Inglaterra, muito ancho, muito fora da moda, a pensar na gravidade do seu posto; e mais o presidente do Senado da Câmara, com o tricórnio vermelho de bacia, do começo do século, a emoldurar-lhe a cabeleira de mustachos; o Sr. Juiz conservador da Moeda, pisando mal, por ter os artelhos plebeus arrancados às comodidades da alpercata e metidos numa sapatranca de *pestana*, ainda dos tempos do Rei Sol lisboeta; o Sr. Procurador da Coroa, enleado numa vasta casaca *busca-joelhos*, com mais rugas que a face boa e comovida de D. Antônio do Desterro, o bispo triste, beatífico, mumificado no seu traje de cerimônia, pela *caseira* posto num *brinco* e a ferro, para a recepção de S. Exa.

Elegância, a bem dizer, e modas, nunca as tivemos na época da colônia, nem tê-las poderíamos. Vulgares, simples e rudes, fomos, mas não ridículos. Felizmente.

E o seríamos, a valer, se, na qualidade de mendigos de uma civilização que fulgia, fora, das horrendas gaiolas de pau ou de urupema, que foram a miserável e melancólica habitação colonial desta cidade, fizéssemos sair *bandarras e casquilhos, sécias e peraltas* para passeá-los em cadeirinhas pintadas de ouro ou de laca pelas alfurjas malcheirosas, onde se agitava a *aristocracia* citada pelo Conde da Cunha, e onde se agachavam os negros escravos vindos de Moçambique e Benguela.





A moda das cabeleiras postiças – Quando nasceram – Cabeleiras que pesavam oito quilos – O singular adorno sob o ponto de vista higiênico – Exageros da moda – Mártires da elegância – As cabeleiras postiças e o seu pouco uso no Brasil – Lojas de cabeleireiros nos tempos de Luís de Vasconcelos – Como se penteava e empoava uma cabeleira – O Evaristo e a sua loja.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Como se empoava uma cabeleira – Cabeleira feminina pelo meado do século XVIII – Cabeleira feminina pelo começo do século XIX. Desenho de *Henrique Cavaleiro* – Cabeleira de duas tranças, cabeleira de bolsa, cabeleira a Catongan, cabeleira a brigadeiro, cabeleira de nós, cabeleira sol nascente, cabeleira de frade ou padre, *N. N.*

FORA DO TEXTO – Lagoa do Boqueirão (Museu Histórico).

Cabeleiras

A moda das cabeleiras postiças apontou em Portugal pelo meado do século XVII, com a restauração, floriu pela época do Marquês de Pombal, para morrer muitos anos depois de esquecidas em França, no começo da passada centúria.

Viveram elas, assim, quase duzentos anos. Duraram muito. Duraram demais.

Usaram-nas jovens orgulhos de possuir ainda bons cabelos, por vaidade; velhos alopéticos, por conveniência; crianças, soldados e até padres, estes últimos mostrando nos seus espantosos artifícios capilares, em recorte, o disco por onde devia ressaltar, em solene evidência, o raspado denunciador da tonsura eclesiástica.

Eram tais perucas feitas com cabelos humanos, crina animal, seda ou arame; estas últimas, graças à perpetuidade da matéria, podendo ser até transmitidas de avô a neto, como herança de família.

As femininas foram particularmente complicadas e volumosas nas suas armações de ferro, cujos ressaltos a massa capilar, envolvia e ocultava. Durante certa época, de tal sorte cresceram elas que uma senhora com dificuldade podia entrar ou sair de um coche, de um bangüê ou de uma cadeirinha.

E o peso? Alfred Franklin fala-nos de cabeleiras, em França, que chegaram a pesar oito quilos! A cousa mais pesada que uma mulher trazia à cabeça, depois da idéia de casar.

Nicolau Tolentino, que bem conheceu tão estúrdias e volumosas cabeleiras, delas nos fala em um soneto magistral:

Chaves na mão, melena desgrenhada,
Batendo o pé na casa, a mãe ordena
Que o furtado colchão fofo e de pena,
A filha o ponha ali, ou a criada:

A filha, moça esbelta e aperaltada,
Lhe diz co a doce voz, que o ar serena:
– Sumiu-se lhe um colchão? É forte pena.
Olhe, não fique a casa arruinada...

– Tu respondes assim? Tu zombas disto?
Tu cuidas que por ter pai embarcado,
Já a mãe não tem mãos? E dizendo isto,
Arremete-lhe à cara e ao penteado,
Eis senão quando (caso nunca visto)!
Sai-lhe o colchão de dentro do toucado...

O pior é que sob o ponto de vista higiênico deixavam elas muito a desejar. Eram interiormente forradas por uma pelica forte, espessa, que vestia completamente a cabeça, impedindo a natural respiração do couro cabeludo.

Complemento do vestuário, as perucas foram usadas em cachos, em caracóis, em anéis ou ondas, atiradas negligentemente para trás, entrançadas em rabicho, chicote ou bolsa, de bordo alto, de bordo baixo, frisadas, riçadas, onduladas em berbigões, em mostachos, conforme mandava o figurino ditatorial de Paris, mudado de ano a ano.

Atestando as proporções, a que inobedientemente e escandalosamente cresceram, citemos, entre as femininas, os nomes pelos quais foram conhecidas muitas delas: *Carro triunfal*, uma; outra, *Gôndola*. Havia as que se chamavam *Moinho de Vento*, *Montanha do Japão*, *Parque Inglês* e *Maître d'Hotel*...

Não atingiu, nesse tempo, o artifício, apenas o recorde de altitude, porém o da mais deslavada extravagância de composição.

Nesses penteados exóticos, e, por vezes, ultracômicos, penduravam-se pequenas utilidades domésticas como espelhos, tesouras, caixetas de xarão, colheres, de envolta com fitas, plumas, frutas e até legumes.

As senhoras de Paris apareceram mostrando à cabeça, certa vez, a famosa fragata *Belle Poule* de sóbria tonelagem, na verdade, mas feita de madeira e metal, com todos os seus esmiuçamentos náuticos e até eriçada de mastros e canhões, navegando nas ondas revoltas e complicadas dos oceanos capilares.

Não dizem as crônicas do tempo (inclusive as de Paul Lacroix, onde buscamos esta nota) se salvava à pólvora seca essa minúscula nau de guerra, coroando o penteado das senhoras. Que ninguém se espante, entretanto, da possibilidade da extravagância; o século foi de absurdos maiores.

Depois de encaixadas, eram as cabeleiras fixadas com presilhas, quando não o eram com nauseabundíssimas colas de peixe, ou outra matéria aglutinante.

As cefalalgias, que foram a angústia do século, não tinham quase que outra origem.

Pense-se um pouco no que seriam, na verdade, tais abóbadas candentes quando fechadas, e no cáustico que as mesmas representavam para a pobre cabeça humana em um clima impiedosamente quente como o nosso; pense-se mais no que seriam as colas, que deliquesciam interiormente misturadas ao suor, vasando pelos intertícios, misturando-se com as banhas e as po-



madas rançosas, servindo para segurar o pó que as embranquecia, isso por uma época em que os hábitos de limpeza não eram lá muito da usança de gente rica.

Foram, além disso, nichos de imundície e de vermes os mais repugnantes, mesmo, a inspirar inseticidas.

Ofendiam ao mais generoso dos olfatos. Cheiravam mal. Mergulhadas que vivessem em água-de-córboba ou outros perfumes violentos, sentiam-se longe. Num manuscrito do tempo, lemos que elas cheiravam a *jaula de leão*.

No Brasil, o uso das perucas, tanto as masculinas como as femininas, foi insignificante. Necessariamente usaram-nas alguns notáveis da cidade e suas mulheres; alguns, não todos. Os viajantes, que aqui passaram pela época, foram unânimes em afirmar que os nossos avós, em geral, andavam higienicamente de cabeleiras naturais, acrescentando (o que convém saber): *muito limpas, muito cuidadas*. Repeliámos, assim posto, o artifício anti-higiênico da moda européia. E repeliámos, saiba-se, menos pelo preço elevadíssimo a que elas, entre nós, atingiam, quando vindas de França, com escalas por Lisboa, que pelo instinto natural de asseio, em boa hora herdado do avô índio.

Durante o governo de D. Luís de Vasconcelos, tínhamos na cidade 29 lojas de cabeleireiros, quantidade reduzida, como se vê, provando, de tal sorte, a negligência natural do indígena por essa vaidade da moda.



Foi, no entanto, a época dos vice-reis a época do esplendor da cabeleira postiça no mundo inteiro.

Ao tormento de suportar sobre a cabeça esse estapafúrdio edifício de cabelos e seus disparatados atavios, só se podia comparar o suplício do polvilhamento pela época em que a cabeleira tinha que ser rigorosamente branca. Que ela, antes de ser branca, foi ruiva, loira e preta.

Por curiosidade, paremos a nossa serpentina à porta do Evaristo, que é cabeleireiro, à Rua da Cadeia, e que, segundo se sabe, faz penteados e polvilha à moda de Paris, tendo na gaveta de sua mesa de jacarandá, em estilo Rainha Ana, a *Encyclopedie perruquière*, de Marchand, e na cabeça, bem decoradinhos, os ensinamentos de Leonard e de Legros.

Olhem quem vai entrando descuidado para abonitar a trunfa, que se arrepiada desgrenhada sob a seda custosa do três-bicos... o Sr. Provedor-mor da Câmara dos Defuntos e Ausentes.

Para recebê-lo, vem o Evaristo, e vêm os aprendizes, a mão ao peito, o pé atrás, dançando cortesias. É um dos grandes cabeleireiros da voga esse pardavasco, que se gaba de haver penteado o Sr. Marquês do Lavradio. Sobre a cabeleira de crina em laço a cantongan, mostra ele o pente indispensável à indumentária do ofício. Veste de seda. Traz fivelas de prata nos sapatos.

– Pó? indaga melífluu ao homem, que entra austero, e que nem se descobre ao buscar a única cadeira que se vê diante de um espelho de caixa, no recinto acanhado da lojeta.

O Sr. Provedor-mor da Câmara dos Defuntos e Ausentes quer pó e quer também pente, tudo, porém, com calma e muita arte. O Sr. provedor já se sentou. Um aprendiz, ao lado esquerdo, já lhe arrebatou da cabeça o *três-bicos*, e outro, o bengalão encastado de ouro e com biqueira de ferro.

Durante quarenta minutos, Evaristo apura-se, desveladamente, no preparo da coifa. Com os mais complicados instrumentos que possui, ora alisa, ora encrespa, ora recheia, ora frisa, domando a juba insólita que ganha, por fim, certo aspecto, graça, elegância e feitio.

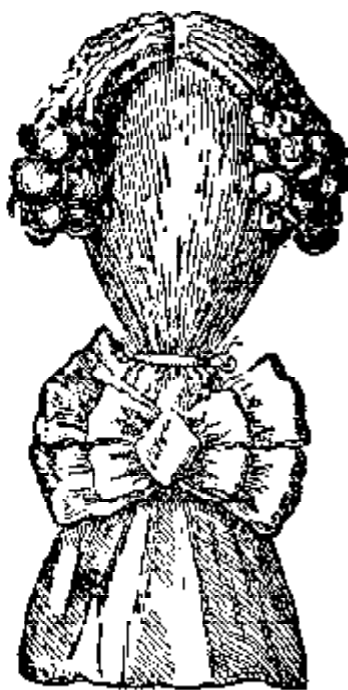
Dura quase uma hora esse manejo. O penteado está pronto. Os aprendizes já recolheram, em silêncio, a ferragem do ofício. Evaristo já

FALTANDO GRAVURA
(PÁG. 248-A)

LAGOA DO BOQUEIRÃO
LUGAR ONDE HOJE ASSENTA O PASSEIO PÚBLICO
(Museu Histórico)

espetou ao olho cálido a luneta fatal, que lhe vai dizer se o penteado é de truz.

– Podia assiná-lo, Senhora, afirma ele, sorrindo, ao Provedor. Mestre Valentim não faz um chafariz com maior arte. Repare no sentimento de certas linhas que dizem, além de graça, austeridade e respeito... austeridade, sobretudo. Um penteado de desembargador, igual ao que fiz ao Sr. Juiz dos Degredados quando foi do *Te-Deum* do Carmo. Criação deste seu servo...



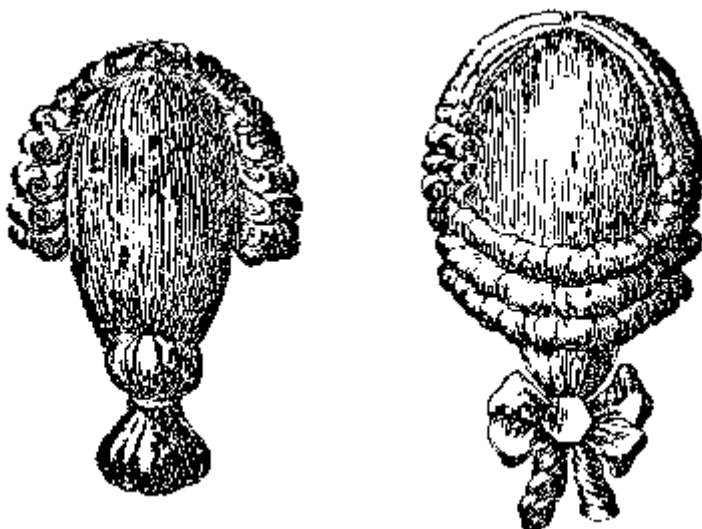
A cabeleira, entanto, reclama o principal, reclama pó. Isso, porém, em lugar próprio e distinto; não na saleta do serviço vulgar, como se verá... O cliente ganha, então, um corredor estreito, que vai cair numa alcova pequena, que um candeeiro de azeite a bruxulear alumia.

Já a sua casaca cor de pinhão e a véstia amarela gema de ovo, bordada de seda, ficaram fora, no sítio onde pararam a bengala e o *três-bicos*

Marcando o lugar do serviço, há, ao centro do quartóide, uma cadeira forrada de belbute.

Nela, o Provedor se instala e recebe das mãos dos ajudantes solícitos, em vários côvados de pano branco, uma espécie de *robe de chambre*, que logo o envolve, que logo o enfarda e o aperta, da linha do pescoço ao bico dos sapatos.

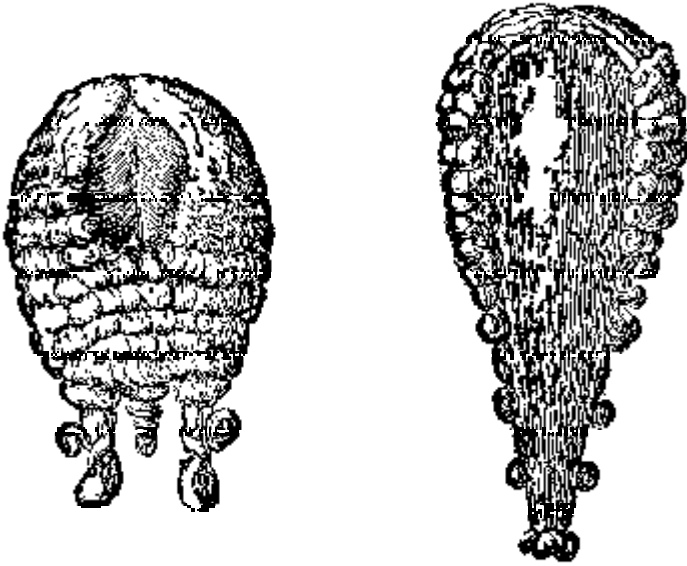
O Sr. Provedor-Mor da Câmara dos Defuntos e Ausentes, sobre a cadeira, assim hirto, assim triste, e assim entrouxado, é menos um homem que uma múmia. Nessa atitude pitoresca recebe ele, por último, uma máscara de papelão, sem olhos e armada de vastíssimo beque, para resguardar as narinas por ocasião do sarilho de poeira.



A figura humana ganha um desenho ultracômico, com a sua exótica protuberância em forma de funil.

E assim começa o trabalho do empovilhamento.

Já se fechou, para isso, a porta da alcova e o candeeiro de azeite já recebeu o seu capucho de defesa. Estão sobre uma tripeça os pós-perfumados vindos de França, enchendo uma escudela de louça.



É preciso agora ver Evaristo, que trocou a sua casaca vistosa por um balandrau de linho branco, à moda de Paris, para começar a inferneira do pó.

Mergulhando na escudela uma larga bola de cânhamo, ergue-a, sacudindo no ar, num gesto de preconcebida elegância, a poeira desejada. As camadas do polvilho sutil, porém, quando despedidas, não vão, como se pode pensar, diretas à cabeça que tranqüila espera, senão ao teto, para bem alto, o mais alto possível, em nuvem complicada.

Enquanto a nuvem se forma, o aprendiz, armado de um fole curto, atua-o sobre a mesma, adelgaçando-a, fendendo-a, fazendo-a subir de novo, enquanto os grãos mais pesados se precipitam fora do círculo de operações. O necessário é que só fique no espaço a poeira muito fina, finíssima, a que o artista convencido chama na sua pernóstica palrice o *pó do pó*.

Nessa operação seleciona-se o grão pesado do grão pluma, formando este último a poeira que mal o olho atilado percebe, poeira quase invisível e que começa a esvoaçar em descida sobre a cabeça, que a recebe logo que cessa o pulmão do fole de soprar. E assim caindo tenuíssima e aderindo ao óleo do cabelo, faz-lhe o tom de marfim esbranquiçado, que

mais impressão nos dá da brancura natural que a da procurada por qualquer artifício. Apenas quantas vezes se faz mister procurar a nuvem vaporosa, que na descida pinta melhor que tudo? Sabe-se lá! E a tortura do paciente toda ela, nasce desse tempo infinito, que perde, da fadiga natural da sua posição obrigada, sem falar no incômodo de todo aquele ambiente que o asfixia, malgrado a máscara de papelão e o nariz em funil. Duram, por vezes, tais operações, mais de uma hora. Evaristo não levou tanto tempo, porém está fatigado, e o aprendiz traz os pulmões mais secos do que o fole. Enfim, desentrouxa-se o Provedor que, como uma dama em passo de minuete, é levado pela mão do artista à salinha da loja. Ali recebe o retoque final. Vem uma escova pequena e macia para o pó do rosto, outra mais fina para as sobrancelhas, o bistre para os olhos, o carmim para o rosado das faces e para a saúde da beizola farta. Não esquecer os três sinais de tafetá – um sobre a asa do nariz, outro ao cantinho da boca e o último ao centro da testa, dizendo este autoridade e respeito... E, pronto, o Sr. Provedor-Mor, rosado e fresco, primaveril e abonifrado, pode ir aos seus Defuntos e aos seus Ausentes.



Moda



Como entraram em Portugal as modas de França – Isabel de Nemours e a curiosa história de um pé – Moda feminina no meado do século XVIII – Saias a balão – Mantilhas e mantéus – A elegância no fim da época dos vice-reis – Cidade de mascarados.

ILUSTRAÇÕES

NÓ TEXTO – Moda feminina no começo do vice-reinado – Mulher de mantilha – Elegante do terceiro quartel do século XVIII – Traje feminino do começo do século XIX. Desenhos de *Henrique Cavaleiro*.

FORA DO TEXTO – O Salvador, de *Ricardo do Pilar* (S. Bento).

.....

Moda Feminina

F

oi Isabel de Nemours quem trouxe à corte portuguesa a magnificência das modas de França, desmoronando, de tal sorte, a influência espanhola, que se fazia sentir no traje português.

O que isso, porém, custou de lágrimas à princezinha amável que se fizera, sem saber, embaixatriz do bom gosto francês junto à pátria adotiva!

Portugal, conservador e hostil às inovações violentas, com uma sociedade, além disso, eivada de estranhos preconceitos, inclusive aquele altamente humorístico que proibia, às senhoras, mostrar o *pé*, até aos mais íntimos, não podia deixar de ver, sem um gesto de irritação e má vontade, o novo que se lhe afigurava estapafúrdio, o inesperado que lhe aparecia como criação de exóticos, ou loucos.

Certa vez, Isabel, negligente, vai descer do seu coche vistoso. Abre-se a portinhola. Cercam-na curiosos, vários nobres da corte. De tal sorte, porém, ela ao resvalar do persevão da carruagem para o estribo, ergue o merinaque vivaz e sem cuidado, que mostra, não só a biqueira inocente do sapatinho à Cendrillon, mas, ainda – imagine-se o escândalo – todo o arqueado brejeiro do pé curto e gentil, até ao contorno perturbador do tornozelo.

Pode-se, facilmente, pensar na gravidade da ocorrência.

Lisboa inteira indignou-se. Lisboa inteira fremiu, agastada e feroz. Audácia! Vira-se já impudicícia igual? Mostrar o pé! E logo quem havia de mostrá-lo? A senhora rainha, que deveria ser a mais legítima representante do pudor feminino em Portugal! E nem ao menos se podia dizer que o exibido fora apenas a curva de um salto fugace, ou o bico imprevidente e irrequieto do calçado, rompendo a polheira de tela, surgindo no estribo dourado do coche. Nada disso. Isabel de Nemours, à luz meridiana, talvez despudoradamente, premeditadamente, havia mostrado, a Lisboa em peso, por malícia soez, a parte mais recatada do corpo de uma mulher – o pé, e por inteiro, num gesto sem pejo, gesto de barregã, dessas que iam pelas noites sem lua com os marujos da Ribeira das Naus, bêbedos de luxúria e de vinho, dançar às hortas...

Que de tão graves acontecimentos diria o Sr. Patriarca de Lisboa? Indagava-se em surdina.

O interessante, porém, é que esse protesto, e toda essa grita de indignação e pavor, que quase chega aos ouvidos do Rei e o obriga a meter numa nau do Estado, em viagem de retorno, Isabel, a indesejada, era feito por senhoras, que se decotavam até quase aos joelhos, sem pensar que mais recato merece, muitas vezes, a curva rósea de um seio breve que a inocente forma gentil de um sapato de couro.

Ó tempo! Ó costumes!

Lisboa, porém, acabou por calmar-se e aquiesceu, quiçá sorrindo dos seus pudicos e exagerados preconceitos.

E o pé feminino, da espessa clausura em que vivia, apagado e infeliz, sentindo que de escabroso passava a inocente, cheio de saudades da luz, tratou, logo, de ir rompendo a cortina da saia, em busca do seu lugarzinho ao sol.

E os vestidos encurtaram-se, acabando com tão risível preconceito. Que

à moda

o povo sempre se acomoda.

A mesma tirana que

Se o louco a introduz,

O sábio a conduz...

Desde então instalaram-se as elegâncias femininas de França em Portugal. E, de tal sorte, que, quando as damas não vestiam à francesa, espoucavam, nos salões, os sorrisos de mofa, e vinha, logo, por zombaria, a frase sarcástica do tempo deixada no ar pelos que vestiam de *redingote*.

– *Veste de redondo...* que era como quem dissesse: que mal *ajambrada* que ela está!

Vamos encontrar na sociedade brasileira do Rio de Janeiro, pelo tempo dos vice-reis, um número insignificantiíssimo de mulheres capazes de vestir com certo apuro e distinção. Pouco de *redingote*, portanto, e muito de *redondo*.

Fora das que compunham a fidalguia, que aqui vinha dourar o brasão, com certos hábitos de luxo, citemos as esposas, ou as filhas dos maioraes da tropa, em número, aliás, reduzidíssimo, as senhoras dos altos funcionários da administração e da justiça, que não eram muitas, e mais meia dúzia de burguesas do comércio...

Como vestiam, porém, essas senhoras?

Ao que se diz, vestiam-se à moda de França, pois que, pela nau de Lisboa, cá vinham ter as bonecas enroupadas em Paris e que substituíam, no tempo, os figurinos impressos de hoje. Viriam de fato?

Não se pode negar que, pelos dias de *lausperene* e de *Te-Deum*, como pelos das raríssimas festas de cavalhadas, ou espetáculos de gala, nas infectas ruas desta cidade, viu-se, muita vez, passar em cadeirinha de couro, em panejadas serpentinas, e até em coches de aparato, o balão da centúria, o penteado à *marrafa*, ou o sapatinho de *salto de perdiz*.

O principal será, entanto, observar, não só o que eram esses arremedos de uma elegância, que aqui nos chegava em terceira mão, mas, ainda, o número dos que nela se pavoneavam.

Lembremos, para começar, que as mulheres coloniais poucas vezes saíam. À missa iam elas, raramente, recatadamente, embrulhadas nas suas mantilhas de bioco, pelo lusco-fusco da madrugada. Quando iam.

Visitas de cerimônia? Coitadas! As famosas assembléias obrigadas a *faraó* e modinha, já no fim do século, eram de absoluta intimidade, verdadeiros serões de família. E raríssimas.

Contrariando os pruridos da vaidade de mulher, o que é muito importante, é necessário levar em conta a terrível pragmática de 1749, e as suas proibições, impedindo o uso não só das sedas de qualidade, mas ainda de qualquer ornato ou enfeite: telas, brocados, galancins, passamanes, franjas, cordões, espequilhas, debruns, borlas, etc.

A própria distância, que nos separava do Reino, não era de natureza a animar a vaidade dos que desejassem andar no *chifre da moda*,



como se dizia então. Até porque Portugal não tinha muito, no gênero, para nos mandar. Não tinha. Murphy, que esteve em Lisboa, e isso pelos fins do século XVIII, afirma que lá viu poucas modistas e perfumistas, bem como lojas que vendessem artigos de fantasia. É preciso ainda nos lembrarmos de que os navios de qualquer nação, inclusive os da Inglaterra, velha aliada de Portugal, não podiam, ainda, vir ao Brasil, trancados, como estávamos, ao contato com o resto do mundo civilizado. O que não se descarregasse pela nau do Reino, não se descarregaria mais de parte alguma. Assim foi, pelo menos até os tempos do último vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro, o Sr. Conde dos Arcos.

Depois da moda do *vertugadim*, que floresceu durante o século XVII, apareceu, no começo do XVIII, o *balão*, a *robe à pannier* dos franceses, e que também se chamou *donaire* ou *merinaque*. Eram saias montadas em vastíssimas armações de arame trançado, ou de barbatanas de baleia, que roçavam o solo, e de onde as mulheres deslizavam, como que movidas por um sopro invisível.

Um homem de bom gosto poderia delas dizer, pelo menos, que, na sua preconcebida intenção, a forma metálica servia para esticar e pôr em relevo a beleza, ou a qualidade do tecido do vestuário, ressaltando, ainda, a doçura dos seus desenhos, que foram muitíssimo cuidados, pela época. Constituía, além disso, esse gracioso círculo de ferro uma espécie de proteção amável ao corpo da mulher, apenas indicado na parte superior do busto, já pela justeza dos corpetes, já pela indiscreta e escandalosa abertura dos decotes.

No tempo dos vice-reis vamos encontrar, entre nós, entretanto, esse balão, discretamente diminuído, sem aquelas proporções que davam à roda da saia feminina quase o tamanho da arena de um circo de cavalinhos.

Apenas, o que se diminuía na saia aumentara-se no decote, que, de tanto aumentar, chegou até, mais tarde, a provocar aquele manejo extravagante de dependurar jóias aos bicos róseos dos seios... E, de tal sorte eram eles vastos, os decotes e insolentemente dispostos a descobrir o busto das mulheres, que Frei João de São José Queirós, bispo do Grão-Pará (conta-se), certa vez, em Lisboa, sendo recebido no paço pela rainha D. Maria Vitória, insolitamente lhe atirou sobre o seu peito nu um lenço como se fosse um broquel de virtude, a murmurar palavras do Senhor.



RETRATO DO SALVADOR
OBRA DE RICARDO DO PILAR
(Mosteiro de S. Bento)

Que do exagero das interpretações sempre viveram as modas.

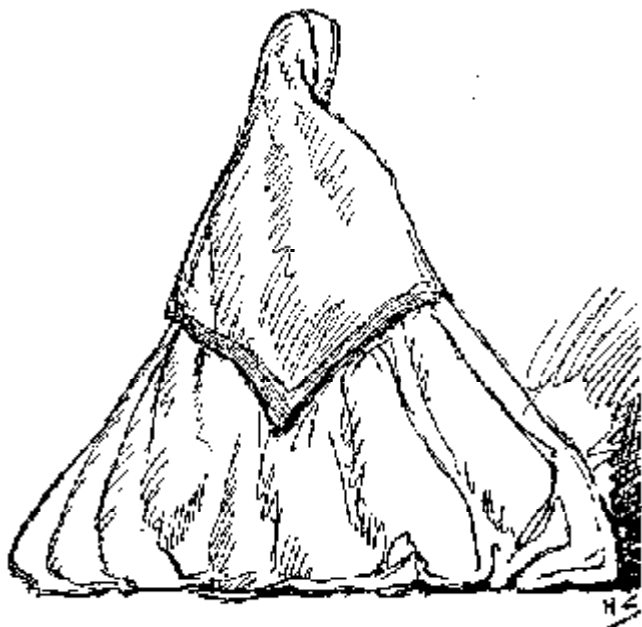
Laura Junot, falando do vestuário das damas do paço de Lisboa, diz que ele era a *mais estranha mascarada que se pode imaginar*. E o descreve.

Pois essa mesmíssima mascarada, que, no fundo, se explica por uma pletórica e mal digerida cópia da moda de Paris, também houve por cá. E muito mais mascarada que em Lisboa, pode-se bem acreditar.

Aqui temos, por exemplo, a mulher do Juiz das Justificações da Índia e Mina, estarrecendo a patuléia do adro da igreja da Cruz, a descer, muito *eres*, da sua serpentina de jacarandá e belbute. Olhai-lhe a cabeça, onde se amarra um penacho amarelo gema de ovo, alto como um coqueiro. A polheira de seda é verde periquito, e o guarda-pé tirando a vermelhão-da-China. É uma arara perfeita!

O povo, porém, abre alas à elegância colonial:

– De um bom gosto!



Sob essa vasta saia rodada que os franceses, depois, lançaram, no século XIX, sob a denominação de *crenoline*, a mulher vestia uma camisa, que podia ser bordada, desde que os bordados viessem do reino, um espartilho, uns calções, que, nos tempos mais frios, eram de veludo, a armação de arame e sobre ela a polheira e o guarda-pé. As fazendas usadas no tempo, entre nós, quando não se tratava das sedas de pouco preço, estabelecido obrigatoriamente pela pragmática de 1749, eram o briche, tecido de lã muito grosso, a saragoça, também de lã, porém mais fina, o sarabeque, o crespo e a chita, esta última entre as fazendas, a mais em voga no país. Esses os chamados *panos da terra*. Da terra de lá, claro, que a terra de cá não os podia fabricar, em virtude do famoso alvará de D. Maria I, que mandara destruir os teares do Brasil e,



com eles, a indústria brasileira, que nascia. No nosso país, pelo mesmo edital, só se admitiam teares para a indústria das fazendas grossas de algodão das que serviam para uso e vestuário dos negros ou para enfiar fazendas. Nada mais.

Na intimidade, a mulher carioca usava o *lava-peixe*, espécie de *robe de chambre*, quase sempre de mangas curtas, não raro aberto, mostrando a camiseta que se chamou *à húngara*. Quando usava... Porque o calor patricio era um simplificador da indumentária carioca. As casas coloniais abafavam, e *sinhá-dona*, para não morrer diluída em suor, começava por diminuir os panos com que se cobria. Por vezes, segundo relato de estrangeiros que nos visitaram, diminuía-os até demais...

Para a rua, mantilhas de rendas ou mantilhas de pano, mantos, capas, aqueles em geral simples côvados, em quadro, de qualquer fazenda grossa. Havia ainda os famosos *josezinhos vermelhos*, de gola e capuz. Não se encontram referências a chapéu feminino e colonial, a que parece, de uso tão precário que não chegou a impressionar.

Com a revolução francesa, extinguiu-se o balão. Os vestidos murcharam em panejamentos voluptuosos sobre o corpo, panejamentos esses que foram diminuindo e, de tal sorte, colando ao corpo das mulheres, que elas, por fim, andavam quase nuas. Não obstante, menos devido ao espírito conservador do português, que à natural prevenção pelas coisas vindas do revolucionado Paris, essa nova moda não foi, tanto aqui, como em Portugal, bem-vista e assimilada imediatamente.

Pelo Governo do Conde dos Arcos, porém, a moda entre nós já lembrava um tanto os figurinos dos últimos anos do século, em França. A *cintura império* começou a usar-se, e foi com ela francamente sob os seios, que a carioca acompanhou a procissão que levou o Príncipe Regente Nosso Senhor, no dia 7 de março de 1808, do Largo do Carmo à igreja de Nossa Senhora do Rosário.

É preciso que se diga, porém, que toda essa ajanotada indumentária, ainda por essa época, raro via a luz do sol, escondida, como vivia, sob as dobras de vastíssima mantilha de sarja, ou de renda, que transformava a mais galante das sécias num impenetrável dominó. Com ela, *pendente* pitoresco formava o homem enrolado, sumido, na

saragoça do seu mantéu de muitas dobras. Uma verdadeira cidade de mascarados, o Rio colonial dos vice-reis, onde os vultos misteriosos deslizavam, e onde, apenas, os olhos curiosos, por entre a frincha precária formada pela fazenda dos mantos e mantilhas em pregas, moviam-se inquietos, iluminados, como que a indagar da sombra discreta os seus biocos:

– Você me conhece?



Onde fomos beber as nossas primeiras regras de civilidade – O livro de Porta Siqueira –
Uma história pitoresca contada por De La Mensagère – O despertar do carioca – O uso do
banho perante a Igreja – Indiscrições de Rose de Freycinet – Uma história onde entra o Sr.
D. João VI – Comentários de Koster sobre o asseio natural dos brasileiros.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O despertar, *Washt Rodrigues*– Como se lavava o rosto, *Washt Rodrigues*– Bacia de pau para o banho, *Salvador Ferraz*– Pequena bacia de pau para abluções ligeiras, *Salvador Ferraz* – Rosário, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Arcaz (Sacristia do Convento de Santo Antônio).

.....

Cortesias e Obrigações

I

F

oi na escola de bons costumes de Salle e de Blancard que, pelo século XVIII, fomos buscar as regras que formaram a nossa primeira gramática de civilidade.

Tinha que vir de França a liçãozinha de cortesia, amável e com pretensões a desbastar a crosta, assaz grossa, das nossas rudes maneiras, bem como veio a cabeleira de mostachos, a casaca de riço *cor de pensamento* e a gravata de garrote.

A fonte, porém, onde íamos beber, em vernáculo, a regra necessária para guiar toda a nossa incipiente e mal-engraçada urbanidade, era a *Escola da Política*, ou o *Tratado Prático da Civilidade Portuguesa*, de João de Nossa Senhora da Porta Siqueira, bíblia de altas cortesias e elegâncias, da qual possuímos um exemplar em segunda edição, datada de 1786. Quer isso dizer que os nossos queridos avós, antes de tal época, já se achavam capazes de honrar com elegância e cortesia, por este áspero rincão da América, aquele núcleo social impróspero e mofino, que, se como sociedade foi um tanto precário, não deixava de ser, contudo, o mais brilhante e o mais civilizado de todo o Brasil colonial no século XVIII.

A lente do tempo, posta, hoje, sobre a solicitude dessa mesma *Escola*, como sobre as sentenças dessa mesma *Política*, tem a proprieda-

de de tornar a obra, embora de um pitoresco encantador, um tanto risível.

Tão-somente por isso vale a pena abrir-se o singular livrinho.

No capítulo I da *Composição do Corpo*, na rubrica nariz, já pelo tempo representando a beleza e a dignidade do rosto, encontramos, por exemplo, o seguinte: *Não se o está encrespando que é sinal de escárnio ou nojo, nem pegando, nem limpando com os dedos, que é grossaria. Nunca se está soprando com ele ou sorvendo para cima. Assoa-se ao lenço, mas sem fazer estrondo, como trombeta. Aviso assisado ao qual se acresceria mais este: E que se não olhe ainda, nem se considere o que em virtude desse esforço sair no lenço, que é marcada imprudência.*

Embora nos pareça impossível, registre-se, a propósito, o que De La Mensagère nos conta em 1797, quanto a esse trombetear que fazia do nariz, pelo século XVIII, um instrumento canoro, muito principalmente quando os seus possuidores eram ainda capazes de, no domínio da solfa, torná-lo tão melodioso como a harpa de Davi. Diz De La Mensagère: *faz-se uma verdadeira arte de se assoar, anos atrás. Imitava-se com o nariz o som da trombeta ou do miado de um gato. O ponto da perfeição era não fazer nem muito barulho, nem pouco.*

E já que falamos em nariz musical, de qualquer forma imprevisto, convém não esquecer esta notinha curiosa, que se encontra na *Vie privée*, de Alfred de Franklin, a propósito dos tempos de Hanterisse de l'Aubespine, e onde entra nariz.

Recebendo ele, certa vez, Turenne e o marquês de Ruvigny, *no meio de uma refeição, tendo necessidade de se as-*



soar, espremeu, com o dedo, uma das narinas, de sorte que o conteúdo da outra, partindo como uma flecha, foi achatá-lo contra a chaminé, fazendo tanto barulho como um tiro de pistola.

Funcionando ou não como instrumento de música ou arma de guerra, o que não padece a menor dúvida é que durante o tempo dos vice-reis, para uma multidão que variou entre 30 e 45 mil narizes, nesta mui leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, bem poucos foram os que souberam guardar o decoro e a etiqueta, que Porta Siqueira reclamava para o beque, que quisesse colocar-se ao nível da maior elegância ou da maior distinção.

Era, assim posto, naturalíssimo que o carioca ignorante, desconhecendo o exato protocolo nasal, embora com pretensões a afetar maneiras polidas, para salvar-se da abertura, tivesse que olhar para o nariz dos notáveis da *urbs*, antes de dar movimento ao seu, de tal sorte pondo em gracioso ressaltado as protuberâncias rinoplásticas de graúdos como o Sr. vice-rei, o Sr. Chanceler, da Relação, isso para não citar outros senhores.

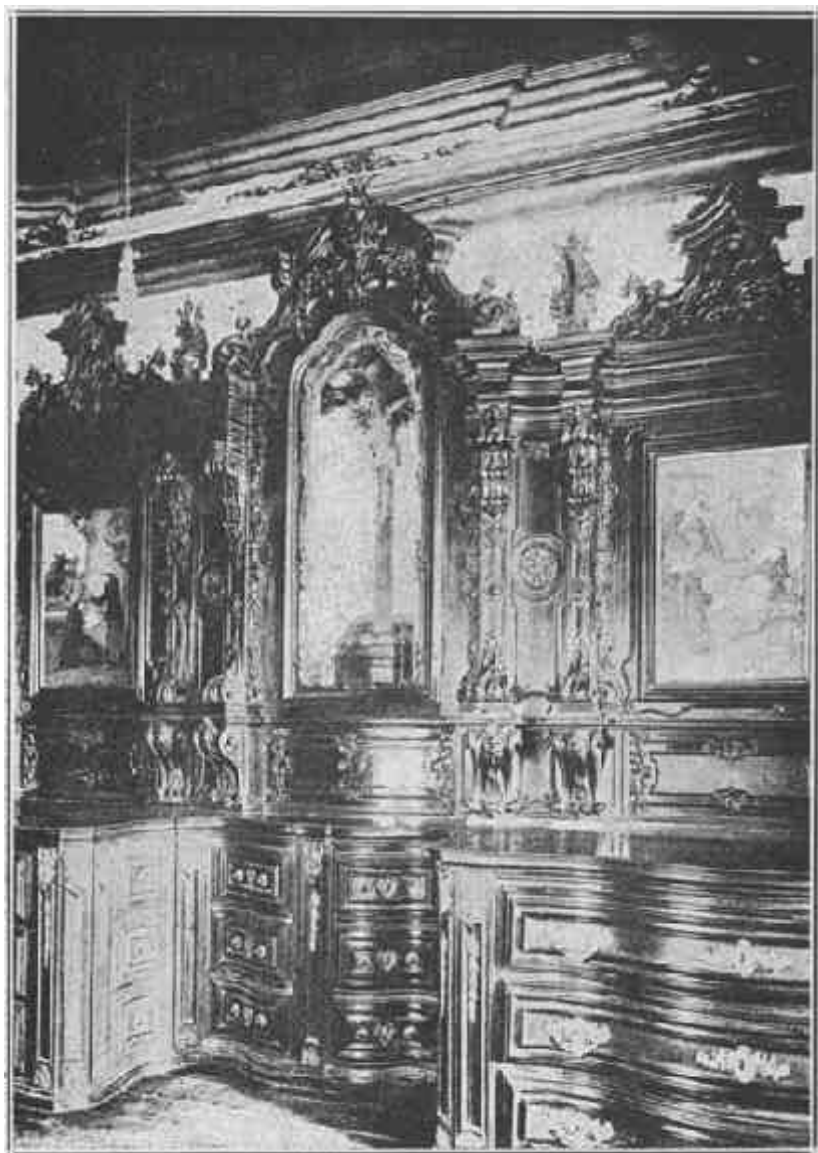
Vejamos, porém, o que pela época foi de bom-tom ou de mau tom, tendo sempre em mente a bíblia de cortesias de Porta Siqueira.

Quando por aquelas sórdidas alcovas da horrível casa colonial o homem acordava, para, pelos degraus da sua cama poleiro, ainda de barrete em forma de funil à cabeça, descer numa precária e desmantelada toaleta, antes de mais nada, fazia o sinal-da-cruz, *para dar um claro testemunho da sua profissão e para aterrar os inimigos invisíveis.*

Depois de pôr-se em harmonia com a consciência e com o céu, passava ele um roupão de flanela ou linho, quando não enfiava logo os calções de cordel, mas guardando a camisa, que era, quase sempre, tanto de dormir como de sair.

A torre da igreja mais próxima anunciava, então, seis horas da manhã. Já na tábua nua da mesa da estreita casa de jantar, empenachada de fumo e cheirando a hortelã, fumegava a tigela de caldo do primeiro almoço. Que o café só pelos fins do século, como hábito, nos chegou.

Aquele que tivesse do asseio uma compreensão mais nítida, antes dessa primeira refeição, passava pelo rosto um pedacinho de pano



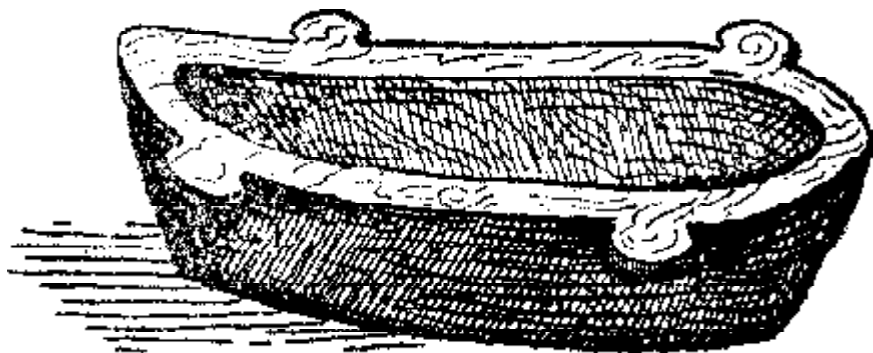
ARCAZ
SACRISTIA DO CONVENTO DE S. BENTO

qualquer embebido em aguardente ou de cheiro. E se era um holandês em matéria de limpeza, levava o pedacinho de pano às orelhas, que as cabeleiras tapavam, e que, por isso mesmo, sempre foram verdadeiros nichos da mais nojenta porcaria.

Assim faziam os muito asseados e elegantes no século XVIII.

Não era de outra forma que lavava o real semblante aquele famoso monarca francês que a Europa conheceu sob o nome de Roi Soleil. Era, com efeito, assim que Luís XIV fazia a sua primeira toailete da manhã: *Le premier valet de chambre tenant de la main droite un flacon d'esprit de vin en verse sur les mains de Sa Magesté, sous lesquelles il tient une assiste...*

E os frades? Esses, não tomavam banho senão duas vezes por ano: pela Páscoa e pelo Natal, obedecendo a São Benedito que ensi-



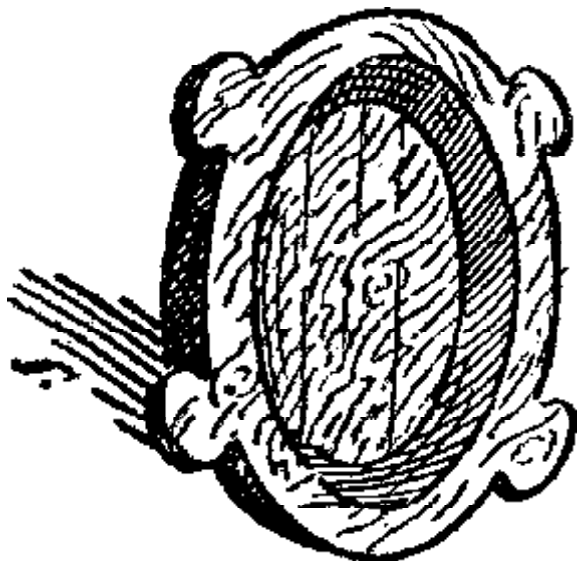
nou: *permitir-se-iam banhos aos doentes, todas as vezes que se julgar necessário, mas, para aqueles que estão de boa saúde, sobretudo se eles são jovens, tais banhos não lhes devem ser concedidos senão muito raramente.*

Frei Ricardo do Pilar, pai da pintura brasileira, o Frei Angélico patricio, aquele asceta que pintou o Salvador da Sacristia de São Bento, e, dizem, era um santo, não arrancou, durante muitos anos, da piedosíssima pele que, além de casta, foi, certamente, malcheirosa, a roupeta com que foi enterrado e que no túmulo apodreceu, com certeza, muito antes que a sua própria carne.

Tomar banho, para a Igreja, saiba-se, já foi um pecadilho, concupiscência... Está, na verdade, no *Dicionário de Ciências Eclesiásticas*, publicado em 1760 este pedacinho notável: *O uso do banho é permitido, contando que não se tome por volúpia*. Quer isso dizer que para o crente da época o prazer do banho valia, muita vez, por um ingressinho às chamas do Purgatório.

Rose de Freycinet, escritora francesa que nos visitou, e, isso, quando já se sentava no trono do Brasil-Reino aquele suavíssimo monarca que se chamou D. João VI, falando do desasseio do Rio, afirma que ele atingia ao auge *chez les nobles*.. E a propósito cita o que melhor será traduzir, amenizando, de tal sorte, um pouco, o rigor da crua descrição:

Uma dama nobre que acabava de tomar uma criada de quarto francesa, quase a pôs fora de casa só porque esta lhe oferecia um vaso cheio de água para lavar as mãos. Em cólera, disse-lhe a mesma dama que uma pessoa de sua qualidade não tinha nunca necessidade de lavar as mãos, atendendo a que nada de sujo tocava; e que isso de lavar era bom para os criados e povo.



Sem penetrar no exagero que possa existir em tão louca e inesperada afirmação, somos, entretanto, inclinados a tomar como verdadeira a parte em que ela se refere, depois, insistindo no assunto, a *une des personnes les plus puissantes du royaume*, e que outra não é senão o próprio Sr. D. João.

Conta Rose de Freycinet, indiscretamente, que, dando-lhe sobrevivendo uma ferida na perna, fez ele se rodear de muitos médicos, sem por isso, entretanto, tirar o menor resultado. Daí mandar chamar um eclesiástico francês conhecedor de cousas de medicina, e que se achava de passagem pelo Rio.

Teve o homem grande trabalho em convencer o doente a lavar a perna, parecendo a todos o remédio *um tanto extraordinário*. Lavou-se a perna ao príncipe e dentro em pouco, com a ajuda de um remédio vulgar, a ferida fechou. Ei-la, porém, dias depois, reaparecida, tenaz. É que haviam cessado de lavar a perna... (*Journal de Madame Rose de Soulces de Freycinet*, pág. 17.)

Certo escritor português, tomando em conta as discórdias que sempre separavam D. João de sua mulher D. Carlota Joaquina, afirma com muito espírito que, se eles, a propósito de todas as cousas se desavinham, momentos havia, na vida, em que se mostravam absolutamente unidos e solidários, tanto na maneira de ver como na de pensar – pela hora do banho...

Os banhos, pela época, no Brasil, que de qualquer maneira não podiam ser bianuais, como os de São Benedito, dentro das casas, eram tomados em bacias de pau. Um negro colocava-as na alcova do banhista, e, outros, portadores de grandes baldes d'água, as enchiam. Até Pedro I, era a banheira de muita gente boa.

Koster, comentando os hábitos de asseio do nosso baixo povo, depois de afirmar que o homem nascido no Brasil *é notadamente cuidadoso com a limpeza do seu corpo*, de tal sorte denunciando os velhos hábitos do índio, acrescenta: *um dos maiores aborrecimentos que pode sentir o brasileiro é ver-se distanciado do rio ou mar onde possa ir banhar-se*.

Que diz Tonelare, falando, por exemplo, do asseio que encontrou nas populações caboclas do Norte? – *Em geral é uma qualidade dos*

brasileiros, os quais, até os muito pobres, nunca deixam as suas casas sujas, e, se possuem duas camisas, a do corpo está sempre limpa.



O Rio de Jane



Ainda a toaile íntima do avô carioca no século XVIII – Por um tempo em que não se conhecia a escova de dentes – Obrigações de um bom católico – O dia do carioca até a hora de deitar – O bom-tom nas igrejas – Saudações protocolares – Tratamentos – Maneiras de cumprimentar – Reuniões em família.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Saudação à sentinela, *Washt Rodrigues* – Como saudava um cavaleiro, *Washt Rodrigues* – Cumprimento de mergulho, *Henrique Cavaleiro* – Chave, *N. N.*

FORA DO TEXTO – Interior de São Bento (igreja).

.....

Cortesias e Obrigações

II

Acompanhemos, porém, a toailete íntima do avô carioca no século XVIII, que já deu por lavada a caraça, que se reflete estremunhada num pequeno espelho de Veneza posto em moldura ao gosto rococó.

Após a ablução rápida, vêm as raízes para a limpeza dos dentes, e, logo atrás, um copo d'água com açúcar para o gargarejo.

A nossa etiqueta citadina não impõe grandes complicações de penteado para hora tão matinal. Em regra, no Brasil, as cabeleiras postiças são raras. Usam-se cabeleiras naturais, o que, até certo ponto, torna mais difícil compô-las, encanudá-las, encacheá-las, dando-lhes ainda por cima o empoamento da pragmática, motivo pelo qual, numa trança rápida, ou num coque improvisado, o *gentleman* dá por findo o penteado. Antes de sair para ir à missa, vai ainda ao oratório. Na rua, por igreja ou capela que passe, uma entradinha para o minuto devoção, dois dedos de água benta, um Padre-nossozinho, uma Ave Maria e, quando calha, um terço de rosário ou ainda mais. Quando volta da rua, de novo, oratório. Loas aos Céus por terem preservado, para bem dos homens em geral e da Igreja em particular, aquele pecadorzinho elegante e generoso que, se traz em inobservância os mandamentos da lei de Deus, em

troca dá públicas mostras de almas cristianíssimas, enchendo de sonoros cruzados a pátena das esmolas, pelas sacristias por onde passa. Quando larga o oratório, traz um apetite de lobo. Para o pecado da gula há acomodações com o confessor: por isso é desamarrar os cordéis do calção e dar começo à obra. Antes de infringir a devota cartilha, entretanto, recita o *oremus*, que está em todos os livros de civilidade: *Senhor, lançai-nos vossas bênçãos sobre estes dons e presentes que recebemos de vossa liberalidade. Pelo amor de Nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.*

No final da papança, o homem, grávido de várias bateladas de alimento, o olho terno de piedade e de vinho, de novo invoca aos Céus: *Eu vos dou graças, Deus onipotente, por todos os benefícios, vós que viveis e reinais por todos os séculos dos séculos. Amém.*

Até a hora de enfiar-se sob os lençóis, da cama o homem ainda reza, sem descanso, a importunar a Deus, ora pedindo, ora agradecendo, menos agradecendo que pedindo, e sempre da maneira a mais afetada e pertinaz possível.

Assim mandou, no tempo, a boa educação.

Os manuais de civilidade, abrindo como abriam por um capítulo dedicado ao *culto divino*, determinavam ao elegante católico maneiras especiais de se portar no templo.

O povo glosava:

*Maneira bonita
Para que se veja
Na hora da mesa
Na hora da igreja.*

Numa igreja, devia-se entrar com a capa ao braço, nunca vestida. Capa e chapéu. Na hora de molhar o polegar na pia de água benta, o que queria ser chique enfiava a mão em concha na bacia sagrada e a apresentava pingante às pessoas de consideração que o rodeavam. Que o não fizesse, porém, a estranhos e muito menos a alguma moçoila que por ali aparecesse de olhos negros fulgindo sob o crivo de renda da mantilha. As inobservâncias a tais preceitos, por vezes, eram castigadas com cargas de pau...



IGREJA DO MOSTEIRO DE S. BENTO
(ALTARES)

Não se devia falar num templo, fazer saudações, cuspir, diz um mestre de civilidade, que acrescenta: *nem falo em murmurações, maus acenos, brincos e outras torpezas que, por si sós, se mostram abomináveis.*

Uma ordem, datada de 1757, proibida à porta das igrejas e nos adros, falatórios, namoros e quaisquer manejos alheios ao lugar ao culto. Ordem vã.

Na hora de confessar, ou comungar, a espada ficava fora da cinta.

Em sociedade saudava-se, dizendo:

- Muitos santos dias, Senhor Chanceler-Mor!
- Santíssimas noites, Sr. Presidente da Mesa da Inspeção.
- Louvado seja Deus, que tão lindas cores lhe dá, Sr. Provedor da Câmara dos Defuntos!
- Para sempre seja louvado, Sr. Tesoureiro-Mor da Fazenda.
- Beijo com humildade a santíssima mão de Vossa Excelência Reverendíssima, Sr. Bispo.
- Deus abençoe a Vossa Excelência, Sr. Vice-Rei.
- Entrem Vossa Mercê e o seu Anjo-da-Guarda, Sr. Sargento-Mor.
- Que Deus esteja nessa casa e eu em sua santíssima companhia, Sr. Intendente-Geral do Ouro.
- Tenha Vossa Mercê, com a graça do Senhor, alegres dias durante a minha ausência, Sr. Deão, são os meus gostos.
- Goze Vossa Senhoria os mesmos, Sr. Ouvidor.
- Escravo de Vossa Senhoria, Sr. Barão.
- Negro de Vossa Mercê, minha senhora...

Importante era a questão dos tratamentos, estabelecida por várias pragmáticas. Por um tratamento errado podia-se ir parar até à Costa d'África.

Ao Vice-Rei, dava-se, aqui, excepcionalmente, o tratamento de Excelência.

Também era Excelência o bispo – Sua Excelência Reverendíssima...

Tinha honras de Senhora os condes, viscondes e os barões.

O burguês, em geral, recebia o tratamento de Vossa Mercê, que posteriormente se corrompeu em Vosmecê, Vanssucê e Vancê.

Vancê me chamou de feio

Eu não sou tão feio assim.

Foi depois que vancê veio

Que pegou feio ne mim...



As mulheres tinham os tratamentos dos maridos. Os filhos chamavam os pais: Senhor pai, Senhora mãe. Também se dizia: Senhor mano, Senhora mana, Senhor tio, Senhor padrinho.

Vejamos, agora, como se cumprimentava uma pessoa.

O hábito de dar a mão foi sempre muito do Brasil; não obstante, o famoso cumprimento de mergulho era o do tempo. As mulheres faziam-no pegando nas partes laterais do vestido, tal qual como se vê nos quadros antigos onde se dança o minuete. O pé direito sempre para frente.

Na rua, era desta forma que se tirava o chapéu: pegava-se, com a mão direita, na ponta do mesmo pelo bico que descia sobre a testa, ou, quando foi moda o bico para trás, pelo bico do lado direito, lançando-se o tricórnio fora da cabeça e virando-se-lhe o interior para o rosto, isso para depois atirá-lo em linha reta, diante dos olhos, como que a querer ofertá-lo ao cumprimento. Uma pequena pausa e, num movimento, depois, levava-se o mesmo numa linha curva lateral, que descia até o joelho. Esse arco de círculo precisava ser descrito *sem afetação e com muita brandura*, diziam os compêndios.

Quando o chapéu, durante o passeio, vinha de debaixo do braço, era muito comum o cavalheiro, rapidamente, tirá-lo do seu lugar e enfiá-lo na cabeça, para a formalidade da cortesia citada, isso muito *ao estilo francês*.

Vejamos, agora, as regras que determinavam quais os que, primeiro, tinham que descobrir-se numa rua ou numa praça. Devia sempre tirar o chapéu antes o que *estivesse melhorado no lugar*. Exemplo: o que descesse uma ladeira tinha que descobrir-se, primeiro, a aquele que a subia, e o que descesse ou estivesse numa cadeirinha, saudaria primeiro o que passasse pela rua a pé, e assim por diante.

Na rua colonial havia, sempre, ao centro, um rego, por onde corriam as águas, e onde iam ter as imundícies atiradas das casas próximas. A delicadeza mandava que se desse, ao encontrar-se alguém, o lado menos sujo, que era o das casas.

Por vezes, a disputar esse artigo de etiqueta, esbarravam-se os elegantes, quando não escorregavam, caindo e emporcalhando as vestes de seda na estrumeira e na lama do caminho.

Era de mau tom, ao fazer na rua qualquer cumprimento, encarar com as pessoas, a ver se as mesmas correspondiam.

Quando acontecia dar-se o encontro de dois cavalheiros que se dispunham a conversar e os chapéus estavam na cabeça, deviam ir, logo, para debaixo do braço.

O que passasse a cavalo, querendo dar provas de sua polidez, impunha-se ao mais cruel e mais fatigante dos exercícios, uma vez que a grande prova de boa educação era fazer o seguinte: *passando pessoas de alta qualidade ou senhoras, se apeia logo e se lhes faz a costumada reverência e não se monta sem que tenham passado.*

E já que falamos em cumprimentos, saiba-se que durante o período colonial tirava-se, sempre, o chapéu diante das sentinelas.

Ainda depois dos tempos da colônia, com D. João VI reinante em São Cristóvão, muitos aborrecimentos diplomáticos tivemos por causa de tão incompreensível etiqueta.

Os humildes e os escravos saudavam o Vice-Rei, de joelhos.

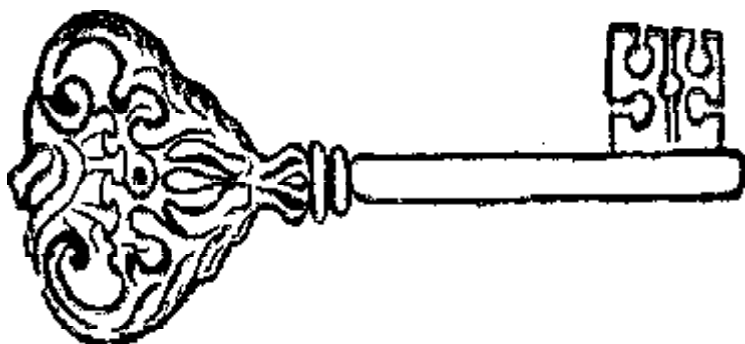
Para fazer-se uma visita, quando se tratava de pessoa de cerimônia, logo ao saltar do coche, da sege, do paquebote, da cadeirinha ou do bangüê, a primeira coisa que se fazia era enviar um escudeiro, em geral paramentadíssimo, num fardão de veludo e ouro, embora indefectivelmente descalço. Esse embaixador da visita é que penetrava o saguão e batia palmas, três vezes. Quando a casa era de rótula, as palmas batiam-se da mesma forma, rente à mesma.

Havia o preconceito de se bater com a mão, bengala ou copo da espada às portas. Batiam-se as palmas, ou, então, quando a intimidade permitia, arranhava-se com a unha a madeira da portada, discretamente. O bom-tom vinha de França, onde homens chiques, para essa prática singular, usavam uma unha colossal.

Está em Molière:

*Est ce l'ongle long qu'il porte au petit doigt
qu'il s'est acquis chez vous l'estime ou l'on le voit?*

Depois de bater, penetrando o senhor na morada, o escudeiro ficava à porta, de braços cruzados.



As reuniões em família chamavam-se *assembléias*. Foram por aqui um tanto raras pelo correr de todo o século XVIII, época, entre nós, da mais precária sociabilidade. As leis de etiqueta existentes para tais recepções, entretanto, como as que se referiam às danças, nada de extraordinário apresentavam nos livros de cortesia. Apenas os cavalheiros e as senhoras viviam nesses saraus de certa intimidade mais ou menos separados em dois bandos.

Mandava a praxe que, quando todos se preparassem para dançar, os donos da casa escolhessem um casal distinto *para romper o baile*. O que dançasse de luvas incorreria na mais grave das faltas de cortesia.

Os compêndios de civilidade cristã, no entanto, condenavam severamente os bailes – *assembléias* – diziam os mesmos – *que se fazem à noite para esconder o que de indecente se passa nelas*.

Isso pela época dos minuets e da pavana, em que as figuras da mulher e do homem se moviam separadas, uma vasta saia de arame, em curva, de permeio.

E, em afirmando tal coisa, não se esqueciam, os puritanos, de citar Santo Ambrósio, que chamava a dança *uma excitação a paixões vergonhosas*...



Cortesia epistolar – A falta de instrução do povo – Uma opinião de Oliveira Martins – O que aconteceu ao grande Humboldt por ocasião da sua vinda ao Brasil – Como se devia escrever uma carta – Como se supria o envelope – O estilo das missivas – Outras regras de elegância e bom-tom.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Tomadores de rapé, *Washt Rodrigues* – A hora da carta, *Carlos Chambelland* – Tinta para escrever, areia para secar, *Salvador Ferraz* – Castiçal, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Porta em São Bento (igreja).

.....

Cortêsias e obrigações

III

E

o capítulo da cortêsia epistolar?

Que não se pense encontrar, com certa facilidade, na casa colonial, papel, obréias, pena de pato, o potiche da tinta e areia para a secar.

Nunca se escreveu tão pouco no Brasil, como então. E disso prova tira o pesquisador que esgaravate os nossos alfarrábios em busca da luzinha dos assuntos.

Lembremo-nos que assim também era em Portugal, onde, segundo Oliveira Martins, *apesar de todos os sábios que o Marquês de Pombal importou nos fins o século XVIII, a ignorância continuava na mesma.*

Quando o grande Humboldt andou pela América honrando a ciência de seu tempo, certa vez, na capitania do Grão-Pará, recebeu o governador, capitão-general D. Francisco de Sousa Coutinho, um ofício do Reino e que começava assim: *O Príncipe Regente Nosso Senhor manda participar V. S. que na Gazeta de Colônia se publicou que um tal de Humboldt, natural de Berlim, havia viajado pelo interior da América de onde mandou observações gráficas que serviram para corrigir defeitos de mapas e cartas topográficas, tendo feito uma coleção de 1.500 plantas novas, e que se determina a seguir para o Maranhão...*

Pois para o grande cientista, que na linguagem oficial vinda da Metrópole passa a ser *um tal de Humboldt*, ordem vem para que o cacem, proibindo-se-lhe rigorosamente a permanência nestas terras, atendendo a que isso seria *sumamente prejudicial aos interesses da coroa de Portugal*. Esse papelucho histórico, espelho repolido onde se reflete a cultura dos dirigentes portugueses de então e que traz a data de 2 de fevereiro de 1.800 e a assinatura do Conde de Linhares, foi publicado, na íntegra, no livro de Augusto de Carvalho – *O Brasil*, e no volume 6 das *Farpas*, de Ramalho Ortigão, onde é largamente comentado.

É verdade que, se o Estado não ocupava de instruir o povo, os jesuítas mantinham pelo país algumas escolas. Algumas, não muitas. Foram elas, no entanto, mais centros de catequese religiosa, centros onde apenas era ensinado o que convinha à Igreja que o povo soubesse.

Havia na cidade, pelo último ano do século XVIII, apenas dois mestres de ler, segundo se vê pelo *Almanaque* de Duarte Nunes, e duas livrarias...



Quereis saber, porém, o que elas vendiam? Catecismos, vidas de santos, orações, registros, escapulários e bentinhos. Lá uma vez ou outra aparecia um livro, assim com este título: *Diário crítico sobre os erros das falsas filosofias, seguido de um mata-horas-aborrecidas*. Ou então: *O Piolho viajante*, publicação periódica que, em 1806, pelo livro de Balbi, já estava no seu 120º número; uns formulários de medicina e nada mais. O prelo que existia nos tempos de Bobadela foi mandado quebrar pelo Sr. Marquês de Pombal. Só os homens da alta burocracia e dos altos negócios e mais alguns oficiais da tropa sabiam ler e escrever. Mulheres? Todas analfabetas. Prenda de estimado valor; na hora de casar, verdadeira garantia de paz conjugal:

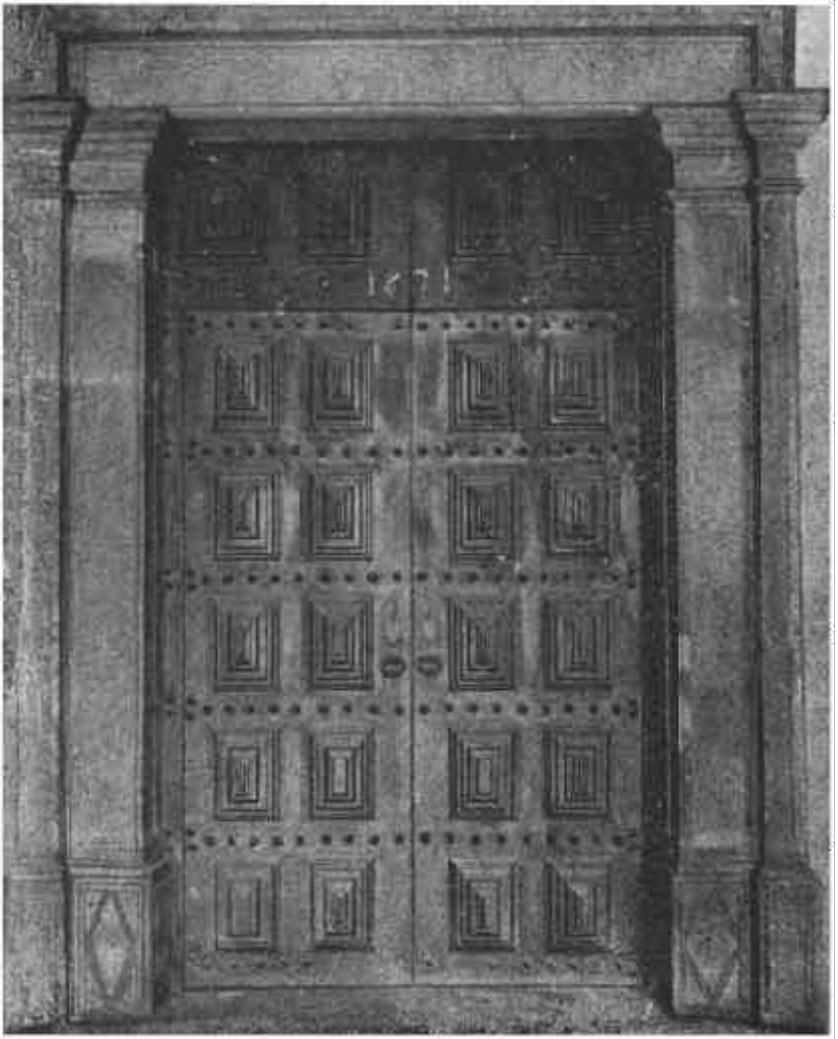
*Menina que sabe muito
É menina atrapalhada,
Para ser mãe de família
Saiba pouco ou saiba nada.*

Por isso, no entanto, seja dito de passagem, não deixaram no tempo de ser escritas, mal ou bem, algumas cartas, fossem elas de amor, de negócios, ou de simples etiqueta. É que se instrução nos faltava, sobravam os que viviam da corretagem das letras. Havia o famoso secretário, homem sempre de ótima caligrafia, embora de imaginação rudimentar e que, mediante propinas razoáveis, supria a ignorância do que não soubesse escrever.

Valiam-se todos eles do livro de Francisco José Freire – *Secretário Português ou método de escrever cartas por meio de uma instrução preliminar, obra que tem tido, conforme se lê no prefácio, grande aplauso e boa aceitação, não só porque até agora não sai à luz outra no gênero, mas também pelo nome de seu respeitável autor, bem conhecido entre os literatos que honram a nossa nação, como a doutíssima e religiosa sociedade de que foi membro e que tanto lustre deu os seus mui avultados talentos e consumado desabuso.*

No livro de José Freire explica-se que *sobre a carta em meia folha de papel (papel de Holanda) fechada pôr-se-á sinete, que será pequeno se a pessoa for superior, maior alguma coisa se for igual e grande se for inferior.*

Quanto ao sobrescrito devia ele ser posto *ao longo*, de sorte que a obréia ficasse para baixo, isso para as pessoas da terra. Para os outros, *sobrescrito ao alto e a obréia para a parte direita*. Não havia envelope. Dobrava-se a carta, fechando-a sobre si mesma e escrevendo o sobrescrito nas costas.



PORTA
IGREJA DO CONVENTO DE SÃO BENTO

Pitoresco a valer é o estilo um tanto engurgitado e palavroso das missivas da época.

De uma carta de pêsames: *Enxugue Vossa Mercê as santas lágrimas, que essa morte foi triunfo. A bondade do Senhor acolherá em graça a alma santa do irmão defunto.* Obréia preta, letra tremida e o papel, se possível, borrifado d'água, dizendo a intenção de lágrimas, que se podiam muito bem ter existido.

De uma carta apresentando alguém: *Tomo o gostoso empenho em apresentar a Vossa Mercê... Respondia-se: As recomendações de Vossa Mercê são para mim gostosos preceitos...*

Pelo dia do Natal, a carta era do mais rigoroso bom-tom e muito principalmente se ia acompanhada de um casal de leitões: Meu amigo. *Todo o meu desejo está empenhado no gosto de que Vossa Mercê tenha festas tão prósperas que nem eu nem Vossa Mercê tenhamos a desejar.* E fazendo alusão aos leitõezinhos: *Que benignamente aceite Vossa Mercê estes sinceros efeitos da minha consideração.*

As cartas de amor foram, entre nós, raríssimas. Não obstante, ainda nos vieram às mãos algumas. Começavam, em geral, por um *Minha mui querida santa do meu coração* e assinavam-se *do fiel, submisso, reverente escravo até a morte – Fulano.* Ou então: *Meu amor e meu tudo – um caramanchel de beijos de quem ainda há de morrer por ti – Beltrano.* Mais: *Deusa do meu amor desvelado – deste que com veras, há de ser teu para toda a eternidade... Sicrano.*

De outras etiquetas menores nos dá notícia a literatura do bom-tom do século, muitas delas transcrevíveis pelo delicioso pitoresco que encerram: *Não se estão roendo as unhas com os dentes ou servindo das mesmas como palito. Jamais se escarre longe e com força ou sobre os ombros, mas para os lados. Não suspire que se ouça, nem se arrote,* diz um professor de etiquetas, que logo acrescenta – *se for possível...*



Quando se fala, não se está lançando a língua de fora da boca, dando estalos com ela ou enchendo as bochechas de vento e borrifando com cuspo as palavras e o rosto das pessoas com que se trata. E ainda: É pouca cortesia queixar-se um cavalheiro a um senhora de mazelas que ataquem a intimidade do seu corpo ou das que, não sendo, inspirem nojo, muito principalmente se isso for nas horas da comida.

No manual de Porta Siqueira aprendemos ainda *que não se fazem ações com a mão fechada.*

Havia regras de etiqueta para o rapé, vício que foi elegantíssimo. A pitada devia ser sóbria, de sorte que não caísse sobre o assoalho. Sorvê-la de manso. Limpar primeiro os dedos no lenço de Alcobça, não o passando pelo nariz senão duas vezes:

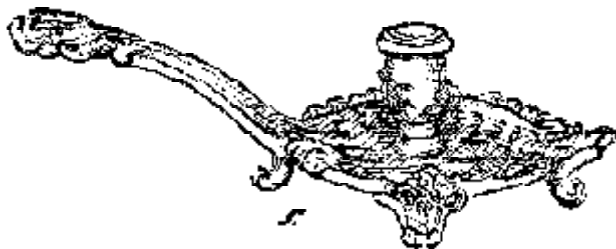
Vai ele e o alforje enxuga

Na volta seca-o de vez.

Não era, entretanto, de bom-tom, andar-se de lenço à mão nem de *tabaqueira à mostra.*

Em sinal de elegância, entrava-se num salão a tinir os berloques e os sinetes, que, em geral, vinham pendentos da casaca ou da véstia. De bom-tom era o sorriso que se aprendia diante de um espelho e que consistia em arregaçar os lábios, muito de leve, mantendo os dentes cerrados... Elegantíssimo, o falar afetado, em falsete, como a choramingar, como falam as crianças manhosas, por vezes, numa toada melódica, quase a cantar.

E quanto mais chorado mais elegante.





Prazer das reuniões em família – A opinião dos que conheceram a Lisboa dos tempos de D. Maria – Hábitos caturras da sociedade portuguesa – Solares de lá e solares de cá – A sociedade carioca do tempo dos vice-reis – Dolorosa informação que dela nos fornece o Sr. Conde da Cunha – Com que gente se fazia uma assembléa de mote e música na residência do bispo ou do Vice-Rei.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O salão carioca no século XVIII, *Washt Rodrigues* – O recitador, *Washt Rodrigues*
– Tocador de violão, *Washt Rodrigues* – Castiçal de casa rica, *N. N.*

FORA DO TEXTO – Claustro (Convento de Santo Antônio).

Assembléias

I



Os salões de Rambouillet, que haviam reagido de certa forma, em França, contra a prática casmurra da vida social de então, criando o prazer das reuniões em família, a palestra de bom-tom, o torneio das idéias e o culto pelo próprio idioma, não tiveram imitadores em Portugal. Até com D. João V no trono, a copiar as casacas, as ligas, as perucas e até os vícios de Luís XIV, o português continuava como na Idade Média, macambúzio e sombrio, isolado no seu próprio ambiente, e, como o mouro esquivo, fazendo, da pobre mulher, uma prisioneira da casa e do preconceito. Com D. José, depois, e em tempos da Sr^a D. Maria I, embora os hábitos alfacinhas se tornassem menos ásperos e caturras, a sociabilidade ainda não era de natureza a tornar-se notável.

Laura Junot, a Duquesa de Abrantes, em suas alentadíssimas *Memórias*, não se esquece de mostrar a sociedade de Lisboa como uma coisa morna e retraída, sem sombra de menor vida e esplendor. Falando da casa do General Lannes, avança: *cette maison était une des mieux arrangées de Lisbonne, excepté celles de M. Araújo et de la Duchesse de Cadaval, surtout pour l'occupation habituelle, chose que les portugais n'entendent pas de tout.*

E acrescenta que não viu na cidade, onde longo tempo viveu, palácios de residências para os nobres.

Posto que Lisboa seja tamanha, não tem palácio algum burguês ou de fidalgo que mereça consideração quanto à matéria, já diziam Tron e Lippeomani em 1580. Tais afirmações, na verdade, combinam com o depoimento de Costigan, quando diz que os fidalgos portugueses habitavam casarões inconfortáveis, armados de pontos d'Arras cheios de buracos.

Explica Jacques Murphy, na sua *Viagem a Portugal*, impressa em 1795, as razões naturais dessa quase indignância, afirmando que, se a nobreza tinha vastas terras, não eram elas, no entanto, de natureza a garantir rendimentos apreciáveis. As opiniões de outros viajantes nisso pouco mais ou menos se resumem. Não obstante, por amor ao pitoresco, arrancam à correspondência do grande Beckford um trecho datado de 1787, onde ele nos descreve o pátio de um grande solar português, o do Marquês de Marialva – um dos mais elegantes, dos mais apurados e mais ricos fidalgos de Portugal:

As seges velhas que eu vi no pátio de entrada faziam-me lembrar uma estação de mala-posta, em França, lembrança ainda mais avivada pelo aspecto pouco interessante de muitos montes de resíduos de animais malcheirosos, por entre os quais fizemos a maior parte do trajeto até atingirmos a escada principal da casa, tendo quase tropeçado numa grande porca e nos seus numerosos porquinhos, que se dispersaram por entre as nossas pernas, com tremendos grunhidos.

E, se era esse o pátio do famoso solar dos Marialvas, imaginemos o que seriam, finalmente, os dos outros, para, depois disso, pensar então nas residências dos notáveis no Brasil.

A insociabilidade do tempo explica, entretanto, tudo isso.

Os anos, naturalmente, foram, depois, aos poucos, corrigindo esses aspectos da mundanidade portu-
gue-



sa. Pretendem, porém, alguns escritores, quando falam do fausto setecentista dos filhos de São Paulo e Pernambuco, que o da nobreza da Metrópole não o sobrepunha. Por muito precário que fosse o luxo lisboeta, de qualquer forma ele tinha, fatalmente, de ser bem maior que o existente em qualquer parte do Brasil, nessa época. Neste particular, preferimos ficar com outros autores que nos parecem melhor documentados e que disso discordam, entre eles Alc ntra Machado, que reduziu às suas verdadeiras propor es a lendária fortuna da sociedade paulista no século XVIII.

Quanto ao Rio, a verdade era esta: no tempo do Vice-Rei Conde da Cunha, os que então se chamavam pessoas nobres viviam retirados, pelos arrabaldes distantes, sem aparecer, nem ter com quê. Quem assim diz é o próprio conde, acrescentando: *Pelo que se vê, esta cidade, que pela sua situa o e porte deve ser a cabeça do Brasil, e nela a assistência dos vice-reis está sem ter quem possa servir de vereador, nem servir cargo autorizado;   s  habitada de oficiais mecânicos, pescadores, marinheiros, mulatos, pretos boçais e nus e alguns homens de negócios, dos quais muito poucos podem ter este nome.* Que havia, precária embora, no Rio beato e fedorento da atrasad ssima colônia, uma sociedade constituída, não há disso a menor dúvida. De que elementos, porém, era ela constituída? O panach  social formava-se com a figura central e aurifulgente do Vice-Rei e a de outros menos f lgidos, que foram os desembargadores de justiça, os maiores da tropa, os altos burgueses do funcionalismo público, senhores do Senado da Câmara, a ainda os casca-grossa enriquecidos no comércio. É bom não esquecer, ainda, o bispo, outras dignidades eclesiásticas e a fradalhada metedia dos conventos: superiores, oradores e confessores – as s uvas espirituais da época, surgindo sempre, quando menos se esperava, nos lugares onde houvesse alegria, açucar e mulher. Com essa massa é que se fazia uma boa assembléia de mote e música no palácio episcopal da Conceio, com c negos cantando lundus da Bahia e, talvez, *castrati* sopranizando  rias da escola italiana, um sarau de dança no pardieiro da residência vice-real, ou alhures, com poetas árcades disparando sonetos alucinantes e o Sr. Marquês de Lavradio a lamber, com o olho de sátiro apaixonado e ardente, o decote exagerado das mulheres, que descia, no tempo, até quase aos tornozelos...

Essas inocentes funanatas, porém, reunindo pessoas da mesma família e até alguns estranhos de certa intimidade, s  começaram, real-



CLAUSTROS DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO
FOTOGRAFIA A. FERREIRA

mente, a existir entre nós, lá para os últimos anos do fim do século. Por esse tempo ainda foi que nas forçuras da Nova Ópera, de Manuel Luís, começaram a aparecer as primeiras senhoras de sociedade, as mesmas que, nos dias de procissão, em vez de arriscar um só olho pela frincha da rótula de pau ou de urupema, arriscavam mesmo dois, de tal sorte reagindo contra o preconceito reinol que teimava em transformá-las em nêdias coelhas reprodutoras, entaipadas e esquecidas no cárcere sombrio da odiosa casa colonial.

Para que possamos melhor sentir os primeiros vagidos da sociedade carioca, na época dos vice-reis, deixemos, num coche de arruar, com sota, cocheiro e criado de tábua, o nosso solar do Catete. Solar? Solar, sim, senhores, porque os tivemos também, como Portugal, embora fossem, certamente, ainda mais casarões e com panos d'Arras ainda mais cheios de buracos.

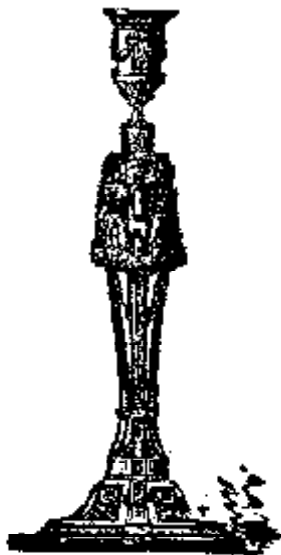
Não vamos, a correr, como pensais, ao paço episcopal da Conceição, onde o Sr. Bispo Castelo Branco, que também dá sarau, repousado e feliz, digere, agora, o leitãozinho da dieta, nem tampouco ao palácio do Vice-Rei marquês vazio de S. Ex^a, que está nas barraquinhas da Glória, vendo a feira de seus desvelos e autoria, mas, para a casa do Tesoureiro-Geral do Real Erário, Manuel da Costa Cardoso, homem de muita honra e de muito segredo, como dele se dizia então, e que nos espera para uma festa de truz.

No tempo, o Catete é campanha, cajual, pitangal, com a areia vindo quase aos caminhos, onde hoje se apruma a fachada do



palácio do governo. Pela acidentada altura da rua que ora se chama Santo Amaro, há uma ladeira que sobe em direção ao centro da cidade e se divide em dois caminhos: um que nos leva ao outeiro da Glória e outro à vereda da Lapa. Não é necessário, para iluminar a estrada, lanterna ou archote. A lua é propícia e os cavalos, atentos. Caímos no Passeio Público, dobramos a Rua das Belas Noites, com as suas chácaras viçosas, e os seus jardins cheirando a jasmim-do-cabo e manacá, Barbonos, Ajuda...

A casa de Costa Cardoso percebe-se, de longe, iluminada, enorme. Na rua, como em feira agitada e alegre, cadeiros, liteiros, sotas, serpentineiros, criados de sala e tábua, estribeiros, archoteiros, lanterneiros, de envolta com veículos de toda sorte, a falar, a discutir, a rir e a cantar. E por entre o crivo das gelosias discretamente cerradas, sem luzes, apenas o vagalumar curioso dos olhos da vizinhança regalada e feliz pelo espetáculo para ela absolutamente interessante e novo. Ficamos à porta da residência do Tesoureiro, onde dois escravos, porteiros, nos conduzem do vestibulo à escada, que sobe ao andar da festança.





Um sarau em família – Aspecto do salão principal – Os convidados – Como se separavam os mesmos pelos sexos – Jogos de prendas – A hora da dança – O minuete francês e o minuete português – Hora de comer e de beber.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Tocador de cravo, *Washt Rodrigues* – Na berlinda, *Henrique Cavaleiro* –
Minuete, *Washt Rodrigues* – Cadeira, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Interior de São Bento (igreja).

.....

Assembléias

II

No patamar da residência, onde se vê de pé o núcleo mais representativo da família, paramos. Fazemos o nosso cumprimento de mergulho, tricórnio ao peito e o busto em queda perpendicular e certa. – Chegam um pouco tarde, diz-nos o anfitrião, informando. E é pena! O poeta João Inácio, escrivão da Intendência do Ouro, já recitou uma versalhada supimpa, em estrofe virgiliana, cantando Ceres e a colheita do trigo. Houve ainda soneto em latim do padre Bota da Silveira. O cônego de meia prebenda D. Francisco de Moura, além disso, disse três charadas magníficas. Um sonho! Faz-se neste momento um joguinho de prendas. Queira fazer o favor de entrar...

Entramos no salão principal, amplo, todo forrado de damasco vermelho, mostrando seis janelas de rua, que esbarram numa grade de pau espessa, e muito alta, tocando quase a cimalha do prédio.

As casas coloniais são gaiolas gentis. Apenas o ambiente abafa em demasia. Para refrescar a papada eclesiástica de Sua Reverendíssima o Sr. Deão da Sé, a diluir-se numa cascata de suor, manda-se que se abram algumas gelosias de esguelha. Abre-as, discretamente, a criadagem. Sua Reverendíssima, porém, que para os lados das frinchas reconfortadoras arrastou a sua cadeira de jacarandá, ainda arfa, ainda bufa, ainda queima, mas diverte-se, o rosário entre os dedos, a bondade no olho besuntado de ternura.

Não há, em todo esse recinto vasto e povoado, uma só cortina, um só tapete, um só móvel de estilo, uma estátua ou um quadro. É uma lástima. É o interior brasileiro no século XVIII.

Nas paredes vazias e tristes, apenas, como decoração, uma estampa do Santíssimo num enquadramento de jacarandá, pesado, feito em estilo rococó, algumas cruces trifoleadas, em prata maciça, uma aqui, outra ali, outra acolá. Do teto, ao centro, um lustre vastíssimo de trinta e seis velas. Um delírio de luz! O padre Bota da Silveira compara-o ao Febo e cita uma de Horácio.

Como mobiliário, renques de cadeiras colantes às paredes, e mais ou menos nesse meio estilo que não era bem o Queen Anna, o Chipandale ou dos Luízes de França, do XIII ao XVI, mas obra vaga do marceneiro da terra, coisa grosseira e sem vestígio de menor arte...

Numa reentrância, coincidindo com o vestíbulo a ostentar os sentimentos religiosos da casa, um oratório com todas as suas velas colori-



das, acesas, e os seus santos muito bem desempoeiradinhos, muito bem enfeitadinhos, muito bem arrumadinhos, num tufo de flores, ramos de mangericão e *habilidades* em papel de cor. Um cravo, para a hora da solfa e, sobre ele, uma serpentina de prata com mais luzes.

As senhoras vestem merinaques amplos de sedas espalhafatasas, os formosos penteados de alta forma, subindo ao teto. E todas muito bem pintadas, brunidas, retocadas, mostrando o rosto sarapintado de sinais de tafetás de todos os feitios – em disco, em losango, em meia-lua. Trespalam a água-de-córdoba ou erva-de-santa-maria, sorriem e mostram os dentes que são os de uma época de precários dentistas, mas escondendo-os logo, atrás da asa das ventarolas ou dos *marotinhos*.

Os homens, do outro lado, nas suas casas policrômicas, conversam, entre as roupetas marrons dos frades e as redingotas negras dos padres, tanto uns como outros, mostrando cabeleiras de peralta, naturais, amplas e polvilhadas.

Peraltas, sécias, frades e padres, já se divertiram à larga. Entramos justamente quando se vai formar a roda para o jogo das prendas.

Combina-se que se começará pelo *jogo do papagaio*, o mais fácil e conhecido de todos.

Ao meio da sala, esgrouvinhado e atento, está o mentor do folguedo, vigia severo da hora do engano e da paga de prenda, que dialoga com um frade nédio e de nariz rubicundo:

- *Papagaio?*
- *Senhor!*
- *Foste ao Campo?*
- *Ao campo fui.*
- *Que viste lá?*
- *Uma ave.*
- *Que ave era?*
- *Gralha.*

Há um silêncio pela sala. O diretor do brinquedo espera um pouco. Ninguém responde. Não há gralhas em toda a roda.

E ao frade de novo:

- *Papagaio?*
- *Senhor...*



IGREJA DE S. BENTO
(INTERIOR)

O frade acaba pedindo, como ave, a jandaia. É a filha mais moça do Sr. Provedor-Mor da Fazenda, D. Úrsula Benedita.

D. Úrsula, porém, atônita, sorri e não responde, a tempo e ao papagaio, como devia – Senhor!

O presidente do jogo avança, a destra em riste, para reclamar, depois de uma cortesia de mergulho, a prenda de D. Úrsula.

– Pague vossa mercê...

D. Úrsula entrega-lhe uma pulseirinha de coral e a brincadeira continua. Vem depois o *jogo do cascavel*, novidade chegadinha de Lisboa:

Prestai todos atenção

Ao jogo do cascavel,

Quem não acertar com el

Ponha a prenda na minha mão.

Para depois passarem ao *jogo do és casado?*

– *És casado?*

– *E com mulher.*

– *E eu também.*

Como se chama?

– *Maria Flora.*

– *Tal qual a minha.*

Filhos tens?

– *Três.*

– *E eu outros três.*

Serão guapos?

– *Brios têm.*

– *De onde és?*

– *Da Praia Grande.*

– *De lá sou eu.*

– *Onde moras?*

– *Em frente à igreja*

– *Perto da minha casa.*

Como te chamas?

– *Condeço.*

– *Não te conheço.*

Agradam imenso o jogo da *cidade de Roma*, e o *jogo do vai e vem*:

Se vai vem fosse

E viesse,

Vai e vem ia;

Como vai vem vai

E não vem,

Vai vem não vai lá.

E o jogo do *belisco sem me rir*, tão engraçado! E o do *galinha-cega* – que passou para os nossos temos a ser o da *cabra-cega*? E o do *Pero Pedro Crespo*, o do *sopro e dou-te aceso*, o do *contrabando*, o do *anel* e tantos mais!



Findo o jogo, voltam todas às suas paredes. O mentor então anuncia que vão começar as danças.

Pelos corredores, por alcovas, por vãos, pelos cantos de sala e quarto vêem-se os escravos colocando mesinhas, cadeiras, banquetas para os baralhos de cartas, dados, tabuleiros de damas, de xadrez e de gamão.

Carniça para velhos, que o reumatismo nunca fez liga com Terpsícore.

Como os jogos de cartas, joga-se o *faraó*, o *voltarete*, o *espenifre*, o *boston-sueco*, os *três-sete*, a *bisca*, o *breslã*, o *piquete*, o *revezinho*, a *guimbarda*, a *guingueta*, o *chincalhão*, o *trinta-e-um* e o *pacau*.

Como se vê, não era por falta de jogos de cartas que se queixavam nossos avós.

Já a rabeça, porém, atira pelo ambiente os seus primeiros e melódicos ganidos, enquanto o capitão de milícias Fortunato Cabral, discípulo de José Mauricio, toma lugar diante do cravo indefeso e franzino para dele arrancar, a punhaladas violentas, o minuete de abertura.

Parny, que nos visitou em 1773, fala do minuete como da única dança conhecida no Rio de Janeiro. Claro que ele se refere à dança de salão, acrescentando, o que era uma verdade – *mal terminada a dança, e sem trocar a menor palavra, os pares se separam – homens para um lado, mulheres para outro*.

O que Parny, porém, não informa é que aqui se dançavam duas espécies de minuete: o minuete francês, dança nobre, simples, graciosa, bailado todo feito de reverências, de sutilezas e doçuras, e o minuete português, que era uma adaptação meridional brejeira e violenta, caricatura do bailado de França, e que coreograficamente se resolvia em saltos rítmicos e sapateados escandalosos.

O minucioso Beckford, registrando, em sua correspondência, impressões da Lisboa setecentista, assim no-lo descreve exatamente:

O General Forbes retirou-se e o velho Marquês [referia-se ele ao Marquês de Penalva], inspirado por um adágio patético, atravessou a sala de repente, num passo que julguei ser o começo de um bailado heróico, mas que depois vi que desandou num minuete em estilo português, com todos os seus sapateados e requebros.

Minuete de sapateados e requebros: isso mesmo. Por sinal que os requebros deviam ter ido do Brasil. No Rio de Janeiro, porém, o minuete saltado e sapateado, concordemos, estava mais de acordo com o espírito das delicadezas coloniais do que em Lisboa, onde tanto vicejou e esplendeu.

São duas da madrugada. Os escravos do Tesoureiro Real Erário penetram no salão, mostrando os seus fardões de veludo espesso, recamados de placas e lantejoulas, retintos, envernizados de suor, os pés indefectivelmente descalços.

Sopesam largas bandejas de prata com sangrias, cajuadas, aluás, bolos de caju e de mandioca puba. As mulheres vão logo aos refrescos da terra; os homens, às sangrias. Todos, porém, gulosamente, comem os bolos de caju e de mandioca.

Os frades, comovidos, agitam-se e, gulosos, devoram o que encontram. Há um ruído intenso de cadeiras que se arrastam, de bocas que dizem – enfim! – de gente que murmura, que fala, que grita, que conversa, que se expande, gralhadamente, ruidosamente.

Psst...

Não acordemos, porém, o Sr. Deão da Sé, de papeira já refrescada, e feliz, dormindo sobre a sua cadeira de jacarandá. Ainda porque o quadro não ficaria completo.

Nas reuniões coloniais, tanto os padres como os frades formam três grupos distintos – o dos que falam, o dos que mastigam, e o dos que dormem...

Sejamos generosos para com estes últimos, que são, naturalmente, os mais amáveis.

Psst...





A mulher, prisioneira da casa e do preconceito – Zelos e cuidados mouriscos – A autoridade paterna nos tempos coloniais – O déspota familiar perante as Ordenações do Reino – Casos edificantes – A trágica história do ilhéu Pedro Vieira – Pais de outrora e pais de hoje.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O sono da prisioneira, *Washt Rodrigues* – No cárcere da casa colonial, *Washt Rodrigues* – Dona de casa, *Washt Rodrigues* – Relógio de parede, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Retrato de Mestre Valentim, *Marques Júnior*.

.....

Namoro e Casamento

I

Cá está a casa no silêncio da rua melancólica, com a sua parede acalçada e fria, toda forrada de grades de pau.

Aproximemo-nos. Há um clarãozinho que vem de dentro, que a gente sente através do gradeado da porta de rótula. Repare-se bem. É um clarãozinho que cintila como uma jóia...

Filhas do século do aeroplano e do rádio, moçoilas de hoje que tomais, em movimento, auto-ônibus vertiginosos, caminho da cidade tentacular, buscando o escritório, a fábrica, a oficina, ou a escola, cariocas de 1932, que discutis questões sociais e políticas, maneiras de fazer coquetel em grupos, com rapazes, pelos *halls* dos *Palaces*, pelos bares, pelos cinemas, naturalmente, desembaraçadamente, vós que sabeis ainda escolher, sem sugestões de família, aquele a quem vos deveis entregar por toda a vida, raparigas da minha terra, raparigas de hoje, a luzinha cintilante, que palpita através dessa portada de rótula, vem do olhar aflito de, aquela que foi a vossa irmã no século XVIII, quase tão infeliz como a que, anos atrás, só três vezes podia sair à rua em toda a vida: a primeira para batizar, a segunda para casar e a terceira para enterrar.

Esta, que nasceu pelo governo do Sr. Conde de Bobadela e tem pela época do Sr. Conde de Azambuja os seus vinte e dois anos de idade, não sai muito, mas, afinal, sempre sai.

Já não se pode dizer que vive num claustro, seqüestrada à vida, que deve ser, para ela, assim mesmo, uma coisa muito risonha e muito dourada. Vai à missa das cinco da manhã em São Bento; na quinta-feira santa, pelo crepúsculo da tarde, vai beijar o Senhor Morto na Catedral do Rosário, e, quando há cavalhadas promovidas pelo Senado da Câmara, no Campo da Alampadosa – quantas vezes em dez anos: uma, duas, três? – leva-a o papai a ver a sorte das cabeças, o jogo das canas, do bastão e do estafermo. Querem mais? Não pode ser. Uma menina recatada e de família não pode andar por tão desavergonhado século, de saracoteio pelas ruas cheias de mulatas de capote, de ciganos, seguida, cheirada, devassada pelo olhar dos bandarras e dos frades, apeteçada como uma cômica ou desejada como uma *mulher-dama*. Que se o século é de atrevimentos e de audácias, também é de zelos e cuidados. Zelos e cuidados mouriscos.



A donzela é uma flor de estufa que nasce, esplende e se fana à sombra da sua morada conventual.

O século, entre nós, não é do cinturão de castidade, nem dos castelos feudais com pontes levadiças, mas o século da mantilha, da grade de urupema, e, o que é pior, do ciúme, um ciúme selvagem que encarcerava, escravizava e inutiliza a mulher.

Nunca se defendeu tanto a virtude feminina como por essa época. Em compensação, nunca tivemos tantos pais e maridos enganados. O lar era uma prisão mourisca, onde a mulher, alheia ao mundo, mais ou menos feliz, mais ou menos conformada, vivia, amava, tinha filhos, criava-os, sorria, chorava, até que a morte viesse e lhe cerrasse os olhos.

Na casa colonial passava a existência entre um oratório de jacarandá, uma rede, uma esteira, fazendo rendas, bordados, cosendo, engordando e aprendendo a falar mal com os escravos...

Quando passeava, o que raro afinal acontecia, destreinada em movimentos, movendo-se com a desgraçosidade dos palmípedes fora d'água, era na fileira da família, guardada, vigiada pelo pai, pela mãe, pelo irmão, pelo marido, pelas mucamas de estimação... E a mantilha sempre tapando-lhe o rosto, escondendo-a, isolando-a à arrogância, ou a simples proximidade dos homens. Coisa que na fase do tempo – *afidalgava muito*. Sinal de recato, nota de pureza, mostra de fidalguia.

Mulher que viva fechada!

Sem grade ou mantéu que a escude,

Era uma vez a virtude...

Naturalmente dava-se com a desgraçada o que se dá com o *champanhe* ou a cerveja. O temperamento fermentava, desafiando a perícia do rolheiro, e um belo dia, catrapuz... Estourava, com a rolha, o drama familiar.

Justiça? A de portas adentro. Para as *cadelas*, como então se dizia, o convento, o vergalho, ou o punhal. Perdoar era vergonha. Castigar, virtude cristã. Para isso, erguia-se a figura onipotente da autoridade paterna.

O pai colonial!



MESTRE VALENTIM
(DE UM QUADRO EXISTENTE NA IGREJA DO PARTO)
Desenho de Marques Júnior

O chefe da família era, pela época, uma espécie de patriarca bíblico, dono absoluto de toda a população vivente sob o teto de sua moradia. Senhor de fato e de direito.

A casa era um país, com fronteiras definidas, naçãozinha social e politicamente organizada, embora sem bandeira e sem hino, mas agitando-se submissa e reverente ao guante de um ditador. Era ele, ao mesmo tempo, que política, administração, justiça e força armada. Só não invadia as prerrogativas do poder espiritual atribuído ao confessor do lar que era, finalmente, quem acabava muitas vezes mandando mais do que ele próprio, com a sua lábia, muita paciência e alguma religião.

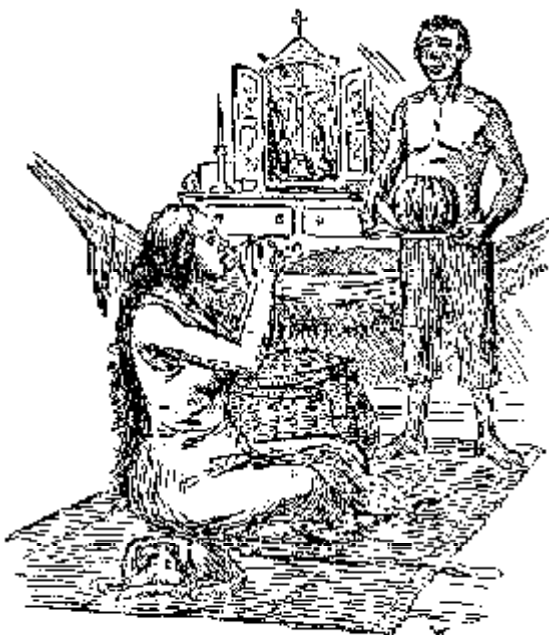
As *Ordenações do Reino* davam ao pai de família dilatadíssimos poderes. O chefe da casa podia castigar o seu escravo, o seu criado, os seus filhos, e até a sua própria esposa, *castigar e emendar de más manhas*, diz o texto da lei.

Era o próprio Estado, portanto, a atribuir ao *pater familias* prerrogativas judiciárias. E por *pater familias*, naturalmente, a abusar, como homem e como juiz.

Esses abusos, no Brasil, tomaram, como era de prever, vulto extraordinário, sobretudo nas regiões afastadas dos centros mais ou menos povoados.

O déspota familiar mandava, quando queria, matar, ao mesmo tempo que um cabrito, dois escravos e a própria mulher, ou o filho. E a cousa ficava por isso mesmo.

Entre muitos casos que a nossa his-



tória guardou desses exageros do poder paternal, há, por exemplo, o que conta Pedro Taques, do Coronel Antônio de Oliveira Leitão. Esse coronel, só por ver nas mãos da filha um lenço que se agitava no ar, quando a mesma o levava a um coradouro, tomando o manejo por sinal feito a qualquer namorado, arma-se de uma faca e atravessa de lado a lado o coração da pobre rapariga.

Verônica Dias Leite, ainda em São Paulo, só porque vieram dizer-lhe que a filha fora vista à janela da casa, crime inaudito para o tempo, mata-a *sem que o fato causasse estranheza ou provocasse a ação da justiça pública*, como, ao narrá-lo, comenta Afonso de Taunay.

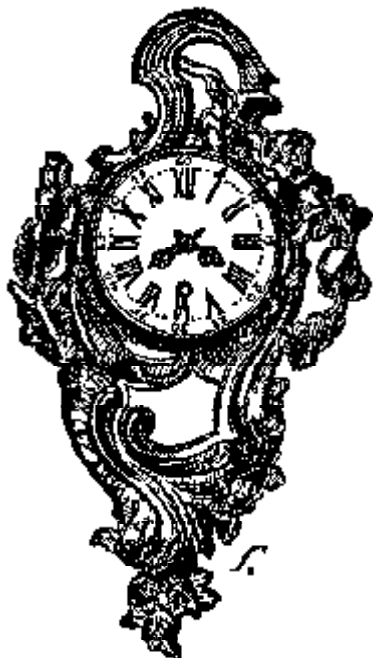
O mais curioso e o mais feroz, porém, de todos os casos explicados pelo abuso de autoridade paterna no Brasil de outros tempos, é o que está revelado numa memória arquivada no Instituto Histórico desta cidade, escrita por Tristão de Araripe.

Note-se que o episódio ao qual nos referimos, ocorreu sete anos depois da nossa independência, isso quando, ao sopro da civilização, que começava a entrar no Brasil, os poderes ditatoriais do *pater familias* vinha singularmente diminuindo.

Horrível caso.

Pedro Vieira era português das ilhas e tinha um engenho em Canavieiras. Sobravam-lhe recursos. E temperamento. Um tanto velho, pai de filhos já casados, já avô, vivia, entretanto, entre as suas canas-de-açúcar, como um sátiro feliz a caçar *ninfas* negras.

Ora, acontece que, um dia, o veterano e caprino caçador, babando luxúria e raiva, em meio à sua diversão mitológica, descobre que, justamente, a ninfa – preferida de seus desvelos havia cedido a outro, e logo a quem? Ao filho de sua própria carne!



Como pai e juiz, pensa um pouco no caso e resolve, tranqüilamente, mandar matá-lo. Quer, porém, fazê-lo com requinte. Para isso manda chamar outro filho, o mais velho.

Chega este e humildemente indaga do pai o que deseja.

– Tens contigo a garrucha?

– Tenho, Senhor pai!

– Pois trata de aperrá-la melhor, e com ela mata o infame de teu irmão que, de matá-lo eu próprio, até me enjojo. E já. São ordens.

Parte o outro. Volta, entretanto, momentos após.

– Mataste-o? indaga o homem ignominioso ao filho trêmulo, que chega, baixa os olhos e fala:

– Ainda não, Senhor pai. É que o mano manda pedir a vossa mercê perdão, e diz ainda que se compromete a desaparecer, fugir, abandonar o lugar e a província, com ele levando, apenas, desde que vossa mercê assim consinta, a mocidade e a vida.

– Não. Não quero. Não perdôo. Ele terá que morrer. É a minha vontade, diz o pai. Volta. Mata-o.

E o outro voltou...

No dia imediato, Carlos Augusto Peixoto de Alencar, padre coadjutor da pequena freguesia de Canavieiras, recebeu uma carta do ilhéu. Essa carta, que consta da memória de onde se extraem estas notas, começava assim:

Reverendíssimo Senhor Padre Coadjutor. Como Deus foi servido que eu mandasse matar meu filho, rogo-lhe o favor de chegar hoje até a esta sua casa, a fim de assistir ao enterro do rapaz...

No seu caixão singelo, um Cristo de prata entre dois círios trêmulos, lá estava o corpo do infeliz cercado das lágrimas de toda a família, inclusive as de sua própria esposa e mais as de duas filhinhas menores de dez anos.

O quadro é, na verdade, horrível.

Pois a autoridade paterna no Brasil, durante os tempos coloniais, foi, pouco mais ou menos, isso, sem tirar nem pôr.

Que diferença, na verdade, entre esse sinistro pai colonial, que a gente sonha guedelhudo, cheio de ásperas rugas pela testa, o sobrecenho em borrasca, tremendo, austero, e o *água-morna* do pai de 1932, na boca dos filhos o *velho*, o *camarada*, quase o *trouxa!*...



O nascimento da criança – Desconsolos de um pai – Festivos anúncios – A mãe-preta –
Educação da menina – Sua triste infância – Religião – Superstição – Cantigas de roda e
para adormecer – A idade do pecado e a necessidade de um
confessor – Século de mulheres gordas.

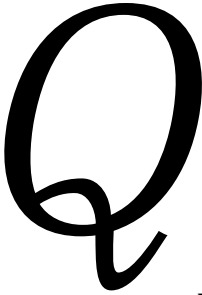
ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Mãe-preta, *Washt Rodrigues*– Cantigas de roda, *Washt Rodrigues*– A hora da devoção, *Washt Rodrigues*– Cabeça de criança, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Retrato de Leandro Joaquim, *Marques Júnior*.

Namoro e Casamento

II



Quando ela nasceu, a parteira curiosa, uma de grandes quevedos de couro, que mais parecia um físico-mor, a primeira cousa que fez foi jurar que o horóscopo dava para as meninas nascidas sob tão amável signo os melhores tesouros que Eva podia esperar sobre a face da Terra. Na alcova colonial, sem ar, sem luz de sol, apenas alumiada pelo clarão amarelado da serpetina de prata, ouviu-se, porém, um suspiro como sinal de desapontamento e tristeza, suspiro do papai, desafogo de imo peito, desabafo de alma prática, e que logo todos traduziram por esta frase naturalíssima: – Antes fosse homem! Mil vezes, na verdade.

Uma escrava trouxe a bacia de prata embeijada e velha, que, seguindo a tradição da família, lavara já três gerações de umbigos; outra, a toalha de linho, metida em goma dura como um pau, e mais a saboneteira de louça.

E a menina foi lavada com todos os preceitos da *Luz das Comadres e Parteiras*, de Sebastião de Sousa, livro que, desde 1725, iluminava a sabedoria das aparadeiras de ofício ou de curiosidade. Veio depois a cerimônia do enfaixamento, do enfardelamento, do entrouxamento da pobre creaturinha transformada em múmia, envolta em cambraias, fitas bordadas e rendas, espetada após entre dois travesseiros como uma

boneca hirta, rubra, congesta, a boquinha fendida, aberta em ó, os olhinhos de bêbada rolando nas pálpebras arroxeadas de chorar.

– Que gracinha!

A essa hora já o mais rápido dos negros mochilas da casa, apertando na mão as alvíssaras do sineiro, meia pataca em moeda de cobre polido à areia, corria caminho da igreja próxima, a fim de que o sino, jornal da cidade, que contava, a todos, os sucessos mais importantes do dia, já tocan-



do simplesmente, já dobrando, já repicando, lançasse, sem demora, aos quatro ventos, a nova daquele parto, daquela filha, ou daquele desgosto...

Tangiam, no tempo, pelo nascimento dos meninos, nove badaladas, e sete pelo nascimento das meninas. Por onde se vê que já por essa época as mulheres nasciam fazendo menos barulho que os homens. A bisbilhotice urbana sabia tudo isso de cor.

E enquanto pela voz do bronze a notícia voava célere como um pé-de-vento, na casa da parturiente, diante do oratório todo iluminado e

festivo, a família de joelhos, piedosamente, erguendo preces ao Senhor, reunia-se, pedindo venturas para a alma descida dos céus, enquanto que, pelas portadas, pelos corredores, terreiros e mais dependências da morada, a sobra dos escravos mostrava alegria, cochichava, rindo, rezando, pedindo também a bênção do céu para Sinhazinha, que mal desabrochava para a vida!

Rescendia o alecrim, a alfazema, em rolos místicos correndo a casa, afugentando o *Tinhoso*, rompendo os crivos da urupema da rótula, a anunciar, fora, na rua ao que passasse, a novidade palpitante:

– Gente nova! Gente nova!

As jarras do oratório já estavam cheias de rosas frescas. Os pedintes do Santíssimo, de faro afiado e vivo, de instante a instante vinham bater à porta, ávidos de gorjeta, as escudelas da esmola arreganhadas à generosidade beata da família. Chegavam velhas devotas também a ver o que arrancavam à sovínice da casa: uma moeda de cobre, uma côdea de pão, um “Deus te favoreça”...

Que a notícia corria a enfiar-se pelo ouvido da vizinhança, até a mais distante. Sabia-se sempre onde tinha sido o parto; mais, que o recém-nascido era uma menina ou um menino, muito esperto sempre, a *cara do pai*, forte, chorão, bonito *como quê!*

No mesmo dia pensava-se nos bilhetes de dar parte, que eram feitos à pena de pato, em largas folha de papel de Holanda, obreados a cor-de-rosa, bilhetes para as pessoas de alta consideração nas relações da família e escritos, todos eles, naquele estilo de grande gala, que foi uma das cousas mais pitorescas do tempo:

Dou parte a V. Exa. em como foi Deus todo-poderoso servido des-se minha excelente mulher à luz uma filha... participações que eram respondidas, pouco mais ou menos, por esta forma não menos retumbante: Em muita obrigação me deixa Vossa Mercê participando-me tão grata e regalada notícia. Queira Deus, de futuro, possa dar-nos a amantíssima esposa de Vossa Mercê contentamentos iguais a este, porque de árvore tão auspiciosa devem ser esperadas infinitos pomos. Que o dado hoje se faça maduro, conservando as virtudes dos pais. Vossa Mercê que aceite estes meus gostosos desejos como ofertas sinceras da grande obrigação que devo a Vossa Mercê, a quem Deus guarde por muitos anos.

Só muita intimidade permitia visitas pessoais por tal motivo. Pudores naturais do tempo. No quarto da parturiente só entravam as mulheres casadas e as velhas. As raparigas solteiras e os homens ficavam no salão de visitas.

Mal nascido, aquele pedaço de carne cor-de-rosa resvalou logo do seio moreno da mamã para a peitarrá ebânica da escrava. Mamou, ela, assim posto, da negra, o leite e o instinto. À sombra da gaiola colonial, morrinhenta, clorótica, ranzinza, sob o desvelo direto da mãe-preta, viveu, depois disso, da esteira para o colo, do colo para esteira, até que um dia a levaram à igreja da Lampadosa, onde foi receber, com os santos óleos, o pouco amável nome de Úrsula – Úrsula Frutuosa Anastácia Benedita do Monte Serrate e Maia.

Para o ato solene convocou-se toda a parentela e alguns amigos do peito. No terreiro da casa – como da praxe, em vésperas de festejos de truz – derrubada, em massa, de gordos perus de roda e anafados leitões. Em fôrmas complicadas preparam-se para mais de quarenta qualidades de doces.

No dia decidido para o batizado, logo cedo, veio a cadeirinha com pinturas, que se foi alugar à loja do Silva, à Rua da Cadeia. Nela meteram a boneca risonha, envolta toda numa vasta toalha de rendas, e mais a ama negra.

Atrás da condução ligeira, a pé, os da família e da amizade, até à igreja distante onde Sinhazinha se cristianizou, recebendo no lábio cor-de-rosa um pouco de sal e na moleira o óleo sagrado do ritual cristão.

O bródio correu por três dias, alegre, ruidoso, a mesa armada no quintalejo, sempre renovada e farta de cobertas e acepipes.

Depois... cresceu ela entre a sala tranqüila do oratório e o terreiro que olhava a senzala, onde os negros viviam seminus, gralhando ásperos dialetos africanos; negros que tocavam o berimbau, a marimba, o mutungo, e cheiravam a almíscar.

Não lhe ensinavam a ler. Ler! Para quê? A mamãe, que era filha de fidalgos, lia, por acaso? Então!

Ensinaram-lhe a rezar, isso sim, a ter medo de Deus, como de um malfeitor.



LEANDRO JOAQUIM
DE UMA TELA EXISTENTE NA IGREJA DO PARTO
(Reconstituição de Marques Júnior)



Vem ainda, como contrapeso para aquela alminha tímida, a notícia de várias abusões:

– Ai, o uivo horrível que vai lá fora! Que horror! É o *lobisomem* a correr o seu fado! *Lobisomem* – avantesma que nasce ao crepúsculo da tarde, metade homem, metade lobo, e que anda a saltar encruzilhadas, perseguido, assobiado pelo vento, pelos galhos do arvoredado, pelos cães...

– Lá vai ele, lá vai à espera de espinho, dente ou espada que o lobo e o homem fica... E o Saci-pererê? E a Mula-sem-cabeça, o Tutumarambaia, a Mãe-d'água, e o Canhoto? O Canhoto! monstro com o dom de transformar-se em *cavalheiro capaz de seduzir a melhor dama*, mas sem poder dissimular dois pés de pato, amplos e feios, duende explosivo que arrebentava, em cacos, diante de qualquer cruz, deixando, com o estampido muito grande, uma nuvem azulada e um cheirinho de enxofre... Na cabeça da pobrezinha todas essas bobagens entravam e ficavam justas como uma gaveta numa cômoda.

Quando a mãe queria fazer a sesta e ela com a sua vozinha de criança começava a rir muito, a palrar, a mexer nos bilros da almofada da renda ou a subir pelos móveis, a ver se ainda havia no covilhete da credence um restinho de aluá, era posta no terreiro. Que fosse brincar com as crias, para longe, e a deixasse em paz, um pouquinho... Ah!

O que vale é que o terreiro era vasto e as cantigas que as molecas lhe ensinavam, fora do batuque e dos reizados, eram sempre muito bonitas e engraçadas:

Canivetinho

Do pintainho

Que anda na barra

Do trinta e um.

É de bão bão bão bão

É de bão bão bão bão.

Mingorra, Mingorra,

Ficaste forra!

Ou

Uma, duas angolinhas,

Finca o pé na pampolinha,

*O rapaz que jogo faz?
Faz o jogo do capão...*

Às seis horas fechavam-se-lhe as pálpebras de sono.

Dormir, assim, que é isso, Sinhazinha? E a oração a nosso Senhor? Vamos, olhe que este castiga... E lá ia ela, a pobre, cabeceante, para o oratório, medrosa do castigo daquele Deus, para ela tão exigente e tão mau que nem perdoava às criancinhas que têm sono.

E, engrolando mecanicamente palavras que não sabia o que queriam dizer, punha-se a rezar:

– Padre nosso que estais no Céu...

Tombava de sono, e de tal sorte que quase não ouvia a cantiga de adormecer, que lhe cantava a negra.

*Senhora Santana
Quando andou no monte
Por onde ela andava
Deixava uma fonte.*

*Vieram os anjos
Beber água nela;
Que água tão limpa,
Que fonte tão bela!*

*Senhora Santana
Ninai minha filha,
Vede que lindeza
E que maravilha!*

*Esta menina
Não dorme na cama,
Dorme no regaço
Da Senhora Santana.*

Aos 13 anos deram-lhe um confessor. Não fosse aquela alminha do céu sujar-se no pecado do mundo sem ter quem a lavasse com misericórdia. Não houve para isso grande trabalho. Já havia, portas adentro, um padre. Na época, não havia casa que não tivesse o seu padre, como não havia padre que não tivesse a sua comadre.

Esse era do Faial, um gordo, vermelho, muito devoto da Senhora do Rosário e das boas tigeladas de marisco. Santo homem! Além disso, grande tocador de viola. Santa viola! E que modinhas, as que ele cantava! Quando havia vinhaça da ilha, bebia sempre o seu meio odre. Aos poucos. Arrancava a redingota, a véstia, e não deixava mais o instrumento, muito vermelho, o olho langue todo envernizado de suor.

Às vezes tinha derrços com as mucamas, e era, principalmente, para a aia da garota, sabia-se, uma negra de Moçambique, de mamaça vasta e venta arrebitada, o versinho que ele cantava, sempre, com a música de um lundu vindo dos tempos de Bobadela:

*Pois tirana não te abranda
Do meu peito a amarga pena?
Dize, ingrata, esquiva Almena
Que farei pra te abrandar?*

O fato é que a escrava gozava o verso, escancarava a boca de orelha a orelha e só não corava porque era preta demais. Por isso mesmo, em tempos em que o marisco era vasqueiro, não esquecia jamais de lembrar, nos dias do padre, logo de manhã cedo, com solicitude, à senhora, não fosse ela esquecer a tigelada de Sua Reverendíssima...

Entre a viola, o oratório, os resmungos da mamã e os maus exemplos da escravaria trapenta e rude, toda aquela mocidade estiolava-se, consumia-se, secava. Aos 20 anos, quando ainda não havia casado, que os casamentos se faziam por vezes, aos 14, aos 13 e até aos 12, a menina, em geral, era uma *senhora dona*, de ar matronal, cevada pela indolência e falta de exercício. Cresciam-lhe a papada, o ventre e o traseiro. Era um odre. Perdia a graça de andar, marchava como marcha o marreco num gramado.

O reinol, porém, mordido pelo sangue mouro, achava-a um encanto; babava-se todo por aquela bola de sebo, por aquele dilúvio de banhas.

– Que lindeza!





A donzela carioca no século XVIII – Tempo de raros casamentos – Razões da anomalia – Proliferação de amásias e de bastardos – A roda da Santa Casa e as crianças abandonadas – Casamentos por conveniência – Critério para escolha de um noivo ou de uma noiva – A vontade soberana do Papai.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Namoros de água benta, *Washt Rodrigues* – O guia da lanterna na missa da madrugada, *Carlos Chambelland* – Como saía à rua uma família, *Washt Rodrigues* – Trajes de casamento, *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Retrato do Padre José Maurício, *Marques Júnior*.

.....

Namoro e Casamento

III

A crônica do tempo dos vice-reis fala-nos bem pouco da mulher carioca. Não obstante, difícil será arrancá-la de seu século. Como todas desse tempo, tinha que ser inculta, beata, indolente e volutuosa. *Volupté! c'est le mot du XVIII siècle. C'est son secret, son charme, son âme! Il respire la volupté, il degage la volupté...* A tirada é dos irmãos Goncourt, mas a verdade não é nova.

A centúria, que foi do mais embravecido e frenético amor, entre nós, saiba-se, não foi, como talvez se pense, de muito casamento.

Razões da anomalia? Múltiplas. Uma delas, para começar, o preço verdadeiramente exorbitante das custas eclesiásticas. *Por haver de se casar um homem são trabalhos, são despesas e demoras inexplicáveis; é preciso que haja um dote tal que faça sustentar o desejo de casar tão firme que possa vencer estes obstáculos; não sendo assim, ficam amancebados com as mesmas ou com outras toda a vida.*

É que a Mitra não se contentava, apenas, com a liberalidade devota da massa que a cobria de donativos, por vezes sacrificando as exigências do próprio estômago, enchendo-se com a receita larga da bacia de prata que sempre deu e de sobra, para manter no mais alto grau de opulência os cerimoniais do culto exterior; a Igreja sugava, a Igreja escorchava, a Igreja

exauria o fiel, sempre que ele procurasse a Casa de Deus para dar provas de sua piedade ou devoção. Se por preço excessivo cobrava ela um casamento normal, pense-se agora o que cobraria quando o mesmo, em circunstâncias extraordinárias ou especiais, ocorresse.

Sabe-se por acaso quanto custavam as licenças para casar primos com primas, tios com sobrinhas e quiçá parentes ainda mais próximos? Roma não negava jamais tais licenças, por mais condenáveis que fossem as ligações projetadas, lá isso é verdade, mas, em compensação, pelas letras apostólicas do despacho na Cúria Romana, pedia o que bem lhe parecia. No meado do século, as pretensões do gênero e que se faziam por intermédio do Cardeal Patriarca de Lisboa, custavam novecentos mil-réis. Novecentos mil-réis! Para a época, uma verdadeira extorsão.

É verdade que D. João V, o sátiro feroso do Convento de Odivelas, que morreu acreditando ter negociado em Roma, com o ouro do Brasil, a entrada mais cara que já custou a alma de um rei devasso no reino magnânimo do Céu, fez negócios piores, não há sobre isso a menor dúvida; é bom observar, porém, que nem todos tinham, como ele, ao alcance da mão, tesouros tão fáceis de oferecer.

Para evitar delongas na burocracia eclesiástica, embora sem garantias de fazer diminuir as custas da ganância papalina, Vicente



Farguini estabeleceu-se na capital portuguesa com uma agência de desempedimentos, mantendo corretores diligentes junto à Dataria da Santa Sé.

Havia, ainda, dificultando o natural prurido de casar, o preconceito de muitos portugueses contra os naturais do país, preconceito ensinado pela própria lei portuguesa durante certo tempo, uma vez que infames foram por ela considerados os que se ligassem à chamada raça desprezível dos caboclos.

A vida de reclusão que a pobre mulher levava, acrescida pelos zelos exagerados da família, era ainda nova dificuldade, novo tropeço, para os que desejassem escolher um noivo ou uma noiva.

Contrariando os empecilhos fatais de mil modos gerados pelas convenções sociais, pela bazófia dos homens e pela própria religião, a cidade enchia-se, felizmente de filhos, como os campos de madressilvas e capim melado. Amava-se como nunca mais se amou sob este bendito céu do Cruzeiro, violentamente, fogosamente, denodadamente. Até os padres e frades, particularmente ativos e sempre da melhor boa vontade no assunto, atendiam às necessidades da terra boa, que era muito grande e tinha pouca gente. É verdade que alguns, na sua diligente atividade, por vezes deploravelmente se excediam: *No Engenho Velho modernamente foi superior o padre Luís Cardoso, o homem mais prostituto que jamais se viu. Poucas escravas lhe escapavam...* (Relatório do Padre Cepeda, arquivado no Instituto Histórico do Rio de Janeiro, onde se encontra, ainda, este trecho interessante):

*A quinta de São Cristóvão foi uma Sodoma principalmente nos tempos que ali deram filosofia os padres Manuel de Araújo Cardim e Francisco de Faria cujos discípulos, sem temor de Deus, nem vergonha dos homens, pelas cercas, pelos valados e matos gastam o dia com escravas e outras mulheres que para esse fim mandam vir da cidade. Falando do superior padre Manuel de Araújo, diz ainda Cepeda, no citado manuscrito, que, sendo velho, era depravadíssimo, para logo acrescentar: *Segue-se depois dele no superiorado o padre José Xavier, monstro de lascívia, cujos escândalos...* Citar-se-iam centenas de milhares de casos idênticos. Com tais exemplos, como era de prever, o número de casamentos tinha que ser cada vez menor. Formidáveis exemplos!*



JOSÉ MAURÍCIO
(DE UMA MÁSCARA EM GESSO, EXISTENTE NO MUSEU HISTÓRICO)
Desenho de Marques Júnior

A cidade transbordava de amásias e bastardos. Criavam-se dificuldades e empecilhos aos anseios fatais da natureza? Pois empecilhos e dificuldades se venciam pela astúcia e pelo ardil. E ninguém casava. O Governo da Metrópole, certo dia, quer pôr um paradeiro a esse estado de cousas: assina um alvará com força de lei, datado de 1756, mandando suspender a infâmia que atingia o que se casasse com índia, a ver se açulava os celibatários inativos. Nada consegue o alvará. Anos depois, o Sr. Conde da Cunha, im-



pressionado com a atitude de seus governados moços, toma providências mais radicais, obriga-os a – *casar ou servir na tropa...* Quase nada arranja. O casamento continua difícil. E a população crescendo, crescendo... E a roda da Santa Casa a receber as crianças abandonadas que de toda parte vinham... Felizmente as *Ordenações do Reino* previam o caso: *As crianças não morram por míngua de criação, as mandem criar à custa dos bens dos hospitais ou albergarias que houver na cidade, vila ou lugar.* Na falta de albergues e hospitais, eram os mesmos criados à custa das rendas do Conselho. E, não havendo Conselho, à custa de fintas lançadas sobre o povo. Portugal era um país de pouca gente. Precisava defender a vida de seus filhos.

Verdade que, no Brasil, para que a instituição da *Roda* fizesse parte das cogitações governamentais, foi preciso, e isso quase no final do século XVII, o grito do Governador Antônio Pais Sande, impressionado pelo número de crianças que via morrer abandonadas ao relento pelas vielas esconsas da cidade, ou devoradas pelos cães.

Na melancolia da cidade colonial, a *Roda*, quando caíam as sombras da noite, não parava de girar recebendo, com o suspiro das mães, centenas de corpos e de vidas. Lá ficavam. Lá cresciam. Eram os enjeitados. De onde vinham eles? E o nome dos pais? Que importava saber! Eram colonos novos, vida e alento à roda viva da colonização.

Apesar de todos os contratemplos, muita gente houve que, podendo, casou.

O casamento por inclinação, porém, é que pela época foi coisa que mal se suspeitava que existisse. Menos resultado de um sentimento recíproco que a consequência de um negócio de família, era o casamento feito sempre à revelia dos mais interessados, o noivo ou a noiva...

Antes de escolher o marido para a filha o que o pai escolhia era o genro.

– Meu genro, que mora no que é dele e que de suas propriedades tira proventos de que vive, ou: – Meu genro, que descende em linha direta dos Canastrões de Azajuras, ou dos Pomboleiros dos Freichais... a sua filha tinha feito um casamento de truz.

E os reinóis que mandavam buscar, à Metrópole, noivos sob medida para as filhas: loiros rapagões, altos, sabendo ler, escrever e contar, e quando calhava doutor por Coimbra? Isso ocorria em geral com os comerciantes, quase sempre analfabetos, que prosperavam e que queriam ter em casa gente de confiança, capaz de cuidar, tanto da correspondência, como da escrita.

Os namoros do tempo foram, assim posto, todos eles sem a menor consequência. Namorava-se por gratidão, por divertimento, por vício, nunca para casar.



A regra geral, pelo menos, quase sempre foi essa.

E sabia disso *sinhá-moça*? Se sabia! E namorava ela assim mesmo? Se namorava! Por que não havia de namorar? Ora essa! Expandia-se, coitada, desacoitava-se desabafando, desafogando o temperamentozinho meridional e bravo, na ânsia de sentir e de provar, de qualquer forma, a doçura e o encanto

*daquele engano d'alma ledo e cego
que a fortuna não deixa durar muito.*

Não entravam no critério dessa escolha, porém, preocupações de saúde, caráter ou idade dos cônjuges. O que se queria era saber se havia, em primeiro lugar, dinheiro, em segundo lugar, sangue nobre ou situação social de relevo. O resto não interessava. Impunha-se, às vezes, a uma criatura jovem, de quinze anos, um velho de oitenta, com dez ou vinte prédios em Mata-Cavalo; um fidalgo morfético ou turbeculoso era ótimo partido para uma moçoila de excelente saúde, mas de família modesta ou sem recursos, e assim por diante.

Desde que o pai pudesse dizer, em conversa, fazendo saltar os sinetes e os berloques da sua rendigote de seda.



Namoros de água benta – A pantomina dos adros de igreja – Tática de namorados – Velhas histórias de gaviões e de pombas – Namoro de escolta e de estaca – O fungadinho e a cigarra – Alcoviteiros – Como acabavam todas essas histórias de amor.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Namoricos de rótula, *Washt Rodrigues* – Preâmbulos castos, *Washt Rodrigues* – O onze-letras, *Washt Rodrigues* – Espadim de cerimônia, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Pilares da fonte da Carioca.

.....

Namoro e Casamento

IV

U

m adro de igreja, antes ou depois de qualquer solenidade religiosa, foi sempre, pelo tempo, entre nós, uma interessante *vitrine* de namorados.

Por ocasião das missas ditas de madrugada, por dias de calor ou sol, chuva ou lama, de relâmpago ou trovão, quem descobrisse em sítios alcandorados como o morro de São Bento, Glória, Santo Antônio e Castelo, um perfil de capela, uma escadaria de igreja ou a porta iluminada de um templo, havia de ver logo, em torno e perto, sombras irrequietas que cruzavam, que saltavam, que esvoaçavam. Eram os namorados, em revoada, eram os gaviões do amor, em bandos numerosos, irrequietos, chasqueando das prevenções dos pais, zombando das ordens severas do Vice-Rei, desobedecendo até às pastorais do Bispado, que particularmente fulminavam e proibiam esses namoros de adro e de água benta.

Ali ficavam eles, os *almofadinhas* do tempo, muito bem escanhoadinhos, muito bem pintadinhos, cobertos de sinais de tafetá, na moldura das cabeleiras empoadas, as capas de embuço soltas ao vento, os olhos verrumando a sombra espessa da madrugada, nela indagando, farejando, descobrindo vultos de mulher, merinaques de mulher, mantilhas de mulher, aos saltos, aos ais, suspirando, sofrendo, sorrindo...

As famílias vinham para as cerimônias do culto em monomes guiadas pela lanterna ou pelos archotes dos negros escravos.

Na chefia do troço familiar punha-se o chefe à frente, todo envolvido num capotão de saragoça, sumido no seu panejamento de embuço, tendo sob as dobras da fazenda, em uma das mãos, a espada, não raro nua, e, noutra, o rosário de Deus.

Atrás dele os rebentos – as *sinhazinhase* os *sinhozinhos*, e *sinhás-moças* e as *sinhás-donas*, e, logo a seguir, *sinhá-velha*, a matrona, fechando a bicha familiar. Vinham as mulheres, pouco habituadas a exercícios de marcha, como espessos dominós, gorduchonas, gelatinosas, dançando os traseiros, estremecendo os ombros, deselegantes e tardas, ajustando a barraca das mantilhas de renda, bufando, suando, ofegando, a seguir penosamente as pernas compridas do senhor. Só então, fechando o couce da solitária, as amas, as mucamas, os escudeiros, os pagens e outros escravos de estimação.

Enquanto não chegam as famílias, o mais curioso é apreciar as atitudes líricas desse fantoche do século, que é o gavião, nas escadarias do adro, sentimental e atento, esperando que nas curvas da estrada surja a nota sangüínea de uma lanterna, porque sabe que quem diz lanterna, diz monome e quem diz monome diz *sinhá-moça*.

Lá está ele. Olhai-o. Nem se move. É uma estátua. É um ser em transe mediúnico. Mostra um olho a dessorar tristeza, olho de carneiro morto, olho de fim de tocha, quase infeliz. Infeliz por quê? Porque o *gavião* deve mostrar-se sempre desgraçado, uma vez que ele sabe que a desgraça humana inspira simpatia e que é pela simpatia que sempre começa o amor. Não o tiremos da fatigante posição em que se pôs, que assim ele se indica, ele se mostra, ele se oferece, quase a dizer entre os dentinhos esfregados à raiz d'alface:

– Então, não haverá, por aí, quem escolha este palerma?

Que no tempo era a *pomba* que escolhia o *gavião* e nunca o *gavião* que escolhia a *pomba*. Isso na hora do namoro, que na hora do casamento quem escolhia, sempre, era o papai...

Escolher! E como escolhia ela? Lançando o seu olho langue e açucarado sobre o olho açucarado e langue do *gavião* de seu agrado. Dois segundos e via-se logo uma centelha. Zás! Era como num curto-circuito...

Desse choque nascia a chama que havia de enlevá-los, a deliciosa labareda, aquele fogo milagroso que *arde e não consome, que brilha e não ofusca, purifica e não abrasa...*

Nesse dia, tanto um como outro, só viviam daquele instante breve e magnífico.

No próximo encontro, porém, o namorado consciente de seu dever, abandonando o terreno das especulações líricas, entrava a agir no terreno das possibilidades práticas, que o século, afinal, foi muito pouco de sonho e platonismo...

Assim, no suspirado dia da segunda missa, o *gavião*, logo que percebia, próximo à escadaria do templo, o rancho familiar – numa manobra



instintiva, afastava-se lateralmente, que o necessário era fugir sempre às vistas do pai, e tratava de tocar a vanguarda do grupo, de tal sorte tentando um movimento envolvente. Nesse ataque, o que se fazia mister, era que o assaltante tocasse a fileira humana quando bem na porta do templo, lugar de povo, de confusão e de aperto, provocando, assim, o desejado e *natural* encontro.

Que podia ele fazer, entanto, nesses dez ou quinze segundos de proximidade com a criatura dos seus sonhos? Coisas enormes. Coisas extraordinárias.

Emparelhado com a *pomba*, o *gavião* podia, por exemplo, fulminá-la com tremendíssimas piscações de olho; enlevá-la, com aflutados e melífluos suspiros; impressioná-la, embriagá-la, confundir-la com frases mais ou menos rápidas, mas profundas; frases que ele arrancava ao fundo do coração esbraseado, e as atirava como labaredas vivas e incendiárias. Tiradas como esta: *Desgraço-me por ti!* Ou: *Meu amor e meu martírio!* Ou ainda: *Tu me apunhalas, tu me trucidas, monstro gostoso da minha vida!*

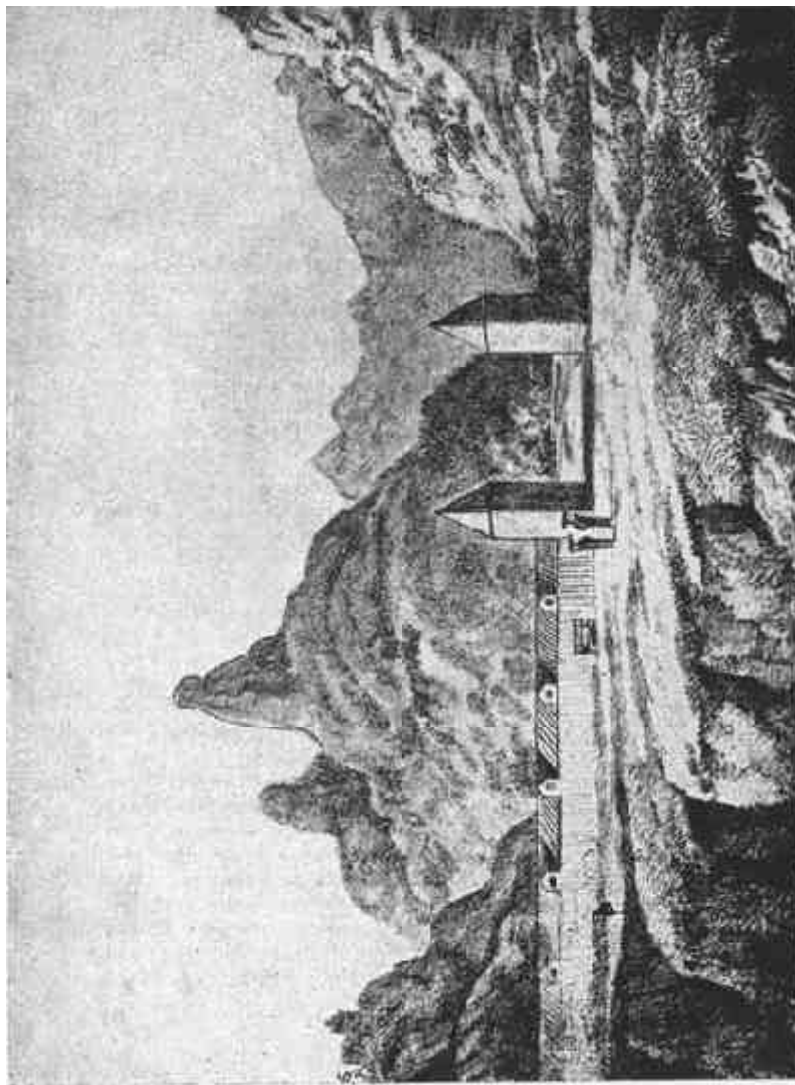
Só?

Não. O milhafre, se realmente era homem do seu século, agia com mais positividade, para não dizer com mais sem-vergonhice. E é assim que teríamos de vê-lo na prática irreverente de um vezo herdado ao reinol, que o adquiriu, talvez, nos tempos do seu comércio com o mouro ardente, ardente e velhaco, em matéria de amor.

O que o índio da selva brasileira, ingênuo, desconhecia, e o português nos trouxe para ser logo pelo *gavião* apressadamente adotado e seguido, foi a mania insolente de beliscar a mulher do próximo por toda parte onde ela se encontrasse à distância de um braço. Diz o Sr. Júlio Dantas, num dos seus formosos livros, *que no correr do século XVII, os portugueses encheram de nódoas o corpo das mais lindas mulheres de Castela*. E, mais, que as *niñas holgonas* de Toledo ficaram chamando a tais beliscos, *mimos de Portugal!*

Pois nós beliscávamos também no século XVIII, sempre que podíamos, graças a Deus, e se deixamos de beliscar algumas vezes, saiba-se, menos foi por falta de mulher que de vontade.

O *gavião* avisado, portanto, quando dava por findo o estágio do olho melífluu, do suspiro elegiaco e da frase melosa, realizada com pro-



PILARES DA FONTE DA CARIOCA
(Gravura no livro de Handerson)

veito a sua manobra de flanco, abria logo dois dedos em forma de pinça, dois dedos desaforados, dois dedos terríveis e – *zás* – atuava na polpa do braço, do colo ou da anca da rapariga, de tal sorte provando-lhe o temperamento e amor.

Ficava uma nódoa preta na carne de *sinhá-moça*, porém outra lhe ficava, cor-de-rosa, na alma! Desejado belisco, pincho cobiçado, mimo de Portugal, que fizeste a ventura e o consolo das nossas avós; como, numa impulsão atávica, por vezes, ainda dançais, hoje na ponta dos nossos dedos, muito principalmente quando pela nossa frente deslizam, à distância de um braço, certas formas gentis...

Ao namoro de *água benta*, que era o de porta de igreja, – santo namoro! – seguia-se o namoro de *escolta*, que consistia no acompanhamento da namorada feito pelo namorado, à distância, pelas ruas, por ocasião das raras vezes em que ela sabia.

Para tal, o *gavião*, no intuito de proteger o seu anonimato, garantindo-se contra as possíveis curiosidades da família, enro-dilhava-se todo na capa, a enormíssima capa de muitas dobras, virava uma trouxa de pano, derrubava sobre a testa o chapéu cuscuzeiro, pondo apenas, do lado de fora de toda aquela peça de fazenda, um olho em bugalho, um olho terrível e que iluminava a rua como um farol. Com esse olho ciclópico



seguia ele as pegadas de *sinhazinha*, platonicamente, silenciosamente, de longe, conformado e feliz.

Na sua irreconhecível indumentária que o namorado habilitava-se, ainda, ao que se chamou *namoro de espeque* e que no tempo do bico Auer e da sobrecasaca, os nossos avós conheceram pitorescamente pela denominação de *lampião de esquina*.

O olho posto nas frinchas das grades de pau ou da urupema, espetado no ângulo da rua, ou em frente à morada da menina, o *gavião* mostrava-se, mas, sem ver a namorada, adivinhando-a apenas. E era assim que, por vezes, cocado pelo próprio pai da rapariga, o infeliz, sem saber por quem era visto, denunciava-se todo, relevando com seu olho cheio de ternuras a sua audácia e a sua desfaçatez. Situação essa perigosíssima, e que, não raro, terminava numa tunda de pau.

Os mais precavidos, portanto, só faziam a estaca mediante certa garantia dada pela namorada. Para isso obter, o *gavião* passava pela rótula e pigarreava. Um pigarro feminino tinha que ser a esperada resposta. Além do pigarro, como senha amorosa da época, houve, ainda, o *fungadinho*. Tanto um como outro, faziam um ruído algo prosaico, o ruído que fazem os endefluxados quando se aliviam. Também houve como gênero de aviso o que se chamou *cigarra*, que era um assobio levíssimo, entre os dentes, feito de fora para dentro da boca. A *cigarra*, porém, só entrava em cena quando o papai não estava em casa, porque era um tanto escandalosa e já muito conhecida. Conhecida até dos conventos:

*Eu sei de senhores frades
Que são "cigarras" e chamam
Sem ser verão, pelas grades.*

E quando o papai não estava e os namorados eram dois, e as namoradas eram duas, através da mesma grade de rótula? A grade, aí, chiava como chia uma mangueira quando o sol tomba nas grandes tardes de calor, pelo estio.

Chiavam, da rótula, as *cigarras* de casa, atrevidas e satisfeitas; chiavam da rua as *cigarras* de carrapito e espadim dourado, calçando sapatarras de salto alto, agitando as asas de pano de Saragoça, voando de felicidade, de uma esquina para outra – *Chiiii..*

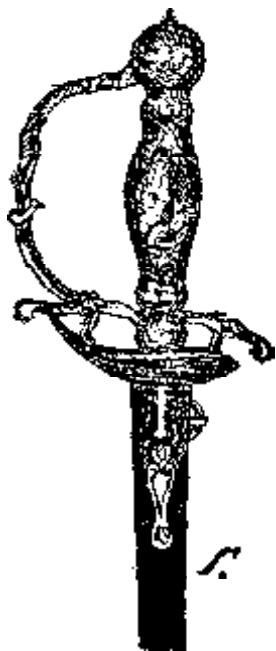
Por vezes, a janelinha da rótula afastava-se e uma mão nívea e formosa surgia trêmula, com um fruto ou uma flor, sinal que queria dizer mais ou menos – vale um belisco. No século, não se fazia nada sem um apertão de carnes. O mouro ainda pesava, fundo, no nosso sangue. Se havia trevas e era noite, abusando da ausência da iluminação na cidade, o mais prudente parava e o mais afoito... enfiava pela rótula.

Não esquecer nisso tudo a figura indefectível do moleque, onzenário e patife, velha criação colonial, e que era o agente de ligação entre essas epidermes que escaldavam ansiosas de contacto e de amor.

Um belo dia, porém, todo esse enlevo era desfeito. A rótula emudecia, o gavião abalava, o romance chegava ao fim. *Sinhá-moça* ia casar. Casar com outro! Vontade do papai... *Sinhá-moça* desatava em pranto. *Sinhá-moça* sofria. O pai, porém, dava-lhe logo dois berros:

– Ora esta! Choros! Se calhar, a menina andava-me por aí, embeçada por qualquer troca-bolas. Era o que faltava!

A menina, porém, enxugava logo as lágrimas, sorria contrafeita... E tratava de ser *feliz*.





Os antecedentes – Cozinha do século XVIII – Taillevent, o sapientíssimo – Graxas e molhos pirotécnicos – O deslumbramento dos repastos – Quantidade – Variedade – De Luís XIV a Luís XV – Naturais refinamentos – Os comilões do tempo – Estilização portuguesa da cozinha de França – O apetite português – Escola de galfarros e gastrônomos.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Cozinheiro, *Henrique Cavaleiro* – No preparo da comida, *Washt Rodrigues* – Vendedor de água, *Carlos Chambelland* – No espeto de pau, *Henrique Cavaleiro*.

FORA DO TEXTO – Incêndio do Recolhimento do Parto (tela de *Leandro Joaquim*, existente na Igreja do Parto).

Cozinha e Mesa

I

D

iz um escritor lusitano que em Portugal sempre se comeu muito, com a agravante, porém, de se ter comido muito mal. Parece que há nisso uma pontinha de exagero. Durante o século XVIII, pelo menos, no velho reino, comia-se como se comia em toda a Europa. E a Europa para comer reclamava, exigente, as fórmulas culinárias que eram as da mesa do Rei Sol, representando nada mais, nada menos, na época, que a mais sábia codificação de velhas, mas reputadíssimas, receitas organizadas por esse sapientíssimo Taillevent, que foi o cozinheiro de Carlos VII. Não merece, portanto, censuras o português, que, nesse ponto, e como raros, soube honrar Epicuro, comendo tão bem como os que melhor comiam no seu tempo.

O que se pode acusar, isso sim, é a cozinha de então, a cozinha áspera do século, pesada, toda feita de graxas e ferozes condimentações, cozinha de artríticos, opulenta em tóxicos, quase explosiva, garantidora, não raro, das mais autênticas dispepsias.

Enfim, sendo, como foi, toda a época de insólito apetite, maior era o número de galfarros que o de gastrônomos. Comia-se copiosamente, brutalmente, como nos tempos de Roma ou nos de Philippe-le-Bon.

A mesa deslumbrava pela opulência dos repastos. Quantidade. Variedade. Cem ou cento e cinquenta pratos de iguarias, todas diferentes, num banquete, não seriam nunca de mais.

E que cuidado na apresentação dessas comezainas! Que razões! Eram porcos inteiros, vitelas inteiras, javalis, sem faltar pedaço, armados em carretas ou em vastas pátenas de preço, espetaculosamente postos numa decoração de folhagens, de flores e de frutas. Em pratarrazes largos, perus que se equilibravam, quase ressuscitantes, a fazer *glu glu*, de apetitosos nichos de agrião ou de alface; codornas trufadas em atitudes idílicas, a repousar sobre canteiros de salsa... Natureza morta e paisagem. Carícia dos olhos e do estômago. Desses manjares imaginosos, de uma alegoria, por vezes, pitoresca e imprevista, restava-nos, até pouco, o prato-chefe das ceatas elegantes em família, pelos dias de batizados ou casamentos, o famoso leitão de forno, obrigado a farófia, nédio como Vitellius, coroado de louros, olhos de azeitonas e uma roupagem de rodelinhas de limão a recamar-lhe o dorso dourado pelo fogo; à boca a batata da pragmática, sólida e precursora das que teriam de vir, depois, por ocasião dos brindes e discursos de sobremesa...

Tais iguarias brutais, compreende-se, eram mais devoradas que comidas, mais engolidas que saboreadas. De resto, essa cozinha de alarves não podia ser de natureza a inspirar gastrônomos. Um homem como Luculo, por exemplo, se tem vivido no século XVIII, talvez não morresse à fome. Com certeza não morreria, mas havia de morrer de vergonha, diante desses



repastos tão falhos de imaginação, tão barrocos de aspecto, e sem a menor sombra de requinte e de graça.

É verdade que pelo correr do século, com Luís XV no trono, a arte de comer apurou-se um tanto, espiritualizando-se, se isso se pode dizer. É triste dela se assim não fosse. Que para alguma coisa haviam de servir os Lancret e os Boucher pintando em ouro e rosa; Versalhes; os ourives cinzelando, no apuro desvelado de artistas, jóias esquisitas que representavam guirlandas e laçarotes; Marivaux tangendo o seu plectro amaneirado e sonoro; Mozart compondo a solfa encantadora de *Don Giovanni*... Como se podia compreender, na verdade, por essa época de *boudoirs* de seda e laca, do minuete e do sorriso de Madame Pompadour, a cozinha planturosa de labregos, que havia quase cem anos vivia a empanzinar e a empanturrar o mundo inteiro?

Melhorou, não há dúvida, melhorou bastante, embora continuasse um tanto pesada, mas já sem o delírio agressivo das graxas e dos molhos pirotécnicos.

Sem essa amável evolução não se poderia justificar, na verdade, a gastrologia de certos homens de espírito do tempo, muitos deles notabilísimos.

Que, sem falar no gargantão Verdelet, que ficou na história por haver comprado, de uma só vez, três mil carpas, para delas arrancar as línguas, com as quais mandou fazer o mais esquisito dos manjares, pode-se ainda citar Buffon, que não se limitava somente a estudar a natureza, senão, ainda, a devorá-la com amor, naquilo que ela tinha de mais saboroso e apetecível.

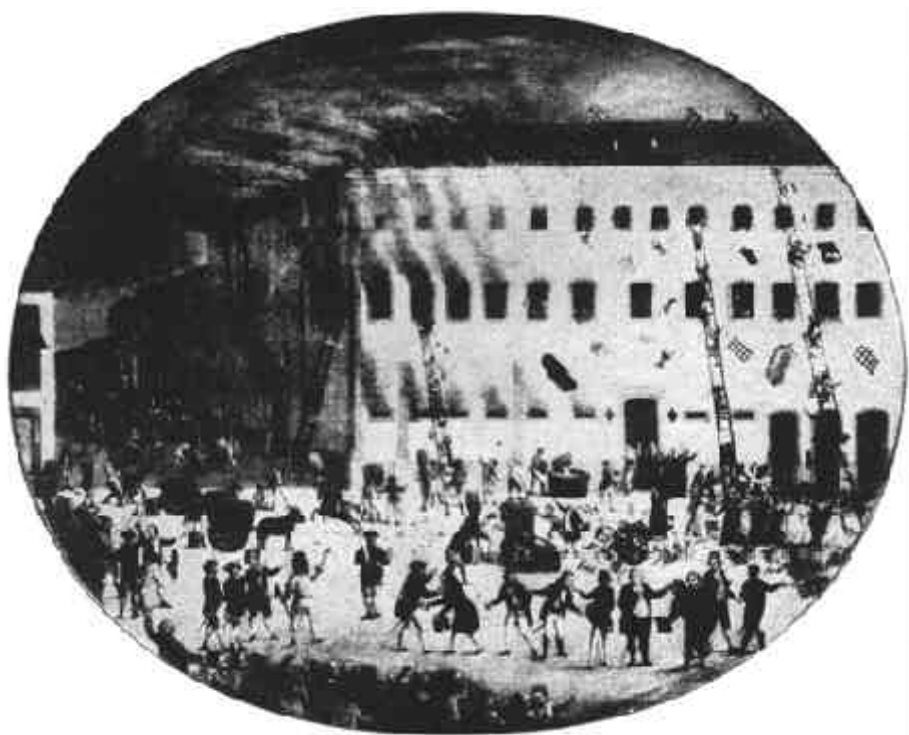
E Montesquieu? E Marmontel? E Savarin, depois, o esteta que escreveu a *Fisiologia do Gosto* só pela curiosidade de penetrar nas razões que justificam, através dos séculos, os prazeres da mesa e a sinceridade dos seus adeptos? Uma *troupe* luzida, como se vê, e toda ela, de qualquer forma, provando que, se nem todos os homens de espírito são gastrônomos, pelo menos os gastrônomos são, quase sempre, homens de espírito. E

Que a pança

É a mola em que descansa

O movimento do mundo...

Para provar que a cozinha portuguesa, que bastante influiu na nossa alimentação colonial, repousava, toda ela, nessa cozinha de França, procure-se ver as duas mais conhecidas bíblias gluttonas impressas em nosso



INCÊNDIO DO RECOLHIMENTO DO PARTO
(Quadro a óleo de Leandro Joaquim, existente na igreja do Parto)

idioma durante o século XVIII, em Portugal: a *Arte de Cozinha*, de Domingos Rodrigues, e o *Cozinheiro Moderno*, de Lucas Rigaud.

Cópias perfeitas dos ensinamentos da culinária francesa, esses dois livros foram os melhores plenipotenciários da cozinha dos Luízes de França, em Portugal. O país, de resto, já passara a idade das criações pessoais, que ficaram com as descobertas, com o manuelino e com o poeta Camões. Começava a importar de outras partes, embora com certa dignidade e elegância, o que a imaginação da raça já não produzia, já não dava. De onde vinham as cabeleiras de empoar, as etiquetas da corte, a arte, em todas as suas modalidades, os vícios e outras idéias menores? De Paris.

Se assim era, por que não havia de vir, também, o processo de melhor fazer-se um frango de cabidela ou a maneira mais racional de preparar-se um porco de cebolada?

Não obstante, as receitas que chegavam através dos Pirineus, iam-se nacionalizando, já pelas interpretações pessoais dos textos culinários, já pela diversidade ou carência de certos adubos no Reino. Por interpretação, portanto, assimilação, deturpação, fosse o que fosse, essa cozinha peninsular evoluía, ganhando aspecto novo, mantendo embora nas linhas gerais o espírito da chamada arte francesa de bem-cozinhar.

Assim posto, o prosaico bacalhau com batata, o caldo verde, as tripas à moda do Porto e o caldo da cozida, nada mais eram, como ainda nada mais são, no fundo, que uma mera estilização lusitana de motivos culinários que vieram de Tailvent, com escalas pelo refeitório dos reis de França.

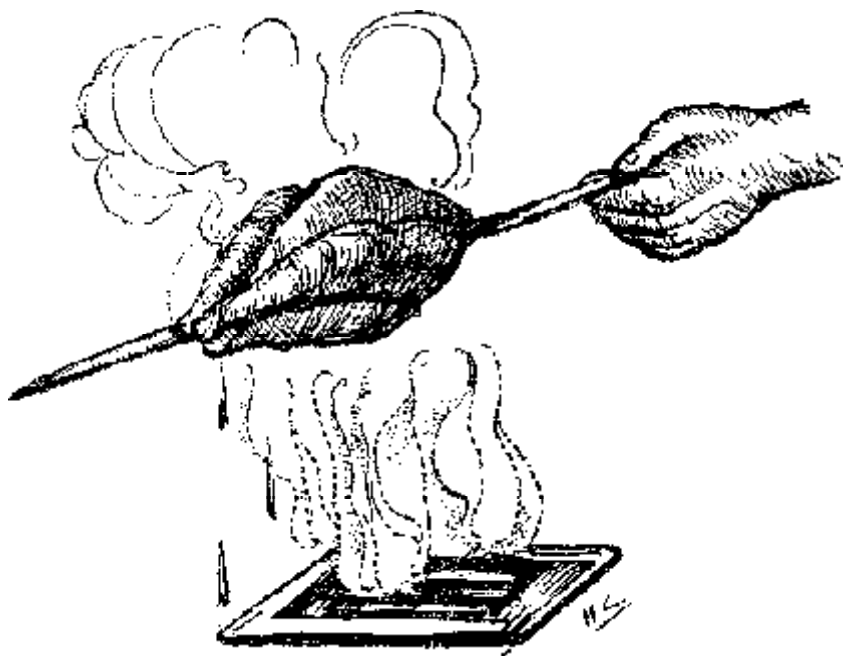
Não comeram mal, portanto, os portugueses colaboradores importantes da cozinha brasileira.



O estômago lusitano havia muito vinha sendo uma víscera exigente e violenta. E estômago do povo, estômago de reis.

D. Manuel, enquanto espera pelo descobrimento do Brasil, empanturra-se, farta-se com viandas pesadas de especiarias do Oriente e passa à história como um rei comilão; D. João IV come de causar surpresa ao embaixador Southwell; Pedro II inventa a glória de Domingos Rodrigues, o cozinheiro que rompe, mais tarde, o século XVIII coroado como um gênio; D. João V, epicurista formidando, é o homem de quem o desembargador Brochado afirma que *comia muito, não fazia exercício e passava o dia a ouvir histórias da carochinha*; Dom João VI, afinal, era aquele reizinho ventruado, palerma e amável, que devorava frangos como uma raposa e que, não contente de devorá-los à mesa, ainda os metia na algibeira para comê-los fora dela.

Exemplos magníficos de apetites heróicos também tivemos nós, como se vê, que não era apenas na arte de bem-cozinhar que aqui vinham os portugueses instruir-nos, senão ainda na de muito comer para que honrássemos, de tal sorte, o apetite e o estômago, víscera brutal que Deus nos deu.





A mesa carioca – Como comia o filho da terra – Cozinha de caboclo – Preferências do reino – Como se alimentava um negro – O nosso estômago visto através das estatísticas do século – Casas de pasto – As ceatas de Luís de Vasconcelos e as críticas do tempo.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Casa de pasto, *Washt Rodrigues*– Como se comia, *Washt Rodrigues*– Vendedor de cebolas, *Rodolfo Chambelland*– Púcaro para mel, *N. N.*

FORA DO TEXTO – Reconstrução do Recolhimento do Parto (*Leandro Joaquim*).

.....

Cozinha e Mesa

II



povo, a grande massa obscura que não pertencia ao que se chamou, no tempo, a nobreza da terra, a mafra anônima da cidade, o branco sem regalias, o mazombo vulgar, o mameluco, o cafuz, o *cabra*, o caboclo, o mulato de capote e outros tipos desprezíveis e fulminados pela arrogância e pelo orgulho imprudente dos senhores do momento, toda essa gente, formando espessa maioria ao lado do privilegiado europeu, mantinha-se fiel à alimentação do avô índio.

E era relativamente sóbria no comer, como o silvícola, que vivia de caça, de pesca e de outros produtos da terra, notadamente o aipim e a mandioca, prazer e base de todo o seu simples, mas sólido, mantimento.

Léry espantou-se ao ver, nos arredores da Guanabara, antes da fundação da cidade pelos portugueses, essa delícia brasílica, o *pão da América*, em grossas raízes, *tão grossas como a coxa de um homem e longas de pé e meio*.

Eram as mulheres que as preparavam transformando-as no que o reinol pitorescamente conhecia por *farinha de pau*.

Depois de passados em raladores, que eram feitos de um pedaço chato de madeira sobre o qual se incrustavam pedras curtas e pontudas, iam tais raízes, já em fubá branquíssimo, ao preparo da torra, postas ao fogo

vivo ou ao do moquém, dentro de vastas frigideiras de barro, com capacidade para mais de um alqueire cada uma. A fim de tostar por igual a farinha, mexiam-na, então, constantemente, com cuias e longos madeiros. De tal forma obtinha-se o que se chamava *uhi-antan*, resistente fubá, e *o uhipon*. O primeiro demorava mais no fogo, e por isso era mais escuro e áspero, o segundo mais cru e mais macio, dando-nos a impressão muito aproximada do miolo do pão de trigo.

Dessa farinha faziam os tamoios várias papas que chamavam *mingaus*, ligando-as não raro ao arroz, ao suco de carnes e de ervas que na cozinha brasileira de hoje tradicionalmente ainda se conserva e se conhece por pirão ou por angu.

A qualquer desses alimentos, porém, fossem mingaus, pirões e angus, o avô carioca não esquecia de juntar a farinha seca, que ele comia de arremesso, atirando à boca, aos punhados, com quatro dedos da mão. O autor da famosa *Viagem feita às terras do Brasil*, Léry, que gozou o pitoresco da prática malabarística do silvícola, afirma que da porção atirada, de longe,



à goela gentia, nada se perdia da mandioca, não tombando um só grão fora do alvo desejado. Acrescenta o viajante que, a tentar o mesmo, um bisonho qualquer, no exercício da curiosa habilidade, arriscar-se-ia, no mínimo, a ver a farinha espalhada toda pelo rosto.

Este hábito primitivo e pitoresco de comer ainda se encontra em certas povoações distantes do litoral.

As carnes do tatu, da paca, da capivara, do jacu e demais caças abundantes por todo o bravio matagal que bordava as margens desta famosa baía azul, bem como o peixe, quando não se comia após assado ao espeto, eram preparados em conserva para suprimento de dias a vir. Essas conservas eram obtidas, sempre, no moquém, sob a ação do calor lento.

A cozinha do povo era, assim posto, no fundo, a cozinha tamoia, que a colonização ia, embora aos poucos, transformando.

Paçocas, pirões, farófias, canjicas, angus, beijus, peixe e caça supriam a mesa do povilêu carioca.

Não se levava muito em conta a vianda da terra: o boi, o carneiro, o porco e a própria cabra.

Assim comia a gente do país, regaladamente, gostosamente, dando largas ao seu apetite semibárbaro entre goles da boa linfa da terra ou da aguardente de cana.

O funcionário do rei na governança da cidade, o nobre, o bispo, padre ou frade vindos da Metrópole, o mercador com porta de loja aberta à Rua Direita ou Ourives, a oficialidade de galão da tropa e todos aqueles, enfim, que usavam espadas com punhos de Limoges, sinais de tafetá e bofes de renda da Inglaterra, esses comiam mais ou menos à européia, reclamando as caldeiraças lubrificadas de graxas espavorosas, as carnezinhas pingantes e succulentas do porco, do boi e do carneiro, cobertas de violenta especiaria. E pão de trigo, em vez de farinha.

Resta falar do negro, a pobre besta humana escravizada e que comia o que lhe davam.

Por espírito de sórdida economia, atendendo ao preço verdadeiramente irrisório, na época, das nossas frutas, os senhores, em geral, alimentavam os seus cativos com laranja, banana e farinha de mandioca.



RECONSTRUÇÃO DO RECOLHIMENTO DO PARTO
(Quadro a óleo de Leandro Joaquim, existente na igreja do Parto)

*Comida de negro brabo:
Quatro laranjas num gaio,
Uma cuia de farinha,
Cinco ponta de vergaio.*

A população do Rio de Janeiro, pelo tempo do Sr. D. Luís de Vasconcelos e Sousa, devia orçar por umas trinta e oito mil almas. Pois existiam para toda essa gente apenas 14 casas de vender pão e 13 açougues. E não se diga que o pão não havia por falta de trigo, pois até o produzíamos. A carne de boi, porco e carneiro, outrossim, tampouco da predileção do filho da terra, pelo tempo, sobrava, e tanto que era baratíssima. Que prova isso? Minoria e séria de europeu, já por esse tempo neste Brasil de caboclos. Preponderância notável do filho da terra sobre o reinol.

O peão que não tinha família, ou não fazia, ele mesmo, a sua cozinha, ia comer às *casas de pasto*, nome pelo qual eram conhecidos os restaurantes, que se espalhavam, então, pelo centro da cidade.

Apesar dos hábitos patriarcais da população e da ausência de outro estrangeiro que não fosse o português, fechados, como se achavam, os nossos portos, ao mundo, possuíamos, em 1789, 14 casas de pasto; em 1792, 17, e em 1794, 18.

Pode-se calcular o que seriam essas sórdidas lojas de comer, instaladas nos baixos dos velhos prédios coloniais, freqüentadas por oficiais mecânicos, aprendizes, ciganos, mariolas, mendigos e mulatos de capote. Nelas, entretanto, havia sempre dança, música e álcool: modinha, lundu e cachaça. Para



chamariz da clientela, o clássico cego da sanfona ou da rabeca, à porta, e no alto das mesmas os distintivos da fazenda, um galho de louro: uma ave morta, uns frascos lembrando vinagreiras, e a tabuleta do costume escrita em fonética ortografia: *Cumidas e Vinhos*.

Para os elegantes houve, pela época da inauguração do Passeio Público, um restaurante de escol com umas célebres ceatas de arroz com camarão, notável e apreciadíssimo crustáceo, pitéu dos desvelos de Afrodite e muito da particular predileção do buliçoso Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos.

A virtude do tempo, porém, não viu com bons olhos essa curiosa inovação de casas de pasto, embora elegantes e quase ao ar livre.

Camarão e pimenta entraram logo para o *index* das coisas proibidas.

As beatas de mantilha, quando voltavam, pelo crepúsculo da tarde, do terraço do *Sou útil ainda brincando*, após gozar a brisa fresca da barra, dando com os pavilhões de comer já armados com toalhas de linho e serpentinas de várias luzes acesas, iluminando o azulado das porcelanas da Índia, embora sem ver o camarão da estroinice, persignavam-se rosnando doestos, mastigando ultrajes, suando desaforos, furiosas com os desavergonhados que não se pejavam de comer em público...

– Não eram assim os tempos saudosos do Sr. Conde da Cunha, que era um vice-rei austero, diziam. Nem mesmo a tanto se havia chegado com as audácias do Sr. Marquês do Lavradio, o *Gravata!* Era preciso que viesse à vice-real governança um homem como o Sr. D. Luís de Vasconcelos e Sousa, monstro que consentia Manuel Luís inaugurar um camarote de frades entre as forçuras da *Nova Ópera*, bargante que achava natural o deão da Sé andar de sege sem cortinas, desavergonhado que, usando *calções de estalar*, havia inventado, ainda por cima, ceias públicas com camarão, pimenta, vinho, e até mulheres de qualquer cor...





Nas tréguas da cozinha cabocla – Cardápio reinol – Olhas, caldos e sustâncias – Molhos complicadíssimos – Pratos de vaca, de porco e de carneiro – Tempo de poucos legumes – A hora da sobremesa – Vinho, cerveja e água – Consolo dos tristes.

ILUSTRAÇÕES

NÓ TEXTO – Antes de sentar à mesa, *Washt Rodrigues* – Vendedor de alhos, *Rodolfo Chambelland* – Terrina, *Salvador Ferraz* – Recipiente para farinha ou pão, *N. N.* – Como se aproveitava o remanescente de um caldo, *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Interior de S. Bento (coro).

.....

Cozinha e Mesa

III

D

a áspera cozinha do caboclo, ao passarmos à cozinha laudável do mazombo, veremos que ela nada mais era que uma assimilação da do reinol, sujeita, apenas, às contingências ambientais.

Os repastos abriam-se, em geral, com potagens: sopas, sustâncias, caldos e olhas.

Postas em fundas tigelas de barro ou porcelena, essas sopas, quando levadas aos lábios, eram sorvidas ou viradas, não raro de uma só vez, como se vira o conteúdo de uma xícara ou de um copo. O gesto de elegância foi mais ou menos o de século, precário em colheres. O guardanapo, quando havia, é que salvava a integridade dos bofes e das gravatas de renda, da véstias bordadas à seda frouxa e o cetim das casacas. Sobre tais pratarrazes, onde o galhozinho de manjerição ou hortelã eram de pragmática, nadavam sempre os coalhos espessos da procurada gordura, a exalar os mais desamoráveis odores.

Caldos e olhas coloniais que cheirastes tão mal, mas que fostes a alegria de tantas pituitárias e a volúpia de tantos paladares! Muito se lembra, hoje, de vós, o nariz incauto que, atravessando certas vielas sórdidas da Saúde ou da Gamboa, se dilata diante daquelas baiúcas, que vendem iscas e bacalhau, com cardápio cantado em falsete, e onde homens de catadura

plebéia digerem como boas, aos haustos, aos arrotos, o olho avidralhado de cachaça ou de verdasco, sólidos e untuosíssimos jantares.

Como, porém, se preparava uma olha? A *olha podrida*, tão da predileção dos nossos queridos irmãos de além-mar, era feita desta sorte:

Ponha-se em uma panela a cozer um pedaço de vaca muito gorda, uma galinha, uma perdiz ou pombo, um coelho, uma lebre, havendo-a uma orelheira, ou pé, se for tempo de porco, um pedaço de larcão, chouriços, lingüiça, e lombo suíno, tudo misturado com nabos se os houver, ou rabões, três cabeças (não dentes) de alhos, das grandes, duas ou três dúzias de castanhas, sal, cheiros; como estiver cozido mande-se à mesa.

A receita é cortada a um manuscrito do século XVIII.

Havia, além dessa, outras: a *olha fina*, que chamam de *Moura*, a *olha entrida* e mais olhas, todas, sempre, complicadíssimas de condimento, não raro com açúcar, com canela, com manteiga e mais adubos do tempo. Os adubos do tempo!

O angélico caldo que *nunca faz mal a doente*, o simplicíssimo ingênuo caldo dos nossos dias, era, pela época, culinária desprezível e quase indigna. O que se queria era sentir, na gamela vasta e pesada, o lameiro da pitança, prenhe de



adubagens e gorduras, atoucinhado, atutanado, e, sobretudo, farto, transbordante. Quando se destampavam os sopeirões das mesas setecentistas, as narinas, em vez de se contraírem diante da agressão insólita de tão imprevisitas emanações, ao contrário, dilatavam-se de prazer, contorciam-se de volúpia. As moscas, no ar saturado de indômitos odores, dançavam assanhadas sara-bandas e, como as humanas narinas, rejubilavam-se também, em delírio, deliciadas, ébrias e felizes...

Passemos, porém, das potagens, aos peixes. Pouca variedade na receita portuguesa do tempo. O *à escabeche* tinha relevo especial. Pouco bacalhau. Só os reinóis aqui o importavam de Lisboa, nostálgicos das paçadas patricias, apesar da abundância e da excelência do nosso incomparável pescado.

Também de lá vinha (imagine-se!) a pescada portuguesa em salga, de qualquer modo inferior a qualquer das múltiplas variedades do mesmo peixe que possuíamos. Vinham, como vinham até pedras para construções de vulto, neste país de estupendos mármore e ainda melhores granitos.

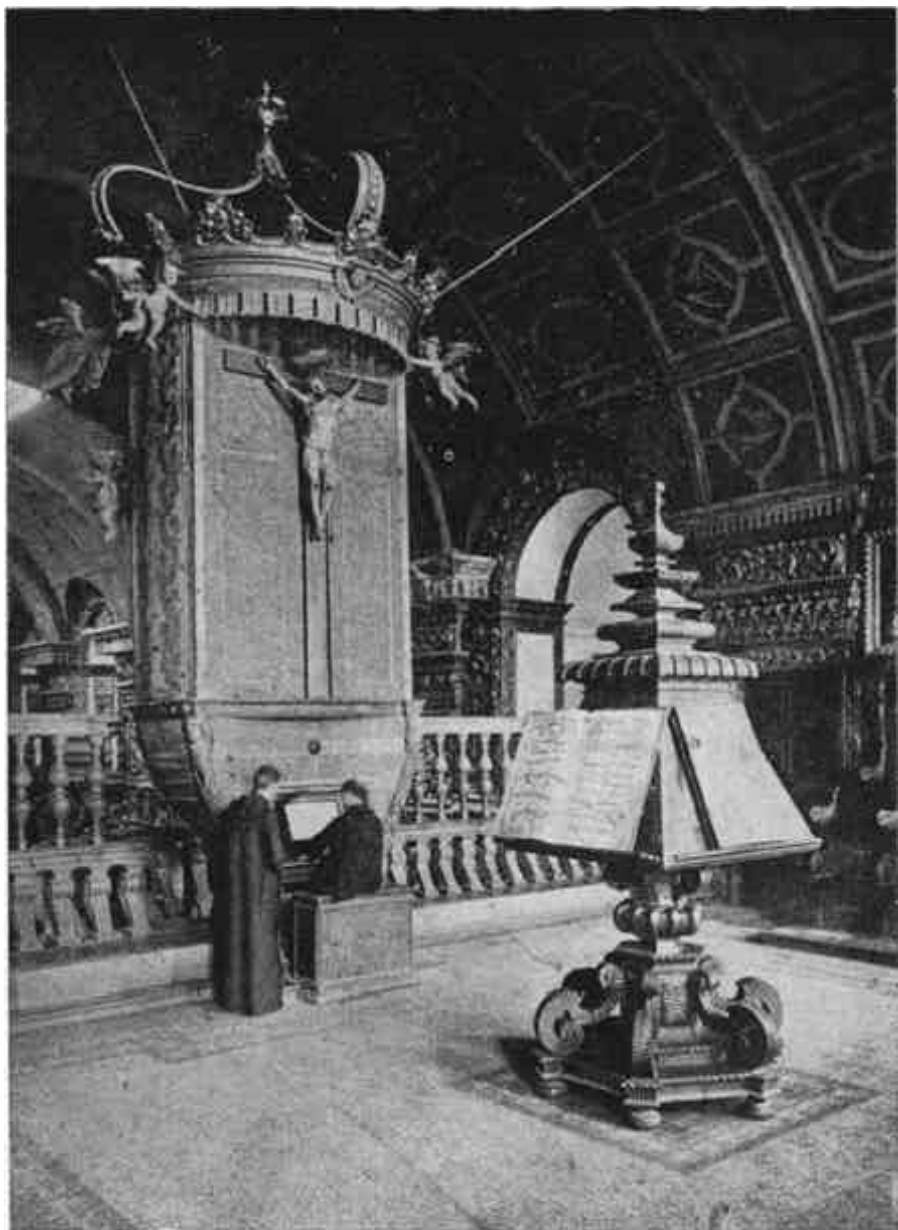
Passemos, porém, do peixe à carne.

Lucas Rigaud, no seu *Cozinheiro*, na parte consagrada à vaca, diz que, sendo ela *tão comum quão necessária para alimentar os homens, foi preciso imaginar-se diversos modos de a preparar*.

Apesar dessa formidável sentença, os modos que apresenta são bem poucos. Salvava a pobreza do receituário carniceiro a multiplicidade verdadeiramente fenomenal de molhos, resolvendo o problema capital da variedade.

Molhos os mais surpreendentes. Havia o molho *à alemoa*, o molho *à arlequim*, o molho *Conde de Saxônia*, o *remolada*, o *bexamela*, o *molho de marfim* e o de *laranjas* (em que entrava uma colher de cúli, vitela, presunto, manteiga, casca de laranja e um pouco de sumo espremido...). Molhos para todos os paladares.

Nessas composições absurdas, de uma aparência por vezes apenas decorativa, empregaram-se adubos os mais exóticos, muitos vindos das partes mais remotas do Planeta: a noz-moscada, o gengibre, a canela, o cravo, o louro, o açafão, o cominho, o pixerril, a manjerona, o aipo, o

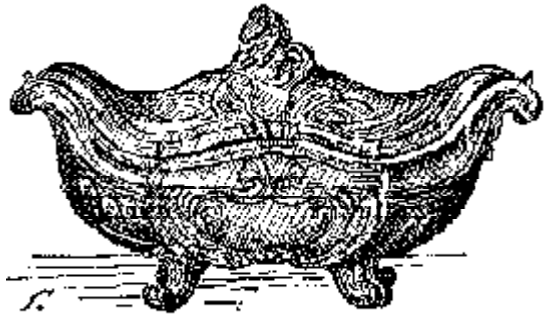


INTERIOR DE SÃO BENTO
CORO
(Fotografia de A. Ferreira)

tomilho, a salsa, o ouregão, a pimenta, o alecrim, o cúli, a hortelã, a alcaparra, a alfavaca, a cevada, o açúcar-cande...

O tomate, básico nos temperos da culinária de hoje, não aparece nos livros de cozinha portuguesa da época. Até 1813, pelo menos, Morais ainda não o classificava no seu *Dicionário*, senão como *legume de cheiro forte*. E poderia ter acrescentado, sem medo de errar – de pouca ou nenhuma extração.

Em alguns papéis do tempo, encontramos referência à *vaca à alemoa*, denunciadora de sua procedência germânica e que era feita com salchichas e repolhos *entesados* e *espremidos*, postos à mesa com pimenta inteira. Havia ainda a *vaca em manguito*, furada a pau e recheada de *um cabo a outro* com toucinho picado, salsa, cebolinha, cogumelos, alhos, chalotas e pimenta.



Com designações pitorescas vamos encontrar, ainda, a *vitela em caixa*, a *vitela em poço*...

Preparava-se um carneiro, que se chamava *em roupão*. Havia ainda o *carneiro verde* (com molho de salsa) e o *carneiro amarelo*, que não era o carneiro morto de icterícia, como talvez se pense, mas coberto com molho de gemas de ovo.

O porco não teve lá muita variedade de apresentação. O leitão assado, entretanto, passou, no tempo, quase à dignidade de prato nacional. A farófia acompanhava-o sempre. Chegava a enternecer o bicho nas suas aparições espetaculosas, grávidos de recheios da terra, nadando em molhos acepipados, a manchar de escuro as bandejas de prata.

A galinhola e o frangão foram petiscos de alguma preferência nos tempos coloniais, embora aqui escassos e caríssimos. Uma célebre galinha à *Fernão de Sousa*, feita com carneiro, toucinho, gemas de ovo e com-

plicados adubos, pode ser citado como um dos grandes pratos da cozinha portuguesa, do século, introduzida no Brasil. Notável bocado! Foram os famosos galináceos à *Fernão* que comprometeram a velhice daquele bom Vice-Rei que se chamou Conde de Azambuja, que Deus haja. Havia ainda a *galinha em pé* que, por sinal, vinha à mesa deitada, a *galinha agrodoce*, a *galinha de alfitete*, outra à *mourisca*, *galarotes alabardados*, *frangões estrelados...* O *perum de salsa real* foi pitêu de primeira, bem como o famoso *perum em botinas*, assim chamado por trazer as coxas recheadas de salpicões, trutas, molejas de vitela, tudo cortado *em dadinhos*.

Comiam-se pombos de *salsa negra* e em compota, patos de piverada *com golpes de vinho branco*, *noz-moscada*, *pimenta e louro*; *ganos em caperota*, com queijo.

Os ovos serviam-se à provençal. Havia mais: *ovos a capote*, *ovos verdes*, *ovos de comadre*, *ovos de senhora* e *ovos pedrados*.

Pouco amor aos legumes. Variedade relativamente pequena.

Para a hora da sobremesa já havia o pudim, bem como os sonhos de massa, pães-de-ló, compotas e geléias de fruta. Queijo e manteiga nunca faltavam. O vinho, pouco e só do Reino. Cerveja apenas conhecida. A água, felizmente, ótima, água do veio da Carioca, mesmo com todos os seus micróbios do tifo.

A aguardente de cana, porém, rescendia melhor. E era barata. A cachaça amiga, cor de topázio, consolo do colono infeliz, alívio do triste, desafogo d'alma em pena, raio de sol que entrava no pobre cárcere colonial... Como a amaram nossos avós! Fazia esquecer. Fazia sonhar.





Interior de uma cozinha colonial – Salas de jantar que eram verdadeiros corredores – O desconforto na mesa setecentista – Com baixelas de ouro e prata no fundo das arcas, comia-se com a mão – Razões de tais hábitos – Como comia o Sr. D. João VI – Moscas, companheiras sinceras e inseparáveis do homem nas velhas mesas coloniais.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Interior de uma cozinha colonial – O porcino invasor, desenhos de *Wash*
Rodrigues – Vendedor de galinhas, *Carlos Chambelland*. – Açucareiro, *N. N.*

FORA DO TEXTO – Detalhe do Quadro de *Leandro Joaquim*: Incêndio no Recolhimento do Parto.

Cozinha e Mesa

IV

Penetrámos a cozinha colonial já colocada, como hoje, ao fundo das casas, em chão de terra batida, ampla e de telha-vã. O ambiente é desagradável. As paredes acalçadas estão negras pela fumaça e lustrosas pela gordura. Em torno, o bafio do século.

Lá está o fogão, peça baixa, enorme, indo quase de parede a parede, tendo ao lado o forno, de proporções respeitáveis. A um canto estão os assadores de ferro e madeira, instrumentos de maior relevância e responsabilidade, diploma e grau dos cozinheiros da época. Que um bom mestre assador foi sempre personalidade muito importante nesses laboratórios de Epicuro, onde um frango era tostado ao fogo com tanta arte, que o artista incumbido de movê-lo ao espeto até poderia depois assiná-lo, como um pintor assina um quadro ou um escultor, uma estátua.

É preciso ter em mente o preceito de Brillat-Savarin: *on devient cuisinier mais on nait rotisseur*.

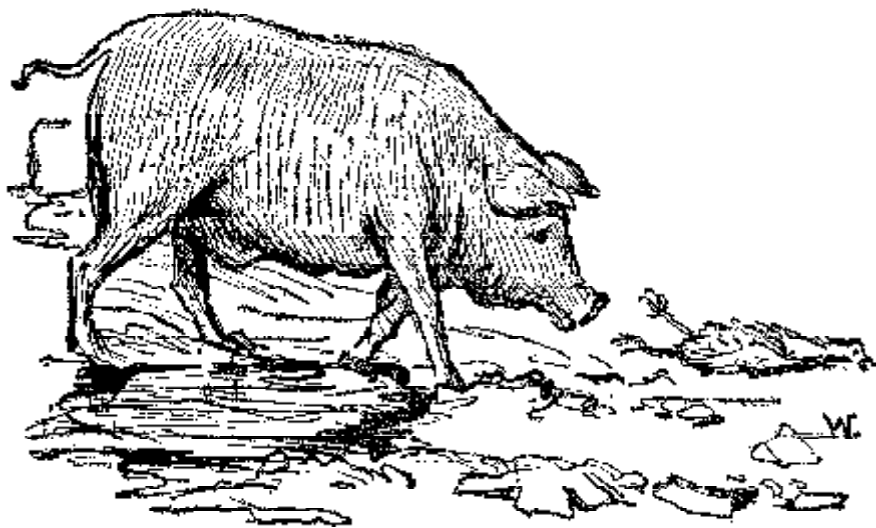
A mesa de serviço, que se reduz a uma simples prancha, longa e larga, está colocada sobre dois cavaletes, e tão negra e tão destratada como a parede ou como o chão dessa cozinha imunda. A madeira é sólida, mas a tábua é gretada e escura pela umidade e pelos resíduos dos comestíveis.

Há sobre ela, em terrível mistura: aves mortas, peixes, carnes, legumes, adubos frescos, em rumas oscilantes. Dentro de potes de barro, louça, caixetas de pau, frascos de vidro, gamelas e cuias, mil qualidades de especiaria. Há também colheres de metal e madeira, espátulas, tenazes, tridentes, escudelas, alguidares, conchas, raspadores, passadores, peneiras, jarros, bacias, foles, todo o arsenal indispensável à portentosa oficina criada para alegria do gosto e aflição da saúde.

Um pouco sobre o chão e sobre a parede, tachos enormes de cobre espelhados a areia, obesos e austeríssimos caldeirões, reluzentes e embeçadas frigideiras, ralos tortos, talhas, fôrmas, utilidades de toda sorte e de todos os feitios.

Ao centro, o grande pilão de madeira, com a sua mão grande e a sua mão pequena, a boca escancarada e ávida de temperos, recendendo, violentamente, a alho, a pimenta e a tomilho. O poço fica do outro lado, com a sua corda, a sua caçamba e a sua grande utilidade.

Prepara-se o almoço da família. A cozinha é uma forja de fragoroso labor. Um escravo preto, encarapuçado de branco e ar feroz dirige o movimento. Tem que ser homem o diretor desse serviço. A mulher, contra-



riamente ao que se vê hoje, foi, por todo o tempo colonial, repudiada, tida e havida por imperfeita no serviço.

Os graduados da ajudância, nas cozinhas, eram, todos eles, negros, jamais negras. Quando muito, incumbiam-se as escravas de procurar, fora, os mantimentos indispensáveis ao labor das cozinhas. Iam a compras, de sambará ao braço ou de balaio à cabeça.

Para uma família de doze pessoas, com trinta escravos, vemos na cozinha, além do cozinheiro-mor, seis ajudantes.

O chefe, metido no seu longo e aparatoso avental, um tanto injuriado pela gordura, pelo fumo e pelo tempo, é um déspota, que ordena aos berros e tudo dirige a grandes gestos, tendo na mão forte a concha da prova e do comando. Pela terra batida do chão, de envolta com cães, gatos, cabras e até suínos, vindos do fundo do quintal, há molecotes de mama, fugidos da senzala, que gritam pelas mães ausentes, de rastros como reptis, deixando, pelo solo já úmido, o sulco das suas necessidades; há mochilas que cruzam, escudeiros, mucamas, pagens, crias, empregados em outros que fazeres da casa, afora os que fazem do ambiente ponto de distração ou de descanso. A cozinha é um dínamo, cheia, movimentada, ruidosa.

De nada valem os gritos do chefe, os protestos da pretalhada da ajudância contra os intrusos, desde a famulagem encarregada do serviço chamado *de dentro*, ao porcino invasor vindo do chiqueiro de fora, numerosos, estorvadores, anárquicos e bulhentos. O tumulto não pára, a confusão não diminui, o labirinto referve. O fogo, não obstante, continua tranqüilo a sua grande obra de criar a iguaria supimpa, que há de fazer, dentro de poucas horas, a alegria de todos. E já que se fala em alegria, não esquecer a das moscas, em nuvens compactas, completando o atavio e a majestade do quadro...

Algumas casas coloniais possuíam salas de jantar. Algumas. Eram elas, em geral, simples e acanhados corredores, tais como ainda se vêem nas plantas de Debret, plantas essas, no entanto, feitas já nos fins do primeiro quartel do século XIX. A maior parte da população, porém, comia pelos terreiros, pelas cozinhas, e por outros apartamentos da casa, ambulatoriamente, sem a preocupação de fixar-se num ponto certo.



DETALHE DO QUADRO DO INCÊNDIO DO RECOLHIMENTO DO PARTO
(Igreja do Parto)

De resto, assim foi em França por todo o século XVII. Alfred Franklin, nas *Variedades Gastronômicas*, isso nos explica, afirmando que o pobre não tinha sala-de-jantar, bem como muitos ricos.

Ainda hoje, em certas populações do norte da França, notadamente na Bretanha e na Normandia, o lugar de comer é a cozinha, na casa do pouco abastado.

Luís XIV, em Versalhes, conforme nos informa Saint-Simon, *mangeait dans sa chambre a coucher sur une table carrée que l'on installait en face d'une fenêtre.*

Nos dias de grandes banquetes, escolhiam-se as maiores salas do palácio para serem transformadas em refeitório.

Se assim foi no país do Rei Sol, de onde irradiavam com a civilização, as idéias de conforto e de bom gosto, pense-se um pouco no que seria em Portugal, e, sobretudo, no distante e abandonado Brasil...

No século XVIII, para comer, sentavam-se as pessoas em torno às mesas toscas, apenas muito bem atoalhadas, sobre bancos ou banquetas, não raro simples e improvisados assentos compostos de rústicos caixotes e tábuas.

A inconfortabilidade, além de ser do próprio século, era um pouco ainda da simplicidade natural de um povo, que nunca teve a menor noção do verdadeiro progresso europeu.

Os nossos avós, não tendo a menor idéia de conforto, tinham, entretanto, certa preocupação vaidosa de luxo. Em arcas de couro ou pau guardavam eles baixelas de prata e ouro. Não obstante, a existência de tais alfaias entre nós justifica-se, na maior parte das vezes, pela necessidade de capitalizar o cruzado ganho. Não existindo no país bancos ou outras caixas de depósito público, essa fortuna mobiliária representava um recurso certo para momentos difíceis.

Se as casas bancárias já estivessem em voga, ou se já existissem ações de fábrica ou de caminho de ferro, em vez de baixelas, as arcas de jacarandá encher-se-iam, certamente, de cadernetas e títulos.

Houve um tempo, entretanto, em que tal processo de capitalização foi seriamente ameaçado por uma ordem do Reino: a que acabou com o ofício de ourives entre nós. Que era em demasia o ouro trabalhado

que ficava no Brasil, quando dele, afinal, tanta necessidade havia na Metr6pole. Oficinas de ourives foram fechadas, confiscadas, e seus artífices, sem trabalho, obrigados a procurar outra vida. Para desamassar a asa de um bule de prata tinha o carioca de mandá-lo a Lisboa.

Acabaram-se os ourives, mas as baixelas existentes ficaram, embora mais enterradas, mais sumidas, no fundo das velhas arcas. Os inventários do tempo estão cheios delas.

Só por ocasião das grandes festas em família eram as mesmas atiradas profusa e espetaculosamente à mesa a fim de dar aos convidados idéia da grandeza da casa e da importância de seus donos, luxo esse que importava geralmente num grande sacrifício para todos, obrigados como se viam, então, a comer, – por causa dos talheres – sem o *conforto* da mão raspando o fundo das tigelas, ou do dente a arrancar, aos nacos da engordurada ossaria, a carniça recalitrante e gostosa...

O século, com efeito, que foi de pouco talher, foi, entanto, de muitíssima toalha, uma toalha que vestia por completo a mesa e tocava (era chique) o chão, como a saia das mulheres. Precário foi ainda, entre nós, o uso do guardanapo. No tempo dos governadores, entretanto, eles já apareciam nas mesas oficiais. Fala-nos deles referindo-se à mesa do Conde de Bobadela, o astrônomo De La Caille, que aqui esteve em 1750. E por sinal que fala muito mal, dizendo que os que viu distribuídos



aos comensais do banquete, no palácio da governança, eram sujíssimos. Impertinências de astrólogo habituado, talvez, às brancuras da Via-Láctea? Não se sabe. O que se sabe é que De La Caille devia entender tanto de estrelas como de guardanapos, uma vez que Arthur Young, no seu livro de viagem à França, escrito no século XVII, já dizia que era *ridículo a um francês comer sem guardanapo*, acrescentando *que um simples operário carpinteiro, em França, tem sempre, à hora de comer, o seu, bem como um garfo*.

O guardanapo já estava, com efeito, na *Muse Royale*, que data do meado do século XVII.

*Ce linge proprement plié
En cent différentes figures.*

Nas casas mais abastadas, em dias que não eram os de grande cerimônia, todo talher consistia apenas em uma ou duas facas postas ao centro da mesa, para o serviço de cortar os grandes pedaços de carne.

Em geral, com o dente cortava-se o alimento mais sólido; com a mão substituía-se o garfo. A etiqueta mandava que não se empregassem mais de três dedos nesse mister. O covillete, seguro pelas orelhas, continente das olhas e de outros alimentos líquidos, fazia as vezes da colher.

Num prato, não raro, comiam dois. E, em muitas casas, as gamelas de estanho ou alguidares de barro eram recipientes para muitos, que nelas mergulhavam as mãos, sabe Deus se bem lavadas, no mister de revolver, de delir, de tirar o que, em seguida, comiam. Apesar da divulgação do talher na Europa, o Sr. D. João VI, entre nós, por comodidade e conforto, ainda comia patriarcalmente com a mão.

A nobreza da época, que em tudo imitava o Rei, não podia comer de outra sorte.

Havia quem trouxesse na algibeira da véstia ou da rendigote, como hoje se traz um canivete, uma faquinha para a hora da mesa, em jantares, até nas casas de certa cerimônia. Faca de ponta afiadíssima e que ao mesmo tempo servia de palito.

Hábito também, e velho, foi o de cortar-se no próprio prato um pedaço de carne e, como sinal de amabilidade, oferecê-lo a um companheiro de mesa. Entre os viajantes estrangeiros, que surpreenderam a vida do país em tão remoto tempo, Koster descreve o caso e com ele o seu espan-

to: *Nós fomos, como era natural, surpreendidos ao receber, de diversos convivas, pedaços cortados de carne de seus próprios pratos. Essa gentileza, etc.*

O garfo, a faca, a colher, bem como outras utilidades domésticas, não escasseavam apenas por todo o tempo dos vice-reis. Muita falta nos fizeram ainda mesmo no reinado do Sr. D. João VI.

Diz Afonso Taunay que a escravidão da monarquia lusitana ao industrialismo britânico era a causa da exageração dos preços e da natural deficiência desses objetos dos mais indispensáveis à nossa vida civilizada.

E não esquece de citar Lindley, que achou o Brasil completamente desprovido de semelhantes utensílios de uso diário *mesmo nas casas mais abastadas*. A observação procede. Portugal não tinha indústria e a do inglês, por preço realmente exorbitantes, era-nos inacessível.

À noite as mesas eram iluminadas, por ocasião dos repastos, com serpentinas de velas de cera, na casa do rico, e com almotolias de azeite, na casa do pobre.

As horas de comer foram, pouco mais ou menos, estas: às sete, almoço; do meio-dia até uma hora, jantar; de cinco às seis, ceia. Merenda era uma refeição ligeira, tomada fora das horas marcadas para as refeições habituais.

Na hora da mesa, sentava-se à cabeceira o dono da casa, que era quem servia.

Falava-se pouco. Comia-se muito. E apressadamente.

A copeiragem era enorme. Sete, oito, dez escravos, por vezes, em torno a uma mesa de oito a dez pessoas. Não esquecer, ainda, os negros que, armados de palmas largas ou de espanadores de papel, faziam a tarefa de afugentar as moscas, inseparáveis e sinceras companheiras do homem na mesa colonial.





Porta Siqueira e a sua Escola de Política – Cortesia a observar nos banquetes de cerimônia –
As “cobertas” – Maneiras de compô-las – Cardápios curiosos – O caso do Conde de Anadia – Transcrição, sem grandes comentários, de um texto de Melo Moraes Pai – Um bolo que passou à História.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – A hora da mesa, *Washt Rodrigues* – Vendedor de fruta, *Rodolfo Chambelland* – Prato de mãe-bentas, *Salvador Ferraz* – Jarro de água, *N. N.*

FORA DO TEXTO – Azulejo (Sacristia do Convento de Santo Antônio).

.....

Cozinha e Mesa

V

D

. João de Nossa da Porta Siqueira, na sua *Escola de Política ou Tratado Prático de Civilidade Portuguesa*, impresso em Lisboa, edição de 1786, saindo das oficinas de Antônio Álvares Ribeiro – com licença da Real Mesa Censória, livro que era para nós o oráculo da civilidade do tempo, pela simples razão de não existir outro oráculo, dizia que, convidada para algum jantar ou banquete de cerimônia, a pessoa devia *apresentar-se cheia de agrado e de alegria, de sorte que o vestido o desse a conhecer*.

Riso, portanto, à flor dos lábios cor-de-rosa, casaca verde “cor de pensamento”, véstia amarela “manteiga nova” e calção “cor de alecrim”, que eram as cores mais frescas e alegres da época.

Em caso de luto pesado, devia-se aliviá-lo. O de luto aliviado podia apresentar-se de roupa preta, mas *que fosse de veludo ou seda, e com os cabos brancos*.

Era assim, dando provas de contentamento e louçania, que um convidado devia penetrar a intimidade da casa, que se preparasse para um bródio.

Não diz Siqueira o momento protocolar dessa entrada, como não diz, ainda, mas sabe-se, que na hora de ir à mesa, quando o convidado chegava ao lugar da refeição, via sempre três negros vestidos dos mais im-

previstos uniformes, indefectivelmente descalços, apresentando: um, uma bacia de pau cheia d'água; outro, a tigela de sabão, e um terceiro, mostrando, no cabide de antebraço, uma toalha de linho de Guimarães, bordada ou toda aberta em renda.

As abluções faziam-se, entretanto, rapidamente. As abluções do tempo. Mais etiqueta que asseio. É bom não esquecermos a frase dolorosa que está no diário de Rose Freycinet, quando ela nos fala do Brasil que viu no começo do século XIX: *a sujeira é geral, e levada ao cúmulo onde há nobres*. A sujeira de punhos de renda e de espadim dourado.

O que faltava, porém, em matéria de asseio, sobrava em matéria de religião. Antes de sentar-se à mesa: – sinal-da-cruz – *benedice* do pão, várias e tocantes orações, antes e depois da comida, tudo para provar, mais aos circunstantes que a Deus, a pureza das alminhas incapazes de malícia e pecado.

As senhoras ficavam todas de uma banda, na mesa; os cavalheiros de outra.

Quando os convivas se sentavam, já estava posta para ser servida, toda a *“primeira coberta”*. Depois de sentados, mais uma vez: – Em nome do Padre, do Filho, do Espírito Santo...

De muitas cobertas compunha-se um repasto por um dia de festa. A coberta era uma reunião de numerosos pratos mais ou menos do mesmo gênero, postos à mesa de uma só vez. Uma coberta podia constar até de 30 ou 40 recipientes com iguarias todas diversas.



O melhor deles vinha sempre como um grande astro, ao centro, no sopeirão de maior etiqueta, mostrando, em redor, os menores, todos com as suas tampas. Em última linha é que ficavam, então, os pratos dos convivas, muito bem cobertos com o guardanapo dobrado por cima, quando havia guardanapo. Não esquecer a sarabanda de moscas, em torno, furiosas todas pelas medidas de defesa tomadas e que as impediam de gozar as primícias das suculentas iguarias.

O número de cobertas variava de acordo com as necessidades de momento.

Domingos Rodrigues, na sua *Arte de Cozinha*, organiza desta forma um banquete com três cobertas:

“PRIMEIRA COBERTA – Três pratos grandes de perdizes lardeadas, guarnecidas com lombo de porco de conserva. Coelhos de celada, guarnecidos com paios. Frangos assados, sobre sopas de camoeses. Peruas assadas, com salsa real. Pombos assados, guarnecidos com lingüiça e pão ralado. Peitos de vitela recheados sobre fatias alabardadas. Polegares de vitela assados à francesa. Lombo de porco assado com tordos, e galinhola sobre sopa de amêndoa.”

“SEGUNDA COBERTA – Três pratos grandes de perdizes de peito picado, guarnecidas com salchichas. Coelhos de gigote, guarnecidos de natas. Galinhas de Fernão de Sousa, guarnecidas com pastelinhos de galinha, falsos, sem massa. Perus recheados, guarnecidos com mãos de porco alabardadas. Aves extraordinárias sobre sopas de peros camoeses. Frangões fritos de conserva. Trouxas de carneiro e ovos, guarnecidos com línguas de carneiro. Pernas de porco estofadas em vinho branco com pexirril e alcaparras, guarnecidos com achar de cabeça de porco.” Vinha, porém, ainda uma terceira.

“TERCEIRA COBERTA – Três pratos grandes com três pastelões de todas as carnes. Covilhete de folhado. Três tortas de massa tenra de presunto agro e doce. Empadas inglesas. Empadas de vitela salchichadas. Pastelinhos de galinha, fritos. Empadas de espeto ao lombo de porco. Tortas de fruta e ovos de folhado francês. Pastelinhos de vaca de dama, manjar real. Fruta de manjar branco.”

Ficava no lugar de honra da mesa o senhor da casa encarregado da tarefa de servir os convidados, bem como de dar, com bonomia, os



AZULEJO
(Sacristia do convento de Santo Antônio)

maiores informes sobre a composição e procedência do que estivesse a servir.

– Esta olha levou dois arratéis de toucinho de porco, afora outras gorduras apreciáveis, mas sintam como foi ótima...

De ver a volúpia que uma notícia dessas causava à assistência... As narinas ansiosas reniflavam, como as moscas...

Mandava o bom-tom que todo aquele que recebesse do dono da casa o prato que lhe era destinado, fizesse uma leve inclinação de cabeça, *uma leve menção de beijá-lo*.

Siqueira da Porta é quem melhor nos orienta sobre todas essas etiquetas da mesa. É assim, por exemplo, que ele lembra que não se faz, *ao comer, saco com a boca, nem se mastiga com estrépito, nem se estão mexendo muito os queixos*. Proibição expressa de pitada ou de cheirada de rapé. Era de bom-tom, com o guardanapo *alimpar a boca antes de beber e não deixar vinho no copo*. Quanto ao manejo de colher, informa o autor da famosa *Política. é grosseria lambê-la, deitar nela caldo ou o molho do prato ou da tigela*.

Maneira de comer: nunca estejamos enxugando com o miolo do pão, apanhando até a última gota do molho, que mostra gulodice, antes é política deixar nele alguma coisa do manjar que se tirou, que não digam, depois, que o alimpamos.

Quanto ao palito, diz o mestre de etiquetas: *não parece muito grave palitar à mesa*. As dentuças, portanto, podiam ser esgaratadas à vontade. A ordem era de Siqueira da Porta, único professor de etiqueta com que contava a raça.

O que se achava de mau-tom era, depois de palitar, se o palito era de pau, guardá-lo para as refeições seguintes no cabelo, atrás da orelha ou espetado na casaca.

Parece que se achava, pelo tempo, Porta da Siqueira muito exigente, com todo o seu livrinho e com toda aquela cortesia de que no prólogo ele faz menção, dizendo dela depender a *paz da República e a boa harmonia da sociedade*.

O fato é que boas maneiras não as tínhamos. As vocações da época, pelo menos, não foram bem aproveitadas. Nem podiam. Franca-

mente. Veja-se, por exemplo, Melo Moraes Pai, o probo e meticoloso historiador, documentando o que narra. Herói do caso – o Conde de Anadia, fidalgo da melhor estirpe e que, de Portugal, veio com o príncipe D. João, que dele fez seu ministro da Marinha Ultramar. Por sinal que bom ministro.

Certa vez, o Dr. Francisco Leal, médico do primeiro hospital militar do Rio, e que na cidade mantinha uma posição de alta elegância social e relevo, convidou o Conde para uma merenda em sua casa. Lá foi o Conde.

Seja dito de passagem: esse fidalgo, que muito aparece nas *Memórias* de Laura Junot, na sua qualidade de homem de espírito, que o foi e de verdade, detestava, muito naturalmente, a choldra que isso por aqui



era. Detestava a morrer. Detestava sofrendo. Pobre Conde de Anadia! a América sufocava-o. Tudo aqui lhe era hostil: a terra, o céu, o sol, o clima, a gente. Gente, então bárbara, mescla de branco arrogante, de mulato pernóstico, de índio rude e negro selvático. Mil vezes, portanto, a Lisboa usurpada por Junot, com o Joanico falando em francês, e outras humilhações bem menores, certo, que a de viver em rincão tão ingrato, a reboque uma corte de papelão dourado, ao lado de um rei que era a vergonha de uma monarquia. Mil vezes! O Conde de Anadia, era, na realidade, um homem de espírito.

O Conde tinha, depois disso, justas e naturais ternuras pelo seu estômago, víscera nacionalista, e naturalmente idiossincrata dos produtos da nossa terra.

O ódio com que ele fulminava todos os fubás e mingaus da cozinha silvícola, comida de cabloco repelente e chambão! Na sua casa, o cozinheiro era vindo de Lisboa. E só quase de conservas portuguesas se nutria, pois muito pouco das coisas do Brasil queria, enfim, saber.

Por isso, não ia ele comer à casa de qualquer. Resguardava a víscera. Defendia-a desses repastos bárbaros, cheirando a cubata ou a taba. Não ia a bródio caboclo. Ficava em família, empanturrando-se de pescada em salga e bacalhau seco, vindos de lá, esmoendo a sua raiva, refinando as suas bílis, esperando, de punho fechado contra o Pão de Açúcar, que Junot voltasse de novo a Paris, desentupindo o beco lisboeta onde morava.

Era um homem assim.

Não se sabe, portanto, por que razões foi Anadia à casa de Francisco Leal, que era brasileiro, e mais, sentar-se à sua mesa, a menos que nela houvesse em sua honra olhas especialíssimas à moda lisboeta, salpicões recém-chegados do Porto, uma pescada portuguesa de escabeche ou algum prato de bacalhau em chamusco.

Ora, o que se sabe é que o Sr. Conde de Anadia, um tanto empanturrado e feliz, pelo fim do repasto achou-se, de repente, diante de um prato completamente novo.

Era um bolo esquisito, de um azulado vago e de aspecto excelente.

– Que isto é? Indagava ele, entre curioso e glutão.

– Prove V. Ex^a, diz uma senhora, a do Dr. Leal, que de outras senhoras ainda se enchiam vários lugares da mesa.

O Conde meteu um pedaço de bolo naquela boca que só falava mal do Brasil e gostou.

– Bom, excelência? Indaga outra senhora, conhecedora da brasilofobia sistemática do Conde.

O Fidalgo não pode responder porque comia, entalava-se, mas fez, com a cabeça, um sinal que queria dizer – *sim, muito bom e, com os*

olhos, arregalando-os, outro sinal que queria dizer: ótimo! Não podia ser melhor!

Foi quando alguém, ao lado, com todo respeito, informou:

– Pois V. Ex^a goza de um doce feito de goma de mandioca, produto desta América...

E ia acrescentar:

– Folgamos todos por ver, tão sinceramente, V. Ex^a reconciliar-se com as coisas do Brasil, – quando o fidalgo se ergueu numa rajada impetuosa, o olho congestionado, cheio de uma bravura que, certamente, não foi a de seu maiores e... (transcreva-se, agora, palavra por palavra, o texto do historiador Melo Moraes): *para mostrar a sua repugnância, fez jogo do resto do bolo que comia pela janela, mostrando-se arrependido de o haver comido, a cuspir, como enjoado.*

Entreolharam-se os presentes, estupefatos. As senhoras, ante o gesto de nova e alta cortesia do fidalgo de mais alta linhagem, quedaram-se imóveis, petrificadas. Só se ouvia o voar das moscas coloniais...

O Dr. Francisco Leal, embora filho de uma das melhores e mais ricas famílias da terra, era um simples médico do exército d'el-Rei, sem pergaminhos e sem escudos. Parece que, como resposta de maior conveniência e propósito, sorriu. Sorriu e ficou silencioso. Sorriu também a dona da casa. Sorriam os convidados. Todos, enfim, sorriram e trataram de esquecer, naturalmente, os destemperos do fidalgo.

Nesse instante, porém, o bolo do Conde de Anadia tinha penetrado a História...





Antecedentes – O teatro em Portugal no século XVIII – Baixa comédia – D. Maria I e o escrúpulo dos seus confessores – Triste fim de um teatro – O mais antigo teatro público do Rio de Janeiro – Palcos de ópera improvisados por ocasião de festas populares.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Máscaras, *Marques Júnior* – Vestimentas clássicas para cena, *Salvador Ferraz* –
Vestimenta clássica para cena, *Salvador Ferraz* – Máscaras, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Quadro a óleo atribuído a Frei Solano (Convento de Santo Antônio).

.....

Teatro

I

Equanto na Península, pelo correr do século XVIII, a Espanha ainda conservava um teatro com certo cunho de originalidade estouvada e galante, em Portugal os pátios da comédia desmoronavam, desluzidos, aviltados, sem escritores, sem atores, quase sem público.

Diz Teófilo Braga, que com a decadência geral da nação portuguesa o teatro atrofiara-se de tal sorte que chegou a ponto de querer extinguir-se. Concorda essa afirmação com as opiniões expendidas por vários viajantes estrangeiros, entre outros, o Duque de Chatelet – *Le Théâtre portugais est, au dernier degré, parmi les théâtres de l'Europe*. A tradição dos autos quinhentistas havia desaparecido, bem como as tragi-comédias, tão do peito dos jesuítas. Nem mais restavam as farsas gentis trazidas aos palcos de Lisboa no tempo dos Filipes. O teatro corrompera-se, deprimira-se, degradara-se, tornado em espectro daquilo que um tempo fora. Todo ele se resumia então na cópia reles, no decalque grosseiro da comédia estrangeira, sem a menor sombra de adaptação nacional, sem o menor característico que não fosse o da chulice obscena, degenerando, até quase ao crepúsculo do século, em espécie de sarjeta mal varrida, onde extravasavam os humores e as dejeções morais de uma sociedade que deliquência.

João Salgado, na sua *História do Teatro em Portugal*, lembrando certos tipos grotescos e decadentes que tanto faziam gozar as platéias na trama dos entremeses, diz que o povo inconsciente *ria sem saber que ria, escarnecendo de si próprio*.

As obras-primas do grande teatro estrangeiro, as comédias, os dramas e as tragédias de Shakespeare, de Corneille, de Molière, de Racine, de Goldoni, de Calderón de La Barca ou Lope de Vega, não conseguiam nunca impressionar. O que a platéia iletrada queria era a chalaça grossa e pimpona, em linguagem crua e boçal, se possível com a pimenta acre da pornografia, raspando as insolências e as chamboíces de calão. Tudo o que fosse chato podia vir, tudo, contanto que não obrigasse o cérebro daquela gente a discernir ou a pensar. Os que quiserem ter uma idéia desse teatro licencioso e grosseiro através de uma eloqüente transcrição – que não é feito aqui porque nos falta coragem para tanto – leiam no livro de Raul Brandão, *Rei Junot*, pág. 115, o trecho de certa farsa que começa assim: *Então não me compra estes cações?* Mil vezes as pornografias de Bocage que, ao menos, eram feitas com mais graça e mais talento.

Nisto se resumia tal teatro: entrecho frívolo, situações picarescas, linguagem dissoluta. As personagens das passadas farsas: a moça casadoira, o elegante ridículo, a velha intrigante, o fidalgo pobre... A figura façanhuda do



Diabo também era bastante reclamada. Arrastavam-no à cena. E lá vinha ele, o pobre, tinto de verde ou rubro, sempre chifrudo e amofinado, de unhas rapaces e de cauda em rosca. Diziam-lhe nomes, apupavam-no, asso-biavam-no, arrasando-o com formidáveis e estrondosíssimas pateadas. Isso tudo era um gozo! Foi precisamente a esse teatro que a crítica, mais tarde, achou de denominar e com toda a propriedade – baixa comédia.

Baixíssima...

O teatro em Portugal, por essa época, desceu tanto que passou de arte a ócio. Com efeito – *Nobre Ócio* foi a legenda que o famoso João Gomes achou de dependurar no pano de boca do Teatro da Rua do Salitre.

Aumentando tão triste decadência, uma ordem da rainha D. Maria I, urdida pela beatice funesta do seu confessor, o Arcebispo de Tesselônica: nos pátios de comédia, não mais poderiam representar as mulheres, aquelas as quais, mais tarde, o famoso padre Lagosta acabou chamando *boas vasilhas e melhores reses*. E as mulheres não mais representaram.

Para justificar a nova medida, recordavam-se as rixas contínuas que em nome das comediantes, não raro, transformavam os gostosos e alegríssimos entremeses em pungentes e tristíssimas tragédias. Na verdade, por elas, sempre andaram como por todo o século, as durindanas no ar. Acabou-se enfim, com a *Senhorita de Comédia*, quando mais fácil seria acabar com as durindanas.

Passaram, assim posto, musculosos e barbudos cavalheiros a viver os corpos vaporosos das ingênuas. Inês de Castro, nos teatros do Bairro Alto, com a barba por fazer! Ou a loura Adriana do *Labirinto de Creta*, com voz de barítono, ouvindo os derriços de Teseu:

Na pura neve
Dos teus candores
Os meus amores
Se alteiam mais...

Balbi, falando dos atores desse tempo, lembra um famoso Filipe, tido como o de maior talento, de uma fealdade notável, de idade avançadíssima e que ainda representava papéis de *damas galantes*...



QUADRO A ÓLEO ATRIBUÍDO A FREI SOLANO
(Convento de Santo Antônio)

Também acabou a Sr^a D. Maria I com as cortinas nos camarotes, e com a entrada na platéia das mulheres de porte duvidoso que vão servir de escolho à virtude, como se a castidade do século de há muito não vivesse naufragada.

Nesse particular, as ordens régias não foram lá muito eficazes, uma vez que a escuridão das salas passou a suprir a cortina dos escândalos, enquanto que a mantilha salvava das vistas do Sr. Intendente da Polícia mulher que servia de escolho à virtude.



E menos por elas, agora, que pelas ingênuas masculinas o tablado, recomeçaram as rixas de novo. Era positivamente um escândalo. Se fosse possível inventar um terceiro sexo capaz de pôr paradeiro a tais contendas, mas qual!

Vem-nos a memória a frase do grande Antero pintando a época – *O Espírito peninsular descera de degrau em degrau até o último termo da depravação.*

Só havia um meio para acabar com tão sérios desatinos que faziam o Sr. Arcebispo de Lisboa pensar nos castigos de Léu em vésperas, talvez, de cair sobre a nova e incorrigível Sodoma: – mandar fechar os teatros e desterrar os cômicos e cômicas. Foi o que se fez. E, assim, acabou, um dia, em Portugal, essa arte tão dignificada pelos gregos e que a Renascença da Europa sobremaneira enobrecera e amara.

Pergunta-se, agora – com um teatro desses, na Metrópole, que poderia haver no Brasil? Dava-se com ele o que se dava com todas as outras artes: Portugal que, sob o ponto de vista artístico, nada tinha para nos dar, nada nos deu.



Alimentando, porém, a trivialidade desse movimento intelectual, nós vamos encontrar o Brasil fornecendo à Metrópole, um pouco antes da era dos vice-reis, o espírito do maior escritor de teatro da língua portuguesa durante o século XVIII, Antônio José da Silva, o Judeu, nascido nesta heróica e leal cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e queimado pelo Santo Ofício, ainda moço, no Campo da Lã, em Lisboa, o mesmo Antônio José que arrancou à pena de Camilo Castelo Branco esta tirada patética:

– *Seio altíssimo, se não te abrisses àquela alma criada ao bafejo da tua, que seria de ti, Deus?* Que seria de ti, ó palavra? Não era um gênio da comédia. O Brasil nunca produziu gênios. Não foi um Molière, um Goldoni, ou um Lope de Vega. Sufocado pelo ambiente de decadência em que vivia, fez, entretanto, o que pôde. Noutro país, talvez fosse, hoje, um nome universal. Talento não lhe faltava, espírito de observação, nem aquela espontaneidade humorística que tanto fez rir os homens de seu tempo.

No Rio de Janeiro, depois do ensaio tentado pelos jesuítas, o teatro vai aparecendo associado aos grandes festejos oficiais, incorporado às encamisadas, às cavalcadas, às touradas e às luminárias com que se comemorava a data do nascimento, do batismo ou casamento das pessoas de sangue real, em festas magníficas de pompa imposta pelos governadores ao povo, que as pagava sempre. Há notícia, ainda, de peças representadas em conventos, que os tivemos tão divertidos como os de Portugal.

Teatro público, o mais antigo nesta cidade, parece ter sido o da *Ópera dos Vivos*, isso no tempo dos governadores. Morreu Vieira Fazenda, o grande pesquisador de coisas cariocas, sem desvendar, por completo, o mistério desse teatro que tanto o preocupava.

Até a Ópera do Padre Ventura não se fala, na verdade, em outro teatro, a não ser no que se fazia em palcos improvisados nas praças e ruas desta cidade por ocasião dos grandes gozijos oficiais.

Quando aqui se recebeu a notícia da proclamação de D. João IV, Salvador Correia de Sá e Benevides ordenou que se construísse um palanque para servir de teatro no *Terreiro da Polé*. Em 1762, por ocasião das festas pelo nascimento do príncipe da Beira, diz-nos a Epanófra festiva que se deram ao povo três óperas num palco construído junto à residência dos

governadores. Por ocasião da chegada a esta cidade do Marquês do Lavradio houve, ainda, conforme se lê na sua correspondência particular, três dias de ópera alternados com três dias de outeiro.

Quando subiu à forca, em 1792, o alferes das milícias de Minas, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em sinal de regozijo pelo desaparecimento do grande herói, os portugueses organizaram festas espan-
tosas. Pois não foi esquecido um palcozinho erguido junto à igreja da Cruz...





A Casa da Ópera, do Padre Ventura – A história verdadeira de um incêndio que passou à História – O teatro de Manuel Luís – O dia da inauguração do famoso teatro – Cenas edificantes.

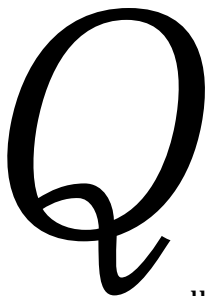
ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – A porta do teatro de Manuel Luís, *Washt Rodrigues* – Vice-Rei na forçura, *Washt Rodrigues* – Enquanto os homens se divertem... *Washt Rodrigues* – Arcoteiro que ia à frente das conduções, *Carlos Chambelland*.

FORA DO TEXTO – Chafariz das Saracuras (Convento da Ajuda).

Teatro

II



uem saltasse a linha da Vala, que o Sr. Conde da Cunha mandou fazer para que nela corresse as sobras das águas que vinham da Carioca, no lugar que hoje corresponde ao Largo do Capim, havia de encontrar, pelo meado do século XVIII, a Casa da Ópera, do Padre Ventura. Esse padre, que melhor servia a Tália que ao bom Deus, numa amável transferência de sacerdócio, era um pardavasco maduro e feio, de enorme corcunda e, ao que se diz, de maior vocação para a música.

Foi o fundador do teatro. Era seu empresário, diretor de cena e regente de orquestra. Por vezes ainda trepava à ribalta, na unha adestrado o instrumento dos seus desvelos, o violão patricio, deliciando o auditório com uma virtuosidade acentuadamente nacionalista, que se recomendava por um repertório composto só de modinhas brasileiras.

Bougainville que, pelo governo do Conde de Cunha, conheceu teatro e padre, informa, entretanto, que ali ouviu peças de Metastásio por *uma companhia de mulatos*. E acrescenta que havia música italiana, por sinal que má e regida pelo próprio eclesiástico. Devia ser uma orquestrazinha cheia de boa vontade, entretanto, formada com elementos regionais colhidos entre os *mesteres*, que, como se sabe, timbravam por manter filarmônicas adestradas para os dias em que punham na rua o estandarte do ofício, a

engrossar a cauda devota das procissões. O teatro do padre era um teatro popular, sem pretensões a ser o melhor da cidade, embora o fosse, pela simples razão de nela não existir mais nenhum. A sua própria colocação, fora dos muros da *urbis* afastada do melhor núcleo da sociedade do tempo, explica a sua intenção modesta. Naturalmente, lá iam, por vezes, o vice-Rei, o Ouvidor, o presidente do Senado da Câmara, o Juiz de Fora e alguns notáveis do comércio ou da tropa.

Essa Casa de Ópera acabou um dia numa apoteose de labaredas, quando nela se representava a peça do patricio Antônio José, *Os encantos de Medéia*. Ha quem afirme que o português, irritado com a nota nacionalista do padre, invejoso ainda dos sucessos de teatro, foi quem mandou mão criminosa atear-lhe fogo.

Injusta acusação. Injustíssima.

Apesar das velhas prevenções e da constante irritabilidade existente entre portugueses e filhos da terra, tudo leva a acreditar na casualidade do desastre. Basta, para isso, ler com demorada atenção a peça de Antônio José, representada nessa noite.

Na cena V, da primeira parte da peça, há uma *tramóia*, como se dizia então, que, por si só, justifica o infortúnio do padre. É quando, para um jardim, onde, segundo a rubrica, *estará um velocino que é um carneiro de ouro*, entra Jasão, cavalgando Pégaso, que traz asas e que se detém em face de um dragão.

Fala o personagem ao monstro todo cheio de escamas prateadas, naquele jardim misterioso a vomitar, tranqüilamente, fagulhas pela goela:



– *Horroroso dragão, espantoso aborto do abismo, apesar das sombras e do furor com que conspiras, hei de domar a tua fúria cegando-te, primeiro, com o chifólito do meu anel e, ao depois, tirando-te a vida com o penetrante desta espada.*

Esclarece a rubrica.

Mata o dragão que, em urros, se meterá por um buraco do tablado, de onde sairão chamas de fogo.

Ora, vamos todos acreditar no triunfo de Jasão sobre a fera mitológica porque, enfim, é da peça e, se a fera não desaparece o fio do drama se modifica. Mas, para salvar o português da pecha injusta de incendiário, com todo o nosso senso de dedução e de lógica, vamos pôr em dúvida a proficiência do pirotécnico incumbido de organizar o fogo, que acabaria por sair do sulco aberto no próprio palco. A menos que o anel de chifólito, queimando o olho ao dragão, queimasse também o do incumbido de zelar pela *tramóia*, queimando tudo. O fato é que Jasão, naquela trágica cena do jardim, não acabou, apenas, com o dragão – acabou também com o teatro do Padre Ventura, bem digno de melhor sorte. Imprudente Jasão!

Surge depois disso a Nova Ópera de Manuel Luís. A viola nacionalista do padre calara-se. Substituí-a o fagote reinol do dançarino Manuel, que o soprava, dizem, à perfeição.

De resto, ao jovem filho de Euterpe não sobrava, apenas, aquela embocadura virtuosa com que ele arrancava ao bojo do instrumento predileto o máximo que um fagote costuma dar; Manuel Luís, sobre ser inteligente, era esperto.

Sonhava as graças do vice-rei. Obteve-as. Ideou um teatro que fosse o mais aparatoso da colônia. Conseguiu-o.

Devemos-lhe esse grande serviço, mais estimável, pelo menos, que o seu fagote, as suas gâmbias bailarinas e aquele talento que ele não pôde, ou não quis pôr a serviço do teatro.

Essa *Casa da Ópera* era instalada em um edifício ao pé do casarão vice-real, amplo, confortável e até luxuoso. Mostrava, interiormente, duas curvas de camarotes (cortinas) e frisas (forçuras). Se havia lá pela última fila de lugares um camarote ou *rótula de frade*, com o clássico crivo de



CHAFARIZ DAS SARACURAS
(Quando no interior do Convento da Ajuda)

madeira ou palha, não sabemos. Ninguém sabe. Parece que no Brasil, contrariamente ao que ocorria na Metrópole, onde o descaramento fradesco também era notável, tanto o frade como o padre freqüentavam comédias, livremente, sem os embuços discretos das *baignoires*. Para o vice-rei havia-se marcado um camarote amplíssimo, com sanefas e bambolinas escarlates, o escudo real bordado a ouro no *bandeau* principal. O corrimão era coberto de belbute, para que nele pousassem, na hora do espetáculo, as mãos carregadas de anéis de S. Ex^a, lustres e candelabros pejados de velas de ceras, num desperdício nababesco de luzes. Os espectadores da platéia assistiam ao espetáculo de pé. De resto, no Teatro da Ópera, em Paris, assim se assistia ao espetáculo até fins do século XVIII. A orquestra, no local onde ainda hoje se coloca.

Até a chegada do Sr. D. João VI, o teatro de Manuel Luís foi o *rendez-vous* da melhor sociedade do tempo, a diversão de maior elegância e de maior brilho. Por ele passaram os grandes comediantes da cidade.

Do seu elenco fizeram parte entre outros: a Lapinha, Joaquina da Lapa, *posando como ninguém em tablas*, a Rosinha, que endoidecia platéias, desnalgada, sapateando a fofa, o lundum, o sarambeque, o arrepia, o oitavado e outras danças: a Maricas, *resolutíssima*, que nos programas figurava com o nome de Maria Jacinta, e a Passarola, de tão lamentáveis recordações...

José Inácio da Costa, o *Capacho*, e o famoso Ladislau – o cômico que mais fez rir os nossos avós nos tempos dos vice-reis – foram elementos masculinos de maior ressalto.

A documentação referente a este assunto é paupérrima, motivo pelo qual deixamos de consignar lista mais farta de artistas, que sobre o palco do teatro de Manuel Luís passaram fazendo *galãs de ponta de cena*, *segundos galãs*, *pais graciosos*, *barbas*, *lacaiois* e *pais nobres*, *designações sob as quais então se conheciam os gêneros de diferentes personagens*.

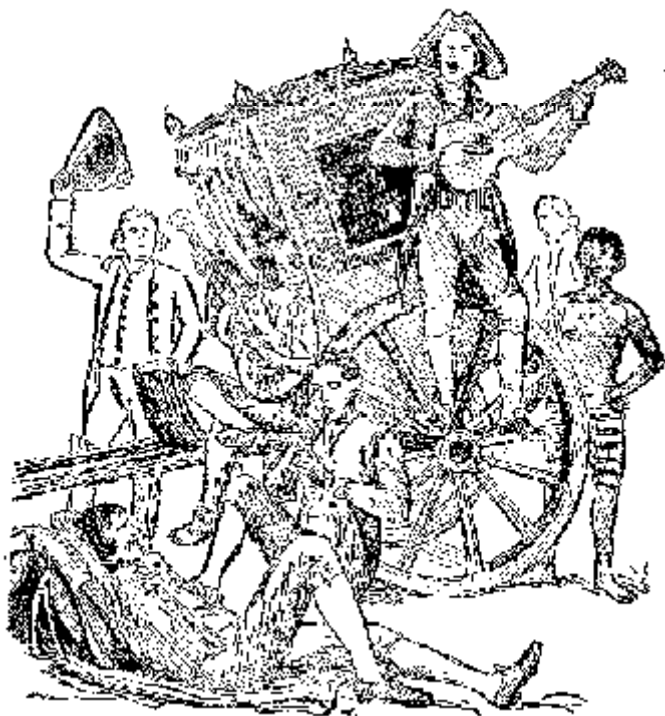
Os espetáculos começavam cedo e cedo acabavam. As quintas-feiras eram os dias chiques. As peças representavam-se apenas algumas vezes por semana. Não se conheciam espetáculos em matinês.

O dia da inauguração do teatro de Manuel Luís foi um acontecimento notável na cidade. As cadeirinhas, as liteiras e as seges de arruar

chegavam até ao Largo do Carmo, em fila numerosa e luzida, para repousar dos bamboleios da marcha nos seus pesados correões de couro cru. A turba pitoresca dos negros da condução, dos lanterneiros, dos criados de facho ou tocha estatelava sobre os caminhos mal varridos, maculando os pesados fardões da etiqueta, abertos desafogadamente, aliviando a alma ingênuia. Enquanto os senhores se deliciavam nos espetáculos da ópera movimentada, dormiam os fâmulos ou ouviam o dedilhar dos violões que os bolieiros dos coches arranhavam do alto dos seus veículos. As alimárias, fora de varais, desatreladas, soltas, à vontade, contentes, pastavam perto ou espojavam-se, refocilando na terra fresca do largo do palácio. Era um recreio em família.

De resto, esse espetáculo curioso foi comum, entre nós, mesmo até fins do Primeiro Reinado. Jacquemont, na visita que nos fez em 1829, dele nos fala, surpreso de hábitos tão patriarcais.

Para os efeitos da ordem, cruzavam de quando em quando os dragões do vice-rei, pirueteando nos seus cavalos de boa estampa.



Que linda noite que foi a da inauguração dessa famosa Ópera! O poeta Alvarenga Peixoto deitou soneto. Lá estavam quase cegos por aquela *orgia de luz* de que se falou depois, durante semanas inteiras, o Marquês do Lavradio, vice-rei, de estadão, no seu pomposo camarote de gala, o peito carregado de cruzes e medalhas, fazendo-se rodear das figuras mais representativas da cidade...

Pelas *forças* de relevo, que eram as do fundo, estavam os membros do Senado da Câmara, do Tribunal da Relação, do Juízo de Fora, da Ouvidoria da Comarca, do Juízo da Administração, da Mesa da Inspeção, da Junta do Real Erário, da Provedoria da Fazenda, da Casa da Moeda, da Casa dos Contos e do Juízo da Alfandega e, em postos mais modestos, negociantes, traficantes de ouro e pedras em Minas, homens das profissões liberais, oficiais da tropa e mais funcionários do Estado.

Um *rendez-vous* luzido de mal-alambrados casquilhos metidos em cabaleiras de empoar, com seus laçarotes de fita sobre o dorso das casacas coloridas, bordadas de seda frouxa ou de ouro; véstias berrantes de cor, mostrando peitinhos de renda da Inglaterra, espadins de cerimônia, os rostos pintados a carmim e cobertos de sinais de tafetá.

Viam-se senhoras, embora raras, de saias tufadas em armações e barbatana e arame, bojudas e monstruosas, calçando cetim, os diamantes dos colares grosseiros, pesando na curva dos seios morenos que S. Ex^a o Sr. vice-rei incendiava com o seu olho lascivo de sátiro, através da luneta de cristal.

Até que subisse o pano, pintado por Leandro Joaquim, conversava-se ruidosamente, bulhentemente, em altíssimas vozes, como se estivessem todos numa grande festa de intimidade ou numa feira ao ar livre.

– Olhe só aquela, senhor primo, como se apresenta na sua guarda-infante! É a bujarrona. Que saia! Que exagero!...

– Até parece a Passarola do Padre Gusmão, senhora prima... É de ocupar duas seges de uma só vez...

A má língua não descansava:

– E os peitos da Ouvidora, repare, veja como são grandes de mais para as suas já tão largas vitrines.

– Está a pedir o *três-ventos* do marido...

Os diálogos, por vezes, durante o curso das representações, estabeleciam-se mesmo entre os espectadores e atores, em cena. Havia discussões,

protestos, chufas, assobios, não raro, pancadaria. Hábitos do tempo. Hábitos exóticos, como aquele de beliscar as mulheres sempre que uma oportunidade aparecia, vício português que levava o próprio D. João V, como nos ensina o Bispo do Grão-Pará, a disfarçar-se em mendigo, a fim de ir beliscar, à vontade, as devotas freqüentadoras de S. Roque.

Também entre nós, introduzido pelo reinol, o beliscão aqui fez época.

– Ah, como os aferroa a calhar o Sr. Visconde, Sr^a D. Brígida. Que arte profunda de beliscar a daquele homem! Que dedos! Nem são dedos, senhora, são tenazes de amor! Devo trazer roxas as nádegas! Bem se vê que está mesmo chegadinho de Lisboa.

Lisboa amiga, Sodoma amável, exportadora do estortegão de etiqueta, do pincho, do bom-tom, mimo de Portugal!

*Trazem elas
Rodelas de tafetás
Na gracinha dos carões,
E em carnes não paralelas
Desaforados sinais,
Rodelas de beliscões..*

E assim correu o teatro de Manuel Luís até os derradeiros dias do último vice-Rei do Brasil, o Sr. Conde dos Arcos, em 1808.





Teatro de títeres – Títeres de porta – Títeres de capa – Títeres de sala – Um espetáculo curioso – Espectadores do entremê – Descrição da peça – A crítica do Sr. Tesoureiro-Mor do Juízo da Alfândega.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – A platéia, *Washt Rodrigues* – Titeres de porta, *Wahst Rodrigues* – Titeres de capa, *Washt Rodrigues* – Teatrinho de bonecos, *Carlos Chambelland*.

FORA DO TEXTO – Os arcos da Carioca em 1789 (estampa do livro de John Barrow).

.....

Teatro

III



teatro de bonifrates supria no século XVIII, entre nós, a deficiência de palcos e casas de espetáculos. Era uma ingênua diversão do povo.

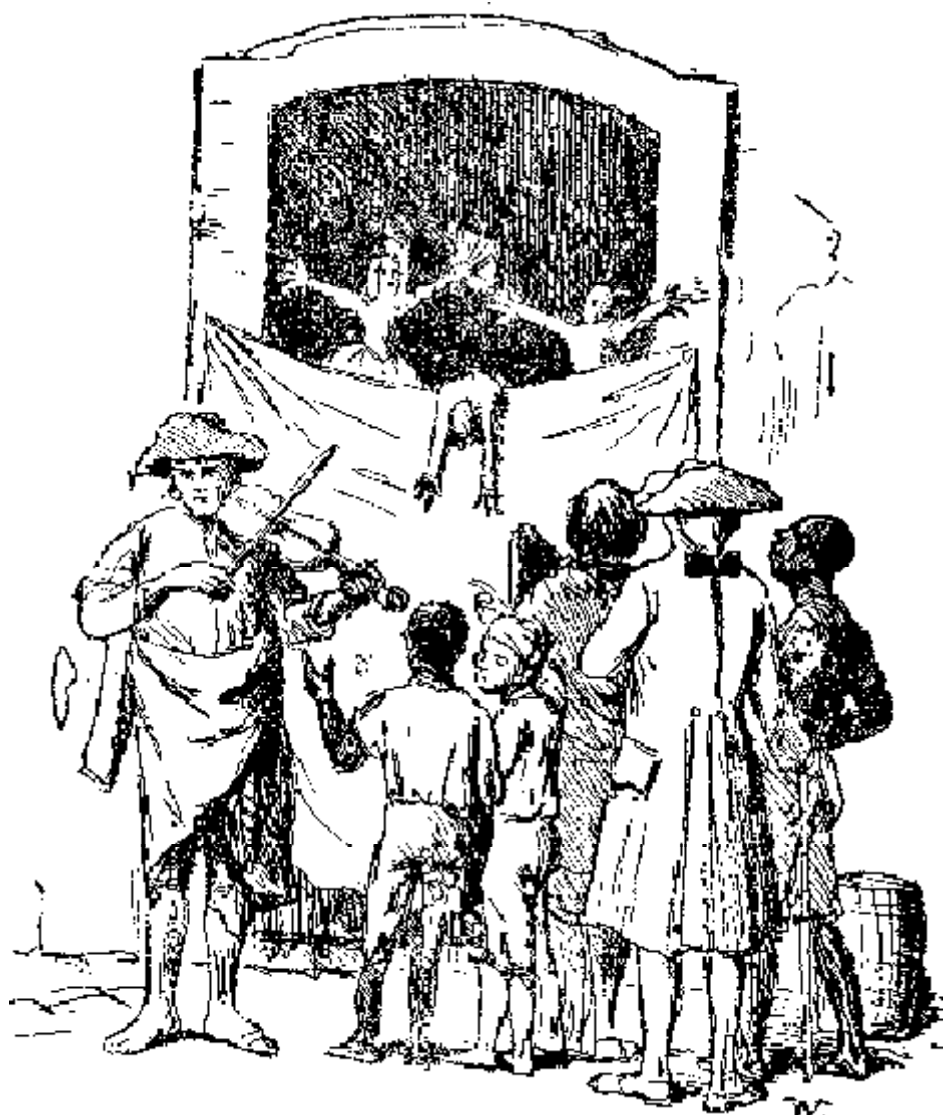
Explicando a sua existência, se outros documentos não possuíssemos, bastaria a recordação da *Ópera dos Vivos*, de que nos fala Vieira Fazenda, e cujo título parece recordar que o elenco de tal ópera menos era de títeres que homens, mais de vivos atores que de imagens.

Por certa documentação por nós compulsada em Lisboa, chegamos a compreender a existência de três grupos distintos desse curioso teatro de bonecos no Rio de Janeiro, pela época dos vice-reis: o grupo que se pode chamar dos *títeres de porta*, improvisado espetáculo vivendo apenas do óbolo espontâneo dos espectadores de passagem, o dos *títeres de capote*, ainda mais rudimentar que o primeiro, embora mais popular e mais pitoresco, e, finalmente, o dos *títeres de sala*, este último já em franca evolução para o teatro de personagens vivas e com ares gentis de pátios de comédia.

Vamos encontrar em ruelas afastadas do centro, freqüentadas pela escumalha das ruas, os teatróides do primeiro gênero.

Cá está um. É uma porta escancarada, onde uma colcha de cor escandalosa se coloca latitudinalmente a dividi-la em duas porções distintas.

Na parte superior, que é um vão, forma-se a boca de cena, aberta, sempre, ao boneco que aflora e que gesticula animado pelas mãos de um homem escondido e que, com o indicador, move-lhe a cabeça, e, com o polegar e o mínimo, os bracinhos nervosos. Não há cenário.



Na parte inferior está a coxia com os seus sobressalentes de bonecos, contra-regragem completamente fechada aos olhos do público.

Aquém soleira, o indefectível cego da sanfona ou da rabeca, zurzindo a corda desafinada do instrumento. Ao solo, em função discreta, a larga escudela das receitas, mostrando, ao fundo, sempre, uma moeda de prata nova, posta pela mão do empresário, desejoso de encorajar a generosidade do transeunte.

A platéia pode ser curta, mas é sempre atenta e generosa. E não se compõe apenas, como talvez se pense, da massa vagabunda de ambulantes e de escravos, boquiaberta, toda ela, à espera da bexigada final que os há de fazer arrebentar de rir. Há muita gente de meia de seda e de óculo de punho de ouro, que também pára e goza a ingenuidade do espetáculo, não esquecendo de escorregar a sua contribuiçõzinha.

Os *títeres de capote*, que eram ambulantes, andavam pelas feiras, pelos adros de igreja, em dias de festa, e por lugares de movimento maior.

Há *Te-Deum* em São Bento? No adro da igreja, necessariamente, haverá, pelo menos, um desses teatros de improviso, entre os mendigos e as negras vendedoras de cuscuz, de aluá e de laranja.

Curioso, porém, é ver a *boca de cena* dessa ópera improvisada, feita pelo próprio empresário com o panejamento amplo do seu capote, traçado de ombro a ombro, em linha horizontal, de tal sorte formando o campo necessário à movimentação do boneco.

Escondido na pregaria da capa, que tomba até os joelhos do homem-palco, está um guri que dá ao personagem de pano e massa o movimento necessário.

O homem-palco é, ao mesmo tempo, homem-orquestra, pois que, com os dedos repinica a viola da função, que o capote nem sempre dissimula.

Deixemos, porém, o adro de São Bento, que os melhores títeres estão na parte baixa da cidade, e não são diurnos como os primeiros. A sombra da noite, felizmente, desce. Tomemos em Santa Rita a linha da Rua da Vala e desçamos como quem vai à Carioca.

Ali, à Rua do Cano, quase ao chegar à casa do Sargento-Mor Albino dos Santos Pereira, comandante do quarto terço de infantaria

dos pardos libertos, está uma casa de cimalha, saliente, com o seu vetusto telhado açaçapado e feio, mostrando de um lado o indefectível óculo de cruzeta de ferro, e, de outro lado, uma porta larga, desenhada em curva, pelo arco de ressalva, e de onde uma lanterna de azeite se pendura, soltando no ar um penacho largo de fumo, conseqüência e vício de uma torcida gasta ou mal cortada.

É uma *ópera de títeres*, recém-montada, sala de fantoches, teatro de bonecos.

À ombreira da porta do lado direito, o tricórnio sovado sobre uma cabeça encanecida e triste, pára um cego, tocador de rabeca, arrancando às entranhas do instrumento esvanecido os compassos de um minuete que plange. À esquerda, o homem incumbido de vender os lugares, o *cobrador*, todo metido numa indumentária de pompa e escândalo, um largo varapau enfiado na mão grossa, ora recebendo as moedas da entrada, ora, em voz rouca, muito sério, apregoando o valor da ópera nova que se espeta no cartaz.

Para ouvir os guinchos da rabeca, o poviléu, junto, se acotovelou: são praças livres dos terços auxiliares, de fardão azul-negro e polainas de seis botões, arrogantes e vozeirudas, mestiços de chapéu chamorro derreado sobre o ombro e capote de embuço cingido em panejamentos complicados, frades, dos que cheiram tudo, de nariz aceso a copázios do bom tinto, hipocritamente a chocalhar os rosários de jacarandá, mendigos escravos arrastando as suas elenfantíases, mal arrimados em precárias muletas, marinheiros, meirinhos, ciganos, gente de condição melhor, de ar importante, as mãos nas algibeiras esbeçadas das véstias de pano pobre, gozando o minuete, alegrando-se com a luminária, comprazendo-se, enfim, com o ver entrar os felizardos que, de quando em quando, desovados daquela massa colorida e compacta, passam pelo homem do varapau vistoso, largando a sua meia pataca da entrada e desaparecendo logo, atrás de uma cortina vermelha e suja que separa o vestibulo da sala de espetáculos.

Súbito, vindo das bandas do Terreiro do Paço, uma serpentina que chega em marcha suada aos gemidos compassados de dois negros, que estacam em meio à rua estreita, diante da porta da Ópera, fazendo a patulêia virar-se, toda, curiosa.

A cadeirinha de luxo é pousada de leve. Que a carga é preciosa.
A besta humana, aliviada, resfolga.

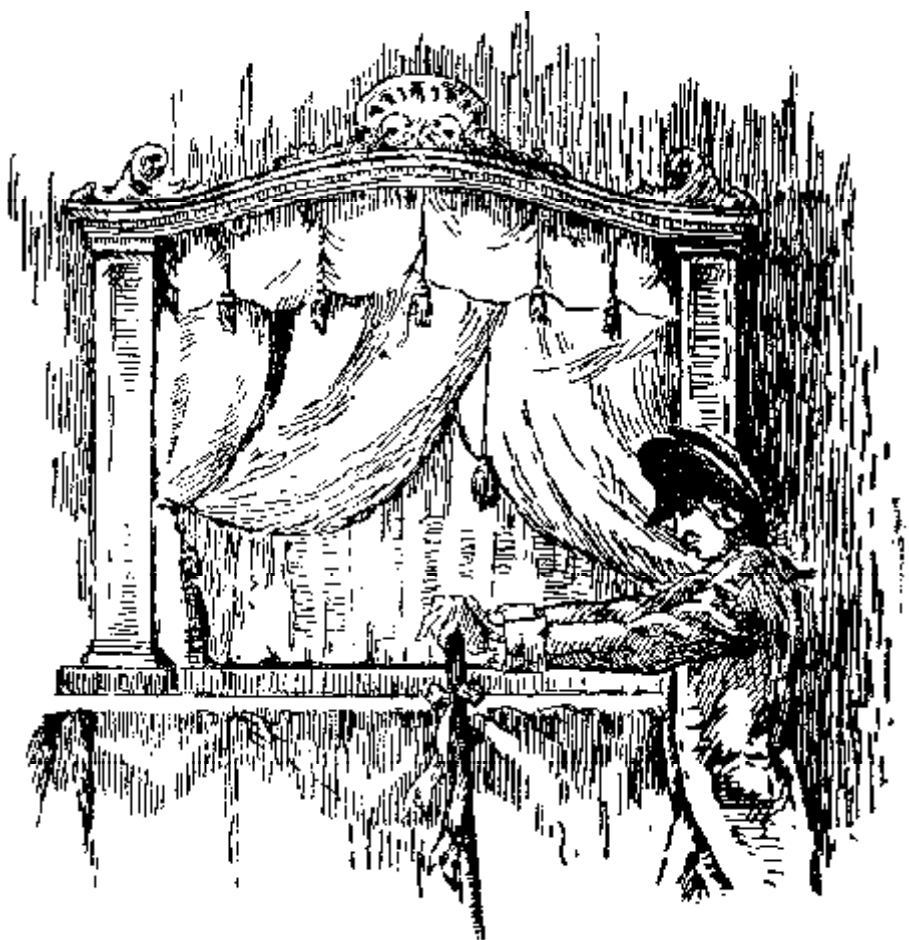
Abre-se, então, um sulco entre o povilêu para deixar passar o figurão, que já rasgou a cortina do veículo.

Ninguém mais indaga quem seja porque todos logo o reconhecem. É o Sr. Tesoureiro-Mor da Mesa Grande do Juízo da Alfandega, velho amador de bonifrates, que, vestindo de seda, tresandando a água-de-córdoba, o rosto coberto de sinaizinhos de tafetá, vem para o novo entremês, do qual um seu colega do Juízo da Balança falou como sendo obra muito de ver e de gozar.



Os soldados dos terços auxiliares perfilam-se, os mestiços dão de ombros, os frades se encapuçam, enquanto as mãos lívidas dos mendigos se estendem para que nelas também tombe o *viném* de Sua Mercê.

O grande funcionário rompe a massa e enfia pela casa de espetáculo, largando na manopla do porteiro, que dança uma cortesia de mergulho, a moeda da tabela.



Vamos seguir o Sr. Tesoureiro-Mor da Mesa Grande do Juízo da Alfândega, que já penetrou na sala da Ópera, com as suas paredes brancas e tristes, apenas marcadas a negro, de espaço a espaço, pelo fumo das lanternas de azeite que ardem em torno, lançando sobre a face do auditório um clarão amarelado e baço. O ambiente não agrada. A água-de-córdoba do tesoureiro não consegue minorar o bafio nauseante que se espalha pelo ar, hostil a pituitária delicada, bafio insolente e que já pelo tempo se chamava – *cheiro de natureza...*

Em face aos espectadores está armado um palco minúsculo, onde marionetes de 30 a 50 centímetros devem mover-se em cenários de papel.

O varapau enfitado do *cobrador* anuncia, a bater ruidosamente no solo, que vai começar a ópera do anúncio. Já se fecharam as portas da rua, e o cego da rabeca, no recinto da folgança, recomeça, no seu desafinado e lúgubre instrumento, o minuete tristíssimo.

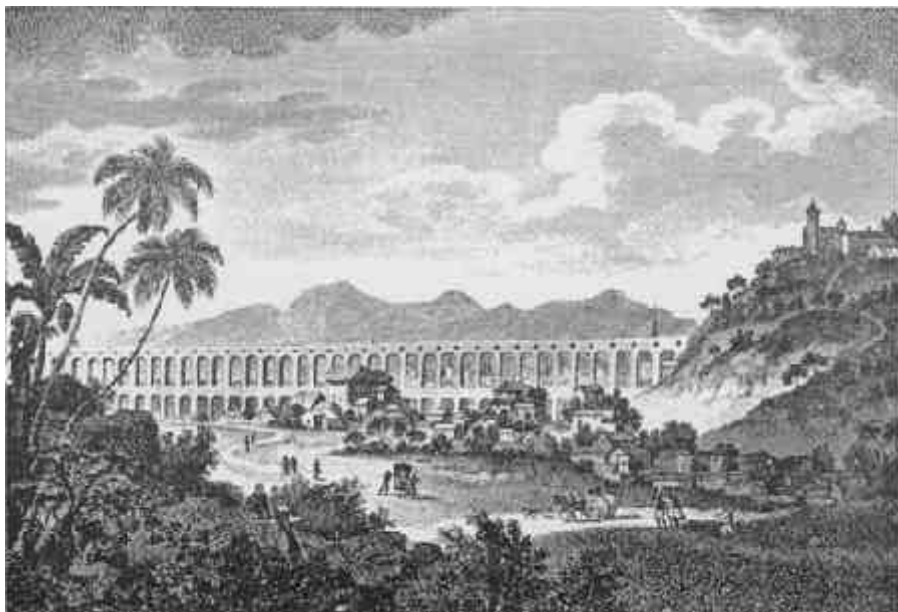
Faz a rabeca a *ouverture*. Cala-se depois. Segue-se um silêncio profundo, apenas interrompido pelo *plíc-plíc* das tabaqueiras que se fecham e pelo assoar discreto de algumas bicancas besuntadas de rapé.

Numa folha de papel, pendurada à guisa de cartaz, lá está o nome da peça:

O desespero de D. Brites que perdeu na festa da Glória as suas anquinhas de arame ou a escola das novas sécias. Incisan Joco-Séria Anatômica e Crítica por Pantufo Gabinda.

O título é, no entanto, menor que o destempero dramático. As três pancadinhas do estilo para o sinal do pano e o homem do varapau que solta um *psiu* prolongado para que se calem, de vez, os ruídos das tabaqueiras e narizes. Silêncio! Obedece-se, gostosamente, ao homem do varapau. Pano ao alto. Já é a peça.

O cenário de papel recorda o Largo do Carmo. Vê-se o chariz à beira-mar, o casarão do Teles, o palácio vice-real e a baía, ao fundo. Surge D. Brites, seguida do moleque Cazu. Atrás dela, D. Sancha, a mãe, e o casquilho Vaporim. Os bonecos vestem de pano, têm a cabeça de papelão, movendo os braços de madeira articulados por molinhas de ferro.



OS ARCOS DA CARIOCA EM 1792
(Estampa no livro de John Barrow)

A boca de cena do teatro é marcada, de alto a baixo, com arames verticais, paralelos, de modo a esconder ou confundir as linhas que movimentam os fantoches em função.

O entremês desenrola-se ao agrado da platéia. Os espectadores riem, gozam as pacholices do moleque, os arremessos da velha e os dengues afeminados de Vaporim. Só o homem do varapau de ar amofinado e gasto é que não goza. Embotou-se. Súbito, aparece um frade. A platéia gargalha. Surge depois dele o fidalgo pobre da pragmática. A platéia exulta. D. Brites, finalmente, perde os arames da saia. Aí a sala quase vem abaixo!

O capitão José de Oliveira Barbosa, da Academia de Geometria, confessa a um cavalheiro, que lhe fica ao pé, que jamais vira peça tão engraçada. O outro nem lhe pode responder, a palavra estrangulada na garganta por uma convulsão de riso. É um desafogo insólito de gargalhadas gostosas, um contorcer unânime de diafragmas, um júbilo histérico e escandaloso, que chega até a impressionar o homem do varapau enfitado, ali mais para os efeitos da receita que para gozo de uma peça, quiçá por ele próprio escrita e ensaiada.

E com mutações de cenário, a farsa continua até a cena final, onde D. Bries entra na posse da anquinha que o peralta descobre e D. Sancha, amolecida pela galantaria do jovem, cede-lhe a mão da filha, que desmaia. É quando o cego da rabeca, então, numa ária que recorda os cantares dolentes dos cafuzos da terra, faz, de novo, a rabeca gemer angustiosa, acompanhando o vozeirão atenorado do empresário que precipita o final com uma toada lírica que muito agrada:

Deixa que eu morra

Desta ferida:

Que é melhor vida

Morrer por ti.

Se me desejas

Da morte isento,

Não te retires,

Pois só me alento

Com o ver-te aqui.

Como não há entremês sem pancadaria, para acabar a peça entram as bexigadas. A turba, de alma feliz e confortada, gargalha, aplaude. E o pano desce lentamente. Afasta-se a cortina vermelha e suja da porta de saída, por onde se vai escoando a massa espectral. A todos agradou imensamente a *incisan*. A todos? Não. O Tesoureiro-Mor da Mesa do Juízo da Alfândega, conhecedor, a fundo, não só das óperas de bonecos como das óperas de vivos, deu por mal paga a sua pataca. Sua Mercê não gostou. As razões explica-as ele ao homem do varapau antes de sair, metendo o espadim de cerimônia sob o capote a *negligé*.

– Mau de todo esse Pantufo Cabinda, que melhor fora fazer presepes a entremeses. A peça é chula. Os cenários péssimos, quando o Muzzi por aí fá-los como ninguém. Cossa fraca, vulgar.

E enfiando pela narina vasta uma bolada de rapé:

– E os versos? Os versos, homem, todos eles surripiados às peloticas do Antônio José... Uma moeda perdida!...



Causas da decadência e do atraso da medicina em Portugal – Ensino de anatomia em Coimbra – O carneiro esfolado do Dr. Gomes Teixeira – Médicos e cirurgiões em Portugal e no Brasil – Os licenciados – O Dr. Jacinto José da Silva – Médicos brasileiros formados na Metrópole – Os mais notáveis.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Licenciado, *Carlos Chambelland* – Doente, *Washt Rodrigues* – A inevitável seringa, *Washt Rodrigues* – Negra crioula do Rio de Janeiro, inédito de Rugendas, coleção *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Retrato de *Luís Vahia*, o Onça (Igreja do Rosário).

.....

Medicina

I

A influência poderosa dos jesuítas deve-se a decadência, o atraso, quase o desaparecimento da medicina em Portugal, que até a época do descobrimento do Brasil tanto florescera. Tudo porque, para aqueles intolerantes e fanáticos loiolistas, o nosso corpo, obra de Deus, não podia sofrer o desrespeito nem o agravo da pesquisa humana.

Diante de tão insólita e nefasta teoria, que colocou o velho reino quase fora da civilização, embora muito perto do Céu, só restava um recurso aos que se sentiam com vocação para a carreira médica: emigrar, e num país, de maior cultura, embora de menor religião, beber o ensino que se lhe negava em Portugal.

No ano de 1750 era assim, com efeito, que se ia estudar anatomia à Coimbra. Quem conta é Manuel Chaves, médico português – *A anatomia daqueles tempos, em Coimbra, era dada em casa do lente Francisco Gomes Teixeira, que aos alunos mostrava um carneiro esfolado, numa bacia de prata, e dizia-lhes: este é o fígado, este é o baço, estas as tripas...*

Com tão singulares mentores não podia, na verdade, existir uma razoável medicina na Metrópole. Nem no Brasil.

Que possuíamos nós, porém, pelo tempo, como indivíduos capazes de curar, mas todos, mais ou menos, equivalendo-se na arte de investir contra a vida do próximo?

Possuíamos, em primeiro lugar, os médicos e os cirurgiões formados em Coimbra, passando, todos eles, pela bacia de prata e pelo carneiro esfolado do lente Gomes Teixeira, ases famosos da medicina lusitana, e dos quais o desembargador Brochado, que era do tempo, dizia *que curavam por ignorância e matavam por experiência*.

O número deles, felizmente, era, entre nós, bem pequeno. Ficavam todos na Metrópole. E tanto assim foi, que o Conde de Resende escrevia em fevereiro de 1799 ao Senado da Câmara, pedindo que se criassem pensões a um médico e a um cirurgião que, mandados a estudar na Europa, pudessem suprir ou contrabalançar a falta de pessoal oficialmente habilitado e de que aqui tanto carecíamos.



Frei Caetano Brandão, bispo do Grão-Pará, porém, não queria saber dessa gente vinda com diplomas para curar: melhor tratar-se uma pessoa com um tapuia do sertão, que observa com mais desembaraçado instinto de que com um médico desses vindos de Lisboa, dizia ele. E, talvez com razão.

Além desses doutores, havia ainda os licenciados.

De acordo com o regimento da Real Junta do Porto Medicato, todo cidadão que apresentasse um atestado provando exercício clínico, fosse ele médico, fosse ele cirurgião, tanto em Portugal, como no Brasil, era submetido a exame, a fim de receber uma carta, com a qual podia, desde logo, exercer o ramo da medicina em que se habilitasse.

Se o número dos primeiros doutores, formados por Coimbra, era insignificante, o dos segundos, em compensação, formou, entre nós, espessa e notável maioria.

O tipo desse licenciado, que a literatura histórica deslembra, mas de cujo pitoresco vivem sempre sorrindo os que se aprofundam nas pesquisas das cousas de outros tempos, anda a pedir as simpatias e as glórias da novela. E, com efeito, um vulto singular, de alto relevo cômico, com toda a importância de suas exageradas atitudes, de seu ar doutoral, e, sobretudo, daquela consideração profunda, que lhe dava a carta de ofício, pedaço de pergaminho cor de âmbar, mescla de fita, lacre e rabisco, mostrando as assinaturas dos Senhores Comissários da Real Junta e mais outras complicadíssimas chancelas.

Depois dos mandões da Mitra e dos mandarins emproados da Coroa, ninguém jamais aqui mostrou maior sinal de empáfia e prepotência:

Entrava o licenciado pela casa das famílias, dessorando autoridade e valia, impressionando pela indumentária, expectorando frases em latim, o idioma científico da época, solene e majestático. Curvavam-se os incautos à figura altiva e apavonada do sabichão da Grécia, como se em lugar dos *três-ventos* de castor, trouxesse ele, à cabeça, o próprio capacete de Minerva. E era um nunca mais acabar de considerações e de propinas a dilatar-lhe a algibeira e o prestígio, enquanto que a sabença ia, por sua vez, dilatando a trágica extensão dos obituários.

Atenção, porém, que vou apresentar-vos, agora mesmo, um desses semideuses da centúria, o licenciado Jacinto José da Silva, que está saindo da sua residência, à Rua do Piolho, para ver um enfermo. Olha-o. É uma figura melancólica, toda forrada de negro, da cabeça aos pés: negro o tricórnio, negros a casaca, a véstia, a capa, o calção, a meia e as sapatrancas de salto raso e boca de bezerro. Só o nariz é rubro, beque austero, onde se assenta um par de vastíssimos quevedos, lunetas enormes, embutidas em ponta de boi e atadas por fitas de couro atrás da orelha. Até parece, o homem, um escafandro, dentro de tanto couro e tanto vidro.

À porta, seguro pela manopla solícita do escravo, espera-o o Pégaso das visitas clínicas, um autêntico macho ferrado, de orelhas e caudas longas, e, certamente, com menos atestados de óbito na consciência. Há dois alforjes pendentes da silha do animal, e, dentro deles, com o pergaminho da semidoutorância, caixas, frascos com medicamentos, uma seringa e vários objetos de sangrar.



Se fosse época de epidemias, havíamos de vê-lo numa couraça anti-séptica, um balandrau branco, embebido em vinagre e outras drogas tremendas, na boca um dente de alho atravessado e, na mão sinistra e piedosa, um galhinho de arruda e mais o terço em contas de jacarandá.

Para recebê-lo o quarto do doente se empavesa. A cama veste-se do melhor linho que há na casa. Saem todas as rendas e bordados dos arcazes. Um pedaço de pano embebido em aguardente desliza sobre o rosto, pés, mãos, pescoço e braços do doente, retificando-lhe a brancura.

Se o enfermo é mulher e o licenciado consegue penetrar o santuário do casal, precatam-se os maridos, dissimulando, quanto possível, o ciúme muçulmano, com maneiras gentis.

Por causa das dúvidas, entretanto, são os esposos que examinam, pelos clínicos, as esposas enfermas.

– Queira vossa mercê, diz o médico, a apontar para a doente, espetar-lhe o *fura-bolos*, aqui, na altura da virilha, a ver se lhe dói.

O marido carrega o dedo. A mulher dá um berro.

Esculápio faz um movimento de cabeça. O diagnóstico está feito.

Seu Doutor (e isso é ele o primeiro a dizer) aí está para curar, mas, se *Deus* quiser, pois a responsabilidade, afinal, não é nunca sua, senão quando o doente fica bom. Se morre, a culpa é sempre de Deus. Sempre. Esculápio, ali põe-se de joelhos, arranca os escanfândricos quevedos, e, erguendo aos céus a voz sumida e trêmula, murmura com piedade: – Foi a vontade do Senhor!

E todos se conformavam, acreditando que só mesmo a vontade de Deus seria capaz de vencer a medicina formidável do Esculápio.

Quem vingava, indiretamente, a clientela infeliz, lá no Reino, era a Santa Inquisição, que os torrava de quando em quando, em piedosíssimas fogueiras, sempre que lhes descobria, nas dobras da pantalona ou da redingota, livros que dissessem idéias novas, sobretudo as dos enciclopedistas franceses. Não ficava um só para remédio, um só para dizer, depois, da clemência do Sr. Cardeal Arcebispo de Lisboa...

O Dr. João Tomás de Castro, médico fluminense, apesar de homem profundamente católico, por causa de uma brochurazinha dessas, foi queimado vivo...

Embora sem escolas, mesmo de primeiras letras, o Brasil, que deu no século XVIII, Bartolomeu de Gusmão, o inventor do aerostato, Antônio José da Silva, o *Molière* português que encheu a centúria com o seu



LUÍS VAHIA, O "ONÇA"
TELA DE AUTOR IGNORADO
(Igreja do Rosário)

nome, Moraes, o primeiro que escreveu o dicionário da língua, e a plêiade brilhante de poetas mineiros, havia de dar, naturalmente, médicos. E os deu, para o tempo e para as escolas onde aprendiam, realmente notáveis.

Em Portugal brilharam os brasileiros Francisco de Melo Franco, médico de grande fama, freqüentador do cárcere da Inquisição, e que dos padres se vingou escrevendo uma sátira tremenda que se chamou – *O Reino da Estupidez*.



É da lavra de Melo Franco, ainda, seja dito de passagem, a primeira obra regular escrita em linguagem portuguesa sobre higiene. Outros médicos, entanto, ainda demos, entre eles José Francisco Leal, catedrático de Coimbra e demonstrador de anatomia da mesma universidade, José Correia Picanço, médico da Corte de D. Maria I, o que voltou ao Brasil por ocasião da partida de D. João VI, então príncipe regente, como cirurgião-mor do Reino, isso para não citar outros.

Se mais notáveis deixamos de dar, a culpa foi tão-somente devida aos naturais estorvos que se antepunham aos filhos da terra, que tinham a veleidade de amar a instrução e os livros. Além de não possuímos escolas no país, para a Europa só ia o filho do rico, e que, em geral, por lá mesmo ficava, ganhando, com vantagem, a sua vida, que os outros, esses, coitados, tinham muita sorte se, em seu caminho, encontravam, por acaso, uma alma piedosa, que lhes quisesse meter o alfabeto na cabeça.



Curandeiros, feiticeiros e charlatões – Uma estranha receita do Dr. Curvo Semedo – O negro rezador – Cura por intuição divina – O Caso do Bispo D. Francisco de São Jerônimo – Barbeiros de cortina – Os dentistas – Os algebristas – As parteiras.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Barbeiro de cortina, *Carlos Chambelland*. – Dentista ambulante, *Carlos Chambelland*. – A sangria, *Washt Rodrigues* – Negro Rebola, *Carlos Chambelland*.

FORA DO TEXTO – Medalhão do Passeio Público (Mestre Valentim).

.....

Medicina

II

Q

ue se poderia esperar, num país de ignorantes e fanáticos, como o nosso, cheio de doentes e vazio de médicos? Que florescessem, como floresceram, os curandeiros, os feiticeiros e os charlatões.

Ao bando numeroso pertenciam os caboclos, que empregavam a vaga medicina dos pajés, os negros, com os seus amuletos e as suas ervas africanas, ao mesmo tempo *babalaôs* de exígua astrologia e ovelhas do cristianismo, devotos de Ogum e de São Benedito, os ciganos, os bruxos brancos do Reino e os inspirados, que empregavam a cura sugestiva, já por D. João IV oficialmente reconhecida, como se vê pela pensão por ele mandada dar ao *soldado Antônio Rodrigues, pensão de 40\$000 por ano pelas curas que tem feito com palavras.*

Ninguém se espante, porém, ao saber que, muita vez, ao lado de tais velhacos e impostores, juntaram-se homens de reconhecida competência, como esse mais que conhecido Dr. Curvo Semedo, cubiculario real, espelho da ciência médica na Metrópole. Veja-se, a propósito, o que escreveu, ele, nas suas *Observações Doutrinárias.* É de espantar.

Aqueles que havendo sido bem casados, e muito amantes de suas mulheres, passavam a uma tal metamorfose ou mudança odiosa que nem as podiam ver, nem deitar-se com elas na mesma cama, fiz reconciliar em amiza-

de, mandando que, às escondidas, untassem a palmilha dos sapatos do amancebado com esterco da manceba, e a palmilha dos sapatos da manceba com o esterco do amancebado. E daquele dia por diante se converteu em desgraço e aborrecimento de ambos o que até aquele tempo tinha sido cegueira do amor lascivo, etc.

Entre nós, o negro rezador era desta sorte que fazia cair uma bicheira:



*Bicho ou bicha,
Cobra ou cobraão,
Bicho de quarqué nação,
Sai-te daqui,
Que a cruz de Cristo
Tá sobre ti.*

Para atalhar sezões, maus-olhados, a prece já era outra:

*Todo o mal que neste corpo entrou,
Ar de névoa, ar de cinza,
Ar de galinha choca, ar de cisco,
Ar de vivo em pecado,
Ar de morto excomungado,
Ar de todo o mau olhado,
Seja deste corpo apartado,
Deus te desacanhe de quem te acanhou,
Deus te desinveja de quem te invejou.*

Uma espinhela caída curava-se, rezando desta sorte:

*Na casa em que Deus nasceu,
Todo o mundo resplandeceu.
Na hora em que Deus foi nado,
Todo o mundo foi alumiado.
Seja em nome do Senhor
Esse teu mal curado.
Espinhela caída e ventre derrubado,
Eu te ergo, curo e saro.
– Fica-te, espinhela, em pé!
– Santana, Santa Maria,
Em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo.*

Para dores de dentes havia isto:

*Naquele monte mal assente,
Estava São Quelimente;
Nossa Senhora lhe disse:
– Que tens tu, ó Quelimente?*



MEDALHÃO DO PASSEIO PÚBLICO
(Mestre Valentim)

– *Dói-me o queixo e mais o dente!*
– *Queres que to benza, Quelimente?*
– *Quero sim, minha senhora.*
– *Põe as tuas cinco pulgadas*
Sobre estas tuas pontadas
Que elas serão abrandadas.
Padre Nosso, Ave Maria
Paz teco, Aleluia.

Por intuição divina, curaram, no Brasil, bispos, frades e padres, os outros mortais, arriscando-se, estes últimos, a morrer na forca, quando se insinuavam capazes de curar assim. D. Francisco de São Jerônimo, terceiro bispo diocesano, sem ser médico, curava em nome de Deus, empregando como remédio o que lhe apresentava diante da mão. Assim curou ele a Antônio Gonçalves, condenado a perder uma perna, atacada de infecção gravíssima, *deitando o enfermo sobre os degraus do altar da Conceição untando-o com o azeite de uma lâmpada que iluminava a mesma.*

Dizem que era uma alma boníssima a desse santo bispo, o qual, como rezam ainda certos papéis do tempo, em nome da Clemência Divina, piedosamente perseguiu judeus, descendentes dos judeus e cristãos-novos, humildes e inofensivos seres convertidos à religião católica, caçando-os por esta cidade, como feras perigosas, e enviando-os, depois, em companhia das respectivas famílias, ao Tribunal da Inquisição, em Lisboa.

Outro que curava empregando a terapêutica dos fluidos e das preces, era Frei Fabiano, que viveu na prática do bem e do amor ao próximo.

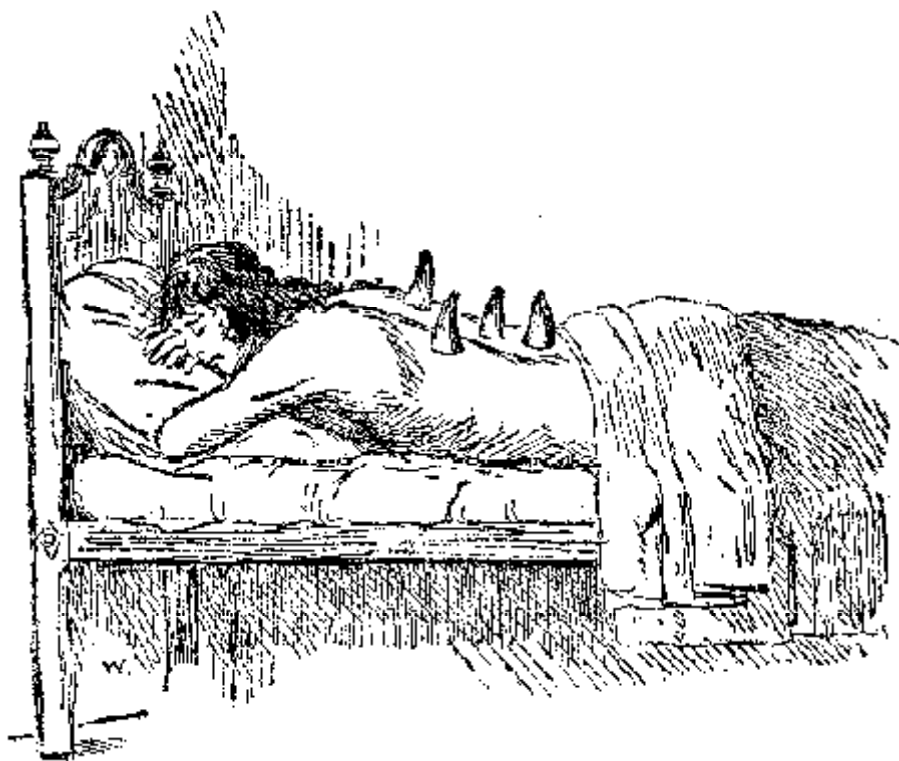
Lembrava Jesus sobre a Terra. Era um frade leigo. No Convento de Santo Antônio, onde morreu e foi sepultado, existe o inquérito rigoroso mandado proceder pelas autoridades eclesiásticas do tempo sobre as suas curas milagrosas. É um documento imprevisto, verdadeiro requerimento à Santa Sé, pedindo a canonização de um santo. Os espíritas declararam-no um *medium* desenvolvidíssimo.

Na rua colonial, por vezes, esbarrava-se diante de uma tabuleta, que dizia assim:

BOTAM-SE
BICHAS E
VENTOSAS.
BARBEIRO,
CABELEIREIRO E
DENTISTA

Era o antro do barbeiro de lanceta ou de cortina, sangrador, lancetador, aplicador de ventosas ou de sanguessugas, que eram *asquerosas bichas negra de rabo de rato que se criam e vivem na água*, segundo Barreira, e *animal inseto, redondo, de cabeça complanada, boca redonda e áspera chupando sangue de homem*, segundo Manuel José da Fonseca.

Quando, na hora da sangria, por distração ou imperícia, o improvisado operador cortava algum vaso mais importante, era dos livros: *um pouco de esterco de jumento*. O sangue deixava, logo, de correr.



Para calcular os desmandos desses vampiros de barbearia, que, como os morcegos, viviam do sangue alheio, basta citar o que nos conta Lindley, viajante inglês que visitou o Brasil no começo do século XVIII e que assistiu sangrar um desgraçado que acusava, não sabemos que forte dor de estômago, vinte e uma vezes no curto espaço de nove dias! Para tão peritos quirópteros, mais hábeis como artifices da elegância no esmero de escanhoar um bom prognata ou compor os cachos de uma cabeleira, a insistência do remédio supunha a melhor garantia da cura. E era sangrar até ficar o doente curado, quando não morria da medicina. Foram eles, ainda, os dentistas da época. Na caixa onde punham a bacia de sangrar, as ventosas e as sanguessugas, havia, sempre, o boticão, uma boa chave Garangeot. Dizia o barbeiro ao povo que as dores de dentes – e isso encontramos num curioso estudo feito pelo Dr. Pereira da Silva – *Revista Odontológica* (1908) – eram provocadas pela existência de certos bichos na raiz. Por vezes, as nevralgias faciais desorientavam os improvisados dentistas, que acabavam arrancando ao freguês partes colossais da dentadura. Verificado o engano, porém, explica ainda o Dr. Pereira da Silva, o cliente nada pagava...

O Vice-Reinado do Sr. Conde dos Arcos conheceu mestre Domingos, um preto barbeiro e dentista, com reputação firmada, residente na Saúde. Carvalho Português, o inglês Wartwell e o francês Mallard vieram mais tarde.

A prótese de então era muito elementar. Os dentes falsos prendiam-se aos sãos por pequenos grampos de metal. Não tinham resistência, e eram sempre mais decorativos do que úteis. A matéria-prima buscava-se na boca dos negros sãos. Era o dente da escrava moça que ia por vezes florir a dentadura de sinhazinha.

E já que se fala em dentista, é bom não esquecer os méritos de certo alferes das Milícias de Minas e que se chamou Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, especialista em prótese, com clientela grande, no Rio de Janeiro.

Entre as cortinas das barbearias vamos encontrar, ainda, os algebristas, indivíduos que entendiam de deslocções e coisas fora do seu lugar, quase todos discípulos de certo Padre Manuel Coelho de São Paio, que, já em 1736, escrevia o exame do prefeito algebrista.

A obstetrícia era uma ciência enfesada que vivia, em geral, nas mãos das mulheres, impossibilitados, como se achavam, os homens, de exercê-la, graça aos preconceitos do século.

José Antônio do Couto, só nos fins do século XVIII escreveu o *De partu humano quedam complectes*, onde enfeixava teorias que foi estudar em Copenhague e em Londres.

Pelas vielas esconsas, não raro, encontravam-se grandes cruzes brancas, sobre as portas das casas. Sinal da residência de parteiras, aparadeiras, solícitas mas ignorantes comadres, que se valiam mais dos conselhos de velhas mães, que dos livros sobre o assunto, e que eram vendidos quando cá vinham ter, por somas fabulosas.

A verdadeira figura do parto bom, diz um desses compêndios, é vir a criança de cabeça para baixo, com os olhos voltados para as costas da mãe. O que não diz o livro, porém, é que nunca se pôde compreender, no Brasil, um parto, sem a parteira dependurar uma espada nua à cabeceira do leito, onde deitava a parturiente, para afugentar os maus espíritos:

*Deus seja desta morada,
Deus e o Gabriel,
Que é o dono desta espada...*





A longevidade do carioca – A propósito de um judicioso conceito do Dr. Cabanès – Os caboclos de São Lourenço – Epidemias – Os portugueses, precursores da guerra de micróbios – Endemias – Remédios curiosos.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Sangrador ambulante, *Washt Rodrigues*– A rede que carregava o morto, *Carlos Chambelland*– Cadáver de negro enrolado na esteira, *Washt Rodrigues*– O urubu, profílato magnífico, *Salvador Ferraz*.

FORA DO TEXTO – Festa do Bom Jesus (Museu Histórico).

.....

Medicina

III

Nesse infecto e abominável monturo, que foi o Rio de Janeiro dos tempos coloniais, onde tudo parecia concorrer para tornar a vida humana amargurada e curta, fato extraordinário, nunca se morreu tão velho! Os macróbios de 120, de 130 e 150 anos contavam-se como hoje se contam os velhos de 60, de 70 e 80 anos.

Tudo indica, porém, que as razões de tão surpreendente longevidade apoiavam-se menos nas razões ambientes que naquela razão faceta que a gente encontra no *Joyeux propos d'Esculape*, do Dr. Cabanès, e que diz assim:

Si le malade est l'etoupe et la maladie feu, le medicin est le vent que souffle...

Diz-se que o índio nosso avô, sempre que podia, morria velho. É verdade. Há nos arquivos do Convento de São Bento uma carta curiosa, escrita de Guarulhos, ao Padre Frei Bento da Cruz, onde se fala de uma índia, que conduziu, em jornada de dois meses, sua velha mãe, que parecia – diz o documento – ter duzentos anos. Duzentos anos, a idade da *Adormecida do bosque!*

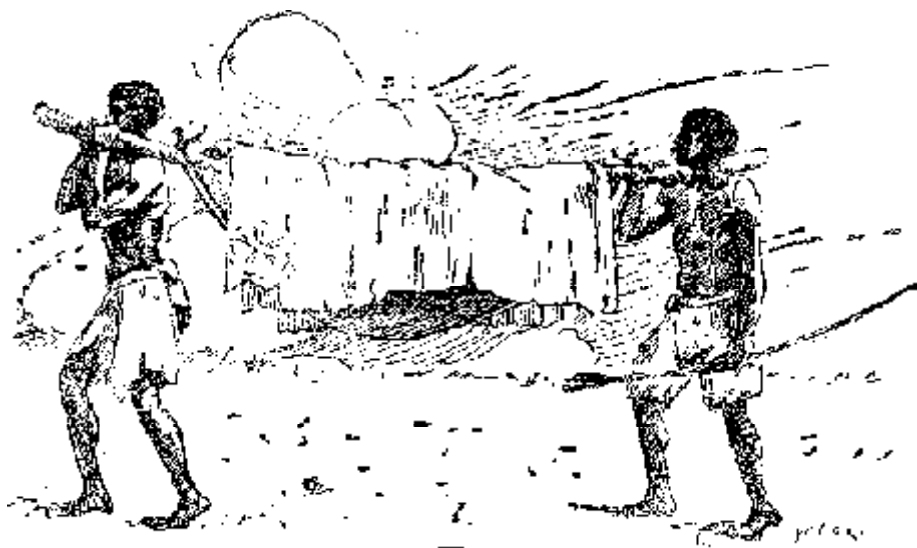
Para sustentá-la – refere a mesma carta – a filha mastigava os alimentos que lhe punha à boca.

Frei Vicente de Salvador ainda conheceu, na Bahia, Paraguaçu, a mulher de Diogo Álvares, que morreu velhíssima.

O obituário do Brasil antigo, de resto, cita-nos um número bem grande de longevos. Maria Quitéria, por exemplo, segundo rezam crônicas patricias, morreu aos 123 anos, e Cristóvão de Mendonça, tendo nascido em 1678, morreu no tempo do Vice-Rei Conde dos Arcos, em 1806, com 128 anos, portanto. André Vidal de Negreiros, citado até na *Human Longevity*, de Raston, viveu 180 anos!

Com quantos anos morreu Araribóia, o Capitão-Mor Araribóia, índio vencedor de Villegaignon, batizado com o nome de Martim Afonso de Sousa? Sabe-se que morreu com mais de cem anos, e que os seus descendentes foram conhecidos por notável longevidade. Dizia-se, com efeito, até bem pouco, de um macróbio – velho como um caboclo de São Lourenço.

O índio, que sempre viveu com o português às turras, até parecia que morria velho só para o enfezar, para o desmentir, porque dele foi



que veio a lenda de que o ar do Brasil envenenava a saúde, e seus habitantes morriam cedo, lenda essa, entretanto, contrariada por Frei Vicente do Salvador, que falando da terra americana, diz que é lugar onde raro há peste ou outras moléstias comuns, não sem acrescentar que os que adoeciam de outras enfermidades o deviam mais às suas naturais desordens, que à malícia do lugar.

O higienista Plácido Barbosa afirma que os fatores de depauperamento do filho do país, que sempre foi forte, saudável e longevo, vieram justamente com o europeu que, aqui introduzindo a civilização, acabou por introduzir os germens malsãos que antes cá não se conheciam.

O primeiro grande mal que achou de visitar estas bandas da Guanabara, foi a varíola, trazida pelos marinheiros de Villegaignon, e de que não escapou o próprio chefe índio Cunhambebe. Os objetos pertencentes aos variolosos, por ignorância, dados aos índios pelos franceses, seus aliados, animaram o surto epidêmico.

Na ânsia, porém, de exterminar o caboclo infeliz, batido e escorraçado do seu solo, diz o erudito Vieira Fazenda, os portugueses, tempos depois, lembraram-se de arremessar, para as tabas, colchões, travesseiros e roupas dos que nas cidades, vilas e povoações morriam pela peste. E deste modo o mal invadiu todo o Brasil. Foram eles, assim, por este recanto da América, os precursores denodados da guerra científica, posteriormente lembrada e discutida pela civilização do século XX.

Depois dessas, outras foram, ainda, as epidemias que assolaram este torrão bendito. Felizmente, para o povo inculto e fanatizado, não vinham elas sem prévio aviso, diplomaticamente, aviso posto no céu pela cauda luminosa dos cometas.

Céu de pedra

É ventania;

Cometa de rabo,

Epidemia.

Durante o reinado de Luís de Vasconcelos, por aqui surgiu uma, que foi tremenda, sob a forma de febre intensa e de natureza nervosa que, quando não matava, deixava deformidades físicas e sérias paralisias.



FESTA DO BOM JESUS
(Quadro a óleo existente no Museu Histórico)

Esse, o terrível mal que quase manda desta para melhor o pintor Leandro Joaquim. Chamava-se o estranho mórbus *Zampirine*, nome de uma cantora contratada por Galli, banqueiro da Cúria romana, e que fora a Lisboa como prima-dona da companhia italiana, onde se conservou até 1774, época em que recebeu do Marquês de Pombal ordem para sair do Reino.

O mal foi que nos veio de Lisboa, mas não a *Zampirine*, como já andou por aí escrito numa crônica sobre o nosso teatro durante o século XVIII.

Não se conheceu, entretanto, terapêutica eficaz para enfermidade tão cruel. Leandro Joaquim, o pintor, salvou-se dela, prometendo a Nossa Senhora da Boa Morte – dizem os seus biógrafos – fazer-lhe o retrato... Parece que a Santa desconhecia os fracos méritos do pintor, uma vez que aceitou a transação e o salvou. O retrato existiu, até bem pouco, na igreja do Hospício.

As águas que corriam a descoberto, vindo à fonte da Carioca, foram, por vezes, focos tremendos de infecção. O escorbuto, a disenteria e a oftalmia africana existiram sempre na cidade, mais ou menos endêmicos e com recrudescência sempre que aqui aportavam grandes levas de escravos trazidos da costa da África.

Das endemias desse tempo, porém, a mais grave foi sempre a da lepra. O Rio, durante os tempos coloniais, foi uma feira impressionante de pústulas e chagas. Em bandos sinistros e abandonados, pelas ruas, havia mais leprosos do que cães.

Ao coração bem português do Conde de Bobadela devemos a idéia da construção do Leprosário de São Cristóvão, que o Conde da Cunha acabou por tornar consoladora realidade.

Seja dito de passagem – a ignorância da época sempre confundiu o mal-de-lázaro com os acidentes secundários e terciários da sífilis.

A tuberculose, as doenças do aparelho digestivo, as erisipelas e, muito principalmente, as elefantíases dos árabes, ou pé-de-são-tomé, degenerescências da pele, tecido celular e vasos linfáticos, atacando de preferência os negros, eram males insanáveis e comuns.

Os médicos de então tinham por usança dar às moléstias, diversamente do que se vê hoje, designações simples e populares, como se verifica pelos formulários e outros livros de ciência médica do tempo.

Chamava-se, assim, a uma cefalalgia, dor de cabeça, simplesmente; com muito propósito, a uma erisipela, a maldita; à sífilis, com maior elegância, mal francês.

*Enfermo de mal francês
Anda há tempos Portugal;
E não sara deste mal
Porque o curam a revés.*

Às embolias chamava-se *estupor*. Aos torcicolos, *ar*. Eram tidos, pelo povo, como criações do Inferno, atacando os mortais para castigá-los.

– Deu-lhe um ar aqui (diziam)... Credo, lá nele! Deus me perdoe...

Os formulários do tempo estão cheios de indicações para febres podres; terçãs, tábuas do fígado, coração d'água, alporcas, tabardilho, ardor de urina, puxos, afogação da madre, frenesi, bichas, bicha e bicho-do-pé...

E os remédios? Particularmente pitoresca a terapêutica de toda essa época. Vejamos.

A *Pharmacopéa Ulysiponense*, de João Vigier (1766), recomenda contra certo morbo, que a medicina moderna conhece sob o romântico nome de treponema pálido, carne de víbora em pó. Os pós viperinos e os caldos de víbora eram também receitados para a cura da lepra. A chaga no bofe, a pavorosa tuberculose pulmonar, curava-se com açúcar rosado que limpa e solda a chaga, em bebedouros e leite de burra, vaca ou cabra. Mamar no bicho de preferência, em jejum, meio quartilho. Depois do leite nem se dorme, nem se bebe, nem se come, senão daí a duas horas.



Para epilepsia – úsnea de crânio humano. Contra lombrigas, rasuras de chifre de veado, em tisanas. Uma surdez curava-se com óleo de papel e água-da-rainha-da-hungria.

O Dr. Francisco da Fonseca Henriques, o Mirandela, receitava para calvície – manteiga de urso, mosca ou rã, queimada, dando, ainda, como eficacíssimo remédio, depois de uma fricção de aguardente ou água-da-rainha-da-hungria, *untar o couro cabeludo com unto de homem, que acabe a vida com morte violenta.*

Numa monografia sobre os carrascos do Rio de Janeiro, Vieira Fazenda fala-nos da prática de vender-se ao povo e, por bom preço, o tecido gorduroso dos enforcados.

Estamos daqui a ver, no tempo, o *rendez-vous* de carecas e pelados, que deveria haver nos lugares onde existisse o suplício da corda, ansiosos todos eles pela pomada profícua.

Pelo livro de José Antônio Mendes aprende-se que, para a cura das anginas, era de grande valia pescoço de galo torrado e pulverizado, sendo que a ação tópica das minhocas era tida como decisiva na resolução dos panarícios.

Para um flato, cheirar óleo negro de alambre...

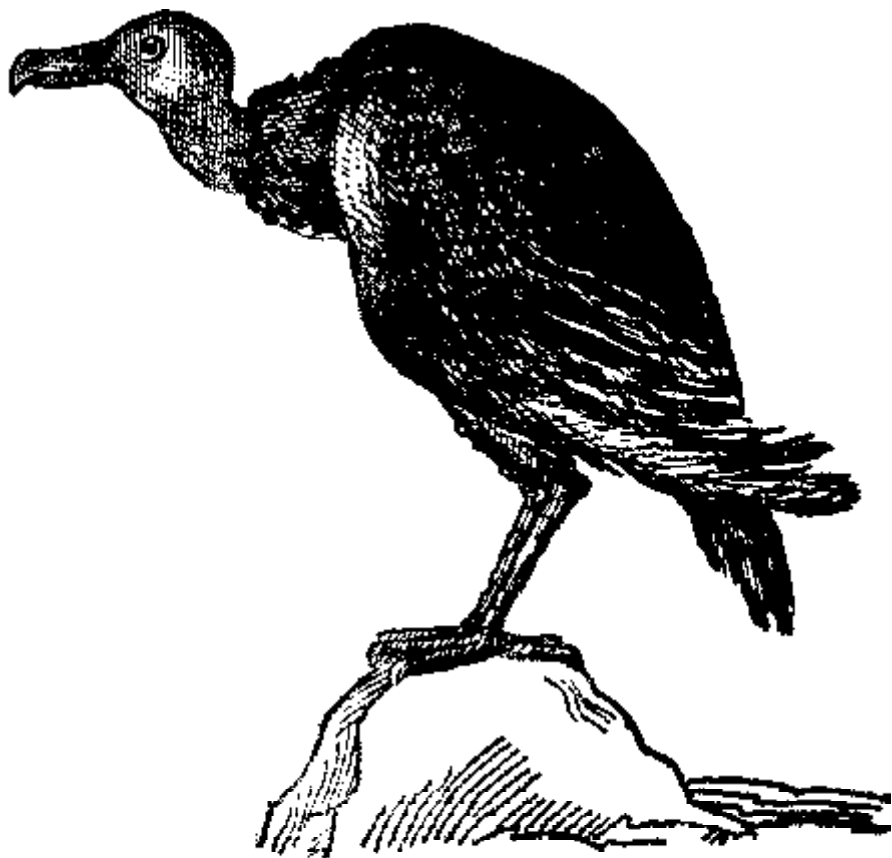
O autor da *Medicina Teológica*, que desejava, no mínimo, que os confessores soubessem neurologia, e que punha o amor no catálogo das doenças, receitava para os frades e freiras, como preservativo, uma emulsão de castidade, onde se encontravam água de alface, de golgão, de rosas e semente de papoula branca, coisa para se tomar de hora em hora durante oito dias...

Parece, entretanto, que esse bem intencionado elixir, pretensiosamente anafrodisíaco, não deu sempre os efeitos esperados, uma vez que nunca se sofreu tanto da doença do amor pelos conventos e sacristias como por essa época de muita beatice e ainda maior pouca-vergonha.

As papoulas brancas, assim posto, nos conventos, onde viam donzelas, não conseguiam preservar as suas gentis irmãs, as flores de laranjeira, da hecatombe fatal, que transformava as pobres servas do Senhor em servas de Cupido. Quando muito, as comadres solícitas,

pressurosas, ao fim de nove meses aliviavam as pobrezinhas, sem, contudo, assegurar, às mesmas, a ausência de crises próximas...

O professor Hernâni Monteiro, numa obra recente sobre as origens da Cirurgia Portuense, fala-nos em chás de percevejos e de excremento de rato para os desarranjos intestinais e icterícia, usados em Portugal (professor Hernâni Monteiro – *Origens da Cirurgia Portuense*, obra publicada em 1926), remédios esses que foram, também, conhecidos no Brasil, durante o século XVIII.



Para a dissolução dos cálculos biliares prescrevia-se moela de ema. Por quê? Por isto: por ter o bucho deste gigante das aves virtude especial para quebrar pedra...

Eram remédios: urina do homem ou do burro, cabelos queimados, pós de esterco de cão, pele, ossos e carne de sapos, lagartixas, caranguejos e de outros animais, que constituíram o estoque muito importante das melhores farmácias.

Melancolia curava-se com bom mantimento, beber vinho agüado, purga e banho d'água da fonte na perna. As inflamações dos olhos não resistiam às ventosas nas costas e purga de canafistula.

Fonseca Henrique, médico de D. João V, bem como o famoso João Curvo Semedo, autor da muito citada *Poliantéia Medicinale* Atalaia da vida contra as hostilidades da morte fortificada e guarnecida com tantos defensores quantos são os remédios que no curso de 58 anos experimentou. Curvo Semedo, dedicado a Jesus Crucificado, fala-nos, por exemplo, no seu livro – *Medicina Lusitana*, socorro délfico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males, de mulheres que punham ovos e os chocavam, bem como de homens de uma só perna com tão grande pé, diz ele, que faz sombra a todo corpo. Explica, ainda, as razões que faziam as mãos da raposa, penduradas ao pescoço, evitarem o quebranto, e trata das relações existentes entre os rins do homem e o signo do leão.

Esse famoso e muito reputado esculápio foi o que escreveu, afirmando, que os homens também podiam amamentar as crianças. E, como prova, citava os indígenas do Brasil, dizendo que eles davam os seios a mamar aos filhos enquanto as mães cuidavam dos seus serviços da taba...

O Brasil, que já por essa época podia orgulhar-se de ser o mais opulento jardim da flora medicinal existente em todo mundo, possuía, no entanto, as mais pobres e desprovidas farmácias que se pode imaginar.

Sigaud, que as conheceu no começo do século XIX, delas dizia:

On a de la peine à croice que elles ont langui si longtemps abandonnés à de mains inhabiles, au milieu d'une contrée si abondante en richesses vegetales.

Velhas boticas coloniais, antros sinistros, onde a maledicência fazia toca e o mexerico e a malícia eram as drogas de maior procura e extração!

*A botica vende tudo
Vende da purga ao sudário.
Só não vende, por cautela,
A língua do boticário...*



A Justiça d'el-Rei – Sentenças em vez de leis – Primeiros juízes e primeiros códigos – Juízes arbitrários – Juízes venais – Juízes ignorantes – Uma curiosa citação de Oliveira Martins.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O desembargador, *Washt Rodrigues* – O desembargador e o meirinho, *Washt Rodrigues* – Soldado, do 1º Regimento de Infantaria (1786). A justiça colonial. *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Retrato de D. José I (Biblioteca Nacional de Lisboa).

.....

Justiça

I

J

ustiça d'el-Rei, mais inspiração arbitrária de conveniências e instintos do que propriamente justiça, era o que a manopla férrea do capitão-mor, ou do governador aqui distribuía, prepotente e brutal, ao filho da terra, infeliz. Escola de Pedro, o cru, rei beato e feroz, que vivia da volúpia de punir e que aos assassinos de Inês de Castro mandou que se lhes arrancasse o coração pelas costas.

O tempo ainda era algo batido pelo tufão medieval, a época de absolutismo e de ferocidade, tanto para os carneiros do rebanho de cá, como para os carneiros do rebanho de lá. Sofríamos. Mandava a Igreja que sofrêssemos com resignação e humildade. Não fizemos outra coisa durante três séculos.

Para o Brasil, a bem dizer, o que havia em vez de leis, eram sentenças. Algumas, particularmente odiosas. Houve-as, por exemplo, que mandavam arrancar, ao solo brasilio, todas as árvores índicas, para que não concorrêssemos com a riqueza do Oriente português – aliás muito mais distante e menos segura na mão de seus donos. Outras, proibitivas das plantações do trigo, para animar a agricultura da Metrópole, que nunca conseguiu, no entanto, suprir as próprias necessidades do país; mais outras, que mandavam fechar todos os nossos portos a qualquer estrangeiro, mer-

gulhando-nos no mais tenebroso dos isolamentos; sentenças proibindo que sobre a Terra alguém pudesse escrever uma só linha revelando o valor das nossas riquezas; sentenças destruidoras de nossas estradas de rodagem, feitas pacientemente durante longos anos pelo braço profícuo do negro e do índio... E as que vedavam a abertura de novas? E as que determinaram que se trancassem os nossos rios? E as que impediam que se explorassem salinas? E as que mandavam destruir a nossa indústria nascente, confiscando teares e proibindo-os de funcionar no país? E as que mandavam inutilizar a única e



pobre tipografia que aqui existia nos tempos de Bobadela? E as que acabaram, entre nós, com o ofício de ourives? E as que estabeleciam impostos vexatórios, como aquele entre outros, que se chamou subsídio voluntário, mas cuja voluntariedade era provocada por imposições como esta: – que se faça saber aos moradores a obrigação que lhes ocorre de concorrerem com um considerável donativo para o casamento de um príncipe e de uma princesa de Portugal, sentenças que mais de uma vez levaram o povo ao desespero e às armas? E as mais ignóbeis de todas – as que quebravam o padrão da moeda com que se pagava, no Reino, o produto do trabalho no Brasil, em 10, 15 e 20%?

Justiça madrastra! Justiça feroz! Tempos, na verdade, bem pouco dignos de recordação e de saudade!

Para melhor defender-se a terra da cobiça estrangeira mandou-se, em 1530, Martim Afonso para nos governar. No fundo do seu malão em couro de Córdoba tauxiado de amarelo, trouxe ele, com poderes discricionários que se embrulhavam numa carta régia, firmada por D. João III, alguma vontade de acertar. Como juiz, sabe-se, que foi o primeiro. O que não se sabe é se foi dos piores. Iguais poderes são concedidos, depois disso, aos donatários das Capitânias. Fartam-se de tais poderes os capitães, e, de tal sorte que, em 1549, Tomé de Sousa chega para frear-lhes os desmandos. Traz, além de novas ordens, nova carta régia, um ouvidor-geral e mais um código manuelino. Louvável intenção. Passa a terra a ter lei escrita.

Como o trópico, porém, é o éden da impertinente traça, que tudo ataca e fura e rói e dilacera, o pobre código, dentro em pouco, de calhamaço de consulta e guia, transforma-se em uma renda tenuíssima, onde não se decifra palavra. O ouvidor, por sua vez, perde a memória do que aprendeu.

E tudo fica como no tempo dos capitães.

Cria-se, anos depois, a Casa da Relação da Bahia. Com mais Relação, porém, ou menos Relação, na Bahia ou no Rio de Janeiro, a justiça continua irregular e falha, pessoal e feroz, cera que se amolda à vontade pessoal do Juiz, que, quando não é arbitrária, é ignorante, e, quando não é ignorante, é venal. Há exceções, claro. Essas, porém, são bem raras.



D. JOSÉ I
(Biblioteca Nacional de Lisboa)

Luís Vahia, que antecedeu Bobadela, pertencia aos da primeira categoria. Até chegar à loucura declarada, é um juiz que amedronta e aterra. Preside a relação aos berros. Quando o seu coche de arruar surge na viela colonial, o povo ataranta-se, os homens caem de joelhos, medrosos, outros mordem humildemente a poeira dos caminhos. É uma espécie de Caim da América, é o Onça. Prende, multa, degreda, manda matar...

Um dia a mioleira refere-lhe. Tem esgares. É o paroxismo da loucura manifesta. Desaparece do mundo rilhando os dentes. Vem, depois disso, um período longo, felizmente, e amável, com o grande Bobadela a governar. Amemos particularmente este homem, que foi um grande e sincero amigo do Brasil. Fez-se, no tempo dele, a justiça que se pôde.

A neurastenia do Sr. Conde da Cunha, entretanto, irrompe em 63. Neurastenia e má-criação. Dura três anos a rajada desse mandão da terra. O conde é particularmente violento. Do pitoresco das suas arbitrariedades e impulsões far-se-ia um anedotário curioso.

– Quem é aquele sujeito que tanto me olha? pergunta ele, um dia, das obras que se faziam para o governo, no morro da Conceição, ao ver alguém debruçar-se de certa janela de rótula, envolto num robe de chambre, a cabeça toda num escandaloso barrete de cassa com babados.

Respondem-lhe.

– É o Sr. Capitão João Homem.

– Pois tragam-no até aqui, encarapuçado como o vejo, tal e qual, que lhe quero aplicar a justiça d’el-Rei.

Momentos após surge, diante do Vice-Rei, o capitão, com os seus babados.

Fala-lhe o conde.

– Como que então, eu, governador do país e da cidade, já de pé, a trabalhar como um mouro por estas horas da manhã, e o Sr. Capitão João Homem ainda em roupas de quarto e com esses babadinhos à cabeça! Pois carregue o seu tijolo que é o de que aqui muito se precisa, lembrando-se que, de tal sorte, serve a el-Rei Nosso Senhor.

E numa indumentária pitoresca, bem pouco do ofício, teve João Homem, logo, de ir dando início à sua pressurosa ajudância de pedreiro.

De outra feita, bate à porta do Vice-Rei uma mulher em lágrimas. Vem queixar-se do marido, que a maltrata.

– E açoita-me, Sr. Vice-Rei, açoita-me sempre. Venho pedir, ao Sr. Conde, justiça.

Manda ele que saiam, logo, dois soldados em busca do brutamonte, que é arrastado a seus pés.

– Bato nela, Excelência, diz ele, mas com a razão do que quer castigar para corrigir. Essa mulher atraiçoa-me, buscando, em outros braços, o amor que nunca lhe neguei. Tão-somente por isso, Excelência, bato-lhe, embora nem sempre seja em demasia...

Ordena, logo, o Vice-Rei que tragam à sua presença o causador do desconcerto conjugal.

Agora é o amante que vem arrastado ao tribunal de improviso e que espera do Conde o fatal julgamento.

Ao marido infeliz louva-o o Vice-Rei pela atitude nada sensurável e, quanto ao comprometedor da honra do casal, resolve: – degredo para Angola. E faz logo sair o sedutor. Volta-se para o marido e ainda sentencia:

– Quanto à tua mulher, logo ao chegar à casa, desanca-a com um pau, mas, desta vez, com vontade, a ver se de tal sorte pode ela chegar, um dia, a ser esposa leal.

Outra vez, um pobre caixeiro procura-o para queixar-se do patrão, alegando que o mesmo,



tendo estabelecido certo salário pelo seu trabalho, além de não pagá-lo, despedira-o.

Manda-se buscar o negociante, certo Vieira da Cruz, que chega tremendo à presença do Vice-Rei. Desculpa-se o homem de mil maneiras, alegando, afinal, não ter cumprido o prometido por não valer o serviço do caixeiro o salário do contrato. Mete, porém, a mão no bolso e dele arranca algumas moedas, que vai entregar ao queixoso, a dizer:

– Atendendo a que o Sr. Vice-Rei tanto por ti se interessa, toma lá estas moedas, como esmola.

– Aceita, diz o Conde ao rapaz, que, num gesto de brio, quer recusar o que o outro lhe oferece. Aceita. E, voltando-se para Cruz:

– E agora vai buscar, correndo, o salário do contrato, que o que acabas de dar, como tu mesmo dizes, não é salário, é esmola...

Outro juiz arbitrário e de violências um tanto simpáticas, foi o Sr. Conde de Resende. Tinha fama de mau porque mandou matar o Tiradentes. Injusta fama. Como Vice-Rei não podia dizer outra coisa.

Há, certa vez, grande falta de farinha em Pernambuco e na Bahia. Os negociantes do Rio começam a fazer longos embarques para aqueles portos. Tem-se, por isso, que a mercadoria, aqui, encareça enormemente. Pedem-lhe providências. Há um navio cheio dela, no porto, para sair. Manda o Vice-Rei que se apreenda a farinha e que a coloquem numa barraca, que manda logo armar no largo do Palácio, a fim de ser vendida ao povo da cidade. De outra feita, sabendo que os negociantes desejavam fazer o monopólio do sal, manda vários soldados arrombar, a machado, as portas do armazém onde se acha depositada a mercadoria, na Prainha. Não poupava os exploradores do povo, os ladravazes do comércio, da carne, do peixe, da verdura e do cereal, mandava-os meter no pelourinho, sem forma de processo, e bater-lhes.

Com a mesma facilidade, com que muitos desses juízes supremos se recomendavam por gestos assim simpáticos, excediam-se, depois, em arbitrariedades vultosas.

Nas crônicas brasílicas pesam particularmente os excessos de tão tirânicos senhores.

Caldeira Pimentel, por exemplo, no ano de 1728, em São Paulo, queria, quando saísse à rua, que os populares se ajoelhassem à sua passagem, assim se conservando até que ele lhes desse a bênção.

Outro episódio, contado por Afonso de Taunay:

Bernardo José Lorena manda um dia um seu escravo ao mercado comprar peixe fresco. Não há mais, no mercado, peixe fresco para vender ao criado de Lorena. No samburá do escravo de certo cônego chamado Patricio Lobriga, o servidor solicita cinco tabaranas, as últimas que obraram da banda do peixeiro. Voltando a palácio refere o escravo o insucesso da sua empresa, não sem citar o samburá do africano, garantindo mais, que as tabaranas eram verdadeiramente de apetite.



Ordem imediata de S. Sa. para que sejam despachados dois guardas incumbidos de requisitar o pescado do cônego, e como estivesse. Vêm as tabaranas meio fervidas, dentro de uma panela. Do pescado farta-se Lorena, farta-se, mas não devolve a panela...

Ao fraco valia sempre suportar os agravos dos portentosos, perdoando, esquecendo-os, a articular qualquer protesto. Leia-se, por exemplo, o que se extrai abaixo, da correspondência particular do Sr.

Marquês do Lavradio, sem favor algum um Vice-Rei manso e quase amável.

Ao terceiro dia de me achar governando, teve um homem o atrevimento de se me vir queixar de um oficial dos da Assistência do Sr. Conde [refere-se ele ao seu antecessor, o Conde de Azambuja], dizendo-me que a S. Exa. tinha levado também aquela queixa e que por ele não a ter deferido aguardara para, na minha chegada, se me vir queixar tanto de um como de outro.

Sem mais demora, na presença de todos os que assistiam à audiência, o declarei como um perturbador do estado, porque, insultando a respeitável retidão do Sr. Conde, a quem eu tinha a honra de substituir, me insultava a mim mesmo e o lugar em que me achava, e mandei logo metê-lo na enxovia, carregado de ferros.

Os juízes venais, menos pitorescos, foram, no entanto, mais numerosos. E, quanto mais altos, piores.

Governadores ladrões, diz sem reboços Oliveira Martins, quando fala da justiça do tempo, que ele afirma ser um verdadeiro mercado.

Que foi Diogo Botelho, governador do Brasil? Por uma devassa provou-se ser ele culpado de concussão e venalidade.

O Padre Antônio Vieira afirma, ao falar desses supremos juízes, que os que vinham ao Brasil formavam um bando de verdadeiros ladrões, disposto a devorar-nos.

Resposta que o mesmo padre dá ao governo português, quando consultado se deve mandar um ou dois capitães-mores para o Maranhão:

– Mandem um, que menos mal faz um ladrão que dois...

Que disse, também, o conde da Cunha, ao Rei, falando dos grandalhões que o cercavam, aqui no Rio de Janeiro?

– Senhor, todos nesta terra roubam, menos eu!

Num relatório dirigido a Luís de Vasconcelos e Sousa, ao Vice-Rei, seu antecessor, escrevia, falando dos juízes da terra:

No tempo em que aqui residem, vêem como podem fazer mais lucrosos os seus lugares, de sorte que, quando se recolhem, possam levar com que fazer benefício às famílias...

E depois:

Em onze para doze anos que tenho governado a América, me não constou nunca que um só juiz procurasse sem contendas acomodar as partes, persuadi-las a que se não arruinassem com contendas e injustos pleitos, fazendo finalmente o que as leis tanto lhe recomendavam. Do mesmo modo, não achei nenhum estabelecimento útil feito por nenhum daqueles magistrados: alguns que mandei informar sobre negócios desta qualidade os achei tão ignorantes e alheios destas matérias que me resolvi a não mais tratá-las com eles.

Falando do Juiz de Fora, Jorge Machado, diz que era muito ignorante, embora orgulhoso de um saber, que não possuía, e acrescenta que os seus ridículos despachos serviam de riso e divertimento a todas as conversações.

Diz ele do próprio ouvidor que o servia, que era homem de curtos talentos e que assinava de cruz os despachos feitos por advogados, que funcionavam nos processos. Curtos talentos! muito parecidos com os daqueles dois desembargadores de Lisboa, citados por Oliveira Martins: um, que não mandava para o Rio de Janeiro notícias do cerco de Gibraltar porque, estando-se no Brasil mais perto, as novas seriam mais frescas... outro, que negava entrada na capital do Reino a uma caixa vinda de Gênova por haver peste em Marselha, e isso porque, estudando o mapa de escala reduzida, achou uma distância, apenas, de meia polegada entre os dois portos...

Imaginem, agora, se, em vez de desembargadores em Portugal, fossem eles desembargadores no Brasil!



Os degredados como matéria-prima da colonização portuguesa no Brasil – Os naturais embaraços do pequenino Portugal na realização de tão importante obra – A índole do carioca – O código português – Crimes, criminosos e prisões.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – Preso esmolando, *Washt Rodrigues* – O Aljube, cadeia eclesiástica, *Carlos Chambelland* – Negra monjolo, *Carlos Chambelland* – Soldado do Regimento dos Pardos, *Washt Rodrigues* – Soldado do Regimento do Pretos Forros, *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Retrato de D. Maria I (Biblioteca Nacional de Lisboa).

.....

Justiça

II



liveira Martins dá como matéria-prima da colonização portuguesa, no Brasil, entre vários elementos indesejáveis, os degredados pela justiça de sua terra.

Coisa velha e sabida.

A doentia suscetibilidade brasílica, no entanto, arrepiava-se toda, sempre, ao pensamento, para ela pouco amável, de ver o Brasil de outrora eleito para pasto gentil da crapulagem lusitana, culpando os colonizadores, sem lembrar-se de que nações, reconhecidamente cultas e brilhantes, em pleno século XX, mantêm, em suas colônias, postos de correção e de degredo.

Lembre-mo-nos, depois disso, dos naturais embaraços em que se debatia o pobre Portugal de outrora, desejoso de realizar obra civilizadora em país que possuía uma população selvagem cinco ou seis vezes maior que a sua. Tão precária, na verdade, era a reserva humana existente no velho reino, que necessário foi buscar-se, no viveiro da África, o negro, para que, transformado em poderosa ferramenta de colonização, se pudesse arrancar, como se arrancou, o Brasil do nada.

Apesar das espessas correntes imigratórias aqui vindas da Costa d'África e com as quais se conseguiu suprir, no amanho da terra, o braço do

índio sempre hostil ao português, necessário tornou-se, ainda, formar núcleos compostos de brancos aguerridos e bem armados, que servissem de defesa e de guarda aos colonizadores e à sua obra.

Que fazer, portanto, para encontrar esse mesmo patricio e branco, se Portugal mostrava, só em Lisboa, um oitavo de população negra, de tal sorte denunciando a sua escassez de gente? Procurar, descobrir, colhendo, raspando, a varredura social das vielas da capital e de outras cidades do país, metendo-a depois, no fundo das naus para que viesse ter à terra da América. Era, além de criminosos tarados, toda uma horda de mendigos, de ociosos, de vagabundos e calaceiros, essa que aqui vinha parar, horda vil, horda infa-



me e procaz, muito embora menos perigosa talvez que a dos bandos de alguns burgueses do comércio, que para aqui chegavam apenas para tentar fortuna. Seja dito de passagem, porém, que, ao lado desse torpe e desprezível rebotalho, gente melhor e até boa vinha. Se somarmos, porém, todos esses brancos europeus, que da Metrópole saíam para cá, acabaremos por ver que eles representavam, ainda assim, um conjunto de sangue lusitano insignificantíssimo entre o de todos esses milhões de caboclos, que então povoavam e continuavam a povoar o país, de norte a sul, massa bravia e vigorosa de silvícola, com que se fez o alicerce da nossa nacionalidade, tangida e guiada, isso sim, pela mão robusta e laboriosa do civilizado português.

Não procede o receio de que o degredado pudesse ter influído como percentagem apreciável de sangue a correr-nos nas veias, como não procede a balela criada por certos escritores lusitanos, ignorantes de sua própria história ou dos nossos conhecimentos históricos, quando dizem que Portugal, tendo colonizado o Brasil, também o povoou. Não o povoou. Não podia povoá-lo, e, pela simples razão de faltar-lhe matéria-prima para isso, como ainda nos repetiu, não há muito, o professor M. Bonfim, no seu *Brasil na História*.

O código lusitano, quando o crime requintava e mais dura se devia tornar a pena, estabelecia imediatamente: degredo para o Brasil. Inteligente e sensato propósito que, arrancando o homem de onde ele só podia causar danos, o punha onde pudesse produzir alguma vantagem.

Na Metrópole, só ficavam os réus de pequenos delitos: os hereges, os que levavam barregãs à corte, os que vestiam roupas de mulher, os que nos arruídos chamavam por outro nome que não fosse o *d'el-Rei*, os que compravam colméias para matar as abelhas, os que davam música à noite, o cristão que dormia com infiel, ou o infiel que dormia com cristão, os que faziam mexericos...

Aqueles que conheceram o Rio de Janeiro dos tempos coloniais são quase unânimes em externar, sempre, sobre os seus turbulentos habitantes, a menos lisonjeira das reputações: raça de crápulas e bandidos manchando a natureza sem igual, diz Frei João da Boa Morte numa correspondência datada de 1769 para o Reino. Esta é a mais indigna e maldita canalha de que se pode ter notícia, acrescenta o autor do famoso *Diário de uma*



D. MARIA I
(Biblioteca Nacional de Lisboa)

viagem pela Costa d'África e Índias de Espanha, e que por aqui se perdeu alguns anos antes da época dos vice-reis.

Que diz Bulkeley, falando do Rio de Janeiro, conforme citação de Afonso de Taunay? *Isto aqui é um lugar onde um homem tem que se sujeitar a ser às vezes maltratado, pois se repele as afrontas corre risco grave de perder a vida. O que não falta por cá são malfetores que se alugam para matar o próximo por preços de espantar.* E não se esquece, ainda, de dizer que o Rio é a *cidade do mundo, onde se assassina por mais baixo preço...*

Luís de Vasconcelos e Sousa, ao passar o governo da cidade ao seu sucessor, o Conde de Resende, fala-nos sobretudo de constantes desordens, que necessitam ser punidas como demonstrações severas que sirvam de exemplo para se coibirem.

O Marquês do Lavradio também alude a essa turbulência, embora elogiando simpaticamente a índole patricia. Diz ele: “Esses indivíduos que por si só são facilimos de governar se vêm a fazer dificultosos e dão trabalho, só por causa dos europeus que aqui vêm ter.” E explica, a seguir, dando expansão quiçá a certas antipatias pessoais, quais são esses europeus: “homens do norte de Portugal, gente de espírito muito inquieto e de pouca ou nenhuma sinceridade” (relatório a Luís de Vasconcelos e Sousa).

O fato é que tinham de que se impressionar seriamente os estrangeiros que visitavam a capital da colônia, e onde, por qualquer coisa se feria, por qualquer coisa se matava.

As facas e os punhais andavam, sempre, fora das bainhas; as sarjetas, empoçadas de sangue. Choviam alvarás proibindo os capuzes, o uso de facas, de punhais, de choupas e sovelas. Ninguém queria saber de alvarás, todos se embuçavam, todos traziam entre as dobras da saragoça, no mínimo, o seu meio palmo de aço brilhante e rijo.

Não se esperava sequer pela cumplicidade da treva para arrancar a vida ao próximo: à luz do dia, sob as janelas do palácio do Vice-Rei, mata-se o capelão do Etoile. Duclerc é assassinado na casa da Rua General Câmara por quatro embuçados, apesar da guarda numerosa que o cerca.

Turbamulta de desordeiros e assassinos. Os próprios filhos da Igreja são rixentos, inquietos, amigos de disputas e banzés.

Conta Froger que um indivíduo da equipagem do seu navio, tendo uma desavença qualquer com um popular, em frente ao Convento dos Carmelitas, põe mão à espada, com o intuito natural de defender-se. Logo contra ele forma-se um bando enorme. Tentando salvar-se, busca o atacado asilo no Convento. Entra; porém, em vez de agasalho, sente que vários frades, armados de vastíssimos cacetes desancam-no. São os frades carmelitas. Um há, até, que lhe atira à cabeça, de surpresa, forte golpe de espada. Não eram somente os roupetas do Carmo os que se avantajavam na hora da desordem. Rixentos, foram também os frades de São Bento. O Conde da Cunha é que deles nos pode dar informes preciosos. E os jesuítas? Luís de Figueiredo, segundo nos fala Bento Pinheiro da Silva Cepeda em seu relatório ao Conde de Oeiras sobre várias e graves incorreções dos componentes da Companhia de Jesus no Brasil, à noite, trocava as suas vestes pelas de marinheiro e ia beber às tavernas, onde armava pendências, chegando a ponto de procurar as próprias rondas para com elas lutar.



Padres e frades, entretanto, gozavam de privilégios especiais, concedidos pelas leis. Havia uma justiça, uma cadeia e uma impunidade para eles. O século foi de indecorosos privilégios. As Ordenações do Reino respeitavam, além de outros, os da Fidalguia, os da Cavalaria e os do Doutrinado.

Quer isso dizer que a lei se aplicava, às vezes, em se tratando do mesmo crime, de modo diferente, e sempre de acordo com as regalias pessoais de cada um.

O marido, por exemplo, que encontrasse a mulher nos braços de um sedutor, podia matar, licitamente, qualquer dos dois. Apenas, se o sedutor era um desses privilegiados, já a lei mudava, punindo o marido, que matara sem ter olhado a quem. Outro exemplo: o que arrenegasse ou descesse de Deus ou de sua fé, sendo fidalgo, pagava de multa, pela primeira vez, vinte cruzados, pelo crime horrendo. Já o pobre peão tinha, pelo mesmo delito, que entregar o couro à chibata, trinta açoites ao pé do pelourinho...

Nesse texto de lei, que está no Tít. II do Livro V das Ordenações e que prevê vários delitos de heterodoxia, o legislador estabelece, no entanto, que os que arrenegarem, os que blasfemarem dos santos tenham pena menor que os desacatadores do próprio Deus, de tal sorte provando que hierarquias e privilégios existem, até no Céu. E é assim que reduz a módica coima de dez tostões, apenas, a infração praticada pelo peão, insultando qualquer santo, o que até certo ponto não deixa de ser vexatório para certas figuras sagradas e de reconhecido prestígio na Corte de Deus.

E já que se fala em Deus e em heresias, cite-se o maior crime que um mortal poderia cometer pelo tempo, contra a religião: o de ser feiticeiro. Qualquer pessoa que em círculo ou fora dele, ou em encruzilhada, invocar espíritos diabólicos ou der a alguém a comer ou a beber coisas para querer bem ou mal a outrem, morra por isso morte natural.

Os que benziam cães ou outro bicho, sem autoridade *d'el-Rei* ou dos prelados, eram também punidos pela lei. O que quisesse mandar benzer uma cadela, por exemplo, a fim de que não lhe entrasse pelo corpo o Diabo, em forma de raiva ou danação, fazendo-a morder e danando incautos cristãos, e chamasse outrem que não um sacerdote, pagava, de multa, quantia bem maior que a espórtula que se devia dar ao

padre, e arriscava-se, ainda por cima, a dar com os ossos na Costa d'África por um ano de degredo.

Grandes castigos havia para as adúlteras. E toda a mulher que fizesse adultério a seu marido, morria por isso.

Já o casado que tivesse barregã, o mais que lhe podia acontecer era o degredo para a África por três anos.

As amancebadas de padre e frade foram, na época, em tal número, que a lei portuguesa resolveu castigá-las, embora deixasse o mesmo padre e o mesmo frade na mais santa impunidade. Como pena primeira, estabelecia-se a separação do casal, pondo-se a barregã fora do lugar em que vivia. Se o comércio amoroso continuava, separação mais violenta: – barregã fora do bispado. E, pela terceira vez, fora do país. O título XXXI do livro V das Ordenações dizia, entanto, o que se vai ler: “Mandamos a todas as nossas Justiças que não prendam nem mandem prender, nem tenham em nossas prisões clérigo algum, ou frade, por ter barregã, salvo sendo-lhe requeri-



do pelo prelado, ou vigário, ou seus superiores.” Coisa, aliás, um tanto difícil de acontecer.

Os alcoviteiros que alcovitavam mulheres casadas, ou as pessoas que consentiam que em suas casas se fizesse maldade nos corpos das mesmas, eram levadas à forca. Não obstante, se a alcovitada era freira professa, o alcoviteiro sofria somente pena de açoite e degredo... (Tít. XXXII, Liv. V, das Ordenações).

Se a justiça era, por vezes, particularmente severa, não raro, na sua ânsia de punir, conseguia ser bastante pitoresca. Pitoresca e humorística.

Na *História do descobrimento e povoação da cidade de S. João da Barra e Campos de Goitacases*, F. J. Martins fala-nos das famosas janeirinhas, que se faziam nos tempos do Senado da Câmara, citando algumas singularmente interessantes. Uma há, por exemplo, em que se acusa a Leonardo de Sá Barbosa por chamar muito pelo Diabo; outra, referindo-se a Antônio de Freitas, que deu um sopapo com a mão fechada, e, ainda mais outra, acusando Paulo Vieira por ter dado dois assobios quando o Senado da Câmara passava pelo Beco do Rei. A melhor de todas, porém, é a que acusa Gregório da Silva, e que diz assim: “Por ter feito mal à moça Páscoa, de peitos atacados ao pé do brejo dos Tucuns, irmã de Alberto Pedro. A ofendida alegou que ia cortar uns gravatás e vira o réu embaixo do lucuparim abaixado, de quatro pés e lhe parecia o Demônio. Por isso fechou ela os olhos, rezando sempre o Magnificat e deixou ele fazer a estropelia.”

Duas cadeias conheceram-se na cidade pela época dos vice-reis: uma para os padres e frades, outra para os seculares. Ambas vastas, ambas abarrotadas de gente. Eram dois antros infectos, verdadeiras cloacas, onde os criminosos apodreciam em vida, infectados pela falta de higiene, roídos por mazelas e verminas.

No Aljube, que era a prisão dos frades e dos padres, havia compartimentos construídos para doze ou quinze pessoas, onde por vezes se juntavam cerca de 400! A nota é de um historiador probo, Vieira Fazenda.

O cheiro desprendido desses lugares sórdidos e tristes por vezes empestava a cidade, numa área de quase um quilômetro quadrado. Felizmente, a morte salvava do sofrimento esses desgraçados, ceifando-os aos poucos.

O preso, no regime colonial, não era mantido pelo estado, senão pelas suas famílias, seus senhores, patrões ou seus amigos.

Os que não tinham tais esteios, que tratassem de esmolar para não morrer de fome. Havia correntes enormes que os faziam chegar, por vezes, até ao meio da rua, onde os infelizes ficavam ao sol e à chuva, à espera das almas caridosas que passassem. Os postos junto às grades que olhavam para a rua, e onde um oxigênio mais puro valia como uma esperança de saúde e de vida, eram disputados pelos mais fortes.

Só os cárceres da Inquisição conseguiram ser mais ignóbeis e sinistros. O Santo Ofício, porém, aquele horrendo tribunal, erguido em nome de Deus pela vontade do Papa, infrator das mais elementares regras do bom senso e da justiça, onde os pais depunham contra os filhos, os filhos contra os pais, e onde o réu não podia comunicar-se com quem pudesse defendê-lo; o tribunal que arrancou a golpes de tortura as mais atrozes confissões que a Igreja imaginava e queria, o infame tribunal de D. João III, esse, não o conhecemos nós, felizmente, a funcionar sobre a gleba risonha onde nascemos.

Aqui nunca queimamos judeus ou cristãos-novos pelo crime insensato de descrer da piedade do Papa, nunca profanamos sepultura para delas desenterrar mortos, queimando-lhes o remanescente das podridões, nem desencarnamos esqueletos para que os seus ossos pudessem assobiar nas cristianíssimas fogueiras por tais atos-de-fé. O povo sabia dos horrores do Campo da Lã, em Lisboa, temia-os, e receoso das apanhas que o bispo, por vezes, fazia para enviá-las aos inquisidores do Reino, tratava de requintar, ainda mais, a sua santa hipocrisia, papando missinhas umas atrás das outras, enchendo de ouro as caixas de esmolos do Santíssimo, beijando, dos padres e frades, a mão, o hábito e até as solas dos sapatos...

Como se vê, corrompia-se o caráter na prática da mais lavada hipocrisia, mas salvava-se a carcaça. A época era assim.



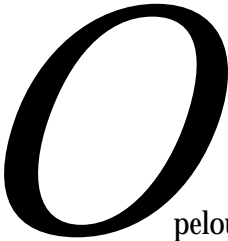
Descrição do pelourinho – O primitivo instrumento de suplício – Como recebiam “gostosamente” os nossos caboclos o castigo do açoite – Picota e tronco – Um espetáculo gratuito – Comércio a varejo nos tempos coloniais – A falta que ainda hoje nos faz um pelourinho.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O pelourinho, *Washt Rodrigues* – O tambor, *Washt Rodrigues* – Tronco para negros escravos, *Washt Rodrigues* – Soldados de 1800, *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Retábulo (Capela do Mosteiro de São Bento).

Pelourinho



pelourinho nada mais foi que a *moenia* romana, introduzida nas Gálias, pelo tempo de César. Era, entre nós, coluna de pedra, que se colocava em lugares públicos, geralmente diante das municipalidades, e onde os criminosos recebiam açoites. Também nela se prendiam condenados a forca. As pontas recurvadas, de ferro, geralmente vistas na parte superior, serviam para espetar a cabeça dos que acabavam no baraço. Uma esfera armilar, símbolo da monarquia portuguesa, rematava a coluna, solenemente, austeramente, quiçá amenizando-lhe a aparência trágica com uma linha, até certo ponto, decorativa e plástica.

Muitos pelourinhos constituem hoje, em Portugal, verdadeiros objetos de arte, e, como tais, incorporados ao patrimônio artístico da nação; pelourinhos trabalhados escultoricamente, dignificados, até, pelo escopro de artistas de nome.

Na França de hoje é que os vestígios desse instrumento de suplício são raros; mas, ainda se encontram.

Por um documento iconográfico que está na Biblioteca Nacional de Paris, vê-se o que foi o famoso Pelourinho dos Halles.

Lembra ele uma torre de uns seis ou oito metros de altura, dividida em três partes distintas: uma, a base, espécie de casa; outra, a desti-

nada ao lugar de suplício, aberta aos olhos públicos, e a terceira, constituída pelo telhado. Há, na primeira parte, a porta por onde ingressava o réu, e sobre o arco de ressalva dessa mesma porta um oratório aberto, com a imagem da Virgem, a boníssima Virgem que os homens maus não esquecem nunca de invocar para patrocínio das suas maldades. Rematando essa porta, um anel de metal ou de madeira, largo de uns setenta centímetros, e com uns três ou quatro metros de diâmetro. Há nele três orifícios: um grande, ao centro, e dois menores, lateralmente. O primeiro, para nele ser enfiada a cabeça do desgraçado, os outros, reservados às mãos. O infeliz, assim posto, antes de receber os açoites, ficava em condições de não esconder a cara, exposta permanentemente ao público. O anel ou golilha, porém, tinha ainda um movimento circulatório. E, à medida que ele se movia, o pelourinhado era exibido aos quatro pontos cardeais e a quantos estivessem em torno, curiosos por identificá-lo ou gozar-lhe o castigo.

Sobre o anel, sereno, então, vinha o teto.

Em Portugal, logo que a monarquia o importou à terra de França, tinha ele, em linhas gerais, a expressão arquitetônica do que acima se descreveu. Não há indicações iconográficas que o expliquem exatamente e por miúdo, não obstante, por uma comunicação do Visconde de Jurumenha, feita a Radzinski, e por ele citada, sabe-se que o pelourinho português, pelo menos até a época de D. Manuel, era em tudo igual ao francês: uma coluna de pedra, ou de tijolo, tendo ao cimo uma gaiola que rodava horizontalmente.

O tempo, porém, tratou de simplificar o instrumento, e é assim que, pelo século XVIII e começo do XIX, já se apresentava ele mais singelo, mais baixo, sem a espécie de gaiola, então substituída por dois braços de pedra, ferro ou madeira, tendo cada um, na extremidade, uma argola de metal. Não esquecer a esfera armilar, como remate e símbolo. Os condenados a receber os açoites eram amarrados às duas argolas. As partes laterais do instrumento destinavam-se aos bandos e outros papéis de leitura pública relativos à governança da cidade, ali pregados ao rufo prolongado de tambores. No Brasil, eles foram mais simples, por vezes fortes, mas, de qualquer forma, servindo.

Entre nós, o Ouvidor-Geral Luís Nogueira de Brito, em 1626, lembrava à vereação carioca a necessidade de erguer-se um pelourinho. Não



RETÁBULO
(Capela do Convento de São Bento)

obstante, afirma-nos Gabriel Viana que o mesmo já existia desde o tempo da fundação da cidade. O que não se contesta, porém, é que antes disso fosse ele já conhecido no Brasil. Pelo menos desde 1558. Por uma carta de Mem de Sá, escrita da Bahia, tratando da fundação de vilas entre os indígenas, manda ele, com efeito, dizer para Portugal, que fez construir tronco ou viramudo e pelourinho com que ficaram os caboclos muito contentes e, acrescenta, recebem melhor o castigo do que nós.

A alegria dos caboclos faz-nos lembrar, até certo ponto, a alegria de que falavam os governadores e vice-reis deste país, quando escreviam para o Reino, dando notícia daquelas pesadas contribuições impostas ao povo por ocasião do casamento dos reis em Portugal, notícias que falavam do notável contentamento destes povos, correndo pressurosos, cheios de satisfação, desafiando-se em primazia, na ânsia de contribuir, etc....

O pelourinho reclamado pelo Ouvidor Luís Brito devia ser o que existia ainda pelo correr do século XVIII no lugar onde, posteriormente, se ergueu o palácio de Bobadela. Mudaram-no dali para o largo da Sé do Rosário. Depois passou ele para o do Rocio, e mais tarde para o do Capim. Não podiam esses instrumentos de suplício introduzidos no Brasil guardar as solenidades graníticas e a beleza ornamental dos congêneres portugueses. Isso, porém, não os privou de funcionar com alguma bravura, embora não se saiba bem se com a justiça com que funcionaram os seus irmãos de além-mar.

Picotas eram pelourinhos de madeira, erguidos fora da cidade, e tronco a picota para castigo dos escravos.

Muitos eram os privilegiados isentos de conhecer as argolas dos pelourinhos e a sua inseparável chibata.

Os homens de sangue azul, por exemplo, não recebiam açoites. O clero estava também isento; e, com ele, os juizes, os altos administradores, os oficiais da tropa, os vereadores, seus filhos, os escudeiros e pagens a serviço de fidalgos, até os escudeiros das pessoas que pudessem trazê-los a cavalo, como está nas Ordenações.

No pelourinho metia-se o réu com barão e pregão. A corda era levada ao pescoço, em laçada larga.

Amarrado o paciente ao poste do sofrimento, lida a sentença, dava-se o sinal ao homem do açoite.

E logo, para abafar os gritos do castigado, entravam os tambores a rufar. E rufavam durante todo o tempo do castigo.

Já a multidão cercava o pequeno patíbulo. O ruído do tambor servia de anúncio para o espetáculo gratuito. Vinha chegando gente de toda parte.

O povilêu curioso acotovelava-se. Eram negros escravos, mochilas, mendigos e ciganos, a mafra ociosa e infalível, que corria das alfurjas da cidade atrás do viático, atrás das procissões, atrás dos ambulantes do teatro de bonecos...



O homem do açoitado, sobre o estrado do pelourinho, a chibata na mão, ao ver-se olhado e admirado pela turba, então, tomava atitudes, e, brioso, caprichava no castigo. O látigo descia mais forte, mais violento, listrando de sangue o dorso e os membros do vergastado.

Como nas touradas, o sangue aquecia e excitava a plebe, que se punha a bradar: – Bravos! Muito bem! Com força! Agüenta! O que merecias era a forca!

Fala-se dos homens do comércio de hoje; mas, só quem manipula os documentos desses longínquos e pouco saudosos tempos da Colônia é que pode ter idéia aproximada do que foram os de ontem, entre nós.

O reinol, homem de negócios, quando abalava do Continente ou das Ilhas, para aqui abrir uma taberna à Rua do Piolho ou

um armazém de comestíveis à Rua Trás do Carmo, com o seu natural sentimento de aventura, a sua honradez e a justa ambição de enriquecer o mais depressa possível, esbarrava logo com os polvos que o haviam antecedido na viagem, dominadores da terra boníssima. E que polvos! Era toda uma matula de espertalhões e de malandros, que acabou por criar um professorado da esperteza, uma escola de fraude na cidade.



A ela juntavam-se, ainda, todos os negociantes que eram indesejáveis lá, e passíveis, portanto, de degredo aqui: os que falsificavam mercadorias, os que mediam ou pesavam com pesos falsos, os que punham terra e água no pão, para fazer crescer no peso, além de outros expedientes mais positivos na arte de roubar ou de envenenar o povo. Quando caíam neste delicioso paraíso, tais patifes, tangidos pela vara das Ordenações do Reino, aqui continuavam a sua profissão, apenas interrompida pela viagem de recreio, que faziam através do Atlântico.

Seria de esperar que os nossos pelourinhos fossem particularmente freqüentados por esses malandrins, representantes da fina flor da esperteza lusitana, e que as estampas da época nos mostram cheios de saúde e banhas, pimpões nas maneiras, de sobranças cerradas e pernocas felpudas. Nem sempre.

Ricos e generosos para com as autoridades do governo da terra, esses comerciantes, a golpes de favores, de sabujice e de presentes, destruíam com facilidade, subornando, as queixas e as impertinências do caboclo desgostado.

E assim mais enriqueciam, Assim engordavam. E assim partiam.

Felizmente, de tempos a tempos, por cá surgia um administrador independente, como foi o Conde da Cunha.

Com ele, o pelourinho trabalhava a valer. Não se deixava subornar. Não poupava os piratas do comércio. Rouba no peso? Açóite! Vende gêneros deteriorados? Azorogue! Põe água no leite? Idem. Presentes? Nada de presentes. Não os aceitava. Manifestações de apreço, zumbais? Ainda menos! Justiça. Bordoada. Isso sim! Campanha aberta contra o açambarcador, contra o explorador, o envenenador e o ladrão das economias do povo.

E queria de tal sorte um homem desses agüentar-se no governo!

Resultado – no fim de três anos de administração forte e sensata, o Sr. Conde da Cunha é logo substituído pelo água-morna do Sr. Conde de Azambuja...

O Conde de Resende também não ficava a dever, no rigor e na energia, ao Conde da Cunha. Durou mais um pouco, mas não durou muito.

O fato é que, quando administradores desses aqui apareciam, o pelourinho entrava logo a trabalhar.

A falta que hoje nos faz um instrumento desse, com duas boas argolas para amarrar gente gorda e um açoite na altura! E nós outros, como o povilêu de outrora, a gritar: Muito bem!

Ah! Vampiros da nossa bolsa e da nossa saúde, que ainda nos roubais no preço e no peso dos gêneros, que envenenais o leite dos nossos filhos, quando não nos envenenais a nós mesmos, com rudes falsificações e mercadorias deterioradas, tendo no bolso da calça, como antigamente, o clássico envelope do tome-lá, para a hora da corrupção e do suborno. A falta que aqui faz um pelourinho!

Ah! Pelourinho! Pelourinho!





A sentença de morte – A leitura da sentença no dia do suplício – O dia da execução – O enforcamento de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes – Como os reinóis festejaram a sua morte – Luminárias e entremeses – O sentimento do filho da terra.

ILUSTRAÇÕES

NO TEXTO – O enforcado, *Marques Júnior* – Em caminho da força, *Washt Rodrigues* – Guarda do Vice-Rei, *Washt Rodrigues* – Soldado dos terços auxiliares, *Washt Rodrigues*.

FORA DO TEXTO – Cristo (Convento de Santo Antônio).

.....

Forca

U

ma vez lavrada a sentença de morte, o juiz erguia-se solenemente, e quebrava a pena. Diante do réu lia-se, então, a vontade da lei. Da sala do julgamento passava ele para a do oratório da prisão, onde ficava até a hora de sair para o suplício. Lá recebia os consolos do Céu, ouvia missa, confessava-se, comungava. Assim corriam três dias. No penúltimo, traziam-lhe a trágica indumentária do patíbulo, oferta amável da Santa Casa: uma alva, um crucifixo e uma corda bem forte. Tudo era posto à vista do condenado, pelo carcereiro, que não se esquecia de avisá-lo do momento exatamente marcado para a execução.

No dia do sacrifício, o despertar do réu fazia-se, em geral, logo aos primeiros albores da manhã. Vinha o carcereiro acompanhado do carrasco à sala do oratório. Dava-se começo à cerimônia da última toalette. Antes, porém, o algoz tratava de lembrar ao condenado a dura obrigação em que se achava, dizendo-se constrangido pela lei. E pedia-lhe perdão, em nome de Deus e da Virgem Maria. Conta-se que o Tiradentes, ouvindo tais palavras do famoso Capitania, comoveu-se de tal sorte que, depois de perdoá-lo, não só lhe beijou as mãos, como os pés, num lindo exemplo de humildade cristã.

Tirava o próprio condenado, com as suas mãos, as roupas que até aí vestira, e o carrasco, então, passava-lhe a alva, enfiando-lhe, depois sobre o pescoço, a corda que o devia levantar na forca, em negligente e

cômoda laçada. E, de joelhos, diante do oratório iluminado e sereno, aí ficavam rezando, à espera da hora de partir.

Já pelo ar andava o dobrar angustioso dos sinos, e, pelas ruas da cidade, os irmãos de opa verde e bacias de prata a pedir pela missa, que se havia de rezar por alma do padecente.

Enquanto isso se passava, na Santa Casa estavam se reunindo todos os maiores da irmandade. Corridas pelo Mordomo dos presos as insígnias do que ia morrer, em companhia ainda do Mordomo da botica, dos Mordomos da Vara e dos Visitadores, de cruz alçada, como nas procissões saíam todos desfaldando no ar a bandeira da Misericórdia, caminho da Cadeia onde se achava o réu. Era deveras impressionante essa marcha melancólica e solene, ao entoar de lúgubres ladainhas, feita a pé, lentamente, através das ruas da cidade. Lembra-vam tanto o préstito sinistro dos viáticos, que iam servir os moribundos ricos. O povo ajoelhava-se para ver passar esses padrinhos da morte, conduzindo, nas mãos, pesadas tochas. Olhavam todos, cheios de superstição e curiosidade, para a famosa bandeira, que segundo se acreditava, devia salvar o padecente se, na hora de içá-lo à força, arrebentasse a corda. Idéia insensata de povo, pelo menos entre nós, que juiz algum jamais aceitou essa graça especial, concedida à revelia da justiça del-Rei.

Para levar-se o Tiradentes ao patíbulo, a Santa Casa chegou às portas da Cadeia quando os sinos de São José, que lhe ficavam junto, já estavam cansados de bater. Eram quase oito horas e o dia rebrilhava de sol, iluminado, feliz e indiferente ao drama angustioso que se ia representar.

Tiradentes, que rezava na sala do oratório, havia muito que ouvira, vindo de longe, o cântico dos



fiéis em jorros de beata melancolia sob o cristal festivo da manhã, conformado, tranqüilo, quase feliz.

É que nesse momento, bem pouco do patriota existia naquele corpo envelhecido e gasto.

A alma do crédulo dominava, por completo, todas as cóleras e ânsias de reivindicação e de revolta, que lhe haviam rugido no peito cheio de tanto amor à sua terra e à sua gente. Não se diga dele, entretanto, o que disse Joaquim Norberto, autor da *História da Conjuração Mineira*, com desdém e por malícia: prenderam um patriota, executaram um frade!

Esse natural misticismo não pode comprometer, de forma alguma, a figura do herói. Morreu com Deus, que ele aprendera a amar acima de tudo. Morreu como um cristão. E se o era, morreu como devia.

Tiradentes, logo que sentiu, perto, cessar os cânticos divinos, que vinham, havia muito, se aproximando, olhou para o carrasco contrito, como ele, ante o altar de Jesus, e levantou-se. Estava pronto para morrer. Fosse feita a vontade de Deus e a dos homens.

Tiraram-lhe as algemas dos pés.

Perguntaram-lhe se queria beber ou comer qualquer coisa. Não se sabe o que ele respondeu. Por todo o âmbito da prisão sentiu-se movimento desusado: ruídos de ferros, de portas que se abriam, de vozes, de gemidos, de soluços...

– Que siga o padecente, alguém disse.

E o padecente moveu-se logo, seguido pelo negro Capitania, que enrodilhava melhor a sobra da corda, enorme, posta depois em voltas sobre o seu busto reforçado de etíope.

Quando o mártir chegou à rua, espantou-se, vendo o espetaculoso e festivo aparato que o cercava. A cidade, como o dia iluminado e ardente, ataviara-se toda. A tropa vestia grande gala, mostrando, em sinal de regozijo, festões de flores sobre as vistosas casacas do uniforme. Os cavalos das altas autoridades, asseadíssimos, ostentavam ferraduras, arreios e estribeiras de prata, as crinas e as caudas enfitadas, as roupagens de sela da melhor seda e do melhor veludo, gualdrapas e mantas franjadas de ouro...

Soavam clarins, clangoravam filarmônicas. Havia povo, movimento, inquietação, curiosidade, interesse, bulha. Era a pompa oficial,

com que se tentava mascarar o sentimento do povo. Num relance, Tiradentes compreendeu o cenário teatral com que se procurava enfeitar a sua morte, ao mesmo tempo que sentia o povo alheio à gala, comovido, respeitoso e sereno. Já não era, para ele, o povo da sua amada terra que tinha diante dos olhos, o povo que sofria e a quem tentara libertar, mas os seus irmãos em Jesus. Trazia as mãos algemadas. Mentalmente persignou-se. A massa popular espessa, enorme, desdobrava-se pela Rua da Cadeia, para os lados da Misericórdia, para as bandas da praça do Carmo e da Rua Direita, em cachos, sobrando pelos tejadilhos das carruagens, pelos balcões das casas altas, pelos sótãos, pelos telhados, por toda a orla do morro do Castelo, indo do Cotovelo à Carioca. Os frades do Carmo espremiavam-se por entre os varões de ferro das janelas do convento, de olhos espantados e curiosos. E em meio ao povilêu que refervia, mal contido pelos soldados da guarda vice-real, guardando o trecho que ia da Rua Direita à Misericórdia, e pelo regimento de Bragança, enfileirado na direção da Rua da Cadeia, viam-se os únicos que podiam mover-se com certo



desembaraço em meio a tanta gente, os únicos para os quais se abriam claros amáveis na multidão, os opas, com os seus balandrás verdes, as suas reluzentes bacias de prata e os seus gritos sinistros e fastidiosos.

– Para a alma do irmão padecente!

Súbito, um clangor mais intenso de trombetas de guerra, e o esquadrão vice-real, estacionado nas cercanias da Cadeia, toma o posto de honra que lhe cabe, à frente do enorme e majestoso préstito. A seguir, o clero, de cruz alçada, a irmandade da Misericórdia, com a respectiva colegiada, e o condenado, tendo ao lado direito o confessor e logo atrás o carrasco, o novelo da corda ao ombro, um pouco vaidoso da impressão especial que vai causando. Os meirinhos em torno, como as moscas, assanhados e numerosos, e os irmãos portadores de samburás com frutas, carnes, doces e líquidos reconfortadores, tudo para o que marcha para a morte. E, logo, Francisco Luís Alves da Rocha, Desembargador Escrivão da Alçada, que vai testemunhar a execução, José Feliciano da Rocha Gameiro, Desembargador do Crime, Baltasar da Silva Lisboa, Juiz de Fora, e o Ouvidor da Comarca, José Antônio Valente...

De novo, soldados a cavalo, vistosos e coloridos, o resto do esquadrão vice-real. Atrás dele, enfim, puxada a corda por doze presidiários devidamente escoltados, a tumba sombria e lúgubre destinada a receber a carne sangrenta do mártir após o cerimonial torpe do esquartejamento.

É uma urna negra, sinistra, pobre, posta sobre a carreta de rodas altas, que segue aos saltos, dançando, tirada pelo pulso destro dos grilhetas felizes, coitados, gozando a novidade do acontecimento, sem o qual não teriam sido arrancados ao fundo vil e pútrido da enxovia.

Mais padres e frades; mais povo.

Na altura do Recolhimento do Parto, um cântico magnífico e sereno sobe aos céus como um rolo suavíssimo de incenso: é um coro de vozes femininas. São as recolhidas cantando a ladainha. Segue o préstito até à igreja da Lampadosa. Aí, sobre o degrau de mármore da porta, olhando o altar-mor, ajoelha Tiradentes. E reza. Com ele reza a multidão contrita. Novas litánias, depois. Até chegar ao triângulo de tropas, em cujo centro se ergue a forca, uma forca nova, alta, majestosa, de vinte degraus, soam onze horas. A tropa dá costas ao instrumento de suplício. Por causa das



CRISTO
OBRA DE TALHA DE AUTOR IGNORADO
(Convento de Santo Antônio)

dúvidas, cada cartucheira transborda de munição. Toda a tropa portuguesa da cidade está sob armas.

Tiradentes sobe tranqüilo a escada fatídica, seguido do carrasco e do confessor.

Não se ouvem, na multidão, os habituais alaridos de incitamento e de aplauso ao suplício iminente. Há silêncio. Há respeito. Tiradentes vai.

Pára no alto. Olha embaixo o poviléu absorto. Pede ao algoz que lhe abrevie a morte. Capitania põe-se vagarosamente a desenrolar a sua corda enorme. Novo pedido de Tiradentes, para acabar, logo, de vez, com aquilo.

– Depressa, diz ele, em nome de Deus, como última graça... A última!

É quando se vê a figura de Frei José de Jesus Maria do Desterro, guardião do Convento de Santo Antônio, surgir ao lado do padecente e teatralmente dizer: – Meus irmãos!

É uma prática, assaz longa, assaz banal e, sobretudo, despropositada. O frade, porém, mostra-se, exhibe-se, fala, citando latim, tomando atitudes beatíficas, apelando para a piedade divina e terminando por orar o credo dos apóstolos. Tiradentes, tranqüilo, repete as palavras da oração. Capitania já armara no arvoredo da forca a corda vingadora.

Frei Maria do Desterro, então, cruzando os braços sobre o peito, dirige-se para a escada que desce à praça, muito lentamente. Pára de novo. Olha-a de frente, persigna-se, faz meia-volta, pondo-se, só aí, lentamente, a descê-la de costas. Tiradentes, sereno, mas feliz, tendo recebido, sobre a cabeça, o capucho da alva, lembrando a silhueta sinistra de um farricoco, espera o empurrão do carrasco. Capitania, porém, senhor do protocolo e prático de varias execuções, começa, aí, a contar os degraus que o sacerdote vai descendo, um pé atrás, as mãos enormes, em concha, prontas para o impulso fatal. O Frade toca, enfim, a terra onde, segundo a vontade dos homens, não poderá apodrecer o corpo do mártir. E faz, de novo, a meia-volta do estilo, abrindo os braços ao Céu. É o momento, afinal. Capitania age. O vulto de Tiradentes resvala, atirado no ar, sacudido pelo barãoço. O corpo, num movimento giratório, dança um pouco. Queda depois. É quando se vê a figura horrenda do negro, ágil e desembaraçado, trepar-lhe, como se fora um símio, sobre os ombros, de tal arte apressando o estrangulamento provocado pela corda.

Os tambores rufam. As músicas estrugem. Estralejam foguetes. De novo, a Igreja, na pessoa de Frei Raimundo de Pena Forte, sobe alguns degraus do patíbulo para uma prédica nova cujo começo é assim:

“Nem por pensamento traias ao teu rei...”

A multidão dissolve-se, lentamente, tristemente. As músicas portuguesas continuam a vibrar. Os batalhões, após a leitura do discurso, lido pelo Brigadeiro, desandam em vivas à Rainha...

Já pelas esquinas estão, de há muito, afixados os editais, que, citando aos fiéis vassalos da América a inimitável piedade da Rainha, lembram, aos mesmos, deitarem luminárias por três dias, esperando que não sejam necessárias punições e pena contra os que desobedecerem às ordens, que devem ser cumpridas com a maior satisfação e vontade. Com satisfação e vontade!

Diz-se que, à noite, junto à igreja da Cruz, folgou-se bastante em torno de um tablado, onde se representaram alegres farsas e entremeses.

Diz-se mais, que a Passarola representou nesse palco para uma platéia ruidosa e alegre.

Se, realmente, nessa noite, tal senhorita de comédia representou, não foi, decerto, para nós, brasileiros, porque, segundo reza a tradição, o dia 21 de abril de 1790 foi singularmente triste nesta cidade, que se encheu de luto, apesar de todas as músicas e luminárias oficiais.

Não, não foi para nós que representou a Passarola...



.....

Índice Onomástico

A

Alarcão (bispo) – 37
Abrantes (duquesa de) – V. Junot, Laura
Aguirre – 118
Alberto Pedro – 453
Albuquerque, Luís de – 39
Alcântara Machado – 267
Alencar, Carlos Augusto Peixoto de – 289
Alvarenga Peixoto – 385
Álvares, Diogo – 422
Alves (padre) – 37
Alves, José Caetano – 44
Amourol (comendador de) – 155
Anadia (conde de) – 14, 357, 364, 365
Antero (de Quental) – 374
Antônio José – V. Silva, Antônio José da
Arago – 13
Araribóia – 422
Araripe, Tristão de – 288
Araújo, M. – 265
Araújo, Manuel de – V. Cardim, Manuel de
Araújo
Arcos (conde dos) – 14, 16, 197, 229, 233,
386, 417
Ataide, José Gomes de – 60
Azambuja (conde de) – 15, 16, 153, 161,
283, 346, 441, 463

B

Bahia, Bartolomeu José – 179
Balbi – 53, 84, 129, 259, 371
Barbosa, José de Oliveira – 397

Barbosa, Leonardo de Sá – 453
Barbosa, Plácido – 423
Barreira (escritor) – 416
Barrow, John – 396
Beckford – 19, 104, 266, 279
Benevides, Salvador Correia de Sá e – 375
Blancard – 237
Boa Hora, Manuel da – 59
Boa Morte, João da (frei) – 447
Bobadela (conde de) – 14, 23, 39, 100, 136,
208, 259, 283, 301, 354, 425, 433
Bocage – 370
Bolonha, José de (frei) – 69
Bonfim, M. – 447
Bota-bicas – 21, 29
Bota da Silveira (padre) – 273, 274
Botelho, Diogo – 441
Boucher – 327
Bougainville – 379
Braga, Teófilo – 369
Branco, Camilo Castelo – 375
Brandão, Caetano (frei) – 403
Brandão, Raul – 370
Brillat-Savarin – 327, 349
Brito, Luís Nogueira de – 458, 460
Brochado (desembargador) – 330, 402
Bulkeley – 449
Buffon – 327

C

Cabanès (Dr.) – 419, 421
Cabinda, Pantufo – 398

476 *Índice Onomástico*

- Cabral, Fortunato – 279
Cadaval (duquesa de) – 265
Caldeira Pimentel – 440
Calderón de la Barca – 370
Camões – 329
Capacho, O (ator) – V. Costa, José Inácio da
Capitania (carrasco de Tiradentes) – 467, 469, 473
Cardim, Manuel de Araújo – 307
Cardoso, Luís – 307
Cardoso, Manuel da Costa – 44, 269, 270
Carlos VII – 325
Carlota Joaquina (Dona) – 243
Carvalho Português – 417
Carvalho, Augusto de – 258
Castelo Branco (bispo) – 269
Castelo Branco (desembargador) – 210
Castro Morais – 206
Castro, Inês de – 433
Castro, João Tomás de (Dr.) – 405
Cepeda, Bento Pinheiro da Silva (padre) – 37, 307, 450
César – 457
Chamberlain – 119, 197
Chatelet (duque de) – 19, 23, 369
Chaves, Manuel – 401
Corneille – 370
Correia, Antônio (D.) – 69
Costa, José Inácio da (ator) – 383
Costigan – 19, 266
Coutinho, Francisco de Sousa (capitão-general) – 257
Coutinho, Rodrigo de Sousa (Dr.) – 14
Couto, José Antônio do – 418
Cruz, Bento da (frei) – 421
Cunha (conde da) – 14, 185–6, 208, 210, 263, 267, 309, 338, 379, 425, 437, 441, 450, 463
Cunha (tanoeiro) – 185
Cunhambebe (cacique) – 423
Cunha, Antônio Álvares da – 14
Curvo Semedo (Dr.) – V. Semedo, João Curvo (Dr.)
- D
- Dantas, Júlio – 318
Davi – 238
De la Mensagère – 235, 238
Debret – 58, 351
Desterro, Antônio do (D.) – 210
Desterro, José de Jesus Maria do (frei) – 473
Dias, Silvério – 60
Domingos (Mestre, dentista) – 417
Duarte Nunes – 258
Duclerc – 449
- E
- Epicuro – 325, 349
Evaristo (lojista) – 211, 217, 219, 221, 222
- F
- Fabiano (frei) – 415
Farguini, Vicente – 306–7
Faria, Francisco de – 307
Fernandes Viana – 54
Figueiredo, Luís de – 450
Filipe da Bodega – 21
Fiesoli, Giovanni de (frei) – 86
Filipes (os) – 369
Fonseca Henriques – V. Henriques, Francisco Fonseca
Fonseca, Manuel José da – 416

Forbes (general) – 279
Forte, Raimundo da Pena (frei) – 474
Franco, Francisco de Melo – 407, 408
Franklin, Alfred – 214, 238, 353
Freire, Francisco José – 259
Freitas, Antônio de – 453
Freycinet, Rose de – 235, 242, 243, 360
Froger – 450
Frutuoso, Gaspar – 155

G

Galli (banqueiro) – 425
Gameiro, José Feliciano da Rocha – 471
Garcia de Resende – 67
Gendrin, Victor – 105
Goldoni – 370, 375
Gomes Teixeira (Dr.) – V. Teixeira, Francisco
Gomes (Dr.)
Gomes, João – 371
Gomes Freire de Andrade – V. Bobadela
(conde de)
Gomes, Bernardino Antônio – 19
Gonçalves, Antônio – 415
Gusmão, Bartolomeu – 405

H

Henderson – 53
Henriques, Francisco da Fonseca (Dr.) – 427,
429
Horácio – 274
Humboldt – 255, 257, 258

J

João III (D.) – 435, 454
João IV (D.) – 330, 375, 411
João V (D.) – 84, 206, 265, 306, 330, 386,
429

João VI (D.) – 51, 54, 105, 129, 197, 235,
242, 243, 253, 330, 347, 355, 356, 364,
383, 408

João da Guitarra – 59

João Homem – 437

João Inácio (poeta) – 273

José (frei) – 37

José Maurício – 279

José I (D.) – 84, 206, 265

Judeu, O – V. Silva, Antônio José da

Junot – 53, 364, 365

Junot, Laura – 231, 265, 364

Jurumenha (visconde de) – 458

K

Kinsey – 19

Koster – 235, 243, 355

L

Langeastead – 53

L'Aubespine, Hanterisse de – 238

La Caille (abade) – 39, 354, 355

Lacroix, Paul – 215

Ladislau (ator cômico) – 383

Lagosta (padre) – 371

Lancret – 327

Lannes (general) – 265

Lapa, Joaquina da (atriz) – 383

Lapinha, A – V. Lapa, Joaquina da

Lavradio (marquês do) – 16, 33, 41, 44, 45,
63, 118, 153, 161, 217, 267, 338, 376,
385, 441, 449

Leal, Francisco (Dr.) – 364, 365, 408

Leandro Joaquim – 385, 425

Leão, Brás Carneiro – 44

Legros – 217

Leitão, Antônio de Oliveira – 288

478 *Índice Onomástico*

- Leite, Verônica Dias – 288
Le Notre – 29
Leonard – 217
Léry – 333, 334
Lindley – 356, 417
Linhares (conde de) – 258
Lippeomani – 266
Lisboa, Baltasar da Silva – 471
Lobato (guarda-roupas) – 54
Lobato, Joaquim da Cruz – 60
Lobriga, Patrício – 440
Lope de Vega – 370, 375
Lopes, Elias – 53
Lorena, Bernardo José – 440
Lucock – 14
Luculo – 326
Luís XIV – 241, 265, 323, 353
Luís XV – 195, 197, 208, 323, 327
Luíses (os) – 329
- M
- Macedo, Manuel de (Joaquim) – 51, 57
Machado, Jorge – 442
Mallard – 417
Manuel (D.) – 330, 458
Manuel Luís (empresário teatral) – 338, 377, 381, 383, 386
Maquiavel – 27
Maria Joaquina (rainha cabundá) – 166
Maria I (D.) – 14, 53, 232, 263, 265, 367, 371, 373, 408
Marchand – 217
Maria Jacinta (atriz) – 383
Maria Quitéria – 422
Maria Vitória (rainha) – 229
Marialva (marquês de) 266
Marivaux – 327
Marmontel – 327
Marques, Bernardino – 161
Marreiros, Manuel Joaquim – 19
Martim Afonso – V. Sousa, Martim Afonso de
Martins, F. J. – 453
Mateus (Morgado de) – 16
Mathison – 33
Medeiros, Antônio de – 19
Melo Franco – V. Franco, Francisco de
Melo Morais (pai) – 357, 364
Melo, Sebastião José de Carvalho e – V. Pombal (marquês de)
Melo, Tomás Joaquim de (capelão) – 167
Mendes, José Antônio – 427
Mendonça, Cristóvão de – 422
Metatásio – 379
Miguel Carlos (padre) – 37
Mirandela, O – V. Henriques, Francisco da Fonseca (Dr.)
Molière – 253, 370, 375, 405
Monteiro, Hernâni – 428
Montesquieu – 327
Morais (dicionarista) – 345, 407
Morais Santos – 60
Moura, Francisco de (cônego) – 273
Mozart – 327
Murphy, Jacques – 19, 153, 157, 229, 266
Muzzi (cenógrafo) – 398
- N
- Napoleão – 16
Negreiros, André Vidal de – 422
Nemours, Isabel de – 223, 225, 226
Nogueira da Silva – 87
Norberto, Joaquim – 469

O

Oeiras (conde de) – V. Pombal (marquês de)
Oliveira Martins – 69, 255, 257, 431, 441,
442, 445
Oliveira, José de – 86

P

Paraguaçu – 422
Parny – 24, 279
Passarola (atriz) – 383, 385, 474
Pedro (D. – o Cru) – 433
Pedro (D. – o Pacífico) – 136
Pedro I – 243
Pedro II – 330
Penalva (marquês de) – 279
Pereira da Silva (Dr.) – 417
Pereira, Albino dos Santos – 391
Pereira, Francisco de Araújo – 44
Philippe – 24, 29
Philippe-le-Bon – 325
Picanço, José Correia (Dr.) – 408
Pilar, Ricardo do (frei) – 84, 241
Pombal (marquês de) – 86, 100, 136, 210,
211, 257, 259, 425
Pompadour (Madame) – 327
Porta Siqueira – V. Siqueira, João de Nossa
Senhora da Porta
Portugal, Fernando (D.) – 16, 69, 197
Portugal, Luís d'Almeida (D.) – V. Lavradio
(marquês de)
Post (Frans) – 86

Q

Queirós, João de São José (frei) – 229

R

Racine – 370

Radzinski – 84, 458
Ramalho Ortigão – 258
Raston – 422
Resende (conde de) – 16, 402, 439, 449,
463
Ribeiro, Antônio Álvares – 359
Riguad, Lucas – 329, 343
Rocha Pombo – 40
Rocha, Francisco Luís Alves da – 471
Rodrigues, Domingos – 329, 330, 360
Rosinha (atriz) – 383
Ruders – 202
Ruvigny (marquês de) – 238

S

Sá, Mem de – 460
Salgado, João – 370
Salle – 237
Salvador, Vicente de (frei) – 422
Saint-Simon – 353
Sande, Antônio Pais (governador) – 310
Santos, Caetano Lopes dos (rei cabundá) –
166
São Jerônimo, Francisco de (bispo) – 409
São Paio, Manuel Coelho de (padre) – 417
Savarin – V. Brillat-Savarin
Sebastião (D.) – 37
Semedo, João Curvo (Dr.) – 409, 411, 429
Shakespeare – 370
Sigaud – 429
Silva, Antônio José da – 375, 380, 398, 405
Silva, Gregório da – 453
Silva, Jacinto José da (Dr.) – 399, 404
Silva, Manuel Vieira da – 19
Siqueira, João de Nossa Senhora de Porta –
235, 237, 239, 262, 357, 359, 363

480 *Índice Onomástico*

- Sousa, Luís de Vasconcelos e (D.) – 16, 44, 206, 211, 216, 331, 337, 338, 423, 441, 449
- Sousa, Martim Afonso de – V. Araribóia
- Sousa, Martim Afonso de – 435
- Sousa, Sebastião de – 293
- Sousa, Tomé de – 113, 435
- Southwell – 330
- T
- Taillevent – 323, 325, 329
- Taques, Pedro – 288
- Taunay, Afonso de – 105, 288, 356, 440, 449
- Teixeira, Francisco Gomes (Dr.) – 399, 401, 402
- Teles – 21, 24, 395
- Tiradentes – V. Xavier, Joaquim José da Silva
- Tirawley – 37
- Tolentino, Nicolau – 214
- Tonelare – 243
- Tron – 266
- Twis – 19
- U
- Úrsula Benedita – 277
- V
- Vaca – V. Castro Morais
- Valente, João Antônio – 471
- Valentim (Mestre) – 87, 206, 219
- Vasconcelos, Luís de – V. Sousa, Luís de Vasconcelos e (D.)
- Velho, Gonçalo – 155, 156
- Ventura (padre) – 375, 377, 379, 381
- Verdelet – 327
- Viana, Gabriel – 460
- Viana, Paulo Fernandes – 14
- Vicente (frei) – 19
- Vieira da Cruz – 439
- Vieira Fazenda – 375, 389, 423, 427, 453
- Vieira, Antônio (padre) – 441
- Vieira, Paulo – 453
- Vieira, Pedro – 281, 288
- Vigier, João – 426
- Villegaignon – 422, 423
- Vitellius – 326
- Vitor Antônio (padre) – 37
- W
- Wartwell – 417
- Watteau – 29
- White – 114
- X
- Xavier, José – 307
- Xavier, Joaquim José da Silva – 376, 417, 439, 465, 467, 468, 469, 470, 471, 473
- Y
- Young, Arthur – 355
- Z
- Zpirine (cantora) – 425